

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH
Departamento de Ciência Política – DCP
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – Doutorado

**Determinantes de carreiras políticas no Brasil, na
Argentina e no Uruguai: uma abordagem comparativa
entre deputadas e deputados**

Danusa Marques

Belo Horizonte

2012

Danusa Marques

**Determinantes de carreiras políticas no Brasil, na
Argentina e no Uruguai: uma abordagem comparativa
entre deputadas e deputados**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientadora: Dra. Marlise Matos

Belo Horizonte

2012

320 Marques, Danusa
M357d Determinantes de carreiras políticas no Brasil, na
2012 Argentina e no Uruguai [manuscrito] : uma abordagem
comparativa entre deputadas e deputados / Danusa
Marques. - 2012.

207 f.

Orientadora: Marlise Miriam de Matos Almeida.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1.Ciência política – Teses. 2. Políticos – Teses. 3.
Mulheres na política – Teses. I. Almeida, Marlise Miriam de
Matos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
Avenida Antonio Carlos, 6627 – Campus da UFMG
CEP: 31270-901 – Belo Horizonte-MG – Email: posdcp@fafich.ufmg.br
Fone: (31) 3409-5030

ATA DE DEFESA DE TESE DO CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA,
REALIZADA NO DIA 17/12/2012.

Aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro de 2012 (dois mil e doze), às 14:00 horas, no auditório Prof. Baesse do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, reuniu-se a banca examinadora da tese intitulada "**Determinantes de carreiras políticas no Brasil, na Argentina e no Uruguai: uma abordagem comparativa entre deputadas e deputados**", elaborada pela aluna Danusa Marques. Compuseram a banca examinadora os professores Marlise Miriam de Matos Almeida (Orientadora - DCP/UFMG), Bruno Wanderley Reis (DCP/UFMG), Antônio Fernando Mitre Canahuati (DCP/UFMG), Flávia Millena Biroli Tokarski (UNB), e Teresa Sacchet (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome). Após arguição oral da aluna, os membros da banca examinadora deliberaram pela aprovação da referida tese, obtendo assim a aluna o título de Doutora em Ciência Política. Para constar foi lavrada a presente ata, que será assinada pelos membros presentes.

Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2012.

Profa. Marlise Miriam de Matos Almeida
(Orientadora - DCP/UFMG)

Prof. Bruno Pinheiro Wanderley Reis
(DCP/UFMG)

Prof. Antônio Fernando Mitre Canahuati
(DCP/UFMG)

Profa. Flávia Millena Biroli Tokarski
(UNB)

Profa. Teresa Sacchet
(Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome)

AGRADECIMENTOS

Esta tese não seria possível sem várias pessoas. A primeira delas, é claro, é minha orientadora, Marlise Matos, que teve a paciência de me orientar, com toda a dedicação, apesar de todas as dificuldades que eu mesma impus ao trabalho. Além de me acolher no Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher – NEPEM, me integrando à sua equipe desde meu primeiro dia na FAFICH, Marlise desempenhou perfeitamente o papel de professora, orientadora e também de anfitriã nessa nova cidade que me recebia.

Outra pessoa muito relevante para a execução desse trabalho é, sem dúvida, Carlos Machado. Além de um companheiro de vida real (essa, que acontece fora da academia), Carlos é um parceiro de Ciência Política, de doutorado, de IPOL/UnB e, para nossa (in)felicidade, de tese. Suas contribuições foram infinitas, desde as conversas cotidianas mais simples até a discussão de conceitos e dicas de como-importar-aquele-dado-impossível.

Mais um nome importante para essa tese é Luis Felipe Miguel, meu ex-professor, ex-orientador e atual colega de IPOL/UnB. A ideia da tese partiu da expansão do argumento original da sua pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, executada entre 2009 e 2011, para a qual fui gentilmente convidada a participar. A experiência de Luis Felipe na área de gênero e carreira política foi fundamental como interlocução para a execução desta pesquisa – como se pode ver na bibliografia deste trabalho.

Um dos capítulos teóricos desta tese teve como base a discussão conceitual realizada em um *paper* elaborado por mim e Janaina Figueira para o 6º Congresso da ABCP, 2008. Agradeço muito a Janaina pela ótima parceria, que influenciou todo um capítulo desta tese.

A execução desta investigação passou pela fase de pesquisa de campo no exterior, que foi riquíssima graças à contribuição de pessoas que dedicaram seu tempo a me auxiliar, direta ou indiretamente. O apoio direto de Jorge Leonel Marius, pesquisador uruguaio que investiga questões históricas e eleitorais do país, foi imprescindível – Jorge, além de me receber calorosamente e me guiar pelos caminhos burocráticos do Parlamento Uruguayo em dia de velório (do grande Mario Benedetti), publicou um livro fundamental na coleta dos dados da tese. Na Argentina, agradeço à equipe do CIPPEC, *Centro de Implementación de Políticas Públicas para la Equidad y el Crecimiento*, que me indicou diversos caminhos para a coleta dos dados.

A pesquisa de campo no Uruguai não teria sido tão proveitosa se não tivesse conhecido pessoas que me explicassem e me integrassem com o ambiente, como Luzalba Correa, que passava suas noites me explicando o que significava *el paisito*, la *idiosincrasia uyuguaya*, quem era Mujica (que ainda era só um pré-candidato) e a crise, sempre ela. Na Argentina, Martín Suaya foi a pessoa que cumpriu esse papel, e só a partir de sua visão comecei a compreender o que era o peronismo.

Não posso deixar de agradecer às colegas de DCP, especialmente à equipe do NEPEM, que me acolheu prontamente e se tornou minha principal referência na FAFICH. Agradeço especialmente a Breno Cypriano, Laura Martello, Carolina Marra, Daniela Rezende, Marina Brito e Matheus Cherem, tanto pelas contribuições acadêmicas como pelas alegrias cotidianas e extra-acadêmicas. As demais colegas de DCP, especialmente da turma do doutorado, também foram importantes nessa jornada, em especial Ana Carolina Ogando e Debora Rezende de Almeida, que agora também é minha colega no IPOL/UnB. Além de Debora, agradeço às demais colegas de UnB, principalmente Flávia Biroli, que sempre foi uma ótima interlocutora.

Em Belo Horizonte, duas pessoas tornaram minha vida constantemente mais divertida: Filipe Recch, umas das minhas melhores “aquisições amigáveis” na vida; e, ao lado de Carol Marra, Luish Coelho, sempre disposto a queimar neurônios de forma literalmente lúdica.

Além de todas as pessoas já citadas, agradeço às amigas de sempre: Kelly Zerbinatti, Paula Nery, Sara Freire, Jesine Falcão, Cristina Queiroz, Layla Carvalho, Silvie Eidam, Janine de Mello, Paulo Victor Rezende, Renata Florentino, Graziella Testa, Fernanda Feitosa, Thais Moraes, Rogério Barbosa e Luiz Augusto Campos.

Agradeço também, é claro, à Dona Angélica Leite e ao Seu David Galdino Marques, pelo incentivo, apoio, preocupação e cuidado. Vocês são parte fundamental do processo que aqui se encerra, antes mesmo de ele começar a ser executado.

Por último, agradeço à FAPEMIG, de quem recebi uma bolsa de estudos mensal entre outubro de 2008 e julho de 2010, e ao CNPq, que financiou a pesquisa “Carreira Política e Gênero no Brasil”, da qual utilizo os dados sobre as/os deputadas/os brasileiras/os.

RESUMO

Nesta pesquisa, as trajetórias e formas de capital político dos/as parlamentares das Câmaras baixas de Brasil (2007-10), Argentina (2007-11) e Uruguai (2005-10) são analisados comparativamente quanto às diferenças entre homens e mulheres, em cada país. O foco da investigação é o debate sobre o perfil dos/as representantes, considerando as desigualdades de gênero e seu impacto na construção das carreiras políticas, que de formas diferenciadas, mas com pontos de contato, se manifestam em distintos sistemas políticos.

Palavras-chave: desigualdade de gênero; carreiras políticas; elites políticas.

ABSTRACT

This research approaches the pathways and the political capital of representatives of Brazilian, Argentinian and Uruguayan Lower Houses, comparing the differences of the elected women and men in each country. It focuses the debate of male and female political profiles, considering gender inequalities and its impact on political careers in different (but nor distant) political systems.

Keywords: *gender inequalities; political careers; political elites.*

LISTA DE SIGLAS

APUM – Agrupación Popular Unitaria Maldonadense
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ARI – Afirmación de una República Igualitaria
CONAPRO – Concertación Nacional Programática
CTA – Central de Trabajadores Argentinos
CTG – Confederación General del Trabajo
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DEM – Democratas
EP-FA – Encuentro Progresista - Frente Amplio
EP-FA-NM – Encuentro Progresista - Frente Amplio - Nueva Mayoria
FREJUPO – Frente Justicialista de Unidad Popular
FREPASO – Frente País Solidario
GESTA – Gobierno, Estado, Sociedad, Todos Ahora
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MPN – Movimiento Popular Neuquino
PAN – Partido dos Aposentados da Nação
PC – Partido Colorado
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCO – Partido da Causa Operária
PDC – Partido Democrata Cristão
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PGT – Partido Geral do Trabalho
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PJ – Partido Justicialista
PJ – Partido da Juventude
PL – Partido Liberal
PMB – Partido Municipalista Brasileiro
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PN – Partido Nacional
PP – Partido Progressista
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PPR – Partido Progressista Reformador
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PRO - Coalición Propuesta Republicana
PRP – Partido Republicano Progressista
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PS – Partido Socialista
PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrata Cristão
PSL – Partido Social Liberal
PSN – Partido da Solidariedade Nacional
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PST – Partido Social Trabalhista
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PTR – Partido Trabalhista Reformador
PV – Partido Verde
RECREAR – Recrear para el Crecimiento
UCR – Unión Cívica Radical
UDN – União Democrática Nacional

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Representação política feminina no mundo	p. 74
Tabela 2: Representação política feminina na Câmara baixa brasileira	p. 76
Tabela 3: Representação política feminina na Câmara baixa argentina	p. 78
Tabela 4: Representação política feminina na Câmara baixa uruguaia	p. 79
Tabela 5: Ano de nascimento dos/as eleitos/as, por país	p. 113
Tabela 6: Escolaridade das/os eleitas/os, por país	p. 114
Tabela 7: Formação acadêmica das eleitas – Brasil	p. 115
Tabela 8: Formação acadêmica dos eleitos – Brasil	p. 115
Tabela 9: Formação acadêmica das eleitas – Argentina	p. 116
Tabela 10: Formação acadêmica dos eleitos – Argentina	p. 116
Tabela 11: Formação acadêmica das eleitas – Uruguai	p. 118
Tabela 12: Formação acadêmica dos eleitos – Uruguai	p. 118
Tabela 13: Profissão das eleitas – Brasil	p. 119
Tabela 14: Profissão dos eleitos – Brasil	p. 119
Tabela 15: Profissão das eleitas – Argentina	p. 120
Tabela 16: Profissão dos eleitos – Argentina	p. 120
Tabela 17: Profissão das eleitas – Uruguai	p. 121
Tabela 18: Profissão dos eleitos – Uruguai	p. 121
Tabela 19: Reeleição na Argentina	p. 123
Tabela 20: Reeleição no Brasil	p. 123
Tabela 21: Reeleição no Uruguai	p. 123
Tabela 22: Magnitude dos distritos, por país	p. 125
Tabela 23: Distrito dos/as eleitos/as – Brasil	p. 126
Tabela 24: Distrito dos/as eleitos/as – Uruguai	p. 128
Tabela 25: Distrito dos/as eleitos/as – Argentina	p. 129
Tabela 26: Partido das eleitas – Brasil	p. 130
Tabela 27: Partido dos eleitos – Brasil	p. 130
Tabela 28: Ideologia partidária – Brasil	p. 131
Tabela 29: Partidos políticos, por sexo – Uruguai	p. 131
Tabela 30: Bloco partidário das eleitas – Argentina	p. 132
Tabela 31: Bloco partidário dos eleitos – Argentina	p. 132
Tabela 32: Ex-partidos das eleitas – Brasil	p. 134
Tabela 33: Ex-partidos dos eleitos – Brasil	p. 134
Tabela 34: Ex-partidos das eleitas – Argentina	p. 135
Tabela 35: Ex-partidos dos eleitos – Argentina	p. 135
Tabela 36: Cargos eletivos já ocupados – Brasil	p. 137
Tabela 37: Cargos eletivos já ocupados – Argentina	p. 138
Tabela 38: Cargos eletivos já ocupados – Uruguai	p. 140
Tabela 39: Porcentagem de eleitos e eleitas, por mandatos já exercidos na Assembleia Legislativa estadual – Brasil	p. 141
Tabela 40: Porcentagem de eleitos e eleitas, por mandatos já exercidos na <i>Junta Departamental</i> – Uruguai	p. 142
Tabela 41: Porcentagem de eleitos e eleitas, por mandatos já exercidos na/s Casa/s Legislativa/s Provincial/is – Argentina	p. 142
Tabela 42: Cargos não-eletivos já ocupados, por país	p. 142
Tabela 43: Cargos eletivos já ocupados - eleitas que ocupam o 1º lugar da lista – Brasil	p. 144

Tabela 44: Cargos eletivos já ocupados – eleitas que ocupam o 1º lugar da lista – Argentina	p. 145
Tabela 45: Cargos eletivos já ocupados – eleitas que ocupam o 1º lugar da lista – Uruguai	p. 145
Tabela 46: Deputados/as com capital familiar, por sexo e país	p. 146
Tabela 47: Cargos políticos ocupados por familiares, por país	p. 147
Tabela 48: Capital familiar, por sexo e por ideologia partidária – Brasil	p. 151
Tabela 49: Capital familiar, por sexo e por ideologia partidária – Argentina	p. 152
Tabela 50: Variáveis de capital econômico, por país	p. 153
Tabela 51: Liderança em sindicatos, por país	p. 154
Tabela 52: Capital familiar e capital econômico, por país	p. 155
Tabela 53: Capital familiar + Capital econômico, por sexo – Brasil	p. 156
Tabela 54: Capital econômico, sindical e familiar, pela região do distrito – Brasil	p. 156
Tabela 55: Capital familiar, por região e por sexo – Brasil	p. 157
Tabela 56: Capital econômico, sindical e familiar, pela região do distrito – Argentina	p. 157
Tabela 57: Capital econômico, sindical e familiar, pela região do distrito – Uruguai	p. 159
Tabela 58: Capital econômico, sindical e familiar, pelo IDH do distrito, por país	p. 160
Tabela 59: Cargos eletivos já ocupados, por tamanho do distrito – Brasil	p. 162
Tabela 60: Cargos eletivos já ocupados, por tamanho do distrito – Argentina	p. 163
Tabela 61: Cargos eletivos já ocupados, por tamanho do distrito – Uruguai	p. 164
Tabela 62: Capital econômico, sindical e familiar, pelo tamanho do distrito – Brasil	p. 164
Tabela 63: Distribuição dos distritos, por IDH – Brasil	p. 165
Tabela 64: Capital econômico, sindical e familiar, pelo tamanho do distrito – Argentina	p. 166
Tabela 65: Capital econômico, sindical e familiar, pelo tamanho do distrito – Uruguai	p. 166

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Porcentagem de eleitos e eleitas, por quantidade de mandatos já exercidos na Câmara dos Deputados – Brasil	p. 138
Gráfico 2: Porcentagem de eleitos e eleitas, por quantidade de mandatos já exercidos na <i>Cámara de Diputados</i> – Argentina	p. 139
Gráfico 3: Porcentagem de eleitos e eleitas, por quantidade de mandatos já exercidos na <i>Cámara de Representantes</i> – Uruguai	p. 140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Sintetização da análise dos dados da pesquisa	p. 168
---	--------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. O DEBATE SOBRE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E GÊNERO	6
1.1. A centralidade da representação política nas democracias liberais: governo do povo ou governo dos representantes?	7
1.2. O debate feminista (do Norte global) sobre representação política.....	15
1.2.1. A abordagem de Phillips: “a política de presença”	21
1.2.2. A abordagem de Young: “a política da diferença”	22
1.2.3. Por que as contribuições de Phillips e Young são fundamentais para a teoria da representação?	28
1.3. As desigualdades de gênero na esfera da representação política: os problemas do liberalismo e as críticas da teoria feminista	29
1.4. Abordagens explicativas sobre as barreiras de acesso à representação feminina	31
2. MOBILIZAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA.....	38
2.1. Mobilização social, cultura política e estabilidade democrática	41
2.2. Os achados empíricos e as inter-relações entre cultura e desigualdade de gênero na política.....	45
2.2.1. Tradicionalismo político, teorias da modernização e patriarcalismo	51
2.3. A luta pela igualdade de gênero nos espaços de tomada de decisão	54
3. A DISCUSSÃO INSTITUCIONALISTA – A INFLUÊNCIA DO SISTEMA ELEITORAL PARA A ELEIÇÃO DE MULHERES	60
3.1. O sistema eleitoral e partidário brasileiro.....	65
3.2. Sistema eleitoral e partidário argentino	68
3.3. Sistema eleitoral e partidário uruguaio	70
3.4. Mecanismos institucionais para a promoção da igualdade de gênero na política formal.....	72
3.4.1. O contexto da representação política de mulheres na Argentina, no Brasil e no Uruguai.....	75
3.4.1.1. Brasil	75
3.4.1.2. Argentina	77
3.4.1.3. Uruguai	79

4. O DEBATE SOBRE CARREIRAS POLÍTICAS: ONDE ESTÃO AS MULHERES?	82
4.1. Brasil, Argentina e Uruguai: os estudos sobre gênero e carreira política	99
5. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA E PROBLEMA DE PESQUISA	106
5.1. Hipótese geral	106
5.2. Hipóteses específicas	108
5.3. Desenho da pesquisa	108
5.3.1. Coleta dos dados.....	110
6. PERFIS DAS/OS ELEITAS/OS PARA A CÂMARA BAIXA DO BRASIL, DA ARGENTINA E DO URUGUAI – QUAIS SÃO AS DIFERENÇAS ENTRE DEPUTADOS E DEPUTADAS?	112
6.1. O perfil geral de eleitos e eleitas	112
6.2. Exploração das hipóteses de pesquisa	124
6.2.1. As mulheres estão concentradas em distritos eleitorais grandes e médios?....	124
6.2.2. A maior parte das mulheres eleitas é filiada a partidos de esquerda?	130
6.2.3. As mulheres apresentam maior migração partidária?	133
6.2.4. Qual é a distribuição de ocupação de cargos eletivos entre os deputados e as deputadas?	136
6.2.5. Qual é a distribuição de ocupação de cargos não-eletivos entre os deputados e as deputadas?.....	142
6.2.6. As mulheres com posições mais elevadas nas listas partidárias apresentam maior ocupação prévia de cargos públicos eletivos?	143
6.2.7. Como se distribui a presença de capital familiar entre os deputados e as deputadas?	146
6.2.8. As eleitas de partidos de direita apresentam mais associação com capital familiar do que as de esquerda?	151
6.2.9. Como se apresenta o capital econômico entre os eleitos e as eleitas?	152
6.2.10. Como se apresenta o capital associativo entre os eleitos e eleitas?	154
6.2.11. Como se apresentam as formas combinadas de capital econômico e familiar?	155
6.2.12. Como os diferentes tipos de capital se distribuem nas regiões?	156
6.2.13. Como se distribuem os diferentes tipos de capital, controladas as condições socioeconômicas do distrito?	159
6.2.14. O capital político de eleitos/as de distritos médios e pequenos é distinto do capital político de representantes de distritos grandes?	161
6.2.15. Como se distribuem os casos de militância em movimentos de mulheres?	167
6.3. Características gerais do capital político de eleitos e eleitas nos três países – aproximações e distanciamentos	168
CONCLUSÃO	179

BIBLIOGRAFIA 181

APÊNDICE - DISTRIBUIÇÃO DO IDH DOS DISTRITOS ELEITORAIS..... 191

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui realizada tem vários objetivos. De modo geral, busca-se desenvolver um mapeamento dos tipos de capital político mobilizado pelas/os representantes das Câmaras baixas de Brasil, Argentina e Uruguai eleitos/as em meados dos anos 2000. O seu objetivo é mapear um terreno inexplorado – ou explorado parcialmente, para ser mais precisa – e tentar compreender como se diferenciam os tipos de capital político que deputadas e deputados detêm.

A pesquisa partiu da análise do conjunto de representantes eleitos/as nestes países para traçar uma análise comparativa do capital político por eles/as apresentado, considerando sua trajetória pessoal e política até o momento da eleição analisada (2006, no Brasil; 2007 e 2009, na Argentina; e 2005, no Uruguai).

Para isto, além das variáveis comumente utilizadas nas investigações sobre carreiras políticas, como a ocupação de cargos prévios, reeleição, partidos políticos, listagem de ex-partidos, unidades administrativas, regiões dos países e dados pessoais como ano de nascimento, ocupação profissional e formação acadêmica, o desenho da pesquisa inclui também variáveis específicas de capital político, como propriedade empresarial, militância sindical e, finalmente, vinculação com familiares que atuaram/atua politicamente, além da ocupação prévia de cargos eletivos e não-eletivos.

Os estudos sobre carreiras políticas no Brasil normalmente se dedicam mais ao estudo dos efeitos de variáveis institucionais do sistema eleitoral e partidário sobre a construção das carreiras, como aquelas variáveis citadas no início do parágrafo anterior. A investigação da fonte do capital político de eleitos/as normalmente não é o foco destas pesquisas.

Algumas pesquisas sobre carreiras políticas e gênero desenvolvem sua análise pela via da identificação da fonte do capital político das parlamentares, mas se restringem às mulheres – o que é mais prático, mais econômico e mais direto, mas acabam não alcançando conclusões amplas, porque se limitam a apenas uma parte (quase sempre pequena) do universo a ser investigado.

Esta pesquisa, portanto, traz novas três frentes como guias para a pesquisa, buscando avançar um passo a mais na área: a inclusão da variável *capital familiar*, normalmente citada pela literatura especializada mas não verificada, pela dificuldade de coleta dos dados (que aqui buscou ser transposta); a investigação do universo de

representantes, incluindo não apenas mulheres, mas também todos os homens que compõem a Casa Legislativa; e a comparação entre três países vizinhos, que compartilham alguns traços econômicos, sociais e culturais gerais, mas diferem bastante em relação ao conjunto de instituições.

Como objetivos específicos deste trabalho, destaca-se a tentativa de verificar diversas hipóteses que a literatura sobre gênero e carreiras políticas comumente levanta: as mulheres que se elegem deputadas são majoritariamente de esquerda? Só se elegem se pertencem a famílias políticas? São eleitas por distritos “modernizados”? Quando eleitas por distritos tradicionais são vinculadas a familiares que exercem cargos públicos? Apresentam uma ocupação prévia de cargos distinta daquela dos homens?

Esta tese também busca fomentar o debate sobre a baixa participação formal das mulheres na política, especialmente no Brasil, que apresenta 8,9% de mulheres na Câmara dos Deputados, buscando compreender qual é o perfil de capital político das deputadas argentinas “vitoriosas”, em um país que já alcançou 40% de mulheres no Parlamento – o que não é paridade, mas está muito próximo a ela –, além de investigar o capital político de representantes uruguaios/as, que no pleito eleitoral analisado elegeu apenas nove mulheres para 99 cadeiras – ou seja, tem um percentual de mulheres praticamente tão baixo quanto o brasileiro. A literatura sobre gênero e política no Brasil vem discutindo, nos últimos quinze anos, o efeito limitado das cotas de gênero brasileiras e citando a experiência argentina como o maior exemplo de sucesso do continente, mas, em linhas gerais, ainda não foi capaz de investigar variáveis que vão além do desenho do sistema eleitoral. A presente pesquisa busca entender quais são as características as mulheres que conseguiram se eleger – são iguais aos representantes homens? São diferentes? Qual tipo de capital político é mais importante entre elas?

Ainda que a inspiração principal deste trabalho seja a sub-representação feminina no Brasil e no Uruguai e o caminho percorrido na Argentina para a ampliação da eleição de mulheres, esta é uma pesquisa com foco na análise comparativa de gênero – portanto, o perfil dos homens eleitos será igualmente explorado.

Como um objetivo transcendente, mas não menos importante, esta tese visa a contribuir para o melhor entendimento da operação das desigualdades de gênero na política, de modo que estratégias de reestruturação social para a construção de uma sociedade mais justa sejam possíveis e exitosas.

1. O DEBATE SOBRE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E GÊNERO

Neste capítulo são discutidos: o conceito de representação política; a crítica feminista sobre as diferentes interpretações sobre representação e seus efeitos na inclusão das mulheres nesta esfera; as críticas feministas aos pressupostos liberais de divisão entre esfera pública e esfera privada; e os efeitos desse arranjo como barreiras de acesso à esfera pública para as mulheres.

Para se discutir quais fatores condicionam a construção de carreiras políticas nos ambientes democráticos, é preciso, antes de tudo, situar a discussão sobre representação política e a desigualdade de gênero amplamente verificada nessa esfera da sociedade. Se os espaços de tomada de decisão, nos quais se verifica a profunda desigualdade de gênero, são ocupados através de processos específicos de seleção de representantes, cuja legitimidade reside no processo de escolha destes nomes, é necessário discutir o próprio sentido da representação política e como ela se insere e se justifica no modelo de sociedade em que vivemos.

As democracias “realmente existentes”¹ se referem principalmente a pressupostos teóricos liberais e pluralistas, que definem o processo democrático basicamente em sua relação com a implementação de regras formais. Um dos pressupostos básicos da democracia liberal é a igualdade formal entre os cidadãos, que se desdobra em princípios pluralistas da garantia do direito de votar e ser votado/a. Esta igualdade formal, entre outras regras, serviria principalmente como mantenedor das condições de legitimidade do sistema, que seria formalmente aberto à ação política de qualquer cidadão (que, na realidade, se restringe quase todas as vezes a momentos eleitorais) (Miguel, 2005b; Marques, 2007). Neste sentido, *democracia*, *democracia representativa* e *governo representativo* são termos que se confundem nessa tradição.

Dentro das premissas e regras universalistas da democracia liberal, a igualdade entre homens e mulheres seria protegida pelo princípio da igualdade formal dos cidadãos. Ambos têm direito à cidadania e, portanto, ambos têm a liberdade de ação política, no sentido liberal, em relação ao direito ao voto ou ao direito de ser votado/a.

Apesar dessa igualdade formal na cidadania política, a manutenção da desigualdade entre homens e mulheres em praticamente todos os aspectos das democracias liberais é marcante, em especial na participação efetiva nas esferas

¹ Ou seja, as democracias ocidentais, teoricamente relacionadas à discussão schumpeteriana e dahlsiana, de caráter procedimental e fundadas nos direitos liberais e na livre competição eleitoral.

políticas formais, como cargos de comando nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mesmo com a conquista dos direitos políticos pelas mulheres durante o século XX. Embora a formalidade dos direitos abranja grande parte da população nas democracias liberais (ressaltam-se as exceções das crianças e daqueles/as considerados/as incapazes, principalmente), estas são fortemente marcadas pela desigualdade política real no que tange ao gênero, mas também a outros aspectos, como raça e etnia. As cadeiras do Parlamento, cujos membros são entendidos como representantes de toda a população, são ocupadas majoritariamente, quando não totalmente em alguns países, por homens (brancos, proprietários, heterossexuais etc.). Ou seja, é muito grande a distância entre este modelo político e o sentido etimológico da democracia como “governo do povo”, com a participação política de todos na produção autônoma das regras sociais.

Nos debates sobre teorias da democracia foram endereçados diversos questionamentos ao modelo liberal-pluralista. Diversas vertentes críticas apontaram e discutiram a questão das desigualdades e das injustiças políticas deste modelo, sendo que as críticas feministas se mostraram muito contundentes – elas apresentam, além da discussão mais geral sobre desigualdade, inspirada em diversas abordagens da teoria política, como a democracia participativa e o multiculturalismo, uma explicitação do imenso quadro de desigualdades às quais estão submetidas as mulheres (e também outros grupos em situação de marginalização) nas democracias representativas.

1.1. A CENTRALIDADE DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NAS DEMOCRACIAS LIBERAIS: GOVERNO DO POVO OU GOVERNO DOS REPRESENTANTES?

O debate sobre representação política remonta às discussões clássicas sobre a emergência do governo representativo como mecanismo central do processo de liberalização política europeu. Os três principais momentos históricos que marcam a emergência da defesa do governo representativo são: a aprovação da *Bill of Rights* pelo Parlamento inglês, em 1689, assegurando a supremacia legal do Parlamento sobre a realeza e limitando o poder da monarquia; a Revolução Americana, de 1776, que conquista a independência das treze colônias em relação à Inglaterra, cujas motivações eram a luta contra excessivas taxações e a restrição do comércio das colônias; e a Revolução Francesa, em 1789, com a deposição do rei. Durante o século XIX houve um

fomento da ideia de governo representativo no mundo ocidental e, assim, foram criadas instituições representativas, o sufrágio foi estendido, as assembleias hereditárias foram subordinadas às assembleias eleitas e foram implementados diferentes desenhos de sistema eleitoral (MANIN, 1997; PITKIN, 1967).

Deste modo, a discussão sobre a representação política moderna pode ser identificada nas obras de Siéyès [1789], Burke [1774], Stuart Mill [1861], assim como nos artigos federalistas de Madison, Hamilton e Jay [1787-88], que discutiam a organização do sistema político para as treze recém-independentes ex-colônias britânicas na América. Sua discussão sobre as vantagens do governo representativo passavam pela defesa da especialização para o exercício da política (Siéyès), pela superioridade e distinção dos representantes em relação ao povo (Burke); pela defesa da franquia eleitoral pela sua função protetora (os artigos federalistas), em uma defesa da liberdade individual, contra a tirania da maioria e/ou um déspota que congelasse a sociedade (Stuart Mill).

Bernard Manin (1997) afirma que a discussão sobre representação política ainda é marcada pela tensão entre dois princípios: da *rotação* e da *distinção*. O princípio da rotação, cuja referência é a antiga democracia ateniense, apontaria a ideia de que todos os cidadãos seriam, em algum momento, representantes e representados, contra a ideia de profissionalização política. A base desse modelo é a igualdade entre os cidadãos. Já o princípio da distinção tem uma referência moderna, principalmente nos artigos federalistas, que apontam a superioridade dos representantes, que deveriam possuir características distintivas em relação ao corpo de cidadãos. Segundo Manin (1997), o modelo contemporâneo de eleições competitivas combina princípios democráticos e aristocráticos, porque as eleições liberais pregam a igualdade na participação política, com o princípio democrático de “um homem = um voto”², mas ao mesmo tempo afirma o princípio aristocrático de que o mecanismo eleitoral exige distinção entre os candidatos para a composição do corpo de representantes, que deve ser superior à população em geral.

Atualmente o que chamamos de democracia são sistemas de instituições que, em sua gênese, não eram identificados como tal. Se retomado o pensamento de Rousseau, por exemplo, é possível identificar uma completa condenação do sistema de representação política, em contraposição a uma defesa da participação direta e massiva

² Deve-se ressaltar que não é à toa que se afirma “um homem”, excluindo a população feminina com o uso do termo.

na produção das decisões políticas. Ao analisar a Inglaterra do século XVIII, que já tinha um sistema político representativo, Rousseau caracterizava este país como um espaço de escravidão pontuado por momentos de liberdade, ressaltando o hiato gigantesco entre a concepção de um povo produzindo suas próprias leis e um povo elegendo representantes para realizar esta atividade (MANIN, 1997).

A diferenciação entre democracia e governo representativo ou republicano também é realizada por partidários da representação, como Madison e Siéyès, apesar de suas diferentes motivações. Para Madison, a representação era necessária não por um problema de escala (em sociedades mais populosas, a participação ampliada e direta nas questões públicas é um problema de difícil coordenação), mas porque seria um modelo superior: a produção de um corpo intermediário com maior sabedoria seria mais consonante com o que ele denomina de “voz pública”, trazendo moderação ao contexto político³ (MADISON, HAMILTON e JAY, 1993 [1787-88]; MANIN, 1997).

A defesa da representação como forma democrática moderna se desenvolve a partir do pensamento de Stuart Mill e as principais críticas que emergiram nesse momento eram realizadas pelos monarquistas reacionários, que desejavam a restauração da monarquia. A partir do pensamento de Mill, a ideia de democracia representativa ganha força, chegando, após a queda dos regimes socialistas no final do século XX, à ampla defesa da democracia representativa como o modelo a ser seguido por todos os países do mundo.

Os problemas que a democracia representativa enfrenta em sua concepção contemporânea se referem principalmente ao modo pelo qual a escolha dos representantes é realizada: como escolhê-los e controlá-los, de modo a garantir que respondam às necessidades de seus constituintes?

Nas democracias representativas contemporâneas o foco do debate sobre representação se dirige principalmente aos membros do Parlamento. Isso não significa que não haja representação em outras instâncias ou outros poderes, mas é no Parlamento que a representação sobressai, assim como sobressaem seus problemas. De modo geral, em todos os países a “amostra” do Parlamento não representa fielmente a sociedade. A questão subjacente é que essa representação é distorcida, mas não é apenas o “reflexo

³ A defesa da representação se contrapunha à participação ampliada defendida pelos antifederalistas, caracterizada por Madison como uma forma negativa de ação política, que traria péssimos resultados à confederação de Estados recém-independentes. A república madisoniana tem a filtragem como aspecto central, com a depuração das opiniões do povo por representantes sábios, patriotas e justos (MADISON, HAMILTON e JAY, 1993 [1787-88]; MANIN, 1997).

perfeito” da sociedade no corpo de representantes que garantirá uma representação adequada e o pleno exercício das funções do Parlamento. Seguindo o pensamento de Hanna Pitkin (1967), o corpo representativo não apenas “é”, mas também “age”. Deste modo, analisar o (não-)acesso de grupos específicos à esfera da representação política é um passo, ao mesmo tempo que também é preciso compreender como o campo político se organiza e como se apresentam suas hierarquias internas.

A obra de Pitkin (1967) sobre o conceito de representação política é ainda hoje uma referência para qualquer discussão sobre o tema. Em uma tentativa de organizar o debate e apresentar sua visão, a autora divide a interpretação até então realizada sobre a representação política em duas vertentes gerais: representação por substituição (*standing for*) e representação formalista.

A representação por substituição se preocupa com a análise de quem são os representantes. A categoria se subdivide em representação simbólica e representação descritiva. A representação simbólica se refere ao representante como um símbolo que se apresenta como um receptáculo de ações do povo, mas que não se assemelha a ele. O objetivo é fazer presente a nação através de um símbolo, o representante. Neste tipo de representação o ponto mais importante é a causa da representação.

Já a representação descritiva tem na semelhança entre o corpo de representantes e o corpo de representados sua maior ênfase. Pitkin (1967) identifica a representação descritiva como uma visão cartográfica ou amostral da composição do corpo representativo, entendendo-o como um espelho do conjunto de representados. Deste modo, o conjunto de representantes se apresenta como um microcosmo da sociedade, cuja voz deve ser fiel aos interesses dos representados. Segundo Pitkin (1967), o problema deste tipo de representação é que esta abordagem não busca responsabilizar os representantes pelas suas ações, mas apenas focalizar a composição correta da legislatura, quando a justificação do governo representativo se dá pela sua semelhança com o conjunto de representados. Esta abordagem resgata a ideia de democracia como igualdade, relacionada desde as abordagens clássicas até a modernidade, mas deixa de enfatizar a dimensão da responsabilização dos representantes, um ponto central para a autora.

Já as definições que buscam interpretar a representação a partir de arranjos formais, Pitkin (1967) as denomina formalistas e as divide em autorização e *accountability*. Para apresentar a interpretação da representação como autorização, a autora busca o debate sobre a justificação do poder político, retomando a interpretação

de Hobbes de que o poder absoluto do Soberano se origina no momento de autorização dos súditos, que a ele repassam todas as suas liberdades naturais. Segundo Pitkin (1967), Hobbes é um teórico da representação, porque seu Estado é fundado com o estabelecimento de um representante, o Soberano. Este representante, que age em nome dos outros, recebeu autoridade para suas ações e qualquer ação dele é considerada ação dos representados. No modelo hobbesiano, o Soberano atua sem ser responsabilizado porque foi autorizado pelos súditos: é livre para agir e a responsabilidade por suas ações é dos súditos, visto que houve a autorização.

Deve-se ressaltar que, apesar do modelo hobbesiano parecer distante dos sistemas políticos atuais, a justificação que dá base ao modelo democrático representativo tem no momento da autorização seu maior fundamento. Nas democracias liberais representativas os cidadãos autorizam o representante a agir em seu nome no momento eleitoral, dando a esse modelo uma autoridade vertical, com viés favorável ao representante. A crítica que Pitkin faz sobre os teóricos da autorização, especialmente Hobbes, é que se admitimos que a autorização para o Soberano equivale à representação, afastamos deste conceito a ideia de liberdade, autogoverno, ou mesmo interesse público. Além disso, a abordagem é formalista porque se fundamenta no arranjo formal que permite justificar a representação e iniciá-la – a autorização.

Ainda discutindo a representação formalista, mas partindo dos arranjos que fundamentam a representação em sua conclusão, Pitkin apresenta o conceito de representação como *accountability*, cujo foco não é o momento de autorização, mas o de responsabilização e prestação de contas dos representantes. Essa concepção de representação aponta que se deve enfatizar a correspondência entre as ações dos representantes e os desejos dos representados.

O modelo de representação como *accountability* emerge de uma discussão que remete aos debates do século XIX entre defensores do “mandato livre” e partidários do “mandato imperativo”. O conjunto de argumentos dos teóricos do “mandato imperativo”⁴ defende que o ponto central da representação deve ser a garantia de que o exercício de poder se referirá à vontade dos constituintes, entendendo os representantes como seus delegados. Nesse entendimento, não há uma autorização que dá liberdade de ação para os representantes, mas um envio do representante com uma posição pré-definida pelo grupo. Assim, o representante constitui-se em um emissário das vontades

⁴ Cf. Manin (1997).

do grupo, incumbido de apresentar a sua decisão formulada anteriormente ao momento de tomada de decisão do Parlamento.

Já o modelo do “mandato livre” é oposto à concepção de que o representante deve ser somente um mensageiro do grupo, focando na capacidade elevada do representante em tomar decisões para uma nação como um todo. O principal teórico do “mandato livre” é Edmund Burke, parlamentar inglês que organizou teórica e politicamente a ideia de que o momento de autorização é fundamental para a representação e que o Parlamento é um espaço de discussão entre aqueles escolhidos para representar a nação, e não grupos específicos. O Parlamento deve ser entendido, deste modo, como um espaço de discussão e não de apresentação de ideias pré-decididas, sendo que o representante deve ser livre para tomar decisões, sem estar amarrado a decisões anteriores de um grupo. A principal crítica endereçada a esta concepção de representação é que a total liberdade de ação aos representantes pode ser muito problemática, porque pode haver casos em que representantes buscam se beneficiar individualmente de suas posições privilegiadas na tomada de decisões para decidir a favor próprio. Assim, não só estariam livres para deliberar racionalmente pela melhor decisão para a nação, mas também para decidir em benefício próprio.

Tentando compatibilizar os problemas e as vantagens de cada viés – tanto um representante totalmente livre e independente da vontade dos constituintes quanto um representante que nada decide, mas apenas emite uma decisão prévia vinculada ao grupo, são concepções limitadoras de representação –, a discussão sobre a necessidade de responsabilização dos representantes, ainda que haja independência de decisão durante o mandato, emerge como fundamental nesse debate.

Quando se tem em perspectiva que o elemento legitimador de um governo representativo que se apresenta como democrático é a vinculação das suas instituições e, portanto, das decisões tomadas no âmbito dessas instituições, à *vontade coletiva* (visto que a viabilidade de um governo exercido diretamente pelo povo é complicada em sociedades muito populosas), a discussão sobre *accountability* se coloca de modo central para esta concepção de democracia.

O modelo apresentado por Pitkin (1967) aponta também algumas limitações das interpretações menos estruturadas de *accountability*. Em um entendimento mais esquemático, a *accountability* se vincula ao momento de avaliação, por parte dos constituintes, das ações realizadas por seus representantes durante o mandato. Deste modo, a autorização em uma eleição não se referirá apenas a um momento de “passe

livre” para a atuação representativa, mas de avaliação das ações tomadas, sob autorização da população, durante o mandato que se passou. Esse momento se constitui, então, como o espaço de prestação de contas sobre o que foi e o que não foi realizado no mandato, com a decisão de recondução ou não ao cargo de representante. As fraquezas desse modelo – a mais óbvia é o distanciamento entre representantes e constituintes durante o mandato – conduzem Pitkin (1967) a apresentar um modelo de representação, que ela nomeia como *substantiva*, que combina a *accountability* com uma performance mais contínua da população durante o mandato. Na representação substantiva a prestação de contas é um processo a ser realizado pelos representantes sob cobrança dos representados. O corpo de representantes deve ser responsivo ao povo, que, por sua vez, deve ter mecanismos de controle sobre os governantes. A *accountability* se apresenta como a garantia do fluxo de informações entre representantes e representados, sendo a eleição um mecanismo fundamental para seu exercício: ela compõe o momento de autorização, da delegação de poder e da avaliação (ou “julgamento”) da *accountability*. Nesse modelo, o representante foi autorizado a agir, portanto tem liberdade de ação durante o mandato, com a possibilidade de agir de modo contrário a seu eleitorado, mas deve ser capaz de explicar as razões que orientaram as posições que tomou.

Os argumentos desenvolvidos por Pitkin (1967) são até hoje centrais no debate sobre a representação política, assim como a viabilização real da *accountability* parece a ser a fórmula que resolveria os “problemas” da representação que os governos representativos contemporâneos apresentam. Assim, teórica e politicamente a *accountability* e alguns mecanismos de controle que não chegam à sua complexidade (como a ideia de transparência nas contas públicas, por exemplo) são pontos centrais do debate sobre o desenvolvimento de uma representação mais ajustada, em um entendimento de que o que falta às democracias representativas (ou às “democracias”, de modo geral, pois a representação já está subjacente ao substantivo não-adjetivado) é uma *accountability* “que funcione”.

No entanto, ao se analisar a própria *accountability*, alguns problemas são claramente ressaltados, como apresenta Miguel (2005). Para que a *accountability* “funcione”, é preciso, por exemplo, que a população tenha controle da agenda pública, ou seja, dos temas que serão alvo de deliberação. A definição da agenda é uma das disputas centrais nas democracias contemporâneas, e alguns grupos já estabelecidos são muito mais eficazes na definição de centralidade de seus temas. No que interessa a esta investigação, questões identificadas com o universo das mulheres são claramente

relegadas a um espaço menor, visto que a maior parte dos indivíduos que consegue influenciar a agenda pública é homem – além da justificativa de universalidade se referir, em termos finais, ao universo masculino. Ao mesmo tempo, o eleitorado deve ser capaz de operacionalizar o controle das questões deliberadas pelos representantes, o que exige qualificação no debate, elemento que não se dá automaticamente. De modo geral, representantes são muito mais preparados para agir politicamente do que o eleitorado em controlá-los. A proximidade com a tomada de decisão é um importante qualificador as ações políticas e o modelo liberal, que separa esfera pública da esfera privada, priorizando a liberdade individual na esfera privada e o distanciamento com as questões públicas, não é o maior motivador para essa qualificação política da população.

Avaliando-se especificamente as ações dos representantes e a prestação de contas que devem realizar, outro problema surge quando se consideram os grupos aos quais os representantes já são responsáveis. Nas democracias representativas, o modelo de apresentação de candidaturas é monopolizado (com algumas raras exceções, em poucos países) pelos partidos políticos – e, assim, os representantes prestam contas prioritariamente a seus partidos, que são instituições capazes de aumentar ou diminuir o apoio às candidaturas, o que é central nas disputas eleitorais. Além da prestação de contas às instituições partidárias que viabilizam suas candidaturas, os representantes que buscam se (re)eleger prestam contas também a grupos muito específicos: seus financiadores de campanha. Considerando o preceito igualitário liberal de “um homem, um voto”, um cidadão comum possuidor de seu voto certamente tem um peso muito pequeno se comparado ao financiador de campanha, munido de seu “um voto” mais fundos de campanha – ou, em alguns países, como o Brasil, um cidadão frente a conglomerados empresariais com interesses estratégicos na eleição de determinados candidatos.

No que tange a esse trabalho, a problematização das desigualdades de gênero na política tornam o cenário de problemas ainda mais complexo. Em uma sociedade dividida a partir de parâmetros que privilegiam homens (brancos, heterossexuais, proprietários etc.), a estrutura do jogo político já está gendrificada. Buscar um projeto de uma melhor representação impõe a necessidade de serem pensadas as estruturas de privilégios e barreiras que são impostas politicamente. Quando se planeja o desenho de mecanismos que propiciem maior controle dos representantes e suas ações por parte dos seus constituintes, é fundamental pensar que esses representados não são todos iguais – eles também são divididos entre diversos grupos que possuem poder político,

reconhecimento social e capacidade de ação diferenciados em seu gênero, sua raça, sua etnia, sua orientação sexual etc.

Considerando as importantes ideias de Pitkin (1967) para o debate sobre representação, é bastante fácil verificar que, na prática, a *accountability* em seu modelo mais inicial não funciona. Os fundamentos para a representação substantiva de Pitkin, calcadas em uma operacionalização mais efetiva da *accountability*, tampouco funcionam. Se considerarmos as desigualdades de gênero nesse contexto, o cenário é ainda mais nebuloso. As autoras que são sensíveis a essa questão, filiadas ao que se denomina comumente de teoria política feminista, tentam, entre diversas questões, lidar com o desafio de discutir a representação política em bases mais igualitárias, participativas e inclusivas. Suas contribuições vão desde a superação da noção de preferências e interesses objetivos até a discussão sobre as identidades de grupos no contexto de inevitável representação política nas democracias contemporâneas.

1.2. O DEBATE FEMINISTA (DO NORTE GLOBAL) SOBRE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

A preocupação central da teoria política feminista, enquanto área do conhecimento que vem impondo fortes questionamentos à estrutura da teoria política “tradicional”, diz respeito às desigualdades de gênero na esfera política. No entanto, as autoras que se localizam nesta vertente trabalham com as questões de desigualdades no geral, a partir de uma perspectiva de gênero – afinal, as desigualdades políticas se dão muitas vezes de forma composta e multicausal, como, por exemplo, a opressão sobre as mulheres lésbicas, que se encontram sob um contexto que as desprivilegia por serem “mulheres lésbicas” e não por uma adição de desigualdades de duas categorias não-relacionadas.

Muitas autoras e (alguns) autores realizam trabalhos sobre o tema e as abordagens que se apresentam como referências fundamentais no debate específico sobre a representação política⁵ e a questão da ausência das mulheres nessa esfera são os trabalhos de Iris Marion Young (2000) e Anne Phillips (1995)⁶. Essas autoras discutem princípios da representação política e os meios de inclusão de grupos que se apresentam

⁵ É preciso ressaltar que a discussão é dominada por autoras da tradição anglófona, do eixo Estados Unidos-Inglaterra.

⁶ Essas autoras desenvolveram diversos estudos sobre o tema, mas suas obras mais centrais na discussão sobre gênero e a esfera da representação política são aquelas aqui referenciadas.

em situação de minoria política. Admite-se a possibilidade da abordagem sobre representação em um sentido mais amplo, como nos trabalhos de Nancy Fraser (2005)⁷, que pretende discutir a representação em esferas transnacionais, mas a discussão que mais interessa ao propósito deste trabalho se refere especificamente aos arranjos representativos contidos nos Estados nacionais.

Não há uma unidade entre as abordagens, mas é possível identificar em uma parcela importante da teoria política feminista um esforço de rompimento com as premissas liberais do indivíduo como único sujeito político legítimo (observando a necessidade de admitir grupos como sujeitos de direitos) e da igualdade formal entre cidadãos (criticando a desigualdade substantiva e real das democracias ocidentais e buscando combatê-la). No entanto, não há uma unidade na teoria política feminista, mas várias formas de apresentar as análises que ressaltam a falta de reconhecimento das mulheres como atores políticos. Entre elas, se destacam a “política do desvelo” ou “ética do cuidado” (em uma tradição essencialista sobre o feminino bastante referenciada aos debates das décadas de 1970 e 80), a “política de presença” (em uma reinterpretação do conceito de representação descritiva definido por Pitkin (1967) como um modelo inadequado por uma ingenuidade na crença de que basta a similitude entre corpo representativo e conjunto de representados) e a “política da diferença” (inscrita dentro de uma corrente teórica multiculturalista, com foco em questões de igual respeito e diversidade cultural).

A política do desvelo ou ética do cuidado é um pensamento que busca justificar a necessidade da presença feminina nas instâncias representativas porque as mulheres seriam moralmente diferentes dos homens. Com o argumento da sensibilidade e solidariedade femininas, as mulheres abrandariam o caráter agressivo da atividade política, através da sua disposição ao cuidado e ao altruísmo. Segundo Miguel (2001), a abordagem da política do desvelo carrega um subtexto que nega a manifestação de interesses próprios das mulheres, que representariam a imagem da “mãe”. Embora apresente a crítica do modelo vigente e a defesa da inclusão política das mulheres, a ética do cuidado reafirma a existência de uma essência das mulheres relacionada aos papéis de gênero da sociedade patriarcal, cuja principal representação feminina seria o

⁷ Após um debate fecundo entre Young e Fraser (publicado em diversos números da *New Left Review*, em 1997), Nancy Fraser introduziu a categoria “representação” em seu modelo teórico. No entanto, o conceito foi introduzido sem a discussão dos limites empíricos que se relacionam ao modelo mais tradicional de representação política, aquele centrado nas instâncias representativas dos Estados nacionais, como o Parlamento.

papel maternal. Mesmo sendo importante ressaltar a existência desta abordagem e a sua recorrência no discurso político, essa vertente traz os argumentos mais limitados que a própria teoria política feminista busca enfrentar, como o subtexto de que há uma “essência” feminina que faz com que as mulheres sejam voltadas ao cuidado com os demais, portanto sendo capazes de fazer uma política menos egoísta do que os homens, como se isso fosse um atributo que tende a ser natural.

A inspiração central para a abordagem da “política de presença” – capitaneada em especial por Anne Phillips (1995) –, são os teóricos da democracia participativa, que já observavam a necessidade de democratizar a vida cotidiana dos cidadãos, profundamente marcada por questões que iam da esfera do trabalho às relações domésticas⁸. Neste cenário, atentou-se para o fato de que a posição das mulheres na esfera doméstica é subordinada e que a reestruturação da responsabilidade sobre o trabalho doméstico é essencial, visto que a democratização da vida cotidiana levaria a um processo educativo de tomada de decisões que incrementaria a qualidade da democracia na sociedade – visto que, no modelo da democracia participativa, o envolvimento de todos os cidadãos nas questões políticas é fundamental para que as decisões sejam tomadas pela base, o que se contrapõe à política de inspiração elitista da democracia representativa, especialmente no modelo schumpeteriano. Apresentando o combate da divisão entre público e privado realizado pela teoria política feminista, expresso em seu clássico lema “o pessoal é político”, Anne Phillips (1991) explicita que o insulamento da mulher na vida doméstica é um fator de impedimento para a sua participação política efetiva. O combate a esta divisão não só abriria espaço para as mulheres na esfera pública, mas também a esfera doméstica seria aberta para os homens (S. M. MIGUEL, 2000).

A política de presença parte da verificação dos limites da política de ideias, que prega a representação de interesses (nos termos de Pitkin, “o que o representante faz”), e defende a adoção de uma política que garanta o ingresso dos grupos como sujeitos de direitos na esfera pública. Esta abordagem parte da desilusão com a capacidade de efetivar a *accountability* e garantir a responsividade dos representantes, focando-se então em um modelo alternativo de representação baseado especialmente na política de cotas como uma medida provisória para corrigir as desigualdades históricas entre os grupos (Phillips, 1995). A política de presença se relacionaria, na tipologia de Pitkin

⁸ Entre as principais abordagens da democracia participativa estão os trabalhos de Carole Pateman [1970, 1988], teórica participacionista e feminista.

(1967), à representação descritiva, na qual a semelhança entre o corpo de representantes e o conjunto de representados é o elemento principal para definir a representação política. Na visão de Pitkin, essa é uma interpretação ingênua da representação política, porque o grau de semelhança entre o microcosmo representativo e o todo da população não garantiria um bom exercício do corpo representativo.

Apesar da interpretação de Pitkin, a ideia de que o corpo representativo deve ser minimamente semelhante com o conjunto da população se refere à ideia de que a diversidade que existe na sociedade deveria estar contida no conjunto daquelas pessoas que foram autorizadas para tomar as decisões. Essa visão se desenvolve anos depois da publicação da obra de Pitkin, especialmente após 1968, em um momento de fortalecimento dos movimentos sociais – e, pontualmente, do desenvolvimento da segunda onda do movimento feminista – e da defesa da presença de grupos politicamente marginalizados nos espaços de tomada de decisão.

A defesa da política de presença na esfera da representação política com foco nas mulheres deriva, em parte, da noção intuitiva de que as mulheres são pelo menos a metade da população e que a sua representação atual deixa muito a desejar em termos de proporcionalidade. No campo dos debates sobre representação, a política de presença aparece como uma tentativa de revalorização dos modelos de democracia descritivos, mas isso não resolve automaticamente os seus problemas, especialmente aqueles relacionados à política de cotas, um instrumento central para sua efetivação. Algumas questões desta abordagem se referem à definição da clivagem que deve ser representada (por que devem ser representadas mulheres, e não crianças, por exemplo?), ao seu conservadorismo potencial (as cotas poderiam perpetuar as diferenças que buscam abolir, porque estas são constantemente reafirmadas) e ao seu “essencialismo” (mulheres não são todas iguais e não têm interesses convergentes só porque pertencem ao mesmo grupo) (MIGUEL, 2000). Os teóricos da política de presença, como Phillips, mesmo que desafiem a ideia de que a representação formalista, segundo definição de Pitkin (1967), seja melhor, defendem a representação descritiva ao mesmo tempo que não negam a importância da autorização (da tomada de decisões a terceiros, no momento eleitoral) e também da *accountability* para a legitimação do vínculo entre representantes e representados (MIGUEL, 2003). Deste modo, a defesa da política de presença não significa uma recusa da política de ideias, mas uma reforma necessária do modelo representativo que até então legitimava apenas a representação de interesses.

Assim como parte da vertente participacionista da teoria democrática, o multiculturalismo também trabalha com as discussões sobre a marginalização das mulheres, inclusive na esfera da representação política, dentro da discussão sobre a participação política de grupos minoritários. Sua abordagem é marcada pela defesa da diversidade e focaliza especialmente as questões sobre justiça – esta última, desde a publicação de *Uma teoria da justiça*, de John Rawls, em 1971, domina o debate central da área de teoria política. Um argumento central do multiculturalismo é de que há minorias oprimidas no mundo contemporâneo que lutam pelo direito à diferença e não têm uma identidade generalizável (SOUZA, 2000). As mulheres, analisadas por esta abordagem, são compreendidas como uma minoria política que luta para que seus interesses e perspectivas sejam politicamente e socialmente reconhecidos, cuja especificidade não pode ser generalizada no direito liberal de igualdade perante a lei (que garante sua existência formal, mas não se realiza na prática).

A visão liberal tradicional critica a aplicação de direitos específicos, entendendo que esta ação indica privilegiamento de grupos minoritários, o que feriria o direito liberal à igualdade de todos perante a lei. Contra essa afirmação, o argumento da vertente multiculturalista afirma que a adoção de medidas específicas para grupos politicamente e socialmente marginalizados é importante para enfrentar as desigualdades, e não é um estímulo a elas (KYMLICKA, 1995).

Uma abordagem de fundo multiculturalista na teoria política feminista é a “política da diferença”, cujo maior expoente é Iris Marion Young. A autora afirma que é necessário eliminar os padrões de opressão e dominação das sociedades contemporâneas, que só podem ser entendidos através dos grupos que são foco destes padrões (YOUNG, 2000). O grupo é um sujeito político não somente por ser alvo da opressão e da dominação, mas porque forma as individualidades dos indivíduos e os posiciona socialmente (MIGUEL, 2005b). Além disso, o não-reconhecimento dos grupos é entendido por Young como fruto da opressão e da dominação, diferenças estruturais, mais do que diferenças culturais.

Young (2000) afirma que opiniões (julgamentos) e interesses (guia para atingir objetivos) destes grupos podem ser representados, mas as perspectivas, definidas pelas experiências e trajetórias de vida dos indivíduos ligados aos grupos, não podem ser representadas por aqueles que não as compartilham. As opiniões e interesses são mais objetivos e se relacionam a conteúdos, mas “a perspectiva social é o ponto de vista que os membros de um grupo mantêm sobre os processos sociais em função das posições

que neles ocupam” (YOUNG, 2006 [2000], p. 164) e, portanto, não se relaciona a conteúdos unificados, mas a uma abordagem de interpretação dos eventos sociais. A representação, para a autora, envolve as três dimensões (opiniões, interesses e perspectivas), mas apenas as últimas justificam a necessidade dos atores em questão incidirem diretamente nos debates e tomadas de decisão. Aqui, assim como na discussão da “política de presença”, não se trata da substituição de um tipo de representação baseada em interesses por uma fundamentada apenas na presença, mas a consideração de que uma representação que se funde apenas nos interesses será muito incompleta por causa da ausência dos grupos – no caso da política de presença, pela sua própria ausência; pelo viés da política da diferença, porque perspectivas sociais não podem ser legitimamente representadas, apesar da possibilidade de representação de opiniões e interesses dos grupos ausentes por outrem.

Os ideais do liberalismo e da teoria do contrato, base do desenvolvimento da ideia moderna de Estado, molde fundamental para os sistemas políticos ocidentais contemporâneos, são criticados por Young (1990) por presumirem uma homogeneidade entre os cidadãos que força a exclusão de grupos e indivíduos que não se ajustam ao modelo de cidadão racional (um tipo tido como universal, mas que se revela bastante específico – homem, branco, proprietário, heterossexual etc). Esses mesmos pressupostos também se ajustam à tradição republicanista. Segundo a autora, o ideal do público cívico legitima a exclusão de mulheres por entendê-las como zeladoras da afetividade e do reino privado das necessidades, desempenhando esses papéis para que os homens não se afastem da universalidade da razão. Esses pressupostos excluem tudo o que pode influenciar a prática com diferenciação, sejam diferenças de gênero, cultura, etnia ou sentimentos, entre outros, o que não é aceitável, porque a concepção de público não deveria excluir nenhuma pessoa, aspecto de vida ou tópico de discussão, e sua meta deveria incluir o reconhecimento e a apreciação de diferenças. Assim, todos os grupos politicamente excluídos deveriam ter o direito de expressar a sua perspectiva social.

Sendo as abordagens da “política de presença” e da “política da diferença” aquelas que mais avançam em termos de reflexão sobre os premissas do conceito de representação política e, especialmente, de impacto político real na discussão mais contemporânea sobre inclusão de grupos marginalizados, é preciso aprofundar-se nelas para a discussão das questões colocadas neste trabalho – a profunda desigualdade de gênero nas esferas de tomada de decisão política, as estruturas de oportunidade para a

inclusão de mulheres no Parlamento e a identificação dos padrões de candidatura vitoriosa nas democracias brasileira, argentina e uruguaia.

1.2.1. A abordagem de Phillips: “a política de presença”

Desde a década de 1970 os teóricos da democracia participativa questionam os modelos da representação política da democracia liberal, com foco (maior) na autorização e (menor) na *accountability*. Embora sejam bastante críticos, estes teóricos não dispensam a funcionalidade da *accountability* para a democracia. No entanto, interpretações mais radicais buscaram mostrar que ela não funciona e que outro conceito de representação deveria ser revalorizado: a representação descritiva.

A argumentação da política de presença focaliza quem são os representantes, denuncia a ausência de diversos grupos sociais na esfera da representação política – em especial, as mulheres –, e se contrapõe à política de ideias, caracterizada por Phillips como um modelo no qual o importante são os interesses dos representantes, vinculado ao modelo vigente das democracias ocidentais. Na política de ideias, o vínculo entre representante e representado são os seus interesses. Phillips (1995) afirma que a democracia representativa é focada na *accountability*, o que retira dos cidadãos a possibilidade de ação política direta nas ações do governo e lhes oferece apenas, nas eleições, a oportunidade pontual de exigir que as promessas dos representantes sejam cumpridas. Além disso, é minimizada a importância de quem *são* estes representantes. Não se dá atenção ao sentimento de exclusão política de diversos grupos definidos por seu gênero, etnia ou raça, e o ponto fraco deste modelo é não perceber que a política envolve interesses, mas também identidades. Deste modo, a defesa pela representação de identidades é o motor central da reivindicação da presença de grupos minoritários nas esferas representativas, observando que sua identidade não é redutível à política de interesses. Isso não significa que a questão das diferenças foi deixada de lado na política de ideias, mas que este modelo reduziu o seu espaço à discussão sobre interesses, crenças e opiniões, se mostrando inadequada para resolver questões de exclusão política. O sentimento de exclusão política das mulheres, por exemplo, não pode ser resolvido com a representação de suas ideias por representantes homens.

Admitindo-se que a política de presença não se efetua espontaneamente, Phillips destaca as mudanças em implementação, com o retorno da ideia de representação descritiva. Seu foco principal está nas medidas que veem o gênero, a raça e a etnia como

elementos fundamentais na definição dos representantes e que procuram garantir sua presença igual ou proporcional, através de intervenções deliberadas, como as cotas.

Phillips ressalta que o precursor maior destas ideias foi o movimento pela “representação do trabalho”, ressaltando as diferenças de classe no final do século XIX e começo do século XX, quando foram criados os partidos trabalhistas e social-democratas. Outro precursor é a teoria da democracia consociada de Arend Lijphart (2003 [1999]), que trata sobre sociedades divididas em um eixo religioso ou linguístico com graves conflitos com garantia de recursos de poder para vários grupos.

Os defensores da política de presença enfatizam as cotas destinadas aos grupos minoritários como principal mecanismo para garantir o seu acesso à esfera da representação política. Isto não significa que os defensores da política de presença deixam de lado a política de ideias. O que se ressalta é que a representação política não é constituída simplesmente pela representação de interesses, mas também que a presença não é suficiente para garantir a representação – deve-se, portanto, conciliar presença e interesses. Deste modo, é possível compreender melhor porque os teóricos da política de presença não defendem o sorteio, mecanismo que garantiria com maior facilidade a representação política como “amostra representativa” da sociedade. Mesmo que a eleição seja conflitante com a ideia de política de presença (e seja normativamente identificada como um mecanismo aristocrático, é preciso ressaltar), um sorteio como método de seleção de representantes, embora seja altamente democrático na garantia de igualdade entre todos os cidadãos, não garante a política de ideias, que não é descartada pelos teóricos da política de presença.

1.2.2. A abordagem de Young: “a política da diferença”

De modo geral, os trabalhos de Iris Young apontam para a discussão do quadro institucional do liberalismo, cuja característica central é a definição dos *indivíduos* como sujeitos de direito, de maneira indiferenciada, e propõem mecanismos para que também *grupos* tenham acesso às esferas de discussão política. Young discute a sub-representação dos grupos e afirma que não basta assegurar um direito de participação política formal, sendo preciso criar instrumentos mais efetivos para sua inclusão.

Young trabalha com a questão da representação dos grupos a partir da realização de críticas à ideia liberal de uma “razão desencarnada”, baseada principalmente nos trabalhos de Kant, que se reproduzem contemporaneamente nos trabalhos de Habermas

– cuja teoria da ação comunicativa a autora admite ser um ponto de partida fundamental para a rediscussão da representação de grupos – e Rawls. Segundo Young (1990), a “razão desencarnada” abstrata, apesar de ser discutida como se referisse a todo o conjunto de seres humanos, se mostra historicamente nos debates teóricos como uma característica ligada ao mundo masculino que se opõe à noção de afetividade, esta representada pelo mundo feminino. Assim, exclui-se das decisões políticas qualquer menção à afetividade, relacionada ao que seria um mundo feminino (fundamentalmente não-político).

A teoria da política da diferença apresentada por Young, apesar de compartilhar visões sobre questões importantes com o pensamento multiculturalista – que se baseia, principalmente, na percepção de que nas sociedades coexistem diferentes valores culturais que devem ser igualmente respeitados –, envolve uma abstração teórica maior, em especial na discussão sobre a “razão deontológica” de origem kantiana. Em sua crítica, Young observa que tanto o “imperativo categórico” kantiano quanto o “véu da ignorância” rawlsiano e a “situação de fala ideal” habermasiana se fundamentam em uma razão ideal externa ao mundo, desconsiderando o ambiente no qual o indivíduo está inserido e suas características, trabalhando em um nível de abstração que desencarna o ser humano em questão. Ao mesmo tempo, o conceito de razão utilizado nestas construções teóricas é hierárquico e dicotômico, baseando-se na expulsão de qualquer traço de afetividade. Neste ponto, a questão de gênero ganha importância, porque na tradição da teoria política as mulheres são associadas ao reino da afetividade, o privado, e essa razão formadora de indivíduos políticos se colocaria disponível na esfera pública apenas para aqueles que se oporiam à afetividade: os homens (YOUNG, 1990).

A crítica da razão deontológica com a observação de seu caráter “desencarnado” também é realizada pelos autores comunitaristas (como, por exemplo, Charles Taylor (2005, [1989])), que trabalham com um ideal de justiça ligado aos valores comunitários e ressaltam a noção de “comunidade” como um local que situa os indivíduos e dá sentido à sua vida. No entanto, a visão de Young também é contrária a esse ideal de comunidade, que enquadra os indivíduos homogeneamente às comunidades, eliminando as diferenças internas dos indivíduos dentro dos grupos.

Na abordagem de Young, são importantes as visões de convivência na diferença (ideia contrária tanto à “razão desencarnada” quanto ao “comunitarismo conservador”), ao mesmo tempo que se ressalta a necessidade de inclusão e reconhecimento de grupos na esfera pública, buscando-se resolver os problemas da desigualdade política. Para a

autora, é importante a eliminação dos padrões de opressão e dominação das sociedades contemporâneas, entendendo-se *opressão* como o impedimento do desenvolvimento das capacidades dos indivíduos pelas estruturas sociais e *dominação* como o impedimento de participação das pessoas no processo de tomada de decisões sobre suas próprias vidas, pelas condições institucionais. Aproximando-se da discussão de Nancy Fraser (2001, [1992]), que aponta que questões relacionadas à desigualdade material são tão importantes quanto a busca por reconhecimento da identidade dos grupos, sendo insuficiente o foco em apenas um desses aspectos, Young admite que a questão da redistribuição material é importante, mas que é apenas um aspecto entre vários que tocam a questão da justiça social, devendo-se também contar com mecanismos de promoção do reconhecimento dos grupos.

O foco nos grupos sociais é importante e deve ser ressaltado porque permite mostrar que modelos abstratos que trabalham apenas com indivíduos, sem situá-los nos grupos nos quais estão inseridos, não são capazes de explicar a questão da (in)justiça social, e apontam também que os grupos não são meras agregações de indivíduos. Os critérios de definição dos grupos são socialmente relevantes, porque influenciam a diferenciação dos indivíduos. A sociedade dá significado a esses critérios, que constituem a identidade dos indivíduos e diferenciam as posições sociais.

Young (2000) defende a adoção de medidas que tratem diferenciadamente os grupos que estejam em condição de desvantagem estrutural na sociedade. Elas são necessárias porque a igualdade formal liberal não foi suficiente para garantir a igualdade substantiva das pessoas e grupos, porque a desigualdade é estrutural. Para criar condições especiais que compensem o histórico acumulado de desigualdade estrutural, Young sugere algumas linhas de ação, como, por exemplo, a facilitação da auto-organização dos grupos em desvantagem pela sociedade, o oferecimento de formas de acesso aos espaços de decisão e a garantia de poder de veto a decisões que os afetem. Medidas como estas melhorariam as condições para que os grupos em situação de desvantagem formulem seus próprios interesses.

Um ponto central da obra de Young é a proposta de interpretação da representação política não como substituição ou identificação (o representante não está “no lugar” do representado), mas como “um relacionamento diferenciado entre atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo” (YOUNG, 2006 [2000], p. 143). Para a autora, o mais importante é que a posição similar na

sociedade gera uma perspectiva social, que pode ser incluída na discussão pública pela representação de grupos.

Apesar de ver a democracia direta como vigorosa, Young não dispensa a representação política nas sociedades contemporâneas por motivos bastante óbvios: a questão da escala. Não é possível estar presente em todos os processos de tomada de decisão que afetam a vida dos indivíduos em sociedades complexas. Para Young, as instituições representativas não são contrárias à participação dos cidadãos, em um modelo de democracia deliberativa (o ponto de partida habermasiano que Young vê como importante), mas são necessárias para seu funcionamento.

Young interpreta a discussão e a deliberação democráticas como processos mediados e dispersos ao longo do espaço e do tempo, visto que não é possível que todos estejam em todos os lugares ao mesmo tempo para deliberar. A relação entre representantes e representados é mediada, sem necessariamente ser idêntica ou contrária. Reconhece-se, assim, que há diferenças entre o representante e o representado, mas a autora atenta para que a função do representante de “falar por” seus representados não seja confundida por “falar como” seus representados. Não há uma vontade do povo única e específica a ser representada e a autora observa que os sistemas de representação deixam de ser “suficientemente democráticos” não por seus representantes deixarem de colocar as vontades de seus eleitores ou do povo, mas porque eles perderam a conexão entre si.

Young cita a tipologia das formas de representação política de Pitkin, admitindo que, assim como esta autora, o conceito de representação envolve tanto a autorização quanto a *accountability*, mas afirma que Pitkin não conseguiu realmente relacionar estes dois aspectos. Assim, propõe que eles possam ser pensados em conjunto se a representação for concebida como um processo diferenciado e mediado no espaço e no tempo:

A representação consiste num relacionamento mediado entre os membros de um eleitorado, entre este e o representante e entre os representantes num organismo de tomada de decisões. Na qualidade de um relacionamento prolongado entre os eleitores e seus agentes, a representação oscila entre momentos de autorização e de prestação de contas: é um ciclo de antecipação e retomada entre os eleitores e o representante, no qual seus discursos e ações devem carregar vestígios de um momento a outro (YOUNG, 2006 [2000], p. 151).

Na tentativa de repensar a representação de forma que promova inclusão política e legitimidade democrática, Young afirma que a conexão entre representantes e representados pode ser promovida ou impedida pelo desenho das instituições representativas e que, na maior parte das democracias existentes, o momento da *accountability* é mais fraco que o da autorização. A qualidade da democracia dependerá, assim, de como estão conectadas as posições diferenciadas do representante em relação aos representados.

Os aspectos ou afinidades que devem ser representados são numerosos, mas a autora busca distinguir três categorias de aspectos pelos quais uma pessoa pode ser representada: interesses, opiniões e perspectivas. Para Young (2000), interesses afetam as metas dos indivíduos ou grupos e são auto-referentes, definindo-se como os meios para que se alcancem fins determinados. São metas para que o agente alcance seus objetivos. As opiniões são princípios que fundam julgamentos sobre as coisas; são os princípios, valores e prioridades assumidas pelo agente e condicionam seu julgamento sobre quais fins devem ser buscados. Já as *perspectivas* – um novo elemento introduzido por Young ao debate sobre representação, que teve diversas repercussões no âmbito geral da teoria política e bastante influência na ciência política brasileira de cunho crítico – são pontos de vista estruturados pelas experiências de vida dos agentes. Pessoas que estão em diferentes posições sociais apresentam diferentes compreensões sociais, derivadas daquele posicionamento. Diferentes posicionamentos derivam diferentes sintonias com determinados significados, sendo possível que algumas pessoas possam estar posicionadas de forma a não ter consciência sobre alguns significados. A partir de diferentes posicionamentos, as pessoas com perspectivas diferenciadas podem interpretar de maneiras diferentes o significado de ações, eventos, regras e estruturas. Agentes próximos no campo social – daí a noção de espaço e temporalidade se mostra fundamental para se entender a interpretação de Young – apresentam pontos de vista, ou *perspectivas*, semelhantes sobre este campo, enquanto agentes distantes tendem a interpretar este campo de maneira diferente. O compartilhamento de perspectivas oferece uma afinidade que não pode ser atingida pelas pessoas que estão posicionadas diferentemente. O aspecto mais interessante da perspectiva é que este conceito busca compreender como diferentes posicionamentos incidem sobre diferentes experiências, sem definir um conteúdo unificado para o que é percebido. Em sociedades complexas, os indivíduos ocupam diferentes posições sociais e, portanto, interpretam a sociedade a

partir de uma pluralidade de perspectivas, que é exatamente o que permite a comunicação entre pessoas diferentemente posicionadas. As perspectivas, assim, não são conflitantes como os interesses e as opiniões, mas “oferecem questões adicionais e compreensões sociais mais plenas” (YOUNG, 2006 [2000], p. 169).

Para que a representação de grupos seja de fato realizada, Young (2000) ressalta a afirmação de Phillips (1995) sobre a necessidade de implementação de mecanismos que garantam a inclusão política e que vão além do mero compromisso com a igualdade política – até mesmo porque, formalmente, as democracias liberais são comprometidas com esta igualdade. Contra as objeções que afirmam não existir uma unidade nos grupos a serem representados (e a questão da definição de grupos é uma questão central, já apontava Phillips), Young afirma que a representação de grupos não deve se pautar por uma lógica identitária que funcione somente com base nos atributos compartilhados pelas pessoas. A noção de representação da perspectiva desenvolvida por Young tem o objetivo de responder a essas objeções, buscando mostrar que os grupos se distinguem e são diferenciados por relações estruturais, particularmente de privilégio e de desvantagem, e que as pessoas socialmente posicionadas de maneira próxima possuem perspectivas similares quanto à sua posição social e às demais posições.

A pluralização das perspectivas pode transformar os sistemas de representação e a sociedade de diversas maneiras: estimulando a participação de grupos historicamente marginalizados; revelando a especificidade das perspectivas dos grupos estruturalmente favorecidos e possibilitando a presença de perspectivas sociais que de outra forma seriam excluídas; e trazendo à deliberação uma diversidade de interpretações de mundo e compreensões dos efeitos de propostas políticas diferentemente situadas. Admitindo-se que não há uma perspectiva social unificada a ser representada, a representação de diferentes grupos possibilitaria sua pluralização. Pode-se notar que essa abordagem difere tanto da noção republicanista cívica de que haveria um bem comum unificado a ser implementado em uma sociedade, quanto da conceptualização liberal que concebe a sociedade como um conjunto de indivíduos atomizados, esquecendo-se de considerar as experiências compartilhadas por indivíduos socialmente e politicamente situados – ou seja, não-desencarnados.

Young ainda afirma que embora na maior parte das vezes se analise a representação política apenas em relação aos órgãos legislativos nacionais, a representação de perspectivas sociais pode também ocorrer em legislaturas locais, comissões dos poderes públicos, nos partidos políticos, nas associações civis, instâncias

judiciárias, audiências públicas, conselhos e outras esferas que não sejam determinadas apenas pelo voto dos cidadãos. Além disso, é nas esferas públicas da sociedade civil que as perspectivas sociais se consolidam e ali é o meio mais efetivo de manutenção das conexões entre representantes e representados, além de ser o espaço de realização efetiva da *accountability*.

1.2.3. Por que as contribuições de Phillips e Young são fundamentais para a teoria da representação?

As discussões de Phillips e Young sobre as desigualdades nos espaços de representação política em democracias ocidentais se desenvolve não apenas no que se refere às desigualdades de gênero, apesar de ambas estarem claramente vinculadas a esse debate. Ao lado dessa discussão específica, tratam sobre as desigualdades estruturais que excluem variados grupos dos processos de decisão política. Trabalhando em tradições teóricas diferentes – Phillips mais associada ao participacionismo e Young, ao multiculturalismo e ao deliberacionismo – as autoras convergem em suas críticas ao modelo de democracia representativa liberal, que institui formalmente direitos que não são, de fato, atingidos e que servem na manutenção de uma desigualdade estrutural que exclui sistematicamente indivíduos e grupos da esfera política e dos espaços de decisão.

Enquanto Phillips apresenta um modelo de representação que considera quem *são* os representantes e quais são as suas *identidades*, em contraposição aos modelos de representação baseados na autorização e na *accountability* (na abordagem de Pitkin, modelos que discutem o que os representantes *fazem*), Young apresenta um modelo de representação que, ao incluir grupos, o faz com a justificativa da diversidade de perspectivas sociais provenientes de posicionamentos sociais estruturalmente desiguais. Deste modo, quem esses representantes *são* impacta diretamente no que o corpo de representantes *faz*. Assim, a comum objeção que se faz à “política de presença” baseada na afirmação da inexistência de uma unidade identitária a ser representada não pode ser associada à política da diferença, porque ela não é baseada na identidade, mas em algo anterior e mais plural – as perspectivas sociais.

1.3. AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NA ESFERA DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: OS PROBLEMAS DO LIBERALISMO E AS CRÍTICAS DA TEORIA FEMINISTA

As questões colocadas pelas autoras feministas em relação à representação política – como aquelas apresentadas na seção anterior – são viscerais se considerada a organização dos governos representativos contemporâneos que se estruturaram como a principal opção política da contemporaneidade. As democracias liberais, em seus fundamentos de igualdade formal (a principal parte democrática) e defesa das liberdades individuais (a principal parte liberal), não garantem que a inclusão universal ultrapasse a sua formalidade, ou seja, que se realize no mundo real. Os padrões de concentração de poder se reproduzem, a promessa de igualdade entre todas as pessoas cidadãs não se realiza e uma avaliação superficial já é capaz de identificar que o conjunto de quem participa dos processos decisórios não reflete a composição da sociedade como um todo.

Como apontam Miguel e Biroli (2010), apesar da promessa da tradição liberal não se cumprir por si só, não é possível descartar os preceitos liberais ou marcá-los como “inimigos da emancipação política”. O que a teoria política feminista traz, de modo geral, é a verificação de que o liberalismo constitui parte importante do feminismo, em sua defesa da autonomia individual para combater formas tradicionais de subordinação. Não se trata de “jogar fora” a contribuição do liberalismo, ator principal do trajeto que tomou a teoria política desde o pensamento moderno, mas ressaltar que a inclusão cidadã proposta nos moldes liberais deve se realizar de fato. Além disso, há falhas graves de concepção dos indivíduos liberais como possuidores de uma essência universal que os atravessaria, justificando então a exigência de igualdade – indivíduos não são iguais, não há universalidade, e as experiências vividas (e as perspectivas sociais de Young, para usar um conceito importante da teoria política feminista, como apresentado na seção anterior) apontam que há desigualdades estruturantes nas fundações da sociedade liberal que, por sua vez, condicionam a diferenciação social e derrubam o mito de universalidade humana (que, como já explicitado em seções anteriores, é uma ideia que reproduz traços de um grupo privilegiado – homens brancos heterossexuais proprietários etc.).

Como discute Pateman (1993 [1988]), a base do liberalismo (que é um dos fundamentos dos regimes democráticos ocidentais) se constitui na divisão

público/privado e a negação da cidadania às mulheres, que ficam insuladas na esfera privada – e, portanto, fora de qualquer processo de tomada de decisão política – é estruturante da constituição política liberal ocidental. Se considerarmos que a abordagem “vencedora”, que serve de modelo aos sistemas políticos contemporâneos, corresponde ao Estado lockeano, com sua restrição do contrato/pacto (e, portanto, da cidadania) àquelas pessoas proprietárias que não estão submetidas a um contrato anterior, as mulheres, sob o contrato de casamento, ficam logicamente à parte desse processo⁹.

A reivindicação de uma inclusão real das mulheres ao processo político democrático (liberal) para a garantia de abertura da esfera da representação política às mulheres leva à própria reestruturação desse arranjo, que é baseado na divisão público/privado. A teoria política feminista não aponta apenas uma resolução para o problema da exclusão política das mulheres. Abordagens mais alinhadas à busca de efetivação da promessa de igualdade (mas em termos reais) focarão na discussão de que a inclusão das mulheres deve se dar de modo que a política não tenha um viés de gênero na seleção prévia dos atores políticos. Já as abordagens que se baseiam na análise do impacto das diferenças entre mulheres e homens ressaltarão que a tentativa de construção de uma esfera de representação política em relação ao gênero não seria capaz de distribuir poder político para as mulheres (e a mesma lógica se aplicaria a outros grupos marginalizados), visto que o ponto de partida mais “distante” das pessoas que se encontram em posição marginalizada (nessa análise, as mulheres) incrementa as dificuldades de acesso do agente no campo. Além disso, depois de acessada, a estrutura do campo político é gendrificada, ou seja, a questão não se refere apenas ao acesso à representação, mas também ao seu estabelecimento e manutenção em posições de reconhecimento pelos pares: ser uma mulher no campo político tem um efeito diferenciado do que ser um homem, por causa das especificidades vividas por cada pessoa e a relação estabelecida com os demais membros do grupo (e dos grupos “opostos”). Assim, as *perspectivas*, como Young ressalta, são importantes no estabelecimento interno da estrutura da representação política – em um campo majoritariamente estruturado por homens, apenas suas perspectivas definem esse ambiente.

⁹ O mesmo ocorre com os trabalhadores, que estão sob o contrato de trabalho. Para uma discussão mais específica, os apontamentos de Macpherson (1962) sobre o que ele denomina “individualismo possessivo” são muito esclarecedores.

1.4. ABORDAGENS EXPLICATIVAS SOBRE AS BARREIRAS DE ACESSO À REPRESENTAÇÃO FEMININA

A literatura aponta para uma estrutura marcada pelas desigualdades de gênero em suas diversas faces, mas alguns pontos são particularmente relevantes para se entender por que a política é uma atividade majoritariamente masculina. Sendo um problema que fere a promessa de igualdade liberal, que se mostra fraca no critério de existência real, as abordagens interessadas em entender a dinâmica do processo de exclusão feminina da esfera da representação se direcionam desde a estrutura mais básica da sociedade até o papel das instituições internas do processo, como os partidos políticos.

Em uma tentativa de organizar o debate que investiga como se manifestam determinantes da sub-representação política de mulheres, Miguel e Biroli (2010) apresentam três conjuntos de argumentos: o caráter patriarcal das instituições políticas liberais; os padrões culturais e de socialização que constroem a esfera pública como um espaço masculino, inibindo a ambição política das mulheres; e a existência de constrangimentos estruturais à participação política feminina.

O primeiro conjunto de argumentos, que se refere ao fundo patriarcal no qual se desenvolvem as instituições políticas liberais, se refere principalmente à discussão realizada por Pateman (1993[1988]) em *O contrato sexual*, discussão rapidamente apresentada em seções anteriores. De modo geral, a obra de Pateman aponta que a oposição entre as esferas pública e privada é fundamental para a reprodução da submissão feminina, inclusive na definição da divisão sexual do trabalho. Nesse momento fundacional da estrutura política liberal, uma estrutura patriarcal foi estabelecida e as mulheres foram contidas na esfera privada, excluídas da política, que se restringiu à esfera pública. A partir da obra de Pateman (1993[1988]), pode-se perceber que divisão público/privado da estrutura liberal isola as questões públicas em um espaço de exclusividade, porque seu acesso é restrito – por séculos, as mulheres ficaram excluídas politicamente e sua recente cidadania formal ainda não se realizou de verdade na maior parte dos países do mundo. Como apontam Miguel e Biroli (2010), as hierarquias fundamentadas nas diferenças de gênero que impedem a inclusão política das mulheres só podem ser enfrentadas se os pilares do liberalismo forem questionados e a obra de Pateman é central como crítica ao caráter patriarcal da base dos sistemas políticos ocidentais – que deve ser ultrapassado, portanto.

Essa abordagem é uma crítica teórica à estrutura política que estabelece os padrões de organização política liberais, cujos fundamentos se referem à dualidade entre esfera pública e esfera privada que estabelece direitos individuais formais (como o próprio direito de cidadania) no público e relações estruturadas na desigualdade no mundo privado. Essa divisão fundamental não tem impacto localizado, mas transborda para todas as esferas da sociedade – como na própria divisão sexual do trabalho. Deste modo, é possível notar que a formalidade dos direitos individuais iguais e universais não é suficiente para garantir a igualdade real entre homens e mulheres: a submissão feminina estruturada na esfera privada também marca as relações entre mulheres e homens na esfera pública.

A pretensão de universalidade dos direitos permeia todas as justificações do liberalismo político e é fundada na oposição público/privado. Embora exista uma promessa de inclusão política de todos os indivíduos, garantida sua autonomia, opera-se uma exclusão sistemática de alguns deles, como as mulheres. O limite da promessa liberal se mostra claramente na incapacidade de inclusão de indivíduos que destoam dos padrões sociais privilegiados, marcados pela diferença – assim, quem não corresponde ao padrão “normal”, marcado pela racionalidade universal (que é também burguesa), encontra variados obstáculos para a sua incorporação ao jogo político. A universalidade dos valores políticos liberais, nessa interpretação, se apresenta como uma fachada para cobrir padrões de dominação e opressão, não sendo realmente fruto de um consentimento voluntário construído, forjado em um espaço de liberdade de cidadãos em condição de igualdade. A liberdade civil com a qual se preocupa a tradição liberal não é universal, mas marcada por padrões de exclusão. Em sua gênese, a liberdade civil é masculina e proprietária - no estabelecimento do contrato social moderno, mulheres e trabalhadores (e escravos, se remontamos à base econômica das sociedades modernas) não participam do pacto. As diferenças entre os sexos definem, portanto, quem terá direito à cidadania liberal: homens livres são cidadãos, mulheres (naturalmente) subordinadas não terão direito à cidadania. Nas sociedades contemporâneas, o cenário não é exatamente o mesmo da fundação do contratualismo moderno lockeano, mas o patriarcado continua como elemento fundamental, que permeia as relações sociais até a contemporaneidade, especialmente no estabelecimento da divisão público/privado – que se reflete nas consequentes divisões racionalidade/afeto, razão/corpo, masculino/feminino, justiça/particularismo.

O insulamento na esfera privada imposto às mulheres é um fundamento que justifica a sua exclusão da cidadania integral, como ressaltam Miguel e Biroli (2010). Com a exclusão das diferenças, apaga-se também a centralidade da opressão de gênero nas sociedades liberais, e com a adesão aos valores liberais as mulheres apagam o que lhes é específico (e que define a sua exclusão). Deste modo, a pretensão de universalidade do modelo liberal se estabelece, impondo-se com uma justificativa de neutralidade que camufla os processos de dominação operados.

Neste quadro, a preocupação com a inclusão de mulheres se torna mais complexa: como realizar sua inclusão política em um contexto que se pretende neutro em relação ao gênero, partindo de condições desprivilegiadas? As respostas da teoria feminista não são unificadas, mas de modo geral apontam (não só as análises de Pateman, mas de outras teóricas importantes, como Young, Phillips, Fraser e Okin, por exemplo) que o ideal de universalização liberal é um ponto central no impedimento da inclusão. Deste modo, é fundamental mudar as estruturas das democracias para que os grupos marginalizados, oprimidos e dominados garantam a sua inclusão política. Nessas estruturas, a marginalização não é um desvio ou uma exceção, mas um de seus pilares constitutivos, por causa da pretensão de universalidade – desde os contratualistas modernos até as mais recentes teorias da justiça do igualitarismo liberal. Ao mesmo tempo, não basta a crítica ao modelo liberal, sendo necessária uma reorganização efetiva da esfera pública e da esfera privada, derrubando essa divisão estanque das áreas de atividade humanas.

Segundo Miguel e Biroli (2010), as demais abordagens sobre as barreiras que fecham os portões de acesso à representação para as mulheres se focam em discussões mais empiricamente referenciadas, discutindo instituições específicas do arranjo político representativo e se distanciando da crítica aos fundamentos da organização política liberal. Outra explicação se refere aos constantes incentivos de socialização que constroem a esfera pública como masculina e acabam por inibir o que a literatura sobre recrutamento político denomina “ambição política” (o desejo de uma pessoa em se engajar na disputa formal por poder político, candidatando-se para concorrer a um cargo eletivo). Esta abordagem se referencia principalmente na discussão da literatura estadunidense sobre candidaturas femininas, refletindo-se na ciência política latino-americana em suas discussões específicas sobre recrutamento político de mulheres, obstáculos para a construção de carreiras femininas e o impacto do sexo na construção das carreiras políticas. O conjunto de pesquisas realizado sob essa perspectiva de análise

costumeiramente não desenvolve as questões críticas relacionadas à estrutura social mais geral e seu caráter patriarcal, ao contrário da investigação teórica de Pateman (1993[1988]), trabalhando com as condições sociais já dadas, sem problematizá-las profundamente.

A discussão sobre a suposta “baixa ambição política das mulheres” tem em sua base a verificação de que os princípios liberais garantiriam igual acesso à representação política para todos os cidadãos, mas que alguns indivíduos se deparam com barreiras nesse acesso, colocadas de acordo com diferentes características sociais – entre elas, o gênero. Entendendo que o desenvolvimento das trajetórias políticas é marcado pelo sexo do indivíduo, pesquisas buscam identificar nos padrões de decisão de voto, nas orientações dos partidos políticos em relação às mulheres e nas particularidades das campanhas políticas de candidatas mulheres o grau de influência do sexo na competição política. Entre vários fatores, as barreiras formais de direito a voto e à candidatura estão derrubadas nas democracias ocidentais, fruto da militância feminina no movimento sufragista do final do século XIX e início do século XX. O acesso às candidaturas, então, passa a depender das estruturas dos partidos políticos (que podem ser mais ou, recorrentemente, menos favoráveis ao engajamento político feminino) e das regras eleitorais (que podem privilegiar as mulheres, em um reconhecimento da sua situação de opressão, ou podem se pretender neutras e universais, reproduzindo os padrões patriarcais que marginalizam as mulheres).

A ambição política, assim, surge como um fator relevante, porque a vontade de se candidatar se concentra em camadas sociais específicas, aquelas mais privilegiadas historicamente – homens, proprietários, escolarizados, profissionais liberais etc. A hipótese é, então, de que o sexo do indivíduo impacta o desenvolvimento de sua ambição política. A literatura sobre carreira política, especialmente nas pesquisas estadunidenses, aponta para a tese da “ambição política progressiva” e a situação das mulheres não se encaixa nesse modelo “universal”, porque as mulheres tendem a ter “menos ambição”. Isso ocorre por reflexo da divisão sexual do trabalho, que sobrecarrega as mulheres com as tarefas do âmbito doméstico, como o cuidado com as crianças e a casa, insulando-as à esfera privada e diminuindo a sua disposição, o seu tempo e a possibilidade de angariarem recursos para se engajarem na vida pública. A ambição política não significa apenas a inclinação individual para as atividades políticas, mas também a capacidade em buscar recursos (materiais, tempo, apoios etc.) para efetivá-la. Se as mulheres, enquanto grupo, apresentam menos ambição política,

esse fato é um “índice poderoso da desigualdade política”, como afirmam Miguel e Biroli (2010, p. 665).

Os estudos sobre carreiras costumam apontar diversos fatores como constituintes do quadro que condiciona a ambição política, mas os mecanismos de socialização são apontados como centrais no debate sobre ambição e inclusão de mulheres. Miguel e Biroli (2010) ressaltam as explicações de Lawless e Fox (2004) para este fator. Segundo estes autores, as tarefas relacionadas à família e ao espaço doméstico não afetam o surgimento da ambição política para as mulheres, mas têm um impacto importante na disposição em transformar esse interesse em participar da política em engajamento real, porque a política é interpretada como um espaço masculino – é um ambiente sexista, no qual a capacidade das mulheres é questionada, o que resulta em uma exigência de superqualificação das mulheres, algo que as pesquisas brasileiras sobre perfis de candidaturas femininas também verificam (cf. ARAÚJO e ALVES, 2007). Socialmente, os homens recebem incentivos para se compreenderem como confiantes e assertivos, enquanto as mulheres são orientadas a se afastar desse padrão de “sucesso” masculino. Isso pode desenvolver um sentimento de impotência política entre as mulheres, que marca negativamente a sua disposição em desenvolver sua “ambição política”.

A terceira abordagem ressaltada por Miguel e Biroli (2010) não se referencia diretamente às críticas da teoria política feminista, mas compartilha o entendimento de que as mulheres dispõem de menos recursos para se engajar politicamente, por causa da estrutura social patriarcal na qual se baseiam as sociedades ocidentais contemporâneas. Esse conjunto de análises se dedica a avaliar os constrangimentos estruturais à participação política de mulheres, especialmente os recursos disponíveis para esse grupo social (como recursos materiais e tempo livre para se engajar politicamente, por exemplo). Deste modo, os desdobramentos dessas análises se evidenciam na avaliação do impacto das funções da vida privada e seu reflexo (negativo, no caso das mulheres) na ação pública, no desenvolvimento das trajetórias profissionais das mulheres e na própria construção das carreiras políticas femininas.

Sabe-se que a decisão em investir na construção e estabelecimento de uma carreira política tem um custo bastante alto para as pessoas com “ambição política”. Recursos como dinheiro, tempo livre e uma rede de contatos e apoio são necessários para o investimento na carreira e entre os grupos subalternos eles são escassos – quando não são totalmente ausentes. Em um contexto de escassez de recursos, para as mulheres a herança de redes de contato pode ser fundamental.

Miguel e Biroli (2010) afirmam que análises de recursos mostram que o gasto de campanha entre mulheres e homens é equivalente, então a questão fundamental que emerge como diferenciadora da condição desses grupos é o tempo livre. A desigualdade de tempo livre entre mulheres e homens é marcante nas sociedades contemporâneas, porque a divisão do trabalho doméstico continua desigual. Repetidamente volta-se a esse ponto, porque é uma barreira importante na construção das carreiras femininas. Se a gestão das atividades de cuidado doméstico e familiar fica a cargo apenas das mulheres, elas claramente disporão de menos tempo livre para desenvolverem outras atividades. É possível verificar algumas mudanças nos padrões familiares mais contemporâneos, mas a responsabilidade pelo trabalho doméstico e o cuidado das crianças continua majoritariamente uma função feminina – em contextos positivos, quando esse trabalho não mais é visto como invisível, a função masculina costuma ser de “auxílio” a uma permanente responsabilidade feminina. A política, enquanto ambiente altamente competitivo, exige um foco diferenciado na carreira, o que mulheres responsáveis pelas tarefas do ambiente doméstico frequentemente não conseguem realizar. Apesar da afirmação de Miguel e Biroli (2010) sobre o relativo equilíbrio entre os financiamentos de campanha de mulheres e homens, a pesquisa de Sacchet e Speck (2012) sobre o corte de gênero em relação ao financiamento de campanhas eleitorais nos pleitos brasileiros de 2006 verificou que as mulheres recebem menos recursos de campanha do que os homens. Sendo o financiamento das campanhas uma variável com alto impacto na probabilidade de eleição, o cenário desvendado é de profunda desvantagem para as candidatas mulheres.

A questão das barreiras para a inclusão política feminina, qualquer que seja seu foco, como nos mostram as três vertentes explicativas apresentadas, apontam para a concentração de poder entre indivíduos formalmente iguais, dentro de um ideal de cidadania universal, distribuídos segundo atributos sociais bastante específicos. No caso das mulheres, a esfera de representação política se reproduz, mantidas as condições “normais”, como um espaço de exclusão, marcando o poder político como algo naturalmente masculino. Incluir as mulheres nesse ambiente sem reestruturar as suas bases não leva automaticamente a uma reconfiguração do campo.

Pesquisas sobre comportamento legislativo de parlamentares mulheres (cf. FEITOSA, 2007) já mostraram que a inclusão de mulheres em um campo refratário à sua participação leva ao seu insulamento nas questões com menos importância na hierarquia legislativa, como temas referentes ao cuidado – mulheres costumam se

concentrar legislativamente entre tópicos considerados *soft politics*, como educação, família, assistência social etc. A questão, portanto, não se esgota na entrada das mulheres na esfera da representação política, mas na garantia de que serão igualmente consideradas na deliberação de todos os temas da agenda pública, sejam eles *soft* ou *hard politics*.

Pesquisas que investigam a percepção das candidatas sobre possíveis obstáculos à construção de suas carreiras apontam que as barreiras operam desde o nível individual até o nível da estrutura da sociedade. Matos (2010), em pesquisa conduzida com líderes partidários e candidatas ao cargo de deputada federal e estadual nas eleições de 2006, revela três conjuntos de obstáculos que atuam de maneira inter-relacionada na vida política das mulheres. A análise do nível individual, denominado pela autora como “nível micro/subjetivo”, que influencia no desenvolvimento da ambição política e a decisão de se envolver nas disputas políticas, apontou desde a falta de autonomia econômica e os deveres dos papéis tradicionais de gênero até a falta de autoconfiança para se envolver na disputa política, muito frequentemente sem o apoio das pessoas mais próximas, especialmente da família. Os achados referentes ao “nível interacional/sociológico” apontaram mais um leque de adversidades para o engajamento político feminino: as entrevistadas relataram constantes experiências de discriminação, desde assédio sexual e moral no ambiente partidário até o desinteresse geral pela construção da candidatura (dentro e fora dos partidos), apontando constantemente a derrota como destino certo daquelas candidaturas. Nesse sentido, pesam tanto o baixo investimento financeiro nas campanhas por parte do partido quanto o descrédito social geral sobre a ideia de se candidatar. Já o terceiro conjunto de barreiras, denominado pela autora como o “nível filosófico/epistêmico”, se refere a barreiras institucionais do sistema político, cujas regras são descritas pelas entrevistadas como determinadas sob o viés masculino, com o propósito de promoção do sucesso de candidaturas de homens. A ideia apontada pela pesquisa é a impressão das próprias candidatas que a gênese das regras democráticas tem um viés de gênero, e ele determina seus resultados (MATOS, 2010).

2. MOBILIZAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Neste capítulo são discutidos: a tradição teórica sobre participação política e cultura política; os achados empíricos sobre a baixa mobilização política feminina; a discussão sobre valores tradicionais, modernização social e a adaptação do patriarcado aos novos arranjos sociais; e um breve histórico dos movimentos feministas latino-americanos enquanto participação política não-formal.

Embora o modelo de democracia procedimental esteja fundado, em seu sentido mais estrito, no consenso sobre as normas e na competição eleitoral, sem a necessidade de uma mobilização social intensa, parte da ciência política aponta para uma relação positiva entre mobilização social e fortalecimento/estabilidade democrática.

Desde as concepções mais clássicas, como a que podemos encontrar nos escritos de Tocqueville (1987[1835,1840]), a participação política é um ponto central na avaliação do desenvolvimento democrático. Em *A democracia na América*, temeroso com o potencial de degeneração da democracia em um regime tirânico de opressão da minoria pela maioria ou na produção de um Estado centralizador autoritário, Tocqueville já aponta que as “associações voluntárias” são mecanismos importantes para a garantia da liberdade em uma democracia. Ao lado de instituições intermediárias de descentralização fundadas no poder local, a multiplicação de associações voluntárias seria um mecanismo que garantiria a liberdade na sociedade, evitando a tirania da maioria, porque essas fomentariam ações que impedem o isolamento dos indivíduos, incentivam o interesse pelas questões públicas, impedem o despotismo e promovem a organização social sem dependência com o Estado. Assim, a liberdade de associação surge, como um elemento fundamental do desenvolvimento democrático, porque evita duas situações extremas de degeneração relacionadas à própria democracia.

Outro autor clássico que defende a participação política como elemento fundamental da democracia é Stuart Mill. Em sua obra, notavelmente em *Sobre a liberdade* (1991[1859]) e *Considerações sobre o governo representativo* (1964 [1861]), o autor articula a defesa de ampla participação política como prevenção à degeneração democrática (e a perda das liberdades), em especial a tirania da maioria – em sua visão, a participação tem caráter educativo, portanto todas as pessoas devem participar politicamente. Em sua visão, a participação política tem o potencial de expandir os horizontes dos indivíduos, trazendo sofisticação intelectual e ampliando suas capacidades. Assim, a participação política traz efeitos para o cotidiano das pessoas, não

se restringindo apenas à vida pública – na verdade, ela conseguiria proporcionar o desenvolvimento de uma conexão entre as ações privadas dos indivíduos e o mundo social como um todo, trazendo melhorias gerais. Para Stuart Mill, a própria defesa da democracia (*representativa*, que combina a qualificação com espaço para a vida privada, ao contrário da democracia direta) como forma de governo mais adequada se refere a esse potencial de qualificar a sociedade, ao mesmo tempo que traz benefícios para a vida privada dos cidadãos (e, no caso de Stuart Mill, ao contrário de grande parte de seus contemporâneos, das cidadãs também).

As concepções de Tocqueville e Stuart Mill foram muito importantes na definição do enquadramento da participação para as correntes teóricas contemporâneas no debate sobre a democracia representativa. Enquanto a participação política não era uma questão relevante para a democracia schumpeteriana, as interpretações mais desenvolvidas sobre a democracia liberal, especialmente a visão pluralista, são muito influenciadas pelo entendimento de Tocqueville sobre o associativismo como elemento explicativo central para a democracia estadunidense.

A tradição pluralista, cujo maior expoente é a teoria poliárquica de Robert Dahl (1997 [1971]), é fundada na ideia de que um elemento central da democracia (que, na visão de Dahl, é ideal inatingível, mas não deixa de ser um guia) é a livre associação, porque em um contexto de múltiplas demandas esse seria o melhor arranjo para lidar com a ampla distribuição de interesses em uma sociedade industrial. O papel do Estado, deste modo, seria garantir essa liberdade de associação e a ação das distintas facções, como um agente que media as ações entre estes grupos, que são a fonte da estabilidade e a própria expressão da democracia (HELD, 1996).

No modelo dahlsiano de poliarquia, o ponto central são os grupos, cujos membros seriam sua força motriz. Eles atuariam em um contexto de tolerância, com acordo sobre as regras do jogo “poliárquico” e a combinação das dimensões de inclusividade (formal) dos cidadãos e liberalização, esta última entendida como o direito de contestação pública (DAHL, 1997 [1971]). As facções são centrais nesse arranjo porque o pluralismo se apoia na premissa de que os interesses são fragmentados e diversos e que há múltiplos centros de poder, com uma tendência de equilíbrio entre os grupos. Para isto ocorrer, o Estado exerce o papel de árbitro entre os grupos, em um contexto de consenso sobre as normas que dá legitimidade ao modelo, unificando Estado e sociedade. A inspiração tocquevilliana se manifesta mais claramente no entendimento pluralista de que as pessoas são livres para se associar, de acordo com

seus mais diferentes interesses, e que a divisão da sociedade entre diferentes grupos é a expressão da fragmentação do poder, o que não leva a um problema de governabilidade, mas, ao contrário, garante a estabilidade deste arranjo por impedir que apenas um grupo tome conta dos espaços de decisão política – ou seja, evita-se a possibilidade de se cair em uma tirania da maioria, risco que sempre assombra a democracia, na visão de Tocqueville.

Enquanto o pensamento de Tocqueville foi fundamental para o desenvolvimento do pluralismo, a teoria de Stuart Mill marcou o desenvolvimento de uma das abordagens críticas à concepção liberal-pluralista sobre a democracia: a democracia participativa. As ideias ligadas a esta vertente crítica da democracia liberal apontam que os ideais liberais de liberdade e igualdade nunca foram alcançados, são um valor limitado se não podem ser realmente aplicados e que as assimetrias de poder entre diferentes indivíduos e grupos ferem a possibilidade de exercício dessa liberdade – deste modo, opera-se uma exclusão sistemática de determinados grupos sociais da condução das questões políticas (HELD, 1996). Sendo o arranjo pluralista uma ficção, os autores participacionistas, entre os quais se destaca Pateman (1992 [1970]), apontam para a necessidade de uma democratização radical das instâncias formais de poder político (como o próprio Estado), aliada a uma democratização dos espaços de luta em âmbito local e das esferas da vida cotidiana, derrubando a fronteira entre as esferas pública e privada e empoderando esses novos espaços.

No arranjo participacionista não há um desprezo pelas instituições liberais e pluralistas – pelo contrário, há uma verificação que aponta a limitação da ideia por si, sem aplicação, e a necessidade de sua operação real. O foco seria, portanto, na manutenção de instituições e direitos liberais, mas com participação direta e controle político sobre os locais imediatos, garantindo a possibilidade de participação de todos os cidadãos e cidadãs. A chave de ação é, a própria participação, em uma acepção desenvolvimentista e emancipadora como o conceito de Stuart Mill: a participação qualifica, traz mais controle sobre as instituições do cotidiano e da própria vida e tende a modificar as decisões políticas gerais, levando a mudanças no próprio contexto político nacional – ou seja, a participação é entendida como um elemento de desenvolvimento democrático.

2.1. MOBILIZAÇÃO SOCIAL, CULTURA POLÍTICA E ESTABILIDADE DEMOCRÁTICA

A questão da participação política tem um peso importante na definição dos elementos necessários para a consolidação democrática, seja por um viés mais conservador/protetor ou por uma abordagem que tenta subverter o sentido da democracia liberal. De modo geral, a democracia precisa de apoio aos seus pressupostos para se manter – a crença e o apoio às suas instituições e valores é um fator importante. A participação, ou mesmo apenas o potencial de participação, é central nesse contexto.

Na questão específica que se desenvolve neste trabalho, a desigualdade de gênero na política, as barreiras à participação das mulheres são um ponto relevante de discussão sobre a legitimidade democrática. Nessa discussão há duas abordagens: uma que aponta os entraves reais (materiais e simbólicos) à plena participação das mulheres enquanto grupo político detentor de seus direitos formais de cidadania (conquistados através de muita luta durante o século XX, de modo geral, onde se manifesta a democracia liberal); e, por outro lado, há uma abordagem sobre o próprio desinteresse de alguns grupos, entre eles as mulheres, pela ocupação desses espaços, que na atualidade são formalmente alcançáveis a todas as cidadãs.

A discussão sobre as crenças no regime democrático e o grau de legitimidade desse sistema ganhou cada vez mais força no sentido da vinculação do apoio às instituições democráticas à própria construção da autoridade democrática e sua estabilidade. Estudos que tentam mensurar o apoio às instituições e a crença nos valores democráticos, observando o grau de envolvimento de diferentes grupos na condução das discussões e decisões políticas, se fortaleceram desde a segunda metade do século XX. O estudo fundador desta abordagem, comumente chamada de “*Cultura Política*”, foi realizado por Almond e Verba (1966 [1963]), que buscaram fomentar o desenvolvimento de uma teoria científica da democracia, considerando aspectos individuais da percepção sobre o sistema político. Os autores desenvolveram o conceito de cultura política, definida como um conjunto de orientações políticas específicas sobre o sistema político e sobre o papel do indivíduo nele inserido, como o sistema político internalizado pelos indivíduos, em suas cognições, sentimentos e avaliações.

Segundo os autores, a cultura cívica emergiu como uma cultura pluralista que reúne consenso e diversidade e permite mudanças sociais através da moderação. Há claramente um alinhamento à concepção liberal-pluralista da democracia, com o foco no

consenso sobre as regras de competição democrática em um contexto de fragmentação do poder político entre diversos grupos de interesse. A concepção destes autores e do pensamento culturalista, em geral, aponta para a necessidade de existência de uma cultura democrática (a cultura cívica) com a função de ancorar o surgimento e a manutenção da democracia. O apoio popular generalizado às instituições democráticas seria fundamental para impedir retrocessos autoritários e o aumento deste apoio acarretaria um acréscimo de consolidação à democracia. Deste modo, quanto mais democrática é a cultura política, é maior a chance de que a democracia seja estável.

Sendo a estabilidade das democracias uma preocupação central de Almond e Verba, os autores buscam avaliar como as diferenças culturais se manifestam em diversos países, tentando demonstrar que essas diferenças influenciam seus sistemas políticos. Os autores apresentam uma preocupação valorativa com a democracia, na defesa de que este é o melhor sistema político, e trabalham em uma dimensão unidimensional entre ditadura e democracia.¹⁰ Visando ultrapassar abordagens impressionistas sobre os sistemas políticos, desenvolvem um desenho de pesquisa para tentar aferir a cultura política.¹¹

Almond e Verba (1966 [1963]) analisam a cultura política a partir dos indivíduos, definida como atitudes que se referem ao sistema político e suas diversas partes e atitudes que se referem ao próprio papel do indivíduo no sistema. Dessa forma, a cultura política corresponderia ao sistema político internalizado nas cognições, sentimentos e avaliações das pessoas. Para os autores, tais atitudes se fundam em três dimensões distintas: cognitiva (entendida como o grau de informação e conhecimento que o indivíduo possui sobre o sistema político); afetiva (entendida como o vínculo emocional que o indivíduo apresenta com o sistema político); e avaliativa (entendida como o juízo avaliativo individual sobre o sistema político).

¹⁰ Partindo de um ideal de compatibilidade entre sistema político e cultura política, os autores analisam como diferentes culturas se ajustam a diferentes tipos de regime político. Em sua pesquisa, Almond e Verba (1966 [1963]) trabalharam com dados referentes a cinco países: Estados Unidos, Reino Unido (duas democracias consolidadas), Alemanha, Itália (duas democracias não-consolidadas) e México (país não-democrático).

¹¹ A cultura política é por eles entendida como um conjunto de estados psicológicos individuais que podem ser "revelados" por meio de questionários e/ou entrevistas, uma agregação das crenças individuais sobre o sistema político. Como bem apontou Feres (2000), a pesquisa em ciência política é fortemente marcada pelos eventos políticos do século XX. Sendo a pesquisa sobre cultura política de Almond e Verba (1966 [1963]) desenvolvida durante o período de guerra fria, com alta disponibilidade de recursos para investigações que analisassem os pontos positivos da democracia ocidental, em um contexto de desenvolvimento da abordagem comportamentalista nas ciências humanas, ela é um exemplo muito fundamental da agenda de pesquisa da época.

Como resultado das várias inter-relações entre estas dimensões individuais, os autores classificaram a cultura política em três orientações gerais: paroquial, submissa e participante. De modo geral, pode-se defini-las da seguinte maneira: a cultura política paroquial se caracteriza pela ausência de distinções claras de papéis políticos na sociedade, sem especializações, e tende a ser abolida de acordo com a modernização¹² da sociedade; a cultura política submissa apresenta como característica central a obediência dos indivíduos aos centros de poder, que conta com indivíduos politicamente especializados – neste modelo a relação de poder é unidirecional, dos centros de poder aos indivíduos; já na cultura política participante, que conta com especialização nos papéis políticos, os indivíduos acreditam em sua influência no sistema político e atuam ativamente.

Segundo a interpretação dos autores, o modelo mais ajustado à democracia se caracteriza por um misto entre as dimensões submissa e participante. Para o maior favorecimento à estabilidade democrática, o indivíduo, em sua percepção, deve se avaliar de forma participante e acreditar em sua influência, mas em sua ação deve se limitar a agir de acordo com o modelo da dimensão submissa, acatando as ordens dos centros de poder. Esta abordagem considera que é necessário um consenso que garanta a estabilidade democrática, o qual une a adesão ao sistema democrático à redução de pressões a este sistema – ou seja, o melhor modelo é aquele em que o indivíduo acredita que participa, mas não necessariamente efetiva sua participação política.

A pesquisa coordenada por Almond e Verba (1966 [1963]) apresenta alguns problemas de pressupostos teóricos e metodológicos, mas o ponto mais interessante para a discussão deste trabalho se refere à restrição do próprio sentido de democracia e da amplitude da diversidade de grupos relevantes para a legitimidade deste sistema. Os autores apresentam uma valorização do sistema democrático, contrapondo-o a sistemas autoritários, considerando a democracia o modelo ideal de sistema político sem nenhuma discussão muito aprofundada sobre seus fundamentos. A caracterização da democracia é realizada estritamente através da perspectiva da teoria procedimentalista liberal, restringindo-a a um método competitivo de escolha de governantes, o que limita também a sua noção de participação política, que ocorreria somente na eleição de representantes e na influência em suas decisões, sem indicar meios de participação que

¹² O contraste entre uma sociedade de valores tradicionais e as sociedades industriais modernizadas é um ponto central desta abordagem, que perdura até as abordagens mais recentes, que buscam enquadrar estas questões no desenho das atuais sociedades pós-industriais (cf. NORRIS, 1999).

ultrapassem este cenário (PATEMAN, 1980). Ao mesmo tempo, seu conceito de participação, aparentemente restrito às eleições dos representantes e sua idealização de indivíduos que se enxergam como participantes mas que apresentam em sua ação uma cultura política com orientação submissa, caminha lado a lado com uma abordagem de caráter deveras antiparticipativo¹³. Este pensamento aponta a aceitação da legitimidade formal da democracia e a submissão a ela como essenciais à estabilidade democrática, mas enxerga a participação como indesejada por seu potencial de criação de pressões desestabilizadoras ao sistema político.

Essa conceptualização limitada sobre o sentido da democracia leva a um erro metodológico, como afirma Pateman (1989 [1980]): o conceito de cultura política de Almond e Verba parece ter sido idealizado através de um entendimento específico de democracia (considerada pelos autores como estável), que seria confirmado em uma investigação empírica. Seu pensamento seria, portanto, teleológico, porque a democracia liberal seria sempre um fim perseguido.

Em seus achados empíricos, os autores confirmam que Reino Unido e Estados Unidos apresentam culturas políticas que favorecem a estabilidade democrática. Na verdade, a homogeneidade apontada por Almond e Verba na cultura política dos Estados Unidos a favorece ainda mais, mesmo que os autores admitam que ali existem subculturas. Daí se apresenta mais um problema da análise dos autores: o conceito de cultura política por eles forjado é uniformizante. Embora Almond e Verba admitam a existência de várias culturas políticas diferenciadas, apresentam um valor negativo associado à heterogeneidade. Em seu modelo explicativo, o ideal é a apresentação de uma cultura política nacional e homogênea, desconsiderando a ideia de incorporação da diversidade social.

Assim, chega-se a um ponto crucial da apresentação dos achados empíricos dos autores: eles também negligenciam o significado e a relevância do achado de distribuições desiguais de orientações/participação política, que coincidem com determinados grupos socioeconômicos e de sexo. Tal fenômeno e suas consequências

¹³ Há uma tradição na ciência política de autores que interpretam a participação política como um fator que deve ser limitado ou, mais fortemente, enquadrado, para evitar o risco de instabilidade do sistema ou, em última instância, a própria tirania da maioria. O entendimento é de que participação “em excesso” pode causar instabilidade, portanto deve ser controlada. A abordagem de Almond e Verba não é exatamente essa, mas caminha ao lado da interpretação de outros cientistas políticos que também afirmam que a democracia necessita de um ambiente livre de pressões provenientes de um excesso de participação política e intervenção dos cidadãos para manter sua estabilidade, como Seymour Lipset, em *Political Man* (1960) e Samuel Huntington, em *The Crisis of Democracy* (1975). Neste sentido, Almond e Verba afirmam que a estabilidade democrática é favorecida em ambientes cujas culturas políticas são mais homogêneas.

para a democracia não são problematizados, mas apenas abordadas como padrões que emergem “normalmente” pela agregação de indivíduos iguais, sem nenhum questionamento dos fundamentos destas distribuições.

2.2. OS ACHADOS EMPÍRICOS E AS INTER-RELAÇÕES ENTRE CULTURA E DESIGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA

Dentre os dados de Almond e Verba (1966 [1963]), encontrou-se que o nível de educação do indivíduo, assim como sua ocupação e sexo, fazem diferença no quão competente subjetivamente este se sente. A diferença entre mulheres e homens se relaciona de tal forma que nos países estudados¹⁴ os homens demonstraram maiores frequências e intensidades do que as mulheres em praticamente todos os índices de orientação e atividade política empregados. Além disso, outro dado encontrado foi de que em todos os cinco países os homens, mais frequentemente que as mulheres, afirmavam que discutiam sobre política. As mulheres, de maneira geral, também tenderam a dizer mais frequentemente que se sentem mais competentes localmente do que nacionalmente. Apesar de os homens também terem essa tendência, a diferença é especialmente acentuada entre as mulheres. Talvez o dado mais instigante seja aquele relacionado à apatia das mulheres, que se apresenta como superior à média masculina em todos os países analisados, considerando que o indivíduo é considerado apático quando não possui nenhum sentimento em relação às campanhas eleitorais.

Em sua análise sobre a participação política das mulheres, Almond e Verba ratificam com seu banco de dados o senso comum de que os homens tendem a participar na política mais do que mulheres. Porém, as causas desse fenômeno não são exploradas – apenas se aponta, por exemplo, que a escolarização afeta mulheres e homens (mantendo os percentuais femininos menos favoráveis), e que o papel de envolvimento das famílias no contexto dos Estados Unidos é diferenciado em relação aos demais países, associando uma maior participação feminina neste país a seu papel dentro da família, mas sem problematizá-lo.

No entanto, existe um grande problema com a abordagem tanto da literatura anterior citada pelos autores quanto do trabalho de Almond e Verba em relação à cultura política paroquial das mulheres: elas não consideram que as mulheres têm menos

¹⁴ Estados Unidos e Reino Unido (duas democracias consolidadas); Alemanha e Itália (duas democracias não-consolidadas); e México (país não-democrático).

oportunidades de participar nas atividades de política formal por terem geralmente *status* social mais baixo, o que traria mais complexidade à análise dos achados empíricos. É nesse sentido que Pateman (1989 [1980]) observa que o sentimento de competência dos cidadãos depende *de quem eles são*. Assim, o achado mais impressionante é de que a cultura cívica é sistematicamente dividida em clivagens de classe e sexo. A relação entre tal cultura e a igualdade formal institucionalizada na estrutura política não é nunca confrontada ou problematizada.

Ao se tratar das “diferenças de grupo”, as questões são tratadas como atributos e atitudes individuais em sua relação com diferentes níveis de participação política, seguindo a abordagem metodológica de agrupamento de respostas atomizadas, sem discutir as estruturas sociais ou as instituições políticas que constroem o envolvimento e a participação política daqueles grupos.

É fundamental a crítica de que a cultura política pode ser um reflexo do sistema político mais do que seu determinante. Então, que estruturas políticas são estas que estimulam a distribuição desigual de orientações, dado que Pateman (1989 [1980]) descarta a possibilidade de elas serem neutras ou aleatórias? A autora afirma que a passividade política que atinge principalmente as mulheres deve-se à inexistência de fatores institucionais favoráveis a uma atitude mais ativa. Portanto, a tendência à apatia pelas mulheres não seria um estado natural anterior, apenas manifestado no sistema, mas um problema causado por ele: é uma consequência da falta de estruturas institucionais que incentivem o engajamento deste grupo. A apatia política das mulheres não pode ser creditada a uma cultura política paroquial por falta de evidência empírica: uma orientação paroquial em relação ao sistema político não prova que esta orientação é a causa da apatia, mas pode simplesmente ser efeito do processo que produz essa apatia.

Segundo Pateman (1989 [1980]), um dos motivos para a não-problematização das questões como a apatia política de certos grupos se deve à premissa da qual eles partem, que é uma matriz de democracia liberal. Tal tradição prevê a limitação da participação a níveis mínimos – se possível restrita somente às eleições. Portanto, a não participação de setores menos escolarizados e ou das mulheres é considerada parte necessária do próprio processo, algo que lhe garante a funcionalidade da engrenagem democrática.

As diferenças entre mulheres e homens já foram muito ignoradas na literatura sobre cultura e participação política, especialmente porque a ciência política costuma dedicar sua análise apenas a formas convencionais de participação, deixando de

considerar que não são os únicos canais possíveis de participação política. É por este mesmo motivo que Almond e Verba também optam por não abordar “subculturas” políticas (de classes, etnias, grupos de gênero, grupos religiosos etc.), que coexistem, de forma não necessariamente coerente, no interior de uma cultura política nacional, permanecendo dentro de um marco limitado. Além disso, a explicação das clivagens depende da noção de socialização política, pois esta funciona como uma ligação entre a cultura política e a estrutura política, e como parte integral de sua interação mútua. No entanto, o próprio tipo de socialização não é explorado pelos autores, com uma sugestão implícita de sua neutralidade em relação aos grupos, apesar de eles sugerirem que as explicações devem ser procuradas no processo de socialização dentro das estruturas de autoridade do dia-a-dia.

Nesse sentido, Pateman (1989 [1980]) afirma que, para Almond e Verba, a socialização política é tratada como se apresentasse um caráter neutro – e, além disso, importante na manutenção da estabilidade democrática. Por mecanismo neutro a autora quer dizer que os autores consideram implicitamente que há uma liberdade irrestrita no que tange aos tipos de socialização dos indivíduos. A abordagem de Pateman sobre o tema em seus estudos posteriores é aprofundada, incorporando a compreensão da relação entre a socialização em instituições sociais cotidianas e a estrutura política de uma determinada sociedade. De acordo com essa compreensão, o padrão de relação dominante nas instituições de política informal, como nas relações domésticas, suscita efeitos no funcionamento do sistema político formal. A falta de prática política e oportunidades em outras esferas da vida que não a política formal incidem diretamente na capacidade dessas pessoas agirem politicamente nos espaços políticos formais. No caso das mulheres, a clara separação liberal entre esferas pública e privada provoca um insulamento das mulheres nesta segunda, impedindo seu livre desenvolvimento democrático. Este insulamento compulsório estrutural é, portanto, uma questão política – porque tem claros efeitos políticos de subordinação e dominação (PATEMAN, 1993 [1988]).

É importante notar quais são os constrangimentos para o desenvolvimento deste sentimento de eficiência política, de pertencimento e de participação de fato. Pateman (1989 [1980]) expõe que o sentimento de competência do cidadão depende de *quem ele é* – pois quem é bem educado, por exemplo, tem as chaves da participação política, enquanto as pessoas com baixa educação estão em uma situação desprivilegiada. Assim, as mulheres, por exemplo, em todos os estágios do processo de socialização, têm

reforços em sua falta de senso de competência (um achado empírico da pesquisa de Almond e Verba).

O primeiro filtro de seleção das pessoas que querem ou não querem se envolver com política (e se candidatar) é denominado pela literatura como “ambição política”, como já explicado em seções anteriores. É um dado comum e consensual nesta abordagem a verificação de que as mulheres têm menos ambição política do que os homens. As explicações para este fato, no entanto, variam – vão desde a mais superficial verificação de que as mulheres simplesmente são menos interessadas por política, que são mais “paroquiais” (para usar o conceito de Almond e Verba), até a análise de que os processos de socialização das mulheres afetam negativamente seu senso de competência política. As mulheres são socializadas de modo a não considerarem o campo da política como um espaço adequado a elas. Não recebem incentivos para desenvolver a chamada “ambição política”, então não a desenvolvem. São constantemente desacreditadas de que a carreira política seria uma boa opção – é fácil perceber, ainda que superficialmente, a estrutura de desigualdade de gênero na política, para reflexão imediata de que a política é um caminho cheio de barreiras para mulheres, porque as fronteiras deste campo não são permeáveis a esse grupo.

Retomando as ideias de Pateman (1993 [1988]) apresentadas no Capítulo 1, é preciso notar que a divisão entre esfera pública e esfera privada, base da tradição liberal e da justificação dos direitos cidadãos que são a base da democracia representativa, ocorreu historicamente com o insulamento das mulheres na esfera privada, deixando o mundo público disponível apenas para os homens. O problema subjacente aponta que a submissão feminina e seu isolamento na esfera privada geram consequências públicas – as mulheres, metade da população mundial, são vistas como menos interessadas em política, menos hábeis politicamente, em suma, com menos ambição política e mais paroquiais. O pano de fundo disso, no entanto, é o insulamento feminino na esfera privada, que impõe às mulheres uma série de funções domésticas impeditivas ao desenvolvimento de seus interesses públicos: a divisão sexual do trabalho doméstico corrói o tempo livre das mulheres; o isolamento na esfera privada gera a falta de senso de eficácia política e a sensação de deslocamento na esfera pública; o desenvolvimento da esfera pública liberal na ausência das mulheres determinou que suas estruturas não fossem adaptadas à sua participação e foram ativas geradoras e mantenedoras da desigualdade de gênero na política.

Segundo Le Texier (2006), é possível enumerar três principais determinantes que afetam o grau de participação das mulheres: um acesso diferenciado aos recursos, em particular à educação (que, já nos estudos de Almond e Verba, apresentam um impacto bastante significativo para os valores participativos); uma baixa integração na força de trabalho e outras redes sociais, que diminui as chances de serem recrutadas para atividades políticas convencionais (como se interessar por desenvolver uma carreira política); e, por fim, uma diferenciação geral em orientações políticas – incentivos a acesso à informação, interesse em política e sentimento de eficiência política, sendo mais baixas que as dos homens. Seguindo este raciocínio, se nos dados se atesta que aqueles que têm mais postos de colarinho branco são os que mais participam, também é de se esperar que como não há mulheres nesse tipo de emprego, elas não tenham esse tipo de socialização. As desigualdades nas orientações e atitudes políticas podem ser explicadas, em parte, pela socialização diferenciada de homens e mulheres (PATEMAN, 1989 [1980]: 78).

Apesar de não explorarem as relações entre os papéis tradicionais de gênero e o insulamento das mulheres no cuidado com a família com os padrões de participação política, Almond e Verba (1966 [1963]) apontam para as relações intrafamiliares e a dominação masculina como empecilhos para a emancipação das mulheres. Na pesquisa, observa-se que as mulheres dos Estados Unidos (principalmente) e do Reino Unido são mais participantes, enquanto as mulheres da Alemanha, da Itália e do México são mais paroquiais. A explicação para a orientação menos apática das mulheres estadunidenses aponta que neste país as famílias são mais abertas e participantes, ligadas a um grande número de associações voluntárias. A família mais aberta apresenta uma relação entre mulher e homem mais recíproca, menos dominada pelos homens, e as mulheres participam mais das decisões políticas. Este fato também seria positivo por influenciar as crianças a participar politicamente, socializando-as com o senso de competência política. Assim, essas mulheres ativas das famílias mais abertas seriam fundamentais para o sucesso da democracia, porque viveriam mais integradas à comunidade e à política e reproduziriam esta participação principalmente na esfera da família – ou seja, seu foco ainda é tratado em relação a seu papel familiar tradicional. Apesar de abordar os resultados empíricos relativos às mulheres em sua relação com a família, chegam a mencionar as bases familiares patriarcais, como a divisão sexual do trabalho doméstico, como dados, não como fundamentos explicativos.

Como forma de solucionar o problema da assimetria entre mulheres e homens na participação política, por uma inclusão real das mulheres, somente a mudança formal, com o sufrágio feminino, não é suficiente. Pateman (1989 [1980]) afirma que o processo de democratização da cultura cívica deve passar pela democratização da esfera do trabalho. Isto levaria ao crescimento das esferas de participação e tomada de decisões políticas, realizando um treinamento para a vida democrática. A esfera familiar, apontada por Almond e Verba como a responsabilidade principal das mulheres para o processo de socialização dos indivíduos, também é uma esfera a ser democratizada. Assim como a democratização da esfera do trabalho aumenta o treinamento participativo dos indivíduos, a democratização da família e da divisão do trabalho doméstico é fundamental.

Em um estudo que explora os condicionantes da participação política e as relações de gênero, Burns, Schlozman e Verba (2001) levantam diferentes hipóteses comumente apresentadas pela literatura feminista como possíveis explicações para a lacuna de gênero na participação política (entendida como o interesse e o efeito em influenciar as ações do governo). Em suas conclusões apontam que diversas hipóteses não se confirmaram – como o menor tempo livre sendo diretamente responsável por uma menor participação por parte das mulheres –, mas uma hipótese específica se mostrou central para explicar a participação política feminina limitada: o menor acesso a recursos socioeconômicos importantes para a ação política (como educação, renda, *status* ocupacional). Algumas hipóteses não confirmaram como fatores diretos, mas mostraram associação com o problema da distância entre homens e mulheres na política: a discriminação como impedimento ao acesso a postos privilegiados de trabalho e hierarquias sociais é relevante, mas não tem um efeito direto; e os processos de socialização, que se mostraram significativos de acordo com diferentes situações – seus efeitos no engajamento político de mulheres são relevantes porque constroem um enquadramento desfavorável à participação política feminina, mas entre mulheres que já estão integradas ao jogo político seu efeito é menor, porque estas se mostram mais engajadas politicamente do que os homens, já tendo superado diversas barreiras. O ponto mais importante, que acompanha a construção teórica feminista-participacionista de Pateman, é a importância das instituições “não-políticas” da vida adulta, especialmente a esfera do trabalho, as instituições religiosas e associações voluntárias não-políticas. A desigualdade entre mulheres e homens nessas três esferas “não-políticas” aponta para a importância de que a estrutura da sociedade, marcadamente

desigual, é causa fundamental do menor interesse, conhecimento e senso de eficácia política feminina, porque reforçam a estratificação social do processo participativo (BURNS, SCHLOZMAN and VERBA, 2001). Deste modo, é preciso um ambiente político que fomente o acesso aos espaços de tomada de decisão para as mulheres (no caso específico em que se analisa neste trabalho, mas que pode ser estendido a todas as minorias políticas, alijadas dos espaços de poder) – elas são mais interessadas e se preocupam mais com questões políticas justamente quando vivem em ambientes permeáveis à sua participação, segundo os achados empíricos de Burns, Schlozman e Verba (2001).

Nesse sentido, a mobilização social – e das mulheres feministas, em especial – para a construção de ambientes políticos favoráveis à participação feminina é fundamental. As condições gerais de acesso real à esfera de tomada de decisão política não mudam “naturalmente”, mas são frutos de uma intensa luta política, em um contexto desfavorável à própria ação participativa pelas condições de participação. Deste modo, para se analisar o enquadramento da baixa participação formal das mulheres na esfera da política (e no subsequente envolvimento com a construção de padrões de carreira política “vitoriosos”, dentro do ambiente democrático competitivo), o foco nas ações políticas que buscam mudar esse cenário é tão relevante quanto a análise das condições institucionais que conformam esse contexto.¹⁵

2.2.1. Tradicionalismo político, teorias da modernização e patriarcalismo

Inspirados pela corrente teórica da cultura política e sob a influência da teoria da modernização, diversos autores (LIPSET e ROKKAN, 1967; LAPALOMBARA e WEINER, 1966) utilizaram o conceito de “desenvolvimento político” para compreender o arranjo das novas formas de relação de poder existentes nas emergentes sociedades pós-industriais. De forma geral, a dominação tradicional (conceito inspirado diretamente na tradição weberiana) está presente em um cenário no qual a maior parcela da população apresenta-se em uma situação de dependência com relação a determinados mandatários. Com o processo de modernização, o cenário se torna mais complexo. Surgem novas clivagens sociais, que se distanciam da ideia de um clã unido sob a

¹⁵ Embora se refira a um outro tema muito caro à mobilização feminista, o combate à violência contra as mulheres, um amplo estudo coordenado por Htun e Weldon (2012) apresentou a organização autônoma das mulheres, entre diversos fatores (inclusive institucionais), como a variável com maior efeito para a mudança política e a formulação de políticas públicas.

dominação tradicional de um “mandão local”¹⁶. A modernização garantiria o acesso de um maior número de clivagens sociais – sejam elas trabalhadores ou capitalistas – à esfera do exercício do poder (LaPalombara e Weiner, 1966), que podem ser contrárias ao modelo anteriormente estabelecido, constituindo um novo sistema político (LIPSET e ROKKAN, 1967).

Os países com estruturas sociais modernizadas e economias industriais desenvolvidas tenderiam a apresentar “altos níveis de participação política, maior estabilidade e efetividade de seus governos, e menos violência política do que países com estruturas sociais mais tradicionais e economias pré-industriais” (POWELL JR., 1982, p. 34). Desta afirmação segue-se o raciocínio de que a modernização é um condicionante da mobilização política e que o sistema político estará mais aberto à participação de novos grupos, que anteriormente eram excluídos (como, por exemplo, as mulheres).

O pensamento feminista endereça várias críticas a essa concepção linear e progressista da superação da dominação tradicional (e do patriarcado) através do processo modernizador. Aguiar (1997) afirma que as relações patriarcais (portanto, de dominação de gênero) se sustentam, seja em governos autoritários – caracterizados pela apropriação do espaço público pelo privado, impedindo a universalização das regras de relacionamento entre sociedade e poder público – ou em governos liberais – que apesar dos pactos sociais que garantem liberdades individuais, deixam intocadas as relações de dominação na esfera doméstica.

Na tradição liberal, o patriarcalismo se caracteriza (em sua expressão máxima, na obra de Weber, 1922) como um estágio tradicional, anterior ao desenvolvimento do capitalismo. A autoridade do chefe de família é baseada na tradição e se caracteriza sob a forma de propriedade. Integram a propriedade do chefe de família os servos, escravos, filhos e esposa, além dos seus bens, o que caracteriza uma distância social entre o patriarca e os demais membros do grupo doméstico. Na visão de Weber, o patriarcalismo e a dominação tradicional seriam superados através do processo de racionalização das sociedades ocidentais, com o carisma e a tradição sendo substituídos pela dominação racional-legal.

O feminismo combate essa “previsão” weberiana da superação da dominação tradicional e do patriarcalismo, que estariam fadados ao desaparecimento, argumentando que o patriarcado se apresenta como um sistema de opressão que se

¹⁶ Conceito apresentado por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976).

mantém mesmo com o avanço do capitalismo e da democracia liberal. O processo de racionalização, neste contexto, aprofunda ainda mais a desigualdade entre homens e mulheres, por manter a estrutura de subordinação feminina, através de seu mascaramento e adaptação em um novo arranjo.

Apesar da discussão sobre patriarcado ocorrer majoritariamente através da discussão sobre a divisão público/privado, Walby (1990) afirma que o patriarcado é um modelo que sofre adaptações, se apresenta em vários graus e é um sistema sujeito à mudança histórica. Além de apresentar seis formas de patriarcado, a autora apresenta os conceitos de patriarcado público e privado. No patriarcado privado o homem – pai ou marido – está na posição de opressor e beneficiário da subordinação feminina, cujo mecanismo central é a exclusão das mulheres da vida pública. Já no patriarcado público, as mulheres têm acesso à esfera pública – ao contrário do que ocorre no patriarcado privado, onde este acesso é interdito –, mas sofrem uma subordinação coletiva, realizada no público e manifestada por diferentes formas institucionais.

A passagem do patriarcalismo privado para o patriarcalismo público teria ocorrido por causa das manifestações feministas pela garantia dos direitos civis para as mulheres e também devido ao desenvolvimento capitalista, que necessitava de mais oferta de mão-de-obra – fruto, assim, de um processo de modernização da sociedade. O modelo público de patriarcalismo se divide no acesso ao mercado de trabalho (com a inclusão de mulheres como mão-de-obra remunerada) e ao Estado (garantindo direitos formais de cidadania). Assim, passa-se a este modelo adaptado, no qual o acesso à esfera pública às mulheres é permitido, mantendo, entretanto, as condições de desigualdade entre homens e mulheres.

Uma nova tradição nos estudos de cultura política, bem representada por Norris (1999), busca retrabalhar esses pressupostos inspirados na vertente mais “clássica” da cultura política – inspirada nos estudos de Almond e Verba. Inglehart e Baker (2000), em uma pesquisa que envolve *surveys* aplicados em 65 países, concluem que os teóricos da modernização estão parcialmente certos, porque a emergência das sociedades industriais está relacionada ao distanciamento dos valores tradicionais, assim como a emergência das sociedades pós-industriais está relacionada ao florescimento de valores pós-industriais de tolerância e confiança. Os autores afirmam, porém, que o desenvolvimento econômico não leva a sociedade a um rumo totalmente previsível, embora esteja associado a importantes mudanças nos valores de uma sociedade. Essas mudanças dependeriam, também, da herança cultural desta sociedade.

Em outro estudo, Inglehart, Norris e Welzel (2002) reafirmam que o desenvolvimento econômico é importante para o desenvolvimento e o fortalecimento de uma democracia, assim como o é para a representação política das mulheres no Parlamento. Nenhum dos três países analisados nesta pesquisa estaria na fase pós-industrial ou pós-materialista, com uma democracia fortalecida. São classificados pelos autores desta vertente teórica como países *em desenvolvimento*, que ainda estariam passando pelo processo de superação dos valores marcadamente tradicionais. Apesar das limitações já indicadas pelos estudos citados, neste trabalho busca-se analisar, ainda que superficialmente, o desenvolvimento socioeconômico das diferentes regiões de cada país e seus efeitos na distribuição do capital político de eleitos e eleitas.

2.3. A LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO NOS ESPAÇOS DE TOMADA DE DECISÃO

A organização dos movimentos feministas no Brasil remonta a momentos que antecedem à própria implementação de um regime liberal no país. De modo geral, os estudos que tentam traçar seu desenvolvimento histórico apontam que os movimentos feministas no Brasil, assim como na América Latina, se organizam também em ondas, como os feminismos do “Norte global”. Nossas experiências políticas regionais, no entanto, trazem algumas particularidades ao desenvolvimento dos feminismos latino-americanos em comparação com as experiências europeias e estadunidenses.

Uma caracterização popular das ondas feministas brasileiras é descrita por Pinto (2003), que aponta a existência de três “ondas de feminismo”: um primeiro momento de busca por direitos políticos formais, especialmente o direito a voto, com o movimento sufragista; uma segunda onda, coincidente com a luta contra o regime autoritário e pelos ideais democráticos, trazendo a discussão da valorização da cidadania, da liberalização dos valores culturais e das relações de poder; e uma terceira onda, marcada pela institucionalização do movimento, das relações com o Estado e a construção da democracia, dos debates sobre a diversidade dentro do movimento e uma tendência de sua profissionalização, gerando um “feminismo difuso”, nas palavras de Pinto (2003).

A primeira onda do feminismo brasileiro se expressaria no movimento sufragista. Embora Pinto (2003) esteja aqui se referindo à trajetória brasileira, essa classificação poderia ser acompanhada para o contexto regional, e também seria bem semelhante em suas demandas à primeira onda do feminismo do Norte global – a defesa

da igualdade em relação aos direitos políticos liberais, principalmente o direito de votar e ser votada. Nessa fase o protagonismo é das mulheres brancas, burguesas, muito frequentemente relacionadas a figuras masculinas relevantes no contexto político nacional (MATOS, 2007). Segundo Pinto (2003), seria um feminismo de caráter “bem comportado”. Como assinala Canavate (2009), essa primeira onda do feminismo latino-americano coincide com a construção ocidental e ocidentalizante dos movimentos feministas desde a experiência europeia. No caso do Brasil, um bom exemplo dessa reprodução/importação é o texto “Direitos das mulheres e injustiça dos homens”, de Nísia Floresta, escrito ainda em 1832, que traz muitas ideias inspiradas no pensamento pioneiro de Mary Wollstonecraft – o que suscitou inclusive a acusação de plágio, como aponta Duarte (2001) – no início de uma onda que se constituiria mais fortemente apenas nas primeiras décadas do século XX.

Apesar da evolução dos movimentos feministas latino-americanos ser abordada a partir da leitura de “ondas de feminismo” características da abordagem do Norte global (que, vale ressaltar, é a visão dominante sobre os movimentos sociais e suas teorias), existem particularidades das lutas latino-americanas. Enquanto os feminismos de segunda onda dos Estados Unidos e da Europa enfrentavam algumas questões relacionadas ao seu contexto histórico específico de guerra fria, luta pelos direitos civis e insurreições de teor revolucionário, com um pano de fundo democrático-republicano, o contexto latino-americano para os movimentos sociais – e não apenas os feministas – trazia o enfrentamento a uma “onda” de regimes autoritários, que se colocavam como antagonistas claros desses “novos movimentos sociais”.

Esses novos movimentos sociais, sem base social marcada (ao contrário dos movimentos sociais clássicos de inspiração marxista, sendo o movimento operário seu principal expoente), traziam novos sujeitos à mobilização política – e aí se cava espaço para a visibilização das minorias excluídas, buscando democratização social (ALONSO, 2009). O movimento feminista de segunda onda é um típico “novo movimento social”, e ganha força durante a década de 1970 no Norte global. Os movimentos feministas latino-americanos de segunda onda, no entanto, apesar de serem exemplos de novos movimentos sociais, nesse momento não travavam exatamente a mesma luta: não eram apenas movimentos de cunho identitário, porque o contexto político regional impunha como principal adversário os próprios governos ditatoriais destes Estados, e o contexto socioeconômico, diferentemente das sociedades industriais economicamente menos desiguais da Europa ocidental e dos Estados Unidos, impunha as questões de

desigualdade econômica como muito relevantes nesse cenário – o que traz a luta contra a ditadura, pela democratização e contra a pobreza da população como centrais.

O perfil da militante feminista no início dos anos setenta está diretamente relacionado com o ambiente político que enfrentam não apenas os movimentos nascentes de mulheres feministas da segunda onda, mas todos os movimentos sociais “progressistas” e “revolucionários” em um período de repressivos regimes militares (Chile, *Uruguai*, *Brasil*, Peru, *Argentina*) e de democracia formais restritas ou autoritarismos civis que se estendiam pelo continente. Em tal contexto, não somente desafiavam o patriarcado e seu modelo de dominação estatal militarista, mas denunciavam junto com outras correntes de oposição a opressão e a exploração econômica e política (CAVANATE, 2009, p. 4, grifos nossos, tradução nossa).¹⁷

Cavanate (2009) aponta que as mulheres latino-americanas lutaram por uma ampla gama de causas: pela melhoria das condições de vida gerais da população, tanto nos movimentos camponeses quanto nos urbanos; contra a violência dos regimes ditatoriais, contra a tortura, a repressão e os desaparecimentos dos opositores; na luta armada contra o regime, na clandestinidade. Não necessariamente todas as mulheres envolvidas nesses movimentos eram feministas – e no contexto latino-americano ressalta-se a clara diferenciação entre *movimentos de mulheres* e *movimentos feministas*. As mulheres feministas, nesse contexto, exerciam uma dupla militância – dentro das organizações lutavam não só por uma causa geral, mas também pela igualdade de gênero. Esta grande amplitude de ações mostra a complexidade dos movimentos de mulheres (feministas e não-feministas) que se desenvolveram na América Latina na década de 1970 – a composição dos grupos atuantes, assim como as causas perseguidas, também era heterogênea. Ao contrário do feminismo majoritariamente branco e burguês da primeira onda, os feminismos de segunda onda latino-americanos se mostram plurais, apresentando então uma face popular (o que não significa que não se mantivesse o envolvimento de mulheres feministas de elite, evidentemente).

¹⁷ No original: “*El perfil de la militante feminista en los tempranos setenta, está directamente relacionado con el ambiente político al que se enfrentan no sólo los movimientos nacientes de mujeres feministas de la segunda ola, sino todos los movimientos sociales “progresistas” y “revolucionarios” en un periodo de represivos regímenes militares (Chile, Uruguay, Brasil, Perú, Argentina) y de democracias formales restringidas o autoritarismo civiles que se extendían por el continente. En tal contexto, no sólo desafiaban al patriarcado y su modelo de dominación estatal militarista, sino que denunciaba junto con otras corrientes de la oposición, la opresión y la explotación económica y política*”.

Os feminismos latino-americanos de terceira onda se desenvolvem a partir da década de 1980, acompanhando a transição para a democracia e a construção de um novo tipo de Estado. A relação entre os diferentes grupos se apresenta de modo mais complexo, com uma organização em redes nacionais e transnacionais. Um ponto marcante do debate da terceira onda do feminismo é o dilema “institucionalizadas vs. autônomas”, com setores de um feminismo mais radical se afastando do Estado (em um sentido de desconfiança, pelo potencial de cooptação) e alguns grupos se aproximando do novo modelo de Estado que se constituía (apostando em seu potencial democratizante), conjugando as ações dos movimentos ao poder estatal. Nesse momento se verifica também a operacionalização de diversos grupos feministas como organizações não-governamentais (ONGs) – acompanhando um processo de “onguização” e avanço para um “terceiro setor” que não se restringiu ao feminismo e que, apesar de seu caráter “não-governamental”, também se mostrou como estruturante de parcerias com o Estado, inclusive em relação a financiamentos. É na esteira desse mesmo processo que as relações com instituições internacionais, no âmbito das ações em redes, se estabeleceram mais fortemente – e, novamente, também em relação a financiamentos.

A terceira onda do feminismo no Brasil, que se desenvolve nas décadas de 1980 e 1990, é caracterizada por Pinto (2003) como um “feminismo difuso”. Suas principais ações, segundo Matos (2009), são a criação de novas instâncias no Estado, cujo foco são: os direitos das mulheres (como Conselhos de Direitos das Mulheres e Delegacias de Atendimento Especializado às Mulheres); as tentativas de reforma institucional (como a importante participação feminina na Assembleia Constituinte de 1987-88); a busca pela reconfiguração do espaço público, através de novas articulações dos movimentos de mulheres, em sua complexa heterogeneidade; e, por último, uma profissionalização do movimento, através da aproximação com o Estado.¹⁸

Nesse momento, é preciso novamente situar a conjuntura política na qual estavam inseridos estes movimentos. A construção do “novo Estado democrático” nos países latino-americanos se deu mergulhada em um debate de formulação de políticas de fundamento neoliberal. O estabelecimento dos movimentos sociais enquanto “terceiro setor” é uma face desse processo, que previa a delegação de determinadas

¹⁸ A ideia de feminismo “difuso” não indica que o pensamento feminista se difundiu na sociedade, tornando-se uma ideologia bem acolhida, mas que os movimentos feministas se difundiram em diversas frentes de ação, na esteira da atuação em redes.

responsabilidades políticas à sociedade, com um pressuposto de intervenção mínima do Estado. Isso levou, segundo Matos (2009), a uma especialização dos movimentos. Ao mesmo tempo, a atuação desses grupos em redes transnacionais favoreceu a construção de uma resistência a esse modelo de Estado e de desenvolvimento regional.

A especialização, a construção das redes (que também se organizam tematicamente) e a integração transnacional são elementos fundadores de uma nova face dos movimentos feministas, o que leva Matos (2007, 2008, 2010) a construir uma nova interpretação das “ondas do feminismo”: estaria em curso, a partir das experiências do final da última década do século XX (e, é possível acrescentar, de um novo contexto político regional no início do século XXI, com a ascensão das (centro)esquerdas nos governos dos países da região) a formação de uma quarta onda do feminismo latino-americano. Essa quarta onda se caracterizaria por discursos e práticas transnacionalizados, fortalecimento da atuação em rede e a proposta de um novo modelo de desenvolvimento regional – como, ressalta Matos (2007), o próprio lema do Fórum Social Mundial, espaço que reúne estes diferentes grupos, redes e discursos: “Um outro mundo é possível”. Aqui se caracteriza ainda mais o caráter de especificidade da experiência latino-americana, com a construção de um feminismo que integra as diversas vertentes da região, a partir de sua experiência como Sul global, subvertendo a comum ordem de transposição de modelos teóricos, planos de ação e interpretações gerais desde o Norte.

Essa “nova onda” do feminismo valorizaria a atuação no âmbito da sociedade civil e as transversalidades entre gênero, raça, sexualidade, geração e classe, apresentando importantes desafios de ação no desenho de políticas públicas. Segundo Matos (2009), são características específicas da quarta onda: a institucionalização das demandas femininas e feministas, através da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas que apresentem, além do corte de gênero, as clivagens raciais, sexuais e etárias, buscando a ampliação do poder político, inclusive nos espaços parlamentares; a criação de novas instâncias de gestão destas políticas públicas nos níveis local e nacional; o fortalecimento das redes e da agenda transnacional do feminismo; e um novo enquadramento de ação feminista, na esteira das lutas anticapitalista, pela horizontalidade das relações de poder e pela articulação dos feminismos em uma relação Sul-Sul. De acordo com Matos (2009), a questão da ampliação da participação feminina nos espaços formais de poder passou a ocupar um espaço bastante significativo na agenda feminista de quarta onda, com o entendimento de que a atuação no âmbito dos

espaços formais de tomada de decisão política é central para a construção de uma sociedade mais igualitária, principalmente pelos mecanismos de controle de que dispõem as estruturas de Estado.

3. A DISCUSSÃO INSTITUCIONALISTA – A INFLUÊNCIA DO SISTEMA ELEITORAL PARA A ELEIÇÃO DE MULHERES

Neste capítulo são apresentadas: as regras eleitorais e uma descrição dos sistemas partidários dos três países analisados; a abordagem descritiva sobre os mecanismos institucionais de promoção da participação feminina formal; e um breve histórico do estado da representação parlamentar feminina nos três países analisados.

A ciência política contemporânea mais tradicional indica a discussão sobre as instituições de um país como os pontos de debate mais relevantes para análise das mudanças que se desejam para a representação política. Há um entendimento geral de que são necessárias reformas institucionais para resolver os problemas da esfera da representação política, e a discussão sobre a sub-representação feminina também aponta nesta direção. De modo geral, a literatura sobre as instituições políticas afirma que determinadas regras geram certos resultados, e que, portanto, mudanças institucionais são capazes de modificar o sistema político como um todo – diminuindo ou aumentando a fragmentação do sistema partidário, tornando o Parlamento mais ou menos autônomo em relação ao governo, conferindo maior representatividade proporcional ao Parlamento, evitando crises de governabilidade etc. As visões mais comuns subjacentes a esse debate trazem o pressuposto procedimentalista de que a democracia se define como uma forma competitiva de formação de governos. O debate é mais focado na discussão dos detalhes das instituições, sem o esforço mais amplo de crítica aos problemas da representação política nas democracias procedimentais, especialmente a exclusão de diversas minorias em relação ao processo de tomada de decisões. Como afirma Kinzo (2004), em notável estudo sobre o sistema partidário brasileiro:

O significado de democracia aqui empregado circunscreve-se a seu aspecto procedimental, conforme conceptualização elaborada por Schumpeter, o qual prioriza a capacidade analítica e empírica do conceito de identificar, no sistema político, um método específico de organização, baseado em regras e procedimentos que garantem a escolha de líderes por meio da competição política e da livre participação popular. Em outras palavras, está-se fazendo referência às duas dimensões de Dahl de poliarquia – participação e contestação pública –, cuja efetividade depende de condições livres para a manifestação e a organização política. A ênfase na dimensão política do conceito de democracia não significa que estejamos ignorando a dimensão

social como parte integrante de um contexto democrático. Não estamos negando que níveis elevados de desigualdade social possam se constituir em sério obstáculo para a plena realização da democracia. Como apropriadamente observou Dahl, a presença de desigualdades prejudica as possibilidades de contestação pública não apenas em função do acentuado desequilíbrio na distribuição de conhecimento e recursos políticos, como também do eventual surgimento de ressentimentos e frustrações que acabam corroendo a lealdade da população para com a democracia (KINZO, 2004, p. 24).

Mesmo sem se discutir de modo aprofundado que a questão da “desigualdade social” no texto de Kinzo (2004) refere-se mais à desigualdade material na sociedade brasileira e menos à exclusão de grupos minoritários da esfera da representação política, ainda assim é possível notar que a opção pela análise restrita aos procedimentos da democracia representativa busca colocar em tela problemas específicos que não tocam, de modo geral, as profundas desigualdades de poder político entre os diversos setores da população. Nesse mesmo texto, a autora afirma, em relação ao critério de representatividade, que “o sistema de representação proporcional que rege as eleições para a Câmara dos Deputados e assembleias legislativas estaduais e municipais vem garantindo, ao menos, a representação das minorias” (KINZO, 2004, p. 28) e que o maior problema da representatividade no sistema político brasileiro são as distorções na distribuição da representação dos estados da federação, o que causa um impacto significativo na força dos partidos políticos. Não se negando as distorções na representação dos estados e seu impacto no sistema partidário brasileiro, ainda assim é curioso que a discussão sobre sub-representação de grupos, como mulheres e população negra, não sobressaia em um exame do corpo de representantes brasileiro, mesmo que de forma superficial. Regras e procedimentos afetam o recrutamento dos representantes para os espaços de decisão política, portanto sua discussão é relevante para se pensar não apenas a entrada dos atores que ocuparão as cadeiras do Parlamento, mas seu próprio comportamento político nesses espaços.

A literatura específica sobre mulheres nos espaços de poder e decisão também traz os debates sobre mudanças institucionais como um fator central. Nos estudos relacionados à América Latina, as experiências das cotas para mulheres na política foram um grande fator de debate, principalmente depois dos bons resultados alcançados pela adoção das cotas em alguns países (como a Argentina). As pesquisas na área

apontam que a adoção de determinados mecanismos institucionais aceleram muito a entrada de mulheres no Parlamento, dependendo do sistema eleitoral do país.

A questão da baixa participação feminina nos espaços de poder, especialmente no âmbito parlamentar, tem relação com a estrutura de oportunidades que o sistema político oferece (ou não oferece) para a construção de carreiras políticas que possam ser vitoriosas nas competições eleitorais. Norris (2004), em um amplo estudo sobre os efeitos da engenharia eleitoral em diversos países, aponta que a representação política feminina é fortemente afetada pelo desenho do sistema eleitoral, ou seja, pelas regras de competição eleitoral.

Apesar de alguns avanços que transformaram a vida de mulheres e homens em outras áreas, a sub-representação política feminina é marcante. Embora o desenvolvimento socioeconômico e o tamanho das democracias sejam importantes, não são suficientes para explicar esse cenário de profunda sub-representação das mulheres – até mesmo porque alguns países que não são apontados como modelos de democracia e desenvolvimento econômico, como o México, têm maior sucesso eleitoral de mulheres do que “democracias consolidadas”, como os Estados Unidos (NORRIS, 2004).

A literatura do institucionalismo de escolha-racional, abordada pela autora, aponta os efeitos esperados das regras do jogo político como um enquadramento das disputas políticas, a partir do pressuposto de que os agentes que selecionam candidaturas nos partidos políticos, enquanto agentes racionais, buscam maximizar a utilidade de sua ação. Esses agentes, que Norris (2004) nomeia de *selectorate*, são os *gatekeepers* que controlam a seleção de candidaturas legislativas e podem ter desde o controle interno do partido até operarem no nível regional ou local – dependendo das diferentes regras de seleção de candidaturas, podem ser desde líderes partidários até os eleitores do partido. O ponto importante aqui é a compreensão de que nenhum selecionador de candidaturas possui todas as informações perfeitamente relevantes para tomar suas decisões, então, sendo um agente que busca maximizar a utilidade de sua ação, ou seja, selecionar as melhores candidaturas, que mais provavelmente serão vitoriosas nas disputas eleitorais, buscarão evitar riscos, selecionando pessoas que já foram eleitas em um pleito anterior. Deste modo, a seleção de candidaturas para espaços representativos tradicionalmente excludentes para mulheres (e outras minorias) tende a permanecer majoritariamente masculina – afinal, essas são as candidaturas tradicionalmente vitoriosas, com maiores chances de reeleição e, portanto, com menores riscos para o partido. Nos casos em que não há tentativas de reeleição e candidaturas de

novos atores serão selecionadas, os selecionadores, novamente para evitar riscos, provavelmente indicarão candidaturas semelhantes, que compartilhem características sociais e políticas com aquelas que foram vitoriosas nas disputas anteriores – novamente, em casos de participação muito reduzida de mulheres, elas não terão perfis atraentes de candidaturas.

De modo geral, o perfil considerado “típico” daqueles que já ocupam as cadeiras no Parlamento condicionará o modelo esperado de construção de carreiras políticas. Isso tanto incentiva aqueles que compartilham esses traços a se interessarem por política quanto desencoraja membros de grupos não-tradicionais, como as minorias políticas, a se engajarem nessas disputas.

Além dos incentivos e constrangimentos no momento da seleção de candidaturas, o desenho das leis eleitorais também determina o grau de permeabilidade de novos grupos aos espaços formais de tomada de decisão. Norris (2004) aponta que desde a década de 1980 já se identificou, em estudos comparativos entre diversos países, que eleições sob sistema proporcional elegem mais mulheres do que eleições sob sistema majoritário. A autora volta a confirmar esta hipótese, mesmo controlando pelo desenvolvimento econômico dos países analisados em seu estudo. Ela indica as seguintes características das regras eleitorais como variáveis intervenientes importantes para a eleição de mulheres: a magnitude dos distritos e sua proporcionalidade (quanto maior o distrito, melhor é o resultado para a eleição de mulheres); o uso legal (compulsório) ou voluntário de cotas de gênero; a posição dos partidos no espectro esquerda-direita (sendo a esquerda normalmente mais simpática à promoção da igualdade de gênero); e o tipo de organização política (quanto menos centralizadas as decisões, melhor é o cenário para a seleção de candidaturas femininas).

Considerando as hipóteses do institucionalismo de escolha racional, os partidos têm um incentivo eleitoral de maximizar seu apelo coletivo, para angariar mais votos. Assim, em grandes distritos multinominais, a não-seleção de candidaturas de um grupo específico, como as mulheres, pode ressoar de modo negativo na imagem do partido, sugerindo discriminação. Assim, a probabilidade de seleção de candidaturas femininas em distritos eleitorais de alta magnitude é maior, o que não ocorre em distritos uninominais, no qual se disputa apenas uma cadeira – ali, o candidato mais “atraente” será indicado, e em um contexto de baixa eleição de mulheres uma aposta menos arriscada seria uma candidatura masculina. Em um sistema eleitoral proporcional de listas fechadas, a questão é, então, ser indicada em uma posição viável na lista

partidária. Segundo o critério de “potencial atrativo”, as candidaturas femininas tendem a ser colocadas no final das listas, em posições que não são realmente elegíveis. Deste modo, o uso de incentivos específicos para o posicionamento destas candidaturas em posições elegíveis é um fator importante – e, nesse tipo de sistema eleitoral, a aplicação de uma reserva de candidaturas em posições elegíveis é facilmente aplicada, com a alternância de sexo entre as posições, o mandato de posição. As ações afirmativas podem variar desde a adoção voluntária de cotas de gênero pelos partidos, passando pelas cotas obrigatórias, até a reserva de cadeiras para grupos marginalizados expressa na lei eleitoral. São as ações que produzem maior eficiência na eleição de mulheres, segundo Norris (2004). Sobre este ponto, Lovenduski (1993) afirma que as “regras do jogo” são determinantes para transformar os modelos normais de carreira política, e que quando as mulheres se tornam demandantes políticas devem ter em mente a influência das instituições, que podem ser barreiras ou facilitadoras para seu acesso à esfera de representação política. Norris (2004) ressalta que a execução de políticas de igual oportunidade, como programas de financiamento específico de candidaturas femininas e programas de capacitação, também são estratégias importantes. As ações afirmativas, no entanto, apresentam muito peso, porque alteram o equilíbrio de incentivos no processo de seleção de candidaturas – constringendo “positivamente” as opções dos selecionadores.

Norris (2004) organiza um quadro explicativo do modelo de seleção de candidaturas, apresentado como um “funil”: primeiramente, o quadro geral em que se insere o processo de seleção de membros do Parlamento está contido em um contexto de diferentes graus de cultura política e modernização social; seguindo, este contexto influencia tanto a escolha do desenho das regras eleitorais (se o sistema eleitoral é majoritário misto ou proporcional, se há adoção de cotas de gênero ou se há reserva de cadeiras), quanto as demandas dos selecionadores dos partidos e o conjunto de candidatos elegíveis (porque condiciona o desejo de se engajar politicamente, ou seja, a ambição política, determinada por esse contexto geral e também pelas iguais oportunidades no âmbito da educação, da força de trabalho e das relações domésticas); nesse ponto, as regras de seleção de cada partido são determinantes nas escolhas das candidaturas consideradas viáveis; selecionadas as candidaturas, o filtro para a seleção final dos membros do Parlamento é realizada pelo eleitorado, que também é influenciado pelo contexto geral de modernização social e cultura política. O processo é moldado, como se vê, através de diversos pontos sequenciais de seleção.

Para melhor contextualização sobre as regras e os procedimentos eleitorais de cada um dos países cujos padrões de carreira política são aqui analisados, segue uma breve descrição de seus sistemas eleitorais e partidários. Como enquadramento geral, ressalta-se que o retorno do poder político aos civis na Argentina ocorreu em 1983 (após sete anos de regime ditatorial, desde 1976, estabelecido após um curto período democrático entre 1973 e 1976, por sua vez antecedido por outra ditadura, entre 1966 e 1973), e no Brasil e no Uruguai ocorreu em 1985 (após 21 anos de ditadura, desde 1964, e 12 anos de ditadura, desde 1973, respectivamente); que o sistema de governo adotado nos três países é o presidencialismo; que o sistema Legislativo de todos eles é bicameral, contando com uma Câmara baixa (*Cámara de Diputados*, Câmara dos Deputados e *Cámara de Representantes*, respectivamente) e uma Câmara alta (*Senado*, Senado Federal e *Cámara de Senadores*, respectivamente).

3.1. O SISTEMA ELEITORAL E PARTIDÁRIO BRASILEIRO

As eleições brasileiras para a Câmara baixa são proporcionais de lista aberta, ou seja, a distribuição das cadeiras se dá de acordo com a proporção de votos recebida por cada partido ou coligação (conjunto de partidos aliados eleitoralmente) e o ordenamento interno da lista do partido/coligação é realizada pela distribuição dos votos recebidos nominalmente por cada candidata/o¹⁹. Nessa eleição, cada unidade da federação²⁰ (estados e o Distrito Federal) corresponde a um distrito eleitoral – portanto, os distritos são de média e grande magnitude –, sendo o maior distrito São Paulo (com 70 cadeiras). Os menores distritos têm oito cadeiras, a magnitude média dos distritos é de 19,0, a Casa é composta por 513 cadeiras e o mandato é de quatro anos (ANASTASIA, MELO e SANTOS, 2004, p. 37-8).

Nas eleições para a Câmara de Deputados, as cadeiras de cada distrito são distribuídas dividindo-se a votação da coligação ou partido pelo quociente eleitoral (que corresponde, por sua vez, à divisão dos votos válidos pelo número de cadeiras do distrito). Como resultado, partidos ou coligações que não atingem o quociente eleitoral não recebem nenhuma cadeira – ou seja, a “cláusula de exclusão” decorre do próprio

¹⁹ O eleitorado pode votar tanto no partido quanto em um/a candidata/o específica/o. A contagem geral dos votos de cada partido ou coligação é dada pela soma dos votos de legenda com os votos nominais depositados em seus/suas candidatas/as. Candidatas/as mais votadas/os ficam no topo da lista do partido ou coligação, que é ordenada de acordo com a porcentagem de votos nominais recebidos.

²⁰ Ressalta-se, pela própria denominação aqui utilizada, que a organização política brasileira é federativa.

cálculo do quociente eleitoral. As “sobras” são distribuídas sucessivamente pelo método das maiores médias (D’Hondt), dividindo-se o total de votos do partido/coligação pelo número de cadeiras ganhas +1.

De modo geral, a lista aberta e as coligações são os principais pontos indicados pela literatura como problemáticos no sistema eleitoral brasileiro. Segundo Nicolau (2007), o sistema eleitoral proporcional de lista aberta incentiva a competição entre candidatos/as do mesmo partido e, além disso, transfere os votos “excedentes” para candidatos/as menos votadas/os do partido.

A lista aberta favorece a personalização da disputa²¹, o que, em termos de construção de carreira política teoricamente dá mais liberdade ao/à candidata/o para a definição de seus passos. Ao mesmo tempo, é um sistema eleitoral de caráter bastante aberto para a captação das vontades do eleitorado, que não se restringe à escolha de uma lista pré-elaborada, mas é capaz de indicar qual candidato especificamente deve estar na primeira posição da lista partidária. No entanto, a literatura aponta a existência de uma “lista virtual” pré-ordenada: uma relação de candidaturas que recebe mais incentivos dos partidos, como espaço midiático, por parecerem mais “atraentes”, ou seja, com melhores possibilidades de sucesso eleitoral (SCHMITT, CARNEIRO e KUSHNIR, 1999; MATOS, CYPRIANO e BRITO, 2007b). Segundo a pesquisa de Schmitt, Carneiro e Kushnir (1999), “o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral pode assim ser definido como uma espécie de ordenamento informal das listas partidárias no Brasil”. Os autores indicam que esse ordenamento não é necessariamente seguido pelo eleitorado, mas as lideranças partidárias que concentram as decisões de campanha podem decidir incentivar um determinado conjunto de candidatos, inclusive pensando a articulação entre a campanha majoritária com a proporcional.

Combinada às coligações, a transferência de votos se dá também para candidatas/os de outro partido coligado, não apenas a outro/a candidato/a do mesmo partido, o que causa distorções na representação, porque alguns partidos têm um desempenho muito melhor do que a quantidade de cadeiras que ganham, enquanto outros têm desempenho pior, mas são puxados por candidatos/as de outro partido que recebem muitos votos. O principal problema da “transferência de votos” é o impacto

²¹ Além disso, no sistema brasileiro os partidos podem lançar um número de candidaturas correspondente à 150% das cadeiras em disputa no distrito. Deste modo, a personalização e a disputa entre candidatos/as de um mesmo partido é inevitável – mesmo que o partido ganhe todas as cadeiras, um terço de seus candidatos/as ficará de fora. A “batalha” pelos votos do eleitorado é, então, bastante individualizada.

que esse fator tem sobre a inteligibilidade do processo eleitoral para a população. A identificação de como é realizada a distribuição dos votos, de como o voto em uma pessoa de um partido acaba elegendo outra, de outro partido, e como isso afeta a distribuição das vontades do eleitorado é o ponto central nessa discussão – o que, em última instância, afeta a legitimidade do sistema, que equipara teoricamente os resultados eleitorais à soberania popular e justifica a democracia procedimental.

Além disso, Nicolau (2007) aponta que as atuais regras favorecem o maior partido no distrito, porque em um contexto de sobre-representação de alguns estados, os partidos que ali são mais fortes também ficam sobre-representados. Esse fator também afeta a transformação das vontades do eleitorado em cadeiras, com efeito claro na (des)proporcionalidade dos votos recebidos e no número de cadeiras ganhas.

O sistema partidário brasileiro é conhecido pela sua alta fragmentação. Segundo Kinzo (2004), o multipartidarismo exacerbado que sucederia o bipartidarismo compulsório do regime ditatorial a partir de 1979 (ano em que é editada a lei de retorno ao pluripartidarismo no Brasil, ainda durante a ditadura) já era previsto, mas também era esperada alguma acomodação posterior, o que não ocorreu. No âmbito regional, o número efetivo de partidos no Brasil historicamente é o maior de todo o continente latino-americano, como apontam Mendoza e Oliveira (2003). Para a legislatura atual, eleita em 2010, ganharam cadeiras na Câmara dos Deputados 22 partidos, resultando em um número efetivo de partidos de 10,8 (MELO, 2010, p. 29)²². Em um contexto de alta fragmentação, o sistema partidário brasileiro apresenta partidos em todos os pontos do espectro esquerda-direita, sendo a classificação ideológica uma discussão ainda em aberto pela ciência política brasileira. Mendoza e Oliveira (2003, p.120) apontam os seguintes partidos como os mais relevantes na vida política brasileira desde a década de 1990 (da esquerda para a direita): PT, PSB, PCdoB, PPS; PMDB, PSDB; PTB, PFL, PL, PPB. Atualizando os dados, devido à constante mudança do sistema partidário brasileiro, PPB renomeia-se como PP em 2003; PFL refunde-se em 2007, tornando-se DEM; PL juntou-se ao PRONA e refundou-se como PR em 2007 – com uma dissidência formando o PRB.

Apesar da alta fragmentação, é possível entender que o sistema partidário brasileiro está logrando êxito em seu processo de consolidação. Kinzo (2004) aponta

²² Melo (2010) aponta que o sistema partidário compulsoriamente nacionalizado não se traduz em real nacionalização, sendo alguns partidos mais fortes do que outros dependendo da unidade da federação, o que resulta na pulverização de cadeiras do Parlamento entre diversas legendas.

que, apesar das crises políticas, como a que levou ao *impeachment* do presidente Fernando Collor, não houve golpe e lidou-se com a situação institucionalmente. Do mesmo modo, com a vitória do PT nas eleições presidenciais de 2002 ocorreu alternância no poder, critério fundamental que indica aprofundamento democrático.

Os problemas comumente associados ao sistema partidário brasileiro, como baixas taxas de identificação partidária, baixa credibilidade dos partidos e grande troca de legendas pelos parlamentares (que tende a diminuir, desde a resolução do TSE sobre fidelidade partidária em 2007 e a aprovação da fidelidade partidária no Senado em 2011, que garante aos partidos a ocupação das cadeiras, e não mais ao/à eleita/o) não são suficientes para indicar que o cenário atual é tão instável como nos anos 1980, sendo Anastasia, Melo e Santos (2004). Na verdade, os autores indicam a queda na volatilidade eleitoral, um relativo equilíbrio no surgimento de novos partidos e a polarização entre PT e PSDB nos pleitos presidenciais, desde 1994, como fatores que indicam a estabilização do sistema partidário brasileiro.

3.2. SISTEMA ELEITORAL E PARTIDÁRIO ARGENTINO

As eleições argentinas para a Câmara baixa são proporcionais de lista fechada e bloqueada, definidas pelos partidos nas províncias. Cada província²³ e a Capital Federal correspondem a um distrito eleitoral, variando entre 2 a 35 assentos na *Cámara de Diputados* – correspondendo a uma magnitude média de 5,4²⁴, segundo Anastasia, Melo e Santos (2004). A Casa é composta por 257 cadeiras e a renovação de metade das cadeiras se dá a cada dois anos, sendo o mandato de quatro anos.

A distribuição de cadeiras se dá proporcionalmente à votação de cada lista partidária, com cláusula de barreira de 3% da votação no distrito (ou seja, na província). As cadeiras são distribuídas sob série de divisores d'Hondt, ou seja, o total de votos obtidos por cada lista partidária que alcançou os 3% de cláusula de barreira são divididos por 1, 2, 3 etc., até chegar ao número de cadeiras a serem distribuídas no distrito. A quantidade de candidatos de cada lista corresponde ao número de cadeiras em disputa mais o número de suplentes, definido por lei especificamente de acordo com o tamanho do distrito (ARGENTINA, 1983).

²³ A organização política argentina é federativa.

²⁴ Magnitude média para eleições de metade da Casa, ou seja, 128 cadeiras.

Como no Brasil, na Argentina também se aponta como problemática a questão da desproporcionalidade do peso dos distritos porque o cálculo de cadeiras foi feito com base nas províncias. Deste modo, não há plena proporcionalidade entre a votação recebida e o número de cadeiras ganhas por cada distrito.

O sistema partidário argentino se configurou no período da transição para a democracia como um sistema bipartidário, no qual as principais agremiações partidárias eram a *Unión Cívica Radical* (UCR) e o *Partido Justicialista* (PJ), peronista. Em 1983, a UCR chega à presidência, com Raúl Alfonsín como presidente, e em 1989 ocorre a alternância no poder, quando Carlos Menem, do PJ, é eleito presidente. Este é um ponto importante do fortalecimento do sistema político argentino.

Escudero (2003) ressalta que é importante considerar que os partidos políticos argentinos foram concebidos como grandes movimentos, antes que partidos, buscando mobilizar a população com um discurso nacional e antagônico ao grupo político adversário. Assim foi construída a marcante divisão peronista/anti-peronista que marcou todo o período pós-1945 e que começou a se desconstruir somente na década de 1980. Uma terceira força política começou a emergir nessa década, localizada na centro-esquerda: a FREPASO (*Frente País Solidario*) – que derruba a UCR de sua “segunda” posição histórica nas eleições presidenciais de 1995. Esse resultado foi possível pela aprovação da Reforma Política de 1994 (pactuada entre Alfonsín e Menem, ou seja, entre os líderes da UCR e do PJ), que aprovou a possibilidade de reeleição presidencial e criou um vácuo na oposição, que passaria a ser ocupado pela FREPASO. Ao mesmo tempo, na década de 1990 houve uma emancipação geral do eleitorado, garantindo espaço para a emergência de novas forças políticas – inclusive dos partidos políticos provinciais, tanto nos pleitos presidenciais como nas eleições legislativas.

Anastasia, Melo e Santos (2004) afirmam que a supremacia do PJ e da UCR na *Cámara de Diputados* já se mostrava em queda desde as eleições de 1989, com o surgimento de novas legendas, tanto de esquerda quanto de direita, e a consolidação da FREPASO como terceiro maior partido. Para as eleições de 1997, FREPASO e UCR, que vinham perdendo forças com a emergência desses novos atores, uniram-se na *Alianza por el Trabajo, la Justicia y la Educación* contra o PJ nas legislativas. Em 1999, a *Alianza* conseguiu vencer o pleito presidencial, com Fernando de la Rúa. Com a *Alianza*, o bipartidarismo volta a ser característica do sistema partidário argentino. Mesmo com a emergência de novos atores, alternativos ao peronismo e aos radicais, não houve a cristalização de uma nova força política de âmbito nacional.

No governo de la Rúa ocorreu a grave crise econômica argentina, em 2001, e a experiência do primeiro governo de coalizão argentino não foi exitosa. Depois de sucessivos impasses econômicos, nomeações de ministros da Economia e crise econômica agravada, a crise política e social argentina levou à renúncia de de la Rúa, que abandonou o governo ao *Congreso de la Nación*. O *Congreso* teve muita dificuldade em estabilizar o governo, passando pela nomeação interina de Adolfo Rodríguez Saá, que não foi capaz de manter-se no cargo, até chegar na nomeação do senador peronista Eduardo Duhalde para a presidência, em uma ação coordenada entre PJ, UCR e setores da FREPASO, sob interferência internacional estadunidense (ANASTASIA, MELO e SANTOS, 2004).

Nos anos seguintes, as eleições de Néstor Kirchner (2003-2007) e de Cristina Fernández de Kirchner (2007-) mostraram a capacidade do peronismo de se restabelecer como força política dominante na Argentina. Atualmente as principais divisões políticas continuam sendo os peronistas (situação) e sua oposição (especialmente aos radicais), o que mostra que o sistema partidário argentino voltou à sua configuração tradicional binária de embate entre peronismo e antiperonismo.

3.3. SISTEMA ELEITORAL E PARTIDÁRIO URUGUAIO

O atual sistema eleitoral uruguaio emergiu de uma reforma eleitoral realizada em 1996 que reconfigurou de forma profunda as regras eleitorais. Até a reforma, vigorava o duplo voto simultâneo, com o qual o eleitorado podia escolher um partido e um *sublema*, ou seja, uma lista específica deste partido. As listas, pertencentes a um mesmo partido, competiam entre si, cada uma com uma configuração diferente de candidatura à presidência da República, senadores/as e deputados/as. Com a reforma eleitoral, foram instituídas primárias abertas, para as quais toda a população pode participar (o/a eleitor/a pode escolher a primária de um partido específico para votar, apenas), que decidem o/a único/a candidato/a à presidência.

As eleições legislativas para a *Cámara de Representantes* são realizadas a cada cinco anos, nas quais entram em disputa as 99 vagas, divididas entre distritos que correspondem aos dezenove (19) departamentos do país²⁵ - os menores distritos têm

²⁵ O Uruguai é um país unitário, cujas regiões administrativas se denominam departamentos. Os maiores departamentos são Montevideo e Canelones.

duas cadeiras, enquanto os maiores, Montevideo e Canelones, têm respectivamente 41 e 14 assentos em disputa (<http://www.corteelectoral.gub.uy/>).

A distribuição das cadeiras se dá por sistema proporcional de lista fechada, calculando-se o quociente eleitoral das listas partidárias e distribuindo-se as sobras por método das maiores médias (D'Hondt) (<http://www.ipu.org>).

O sistema partidário uruguaio se forma ainda no século XIX, com a configuração das forças políticas *blancas* e *coloradas*, que ainda não se caracterizam exatamente como grupos partidários, mas como facções rivais. Essas forças se reconfiguraram, mas se mantêm até a atualidade, constituindo os partidos *Nacional (blanco)* e *Colorado* os mais importantes do país, ao lado da “nova”²⁶ força política, o *Frente Amplio*.

Anastasia, Melo e Santos (2004) afirmam que o bipartidário sistema uruguaio se reacomodou como um multipartidarismo bipolar com a ascensão do *Frente Amplio*, ao invés de transformar-se em um sistema de três partidos com forças balanceadas. Houve um realinhamento de forças, com a queda do *Partido Nacional*, que o forçou a juntar-se com os *Colorados* para enfrentar o partido de esquerda que emergia no contexto de estabilização do sistema democrático.

A emergência desse novo partido de esquerda é também o que explica as grandes modificações eleitorais que o país adotou em 1996. Segundo Barahona (2003), a reforma eleitoral de 1996 foi realizada unicamente para garantir a sobrevivência dos partidos tradicionais, que corriam o risco de perder muito espaço com a emergência de novas forças políticas – em especial, o *Frente Amplio*. No sistema eleitoral antigo, a competição eleitoral se dava por *sublemas*, facções internas dos partidos que competiam entre si. Em um contexto de bipartidarismo estável, o objetivo do voto duplo simultâneo era acomodar diferentes vertentes dentro de um mesmo partido que possuía unidade externa. O problema dessas regras em um novo contexto era a facilidade com que novas forças poderiam ganhar mais espaço. Para evitar a perda de poder político dos partidos tradicionais para a inevitável nova força que emergia e buscando maiorias para governar, foi aprovada a reforma eleitoral de 1996, sob contestações do *Frente Amplio*. Deste modo, foi instituído o segundo turno nas eleições presidenciais; acabaram-se os sublemas e foi instituída a obrigatoriedade de um único candidato à presidência; se

²⁶ As aspas são necessárias para ressaltar que o *Frente Amplio* não é exatamente uma força política recente, tendo sua origem nos anos 1970, mas é “nova” comparada aos quase bicentenários *blancos* e *colorados*.

desvincularam as eleições, que eram casadas; e foi definida a obrigatoriedade de eleições primárias abertas para todos os partidos políticos, antes acostumados a definir seus/suas candidatos/as internamente.

Barahona (2003) afirma que existem no Uruguai, desde 2000, dois blocos políticos em oposição: um bloco tradicional, formado pelos partidos tradicionais (PN e PC) unidos em torno de sua tradição histórica comum para apontar a um modelo liberal de governo; e um bloco de esquerda, cuja principal figura é o *Encuentro Progresista - Frente Amplio* (EP-FA).

3.4. MECANISMOS INSTITUCIONAIS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA FORMAL

A representação política feminina na América Latina foi quase sempre figurativa, mas a implementação da lei de cotas na década de 1990 – período de tentativa de consolidação de democracias liberais – significou o início do rompimento com este cenário.

A literatura sobre a implementação da política de cotas aponta para as características do sistema político-partidário como o principal fator de sucesso ou fracasso da experiência. Afirma-se que é necessário analisar os seguintes fatores relativos ao sistema eleitoral para se compreender a situação da representação feminina frente às cotas em um país: se as listas partidárias são fechadas ou abertas; se há mandatos de posição; se as circunscrições eleitorais são pequenas ou grandes; se o cumprimento da lei pelos partidos é efetivo; e o número de partidos com viabilidade eleitoral (JONES, 2000; HTUN, 2001).

Analisando a implementação da política de cotas em eleições proporcionais (em sistemas eleitorais majoritários e mistos a implementação das cotas é dificultada), é preciso observar se as listas partidárias são fechadas (definidas pelos partidos antes das eleições) ou abertas (definidas pelos eleitores na distribuição dos votos). Ainda existe a possibilidade de a lista ser semifechada, ou fechada e desbloqueada, o que significa que elas são definidas pelos partidos, mas os/as eleitores/as podem mudar a sua ordenação de acordo com a distribuição dos votos. Listas fechadas com mandatos de posição, ou seja, com interferências legais em seu ordenamento, são apontadas pela literatura como mais eficientes na implementação das cotas. No entanto, há exceções, como a Finlândia,

que possui lista aberta é um dos países com política de cotas mais eficiente (ARAÚJO, 2001a e 2001b).

A questão das listas não é consensual, mas grande parte da Ciência Política afirma que o sistema de listas abertas tende a diminuir a influência partidária, a aumentar a importância das articulações individuais dos/as candidatos/as e a fortalecer a competição interna entre candidatos/as de um mesmo partido. No entanto, a lista aberta ofereceria uma maior autonomia ao/à eleitor/a para o ordenamento da lista e uma menor dependência partidária do/a candidato/a. Já a lista fechada apresentaria um contexto de maior unidade do partido e levaria a uma maior eficiência dos mecanismos de cotas (ARAÚJO, 2001a).

Além disso, circunscrições eleitorais médias a grandes também influenciam positivamente na eficiência das cotas, por apresentar uma esfera política mais ampla, com menor sensação de perda de espaço político aos candidatos homens e, portanto, menor possibilidade de resistência à implementação das cotas. Este mesmo “sentimento de perda” é o que normalmente causa a grande resistência às cotas em sistemas eleitorais mistos ou majoritários. O cumprimento da lei pelos partidos políticos é essencial, o que em alguns países é obrigatório, mas em outros, como o Brasil, é facultativo na prática (JONES, 2000; HTUN, 2001).

Ainda em relação a reformas eleitorais, no Brasil existem propostas que ultrapassam a discussão sobre as listas eleitorais: a implementação de cotas para mulheres também sobre o fundo partidário, para programas de capacitação política de mulheres e para a regulação da distribuição do tempo no horário de propaganda eleitoral gratuita na TV e no rádio. As propostas buscam viabilizar uma maior atuação das mulheres dentro dos partidos para a definição de atividades de fortalecimento da participação feminina e o combate de preconceitos, conferindo-lhes maior visibilidade no jogo político (<http://www.fesgenero.org/>). Além disso, o estabelecimento de punições ao não-cumprimento dos percentuais mínimos previstos pela lei de cotas foi aprovado na “mini-reforma política” de 2009, para aplicação nas eleições de 2010, mas na prática o não-cumprimento das cotas continuou sem punição (COSTA, 2008).

A Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher das Nações Unidas, organizada em Beijing, em 1995, é considerada um marco para a disseminação do debate sobre as cotas para mulheres na política na América Latina. Todos os países latino-americanos implementaram as cotas após as discussões da Conferência, com a exceção da Argentina, que já as havia adotado em 1991. Em 2000, possuíam cotas para mulheres na

política na América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Costa Rica, República Dominicana, Equador, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela (JONES, 2000). Atualmente, não há mais cotas para mulheres na Venezuela, revogadas por alegação de inconstitucionalidade em 2000, e outros três países as adotaram: Guiana, Honduras e México (<http://www.idea.int/>). O Uruguai adotou cotas de gênero para as eleições de 2014, mas elas só vigorarão em definitivo caso sejam reprovadas depois de avaliação da sua implementação.

Em 1997, a representação feminina média em Câmaras baixas na América Latina era de 10%. Em 2000, a representação de mulheres subiu para 15,3%, em média. Em 2005, a média da porcentagem de mulheres nas Câmaras baixas (ou parlamentos unicamerais) foi de 17%, e nas Câmaras altas, de 13% (HTUN, 2005). Mesmo com resultados preliminares, Jones (2000) afirma que as cotas só funcionam eficientemente nas eleições para a Câmara baixa da Argentina e o Senado do Paraguai, porque são as únicas situações em que os elementos comumente admitidos como favoráveis a elas se apresentam (listas fechadas, mandato de posição, circunscrições eleitorais grandes, cumprimento efetivo das cotas pelos partidos).

Abaixo podem ser observados dados relativos às cadeiras ocupadas por mulheres nas Câmaras baixas por regiões do mundo, atualmente:

Tabela 1: Representação política feminina no mundo			
Regiões	% cadeiras ocupadas por mulheres na Câmara Baixa	% cadeiras ocupadas por mulheres na Câmara Alta	% cadeiras ocupadas por mulheres - duas Casas combinadas
Países nórdicos	42.0%	---	---
Europa - membros OSCE* (incluídos os países nórdicos)	23.4%	21.1%	22.9%
Américas	22.4%	23.3%	22.5%
Europa - membros OSCE* (excluídos os países nórdicos)	21.7%	21.1%	21.5%
África Subsaariana	20.4%	19.2%	20.3%
Ásia	18.5%	14.1%	18.0%
Estados Árabes	14.9%	6.4%	13.2%
Pacífico	12.7%	34.8%	15.2%
Média mundial	20,3%	18,1%	20,0%

*Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

Fonte: IPU - Inter-Parliamentary Union, banco de dados de 11/09/2012.

3.4.1. O contexto da representação política de mulheres na Argentina, no Brasil e no Uruguai

Os três países da América do Sul escolhidos para esta pesquisa apresentam condições muito diferentes em relação à representação política feminina. A Argentina é sempre citada como exemplo de êxito da implementação da política de cotas e tem uma representação feminina de 40% das cadeiras da Câmara baixa, alcançada em 2007, enquanto o Brasil é continuamente citado como exemplo de grande fracasso em sua execução. Já o Uruguai é um país que teve durante algum período a representação política de mulheres nula e atualmente apresenta representação feminina no Parlamento ainda baixa, mas crescente, e teve a lei de cotas aprovada em 2009 para vigorar nas eleições nacionais e departamentais nas eleições de 2014.

3.4.1.1. Brasil

O sufrágio feminino no Brasil foi alcançado durante o governo Vargas (1930-45). Em 1932, foi abolido o sufrágio censitário e permitida a eleição da primeira parlamentar em 1933, mas somente em 1934 foi estabelecido constitucionalmente o direito à cidadania política feminina.

No período de 1945-64 houve uma desmobilização do movimento feminista e em 1964 evidenciou-se no país a presença de grupos de mulheres de classe média e alta que apoiaram o golpe militar em nome da “proteção da família”. Mesmo assim, durante este período o movimento de mulheres continuou se desenvolvendo: em 1949 foi criada a Federação de Mulheres do Brasil, cujas principais demandas eram a luta contra a carestia de vida, a defesa da infância e a paz. O movimento feminista, no entanto, só se reestruturará na segunda metade da década de 1970, simultaneamente à emergência dos “novos” movimentos sociais, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligadas à Igreja Católica e à Teoria da Libertação, e o “novo” movimento sindical, orquestrado nas grandes greves de 1978-79 do ABC paulista (POLANCO, 1999).

A representação de mulheres no Parlamento segue muito baixa desde o retorno do poder político aos civis, a partir de 1985. Em 1993 foi apresentado, pela primeira vez, um projeto de lei de implementação de cotas para mulheres na política – que foi rejeitado.

Em 1991, o Partido dos Trabalhadores – PT adotou a política de cotas para mulheres para os seus órgãos de direção, seguido pela CUT (Central Única dos

Trabalhadores) em 1993, também para as instâncias de direção (regional, estadual e nacional), definindo o preenchimento mínimo de 30% dos cargos de direção por qualquer sexo (MIGUEL, 2000).

Em 1995, após as experiências do PT e das discussões na Conferência de Beijing, a deputada federal Marta Suplicy (PT) apresentou um projeto de lei estabelecendo 20% das vagas de candidatura para mulheres para as eleições municipais de 1996, que foi aprovado (resultando na Lei nº 9100/1995), implementando as cotas no país. Em 1997, a lei eleitoral que regulamentaria as eleições de 1998 ampliou o percentual de reserva de candidaturas femininas para 25% (Lei nº 9504/1997). Para as eleições de 2000, estabeleceu-se que as listas deveriam ser constituídas com no mínimo 30% de candidatos/as de um sexo e no máximo 70% de candidatos/as do outro sexo, transformando as cotas para mulheres em cotas de gênero (MIGUEL, 2000).

Abaixo são apresentados os percentuais de deputadas federais brasileiras desde 1982:

Tabela 2: Representação política feminina na Câmara baixa brasileira	
Ano da eleição	Representação feminina na CD (%)
1982	1,7
1986	5,3
1990	6,0
1994	6,2
1998	5,7
2002	8,2
2006	8,8
2010	8,8

Fonte: Elaboração própria, a partir de Miguel (2000); Araújo (2001b); CFEMEA – <http://cfemea.org.br/>;
TSE – <http://www.tse.jus.br>.

Embora a representação feminina tenha apresentado um pequeno avanço, após um retrocesso com a aplicação da lei de cotas em 1998, sua implementação visando à eleição de candidatas não foi satisfatória. A explicação mais comum para esta questão afirma que o período para avaliação ainda é muito curto e que as cotas procuram resultados a médio e longo prazo. É verdade que o alcance dos objetivos é esperado para longo prazo, mas outros países não dependeram deste fator, como a Argentina. Araújo (2001b) afirma que a ideia de "resistência partidária" às cotas não procede, porque a maior dificuldade não é o veto de dirigentes de partidos, mas o pequeno universo de

mulheres dispostas a se candidatar, efeito das deficientes condições estruturais de gênero. Além disso, ainda há o sistema de listas abertas, que seriam menos favoráveis ao sucesso das cotas.

No Brasil, além das listas abertas, a implementação das cotas se viu prejudicada pela não-obrigatoriedade de preenchimento das vagas destinadas às mulheres. A partir de 2000, os partidos continuaram podendo não preenchê-las, mas deveriam deixá-las vagas. Em 1997, houve uma ampliação no número de vagas de candidatura para concorrer às eleições de 1998 para 150%, medida que buscou evitar os deslocamentos de candidatos e acabou auxiliando o retrocesso na representação de mulheres (ARAÚJO, 2001b). Na prática, com a ampliação do número de candidaturas e a possibilidade de deixar de preencher a reserva de vagas para mulheres permitiu com que o cenário permanecesse o mesmo, sem realizar nenhuma mudança real no quadro de candidaturas, visto que os partidos deveriam preencher uma porcentagem do total de candidaturas que *poderiam lançar* e não do total de candidaturas que *efetivamente lançam* (MATOS, CYPRIANO e BRITO, 2007b). Na “mini-reforma política” de 2009, mesmo com a aprovação formal do não-registro das listas partidárias que deixassem de cumprir a lei de cotas nas eleições de 2010, o descumprimento da lei se manteve.

A falta de sanções para o não-preenchimento da lista partidária é um estímulo à manutenção da exclusão feminina, pois os partidos não são mobilizados na formação da lista para o preenchimento das vagas destinadas às mulheres e não há estímulos para as suas candidaturas. Superficialmente, a percepção é de que não existem mulheres interessadas em se candidatar – se analisado com cuidado, o cenário indica que os partidos políticos não têm interesse em se engajar na preparação de quadros femininos.

3.4.1.2. Argentina

O sufrágio feminino na Argentina se deu com a lei n° 13010/1947, fruto do peronismo, e a partir de 1951 a representação feminina cresceu consideravelmente, chegando a 21,7% da Câmara dos Deputados em 1955. Este cenário foi interrompido pelo período ditatorial, quando o movimento de mulheres foi desarticulado e a representação política feminina caiu bastante. Em 1977, a mobilização feminina começa a retornar, com as *Madres de la Plaza de Mayo*, impulsionando a transição para a democracia. Com o retorno do poder aos civis, a representação política feminina é menor do que no período peronista (POLANCO, 1999).

A lei de cotas argentina para cargos eletivos nacionais, denominada *Ley de Cupos*, foi aprovada em 1991, durante o primeiro governo Menem (1989-1995). Sua aprovação foi um resultado de um projeto de integração das mulheres em um processo de democratização levado pelos congressistas radicais durante o governo Alfonsín (1983-1988). A *Ley de Cupos*, nº 24.012/1991, foi aprovada sem emendas pelo *Senado* em 1990 e pela *Cámara de Diputados* em 1991, e foi regulamentada em março de 1992 (POLANCO, 1999).

A partir de então, estabeleceu-se que deveria haver um mínimo de 30% de mulheres nas listas de candidaturas dos partidos em todos os distritos eleitorais, em posições elegíveis. Deve-se colocar uma candidata entre pelo menos cada dois candidatos no ordenamento da lista, não sendo necessariamente a terceira posição. Além disso, os partidos são obrigados a cumprir a lei de cotas, com prejuízo da impugnação da lista (ARAÚJO, 2001b).

De uma baixa representação feminina na Câmara baixa, a Argentina passou à seguinte representação:

Tabela 3: Representação política feminina na Câmara baixa argentina	
Ano da eleição	Representação feminina na Câmara baixa (%)
1991	6,2
1993	12,5
1995	24,9
1997	28,0
1999	27,6
2001	29,6
2003	33,5
2005	33,5
2007	40,0
2009	38,5
2011	37,4

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Consejo Nacional de la Mujer - <http://www.cnm.gov.ar/> e da <http://www.ipu.org>.

A implementação da política de cotas na Argentina é considerada eficiente pela literatura, que aponta seu êxito como fruto do sistema eleitoral de listas fechadas com mandatos de posição, o que quase transfere as cotas nas candidaturas diretamente para as cadeiras do Parlamento. A pressão política que os movimentos de mulheres e

feministas conseguiram exercer sobre o sistema político também foi importante para garantir a aprovação da *Ley de Cupos*, assim como a garantia de impugnação das listas que descumprirem a lei.

3.4.1.3. Uruguai

Peschard (2005) afirma que o Uruguai, país que determinou o sufrágio feminino, assim como o Brasil, em 1932, é amplamente definido como um exemplo de “cultura democrática”, mas isto, se verdadeiro, não implica em “cultura de equidade”.

Depois da ditadura (1973-1985), as atividades políticas das mulheres se concentraram em movimentos de iniciativa, vinculados à esfera das necessidades básicas da família, e em movimentos reativos, ligados à luta pelos direitos humanos. Houve um aumento da mobilização social, mas a entrada no mundo político dominado pelos homens não ocorreu (EIDE, 2001). A representação feminina foi nula de 1985 a 1990.

Tabela 4: Representação política feminina na Câmara baixa uruguaia	
Ano da eleição	Representação feminina na Câmara dos Representantes (%)
1984	0
1989	6,1
1994	7,1
1999	12,1
2004	11,1
2009	12,1

Fonte: Elaboração própria, a partir de Johnson (2006) e <http://www.ipu.org>.

Em 1988, foi discutida uma proposta de lei de cotas para mulheres, que foi considerada inconstitucional porque “negaria” a igualdade entre os sexos, argumento embasado na defesa do preenchimento dos cargos eletivos por mérito.

A representação feminina uruguaia, sem cotas, apresentou um crescimento de 1989 a 1999, com estabilização desde o início dos anos 2000, fato que coincide com o crescimento do *Frente Amplio* no Parlamento.

Em 2003, um projeto de lei feito pela *Comisión de Género y Equidad de la Cámara de Representantes* e assinado por todas as parlamentares, com exceção daquelas vinculadas ao *Partido Colorado*, foi apresentado no Parlamento. O projeto de

Ley de Participación Política determinava que: as listas partidárias fossem compostas por pelo menos 30% de candidatos/as de um sexo e no máximo 70% de candidatos/as do outro sexo; que deveria haver alternância entre pelo menos cada dois candidatos ou candidatas nas listas; que a lei de cotas também regeria as eleições internas e a direção dos partidos políticos; e que a não-aplicação da lei de cotas resultaria em negação do registro das listas. O projeto foi alterado na *Cámara de Representantes*, transformado em uma mera “declaração de bons propósitos” e não foi discutido no Senado (www.ediles.org).

Nas eleições que sucederam a rejeição da política de cotas, a representação feminina na *Cámara de Representantes* sofreu uma pequena queda. As candidatas, em especial do *Encuentro Progresista – Frente Amplio – Nueva Mayoría* (EP-FA-NM), fizeram campanha eleitoral específica para as candidaturas femininas e não conseguiram inserir o tema da representação de mulheres na campanha global.

A eleição do frenteamplista Tabaré Vázquez, em 2004, significou uma grande quebra da tradição bipartidarista que dominou o Uruguai por 170 anos. No entanto, as distorções de gênero na política uruguaia continuaram, embora decrescentes nos últimos quinze anos (www.mujereshoy.com).

Ao final do mandato de Tabaré Vázquez e após vinte anos de lutas dos movimentos feministas pela aprovação de uma lei que garantisse uma maior participação feminina nas esferas de decisão política, o projeto de lei de cotas foi aprovado em maio de 2009, concretizando-se na Lei 18.476. Para sua aprovação houve muito debate, diversos questionamentos sobre a natureza da ação e significativa resistência dos parlamentares. Johnson e Pérez (2010) afirmam que, apesar de todas as indicações negativas do debate no Senado, a lei de cotas foi aprovada, ainda que como uma “intervenção ortopédica e pontual na engenharia eleitoral”²⁷ (JOHNSON y PÉREZ, 2010, p. 36), sem discutir profundamente as configurações gerais da esfera de representação política uruguaia.

Segundo Johnson e Pérez (2010), a lei de cotas aprovada definiu a obrigação de colocar pessoas de ambos os sexos a cada três candidatos/as (titulares e suplentes) nas listas eleitorais dos pleitos internos, departamentais e nacionais e em todos os processos

²⁷ “Assim, os opositores à lei construíram a cota como uma intervenção “ortopédica” e pontual na engenharia eleitoral, e não como um mecanismo que permitiria uma reconfiguração das bases conceituais da representação política” (JOHNSON y PÉREZ, 2010, p. 36, tradução nossa). No original: “*Así, los opositores a la ley construyeron la cuota como una intervención “ortopédica” y pontual en la ingeniería electoral, y no como un mecanismo que permitiría una reconfiguración de las bases conceptuales de la representación política*”.

eleitorais internos de cada agremiação partidária. Para que conseguisse ser aprovada, através do acordo entre a bancada do *Frente Amplio* e do *Partido Nacional*, o texto foi modificado para a sua aplicação ser realizada a partir de 2009, sem limite de tempo, para eleições internas dos partidos e eleição de seus órgãos executivos, e somente no ciclo eleitoral 2014-15 para os cargos de representação nacional e departamental, vinculando sua reedição à avaliação dos resultados alcançados nesse ciclo.

4. O DEBATE SOBRE CARREIRAS POLÍTICAS: ONDE ESTÃO AS MULHERES?

Neste capítulo são apresentados os principais pontos de debate na literatura sobre carreiras políticas e, pontualmente, recrutamento partidário, em especial as discussões específicas dos países abordados neste trabalho, Brasil, Argentina e Uruguai, apontando-se os principais achados da área, além dos resultados gerais das pesquisas sobre carreiras políticas de mulheres. A literatura hegemônica da ciência política nestes países acompanha a literatura estadunidense, apesar de todas as diferenças institucionais do sistema político, e muitas vezes se refere a aspectos relacionados ao desenho dos sistemas eleitorais, com foco na renovação das Casas legislativas e no perfil social dos/as políticos/as recrutados que conseguem alcançar as cadeiras do Parlamento.

Já os principais trabalhos brasileiros, argentinos e uruguaios sobre gênero e carreira política se dedicam ao estudo das específicas trajetórias das mulheres que conseguiram chegar às cadeiras do Parlamento, sem conseguir, no entanto, observar o quadro geral das carreiras nestes países.

Para se compreender o debate sobre carreiras, é preciso, primeiramente, analisar a importância do momento de seleção das candidaturas (ou seja, do seu recrutamento) para a definição dos resultados eleitorais. Segundo Wessels (2005), o recrutamento legislativo é o passo que compreende a passagem individual de diversos políticos/as à carreira parlamentar. São mecanismos e processos que selecionam, entre muitas pessoas motivadas, os indivíduos que chegarão às posições parlamentares. Na maior parte dos países, os partidos são atores centrais nesse processo, porque são eles os responsáveis por identificar possíveis candidatos/as, selecioná-los como seus/suas candidatos/as oficiais e dar incentivos para que sejam eleitos/as. É o primeiro passo que definirá que tipo de representação política será alcançada (MATLAND, 2005).

No que tange ao recrutamento de mulheres candidatas e à sua baixa representação política generalizada, a literatura sobre recrutamento partidário afirma que a eleição de mulheres apresenta um conjunto de barreiras a serem enfrentadas: elas devem, primeiramente, ser selecionadas pelos partidos como membros filiados; um segundo passo é sua seleção como candidatas; a terceira barreira é sua seleção pelo próprio eleitorado (MATLAND, 2005).

As razões que levam uma pessoa a querer concorrer, ou seja, o seu nível individual da ambição política, determinam o primeiro conjunto de pessoas que eventualmente

podem se lançar candidatas. Nesse nível, a pessoa interessada passa de formalmente elegível a aspirante a um cargo político. Segundo Matland (2005), ao se discutir a fonte da ambição política de um/a candidato/a, normalmente se pensa em um indivíduo racional com capacidades limitadas de prever os resultados e estimar os custos e os benefícios possíveis de suas ações. A ambição política também considera quanto o ambiente sócio-político será favorável à sua candidatura, quais recursos serão captados para a campanha, quais oportunidades são oferecidas etc. Nesse primeiro passo normalmente há mais homens do que mulheres, porque o ambiente de recrutamento geralmente é mais favorável para os homens – ou seja, a desigualdade na participação já se vê presente no primeiro passo do recrutamento. Em praticamente todas as culturas homens são socializados para ver a política como uma área de atuação legítima, ao contrário das mulheres, o que os leva a desenvolver mais interesse pela área do que as mulheres (e, conseqüentemente, a ter mais ambição política). Além disso, eles também costumam ter mais acesso a recursos importantes para seguirem a carreira política.

Dado o conjunto de aspirantes, a seleção de candidaturas é o segundo passo e um dos papéis mais importantes de um partido. Ela pode variar muito: pode ser das mais abertas às mais fechadas, garantindo a candidatura de todos os membros, ou realizando primárias abertas ou fechadas, ou com indicação das candidaturas pelos líderes partidários, ou com indicação por blocos dentro do partido, ou indicação pela direção do partido etc. Outra dimensão da seleção de candidaturas se refere ao grau de burocratização deste processo: pode ser altamente burocratizado (com regras explícitas) ou baseado em liderança tradicional ou carismática (com viés mandonista, de regras pouco claras e mal seguidas). Em sistemas burocratizados, regras para inclusão de candidaturas femininas são ações vantajosas para a eleição de mulheres. Regras claras oferecem a oportunidade de criar estratégias para aproveitar as regras específicas, como as cotas de candidaturas (MATLAND, 2005).

Uma regra geral seguida pelos partidos é que eles sempre buscarão candidatos/as que maximizarão os votos (MATLAND, 2005). Pessoas consideradas menos “atraentes” eleitoralmente não serão selecionadas pelos partidos (ou, mais especificamente, por aqueles que exercem a função de controle dos partidos – os *gatekeepers*). Os pontos avaliados mais centrais são o passado do/a candidata/o no partido e os mandatos eletivos já cumpridos. Novos/as candidatos/as podem ser avaliados pelo seu passado de militância no partido. A visibilidade na comunidade, posições de liderança em organizações sociais e a ocupação de cargos públicos também

são fatores observados para se estimar a quantidade de votos. Como essas posições são ocupadas desproporcionalmente por homens, mulheres têm mais desvantagem nesse processo. Deste modo, os partidos, se assumirem uma postura de gênero neutra, reproduzem a assimetria para o conjunto de pessoas elegíveis, porque entre os aspirantes já há um número maior de homens, e entre os filiados, ainda mais. Ao não priorizar as mulheres como candidatas desejáveis e não tomar ações que promovam a igualdade de gênero, os partidos reproduziriam as assimetrias, deixando o quadro de desigualdade de gênero ainda mais desfavorável.

A terceira barreira, da eleição propriamente dita, não apresenta consensos na ciência política. Apesar de haver evidências da desigualdade social e da deslegitimação histórica das mulheres, não há pesquisa que possa afirmar, empiricamente, o preconceito direto do eleitorado para com as candidatas mulheres. Mesmo assim, por mais que o eleitorado possa não se importar com características dos/as candidatos/as, a ideia de que certas características são mais “atraentes” será considerada pelos partidos ao selecionar seus/suas candidatos/as – novamente, retorna-se à questão de quais candidatos/as são mais competitivos/as e trarão maior número de votos para o partido. Em sistemas eleitorais de lista aberta (caso do Brasil) ou de voto único transferível (Irlanda), o sexo do/a candidato/a pode ser uma desvantagem, como apontam as hipóteses gerais sobre o preconceito do eleitorado, mas também pode ser uma vantagem em distritos com forte organização de mulheres que consigam sensibilizar o eleitorado sobre suas questões para atrair votos (MATLAND, 2005).

Norris (2004) afirma que as barreiras da ambição política e da elegibilidade são fortemente associadas ao modelo de modernização cultural de cada sociedade. Pesquisas sobre valores culturais, segundo a autora, apontam que estes estão sistematicamente associados ao nível de desenvolvimento humano e exercem especial efeito sobre os direitos, os poderes e os recursos que separam homens e mulheres, principalmente em relação à divisão sexual do trabalho. Isso significa que mais modernização cultural levaria a padrões de gênero mais ou menos intercambiáveis, ou seja, diferenças sexuais/biológicas tenderiam a criar menos expectativas sociais em contextos de maior modernização cultural. Segundo Norris, culturas tradicionais falham em tentar implementar a igualdade de oportunidades, o que leva a um cenário no qual mulheres são limitadas e se autolimitam.

Apesar de todas essas afirmações dos estudos de modernização cultural, Norris (2004) afirma que pesquisas com modelos multivariados mostram evidências de que o

desenho do sistema eleitoral é um ponto crítico para a eleição de mulheres. Estes estudos indicam as vantagens de sistemas eleitorais com representação proporcional, da grande magnitude do distrito, de maior proporcionalidade e do uso legal ou voluntário de cotas de gênero para a eleição de mulheres, além da influência da ideologia partidária (de esquerda) e da organização partidária (mais burocratizada). Norris (2004) também afirma que o tipo de sistema eleitoral se relaciona aos padrões de reeleição, nos quais influenciam as vantagens familiares, o amplo reconhecimento do nome do/a candidata/o, a maior atenção da mídia, um maior financiamento de campanha e os recursos organizacionais que acompanham o trabalho legislativo.

Seguindo as evidências dos estudos sobre recrutamento, vários países da América Latina implementaram mudanças em seu sistema eleitoral como forma de aumentar a representação política feminina. Htun (2005) afirma que os maiores sucessos foram verificados nos sistemas com representação proporcional com lista fechada, lista com mandato de posição (alternância obrigatória entre sexos na lista partidária) e distritos de grande magnitude. A autora afirma que os partidos controlam o sucesso eleitoral feminino e historicamente eles têm viés de gênero (facilitando a seleção de homens) e impedem a ascensão de lideranças femininas. Na região latino-americana, em alguns países (como o México) as pastas sobre mulheres têm trabalhado por maior liderança feminina, principalmente por regras mais claras e maior burocratização dos partidos. Em partidos de esquerda, mais abertos a grupos marginalizados e com maiores laços com movimentos feministas, tende-se a ter mais espaço para mulheres.

Htun (2005) afirma que na América Latina, no geral, não há correlação entre tipo de partido e presença feminina, o que significa que alta burocratização partidária não implica em maior número de eleitas, assim como baixa burocratização não implica em baixo número de eleitas. Em países onde se realizam primárias para definir as candidaturas, como o Uruguai, tende-se a favorecer homens, que já têm mais recursos do que as mulheres. Em relação à ideologia partidária, a autora afirma que entre 1990 e 2005 os partidos de esquerda tendiam a apresentar maior número de mulheres eleitas, mas a partir de 2005 o cenário se modifica e a representação feminina de partidos de direita cresce em vários países da região.

O centro do debate sobre carreiras políticas na ciência política brasileira se relaciona principalmente à discussão do papel dos partidos políticos e do sistema eleitoral como os grandes determinantes da construção de carreiras. Discussões sobre representação majoritária ou proporcional, tipos de lista, magnitude dos distritos,

monopólio partidário das candidaturas, fragmentação do sistema de partidos e concentração de poder nas mãos das lideranças partidárias são temas recorrentes nesta tradição, que se dedica também a identificar como é realizado o recrutamento dos/as candidatas/os pelos partidos políticos, sem debater extensamente o ambiente sociocultural no qual estas instituições estão inseridas.

Como panorama geral, é possível dizer que a produção da ciência política brasileira sobre o tema das carreiras políticas prioriza os debates sobre lealdade partidária (SANTOS, 2001), reeleição (PEREIRA e RENNÓ, 2001; LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003), origem do capital político e a influência da mídia (MIGUEL, 2003), estratégia e tipos de ambição política (LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003) e ideologia partidária (SANTOS e SERNA, 2007), mas poucas vezes os estudos se dedicam à questão das desigualdades de gênero na política, como os trabalhos de Miguel (2003; 2008) e Pinheiro (2007), apesar de alguns trabalhos apresentarem a variável “sexo” na análise dos perfis de origem social dos/as parlamentares (PERISSINOTTO, COSTA e TRIBESS, 2009; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009).

Santos (2001), por exemplo, desenvolve pesquisa sobre a questão da migração partidária afirmando que em um contexto de monopólio do lançamento de candidaturas pelos partidos, que são instituições concentradoras dos recursos necessários para arregimentação eleitoral, as pessoas que aspiram à carreira parlamentar tenderão a se manter fiéis a essas organizações políticas, sabendo que serão recompensadas por esta lealdade. Quanto mais os/as aspirantes dependem das estruturas partidárias, mais estas condicionarão as suas estratégias políticas. Assim, tanto no Brasil como em outros países, os partidos condicionam diretamente as oportunidades para as carreiras dos indivíduos que querem se profissionalizar politicamente. Santos (2001) define os fenômenos de migração partidária como fluxos que se localizam na periferia dos partidos, ao mesmo tempo que existe um núcleo duro de parlamentares que tiveram suas carreiras projetadas por aquela legenda e que são leais a ela. Deste modo, o autor admite que flutuações no ordenamento da lista podem gerar algumas migrações partidárias, mas não são capazes de estabelecer uma relação causal muito determinante entre os dois fenômenos.

Outros pesquisadores brasileiros se dedicam à questão da reeleição para observar padrões de candidaturas de deputados federais, como Pereira e Rennó (2001), que buscam entender quais são as características que determinam o sucesso de uma reeleição na Câmara dos Deputados. Argumentando que o sistema de representação

proporcional, aliado à lista aberta, concentra o processo eleitoral na figura do/a candidato/a, os autores afirmam que este cenário é fruto de uma fragilização dos partidos políticos brasileiros, que são um requisito formal para a inscrição na competição eleitoral, e da existência de coligações, sendo estas outro elemento que fragiliza ainda mais os partidos. A lista aberta, nesse cenário, seria um estímulo à competição entre membros de uma mesma lista. Deste modo, os candidatos se tornam o foco da disputa eleitoral – e entre aqueles que buscam se reeleger, a competição seria ainda maior. Em um ambiente de alta competição e de partidos fragilizados, a distribuição de benefícios locais por parte dos parlamentares que buscam a reeleição teria mais impacto do que a sua atuação legislativa na Câmara dos Deputados. Segundo Pereira e Rennó (2001), para outras situações, a atuação parlamentar mudaria de acordo com o cargo para o qual o parlamentar desejasse concorrer.

Ainda dedicando-se ao estudo da reeleição, mas tratando-a como uma estratégia para a continuidade da carreira política, Leoni, Pereira e Rennó (2003) buscam entender como se constitui o vínculo entre a reeleição e a ambição política dos parlamentares brasileiros. Em seu estudo, verificam que nas eleições de 1998 muitos candidatos concorreram à reeleição. Os autores se contrapõem à tese de Samuels (2000), que aponta os parlamentares mais “fracos” como aqueles que aspiram reeleger-se.

Segundo Samuels (2000), haveria no Brasil um padrão intrigante e constante de forte renovação no Congresso Nacional, desde 1945, que superaria os 50%. Este percentual é muito alto se comparado ao estadunidense, que não ultrapassa os 10%. De acordo com o autor, é possível explicar tal fenômeno através de duas variáveis: a natureza da ambição política dos nossos parlamentares e a dinâmica da competição eleitoral brasileira. Em relação à ambição política, Samuels (2000) afirma que os políticos brasileiros querem fazer carreira fora do Legislativo, principalmente em cargos do Executivo estadual ou municipal, que ofereceriam mais poder e retorno político. Este quadro sugeriria que os políticos mais “fortes” concorreriam a cargos mais altos – no caso dos deputados federais fortes, estes buscariam os cargos de senador, prefeito ou governador. Deste modo, seria possível afirmar que os parlamentares mais fracos apresentariam uma “ambição estática”, ao contrário dos parlamentares mais fortes, que, por sua vez, apresentariam uma “ambição progressiva”. Um cargo na Câmara dos Deputados seria um degrau de uma carreira política progressiva – ou seja, os deputados federais têm objetivos de carreira que ultrapassam os limites da Câmara dos Deputados. Uma diferença marcante em relação aos Estados Unidos, segundo Samuels (2000), é

que ali os parlamentares têm o objetivo de permanecer no cargo e não o consideram apenas um degrau para poderem “crescer” ou “ascender” na carreira.

A outra variável que o autor considera importante é o desenho do sistema eleitoral. No Brasil, o sistema eleitoral é caracterizado por uma representação proporcional, com 27 grandes distritos e lista aberta. Samuels (2000) afirma que esse modelo desfavorece os candidatos mais fracos, que competem não apenas com os candidatos das outras listas, mas também contra aqueles de sua própria lista partidária.

Ao contrário da tese de Samuels (2000), Leoni, Pereira e Rennó (2003) afirmam que não são apenas os políticos mais fracos que procuram reeleger-se, mas também seria possível identificar vários casos de parlamentares considerados “fortes” que se decidem pela reeleição. Estes políticos baseariam a sua decisão realizando um cálculo de utilidade e verificando um risco muito maior de concorrer por um cargo mais alto do que o risco de permanecer na Câmara dos Deputados, especialmente no caso de disputas para cargos majoritários, além de realizarem uma auto-avaliação de seu desempenho no cargo. Esta constatação é muito importante, segundo os autores, porque a Câmara dos Deputados é um alicerce para a construção de uma boa democracia – e verificar que os cargos desta Casa são atraentes a “políticos fortes” pode ser considerado um “bom sinal” para a política brasileira.

Nessas abordagens é um ponto central o foco nas decisões individuais dos candidatos, apesar do monopólio de lançamento de candidatura por parte dos partidos, ressaltando a explicação de que o sistema partidário brasileiro é fragmentado. Partindo daí, Samuels (2004) afirma que o Brasil tem talvez o caso mais importante de políticos individualistas do mundo – a campanha eleitoral é descentralizada, o candidato busca o seu próprio financiamento e a reeleição nunca é seu foco final, sempre existindo uma ambição extra-legislativa. Em seu trabalho legislativo, emendas orçamentárias individuais seriam importantes para, individualmente, os legisladores subirem na hierarquia da carreira política, o que se relaciona ao caráter “empreendedor” individualista do legislador brasileiro.

Apresentando dados, Samuels (2004) afirma que quase 40% dos deputados federais saem da Câmara dos Deputados para servir em cargos estaduais ou municipais ou concorrer para prefeito. Não existe, segundo o autor, um modelo partidário de carreira legislativa de longa duração no Brasil. No entanto, apesar de existir tão alta rotatividade na Câmara dos Deputados, a sua composição partidária não costuma variar, porque as elites sociais e econômicas conseguem com relativa facilidade se reproduzir

neste espaço. É interessante analisar essa afirmação com uma reflexão anterior, de que as candidaturas são muito individualizadas no Brasil: apesar de se notar a individualização das candidaturas, os partidos políticos, considerados fracos pela literatura hegemônica, conseguiriam manter suas cadeiras na Câmara.

Segundo Samuels, a escalada do PT não teria mudado substancialmente a composição da Câmara em relação à sua elite política. Apesar dessa afirmação de Samuels (2004), em uma pesquisa com os dados dos eleitos e eleitas em 1998 e 2002, Rodrigues (2006) afirma que a composição social da Câmara dos Deputados no Brasil estaria sim em processo de mudança, principalmente devido ao crescimento e fortalecimento do Partido dos Trabalhadores. Segundo a avaliação de Rodrigues (2006), é possível notar um declínio do número de empresários e o surgimento de novas rotas de acesso à carreira política (que ele classifica como “secundárias”): os sindicatos de trabalhadores e organizações religiosas pentecostais. Essas novas rotas se distanciam do padrão de recrutamento político dos círculos dominantes tradicionais na política brasileira.

Apesar dos achados de tendências de mudanças do estudo de Rodrigues (2006), não há neste trabalho um foco na discussão sobre a manutenção do baixo padrão de acesso das mulheres ao espaço de representação política. A pesquisa de Samuels (2004), embora não se dedique às desigualdades entre homens e mulheres, não deixa de ressaltar que a Câmara dos Deputados brasileira continua majoritariamente masculina, indo de 6% em 1990 para 8,2% em 2002, apesar de avanços sociais ou da implementação de uma lei de cotas para mulheres nas disputas proporcionais.

Na literatura sobre carreira política no Brasil também há abordagens menos ligadas ao terreno institucionalista. Textos de Miguel (2002; 2003), por exemplo, buscam nas construções teóricas de Pierre Bourdieu elementos para se compreender a estruturação das carreiras políticas no Brasil. O autor, baseado na abordagem de Bourdieu sobre o campo político, define a ideia de “carreira política” a partir da diferenciada atribuição de pesos que os políticos dão aos cargos que podem ocupar e a sua decisão sobre quais desses cargos seriam mais importantes. O campo político, assim, se estruturaria de uma forma piramidal, hierarquicamente, com uma competição constante pelas vagas que se localizam nos lugares mais “altos” da pirâmide. O capital político indicaria o reconhecimento social que permite a aceitação de alguns indivíduos como atores políticos, ou seja, como atores que podem alcançar estas vagas.

Miguel (2002) afirma que é possível traçar uma estrutura intuitiva de carreira política no Brasil, localizando sua base no cargo de vereador e definindo o topo com o cargo de presidente da República. De modo geral, as pessoas buscariam ocupar as vagas “subindo” na hierarquia, mas o autor ressalta que vários fatores levam os atores políticos a buscarem cargos “menos importantes”. Esta estrutura, embora seja altamente hierarquizada, não é rígida, o que levaria ao questionamento da ideia de que os políticos sempre buscam os cargos mais importantes. A tese da “ambição progressiva”, portanto, não se relacionaria à intenção de ocupar cargos mais altos, em qualquer situação, mas à capacidade de realizar cálculos para tomar decisões, em um contexto mais complexo.

Ao mesmo tempo, Miguel (2002) afirma que o contexto brasileiro apresenta vários elementos importantes a se considerar na análise da construção de carreiras políticas. A ditadura militar é uma variável importante, visto que interrompeu carreiras que estavam sendo construídas dentro de um específico contexto eleitoral, o que acabou gerando outras fontes de capital político, tanto se for considerada a proximidade com as forças armadas como a própria luta contra o regime autoritário. O autor também ressalta que é possível afirmar que as eleições para cargos do Executivo têm alta visibilidade, mas é preciso notar a importância do Legislativo como espaço privilegiado de socialização da elite política. Este fato é central, porque o progresso na carreira política não depende apenas da aprovação pelo eleitorado, mas também da aceitação entre os pares – os próprios políticos.

Nos estudos sobre carreiras políticas de Miguel (2002; 2003) o conceito de capital político de Bourdieu é central para a construção de sua análise. Para Bourdieu, o conceito de capital está diretamente relacionado a outros dois conceitos: campo e *habitus*. Os campos são estruturas sociais que possuem regras e hierarquias específicas e submetem seus agentes à sua lógica. Todas as ações tomadas dentro de um campo são realizadas em função do seu *habitus* (formas de agir, pensar e sentir o mundo, coletivas, mas incorporadas ao sujeito). O *habitus*, assim, realiza a intermediação da posição (objetiva) e a tomada de posição (subjetiva) do agente, através de critérios de classificação e hierarquização do mundo que, embora pareçam, não são naturais. Estruturado pelo campo, o *habitus* atua como uma espécie de “filtro” para o ingresso do agente no campo. Para ser capaz de gerar efeitos no campo, o agente deve possuir um determinado capital simbólico, que acaba por se constituir uma forma de valor fundada no reconhecimento existente dentro do campo.

Além disso, deve-se observar que os campos são autônomos e tendem a se fechar sobre si mesmos, ou seja, a influência dos agentes que não são membros do campo tende a ser muito limitada e o acúmulo de capital simbólico pelos membros é importante para que as ações venham a ser ali consideradas. No entanto, essa autonomia é sempre relativa, sendo que diferentes campos exercem influência mútua e as ações realizadas em um campo podem se refletir fora dele, em outros campos. Assim, o campo é mais autônomo (e menos suscetível a influências externas) quanto mais fechado o mesmo se apresenta. No entanto, existem outros campos que, por sua natureza, se abrem episodicamente para os “profanos”, agentes que não pertencem a eles, como o campo político (que se abre aos profanos – o eleitorado – a cada eleição).

Embora não tenha realizado uma classificação completa do capital político, pode-se dizer que Bourdieu dividiu o capital político em: capital delegado (capital controlado pela instituição e delegado a seus membros – o partido político acumula capital simbólico e o deposita limitada e provisoriamente em seus militantes); capital convertido (transformação de capital de outros campos para a política, o que supõe uma “taxa de conversão”); e capital heroico (subespécie do capital convertido, é acumulado lentamente e corresponderia ao “carisma” weberiano).

Baseado nos conceitos de Bourdieu, Miguel (2003) faz uma simplificação de sua classificação e trabalha com dois tipos ideais de capital político: capital delegado e capital convertido. Por *capital delegado* entende-se que o político iniciaria sua carreira por cargos mais “baixos” e, aos poucos, acumularia capital do próprio campo político, pela ocupação de cargos políticos ou partidários. Para começar sua carreira, no entanto, seria necessária uma pequena conversão de capital externo ao campo político. O *capital convertido*, por sua vez, corresponderia à conversão de uma grande quantidade de capital não-político, pressupondo-se a existência de uma “taxa de conversão” – ou seja, a conversão de capital não-político em capital político não acontece automaticamente e nem se dá na mesma quantidade do capital original, implicando em perdas na conversão. O que Miguel ressalta, com esta classificação, é que as carreiras costumam se apresentar como uma mistura entre os dois meios de se conseguir capital político.

Miguel (2003) afirma ainda que o sistema partidário brasileiro é abertamente descrito como fraco, e a combinação de partidos fracos com eleições proporcionais de listas abertas seria responsável pela alta renovação parlamentar na Câmara dos Deputados – o que seria um indicador de que os parlamentares realmente não “param” na Casa. Sobre a carreira destes deputados, o autor sustenta que a grande maioria deles

possui algum tipo de experiência política anterior à sua eleição para a Câmara, como a ocupação de cargos eletivos e de confiança nos municípios e unidades da federação, no Executivo e no Legislativo. Isto revela uma grande mistura de caminhos que percorrem os/as políticos/as brasileiros/as na construção de suas respectivas carreiras.

Analisando os dados referentes ao período 1986-1998, Miguel (2003) mostra que a construção de carreiras políticas no Brasil é bastante fluida, mas é possível imaginar que este quadro esteja em mudança, principalmente quando se verifica que a não-ocupação de cargos políticos prévios não parece ser um problema àqueles/as candidatas/os quando estão ocupando posições mais baixas, mas que esta característica passa a ser importante a partir de certas posições mais altas de carreira. Este fato acompanharia o que diz a teoria dos campos de Bourdieu: a partir de algum momento, o campo tende a se fechar sobre si mesmo. O campo político, nesse ponto, conseguiria impor algumas exigências a quem quer ascender a cargos de destaque, e uma delas passa a ser a socialização em níveis inferiores e médios. A ocupação de cargos na Câmara dos Deputados seria, assim, uma dessas exigências.

Os deputados e deputadas federais “novatos/as”, ou seja, eleitos/as pela primeira vez, seriam caracterizados pelos seguintes padrões: são “puxados” por candidaturas campeãs de votos (ou seja, são eleitos por votos dados a outras candidaturas); apresentam capital político da participação em sindicatos, e também pela “transferência” de capital político de familiares (ou uma conversão de capital “social”, herdado de redes de lealdades baseadas na família, para capital político); chegam aos cargos em função do capital delegado da ocupação de cargos de segundo escalão e de posições de direção em empresas estatais; convertem capital do campo econômico, que se mostra uma rota muito importante; e alguns são relacionados ao campo midiático.

Messenberg (2007) realizou um estudo de mapeamento da elite parlamentar brasileira, definida em termos de posições políticas, interesses específicos e reputação, em relação ao período 1995 e 2004. De modo geral, a autora percebeu que no Congresso Nacional, nesse período, prevaleceram: os partidos de ideologia política de contornos conservadores; parlamentares com escolaridade de ensino superior (em especial, bacharéis em direito); padrões de carreira política de ocupação de cargos no alto escalão da burocracia estatal; e não-linearidade das carreiras, ou seja, os/as parlamentares não passaram por um caminho apenas ascendente, mas transitaram entre cargos de diferentes níveis no campo político. A elite parlamentar brasileira de 1995-2004 se diferenciava bastante em alguns pontos dos dados gerais do Congresso

Nacional: prevaleceram parlamentares do Sudeste e das capitais dos estados, que tinham menor rotatividade partidária, com maior ocupação de cargos parlamentares prévios e uma ampla conquista de cargos-chave dentro do Legislativo. Entre os parlamentares pertencentes à elite e que eram do Sudeste, a maioria havia ocupado altos cargos na administração pública ou tinham sido vereadores; entre aqueles do Nordeste, as características gerais eram de ocupação de cargos importantes nas administrações municipais e estaduais, além de posições centrais nas equipes de governo dos chefes do Executivo nos três níveis e cargos de deputados estaduais e governadores de Estado; entre os parlamentares da elite política da região Sul, destacavam-se os ex-prefeitos e ex-governadores, em sua maioria. Considerando apenas a carreira no Parlamento, Messenberg (2007) observou então que os parlamentares do Nordeste brasileiro concentravam as posições na Mesa Diretora e a autoria de projetos importantes; os do Sul, as presidências de comissões e relatorias de projetos-chave; os do Sudeste, as lideranças partidárias, presidências de comissões e relatorias de projetos. Entre aqueles com vida parlamentar mais longa, ou seja, com maior permanência no Congresso Nacional, destacaram-se os parlamentares do Nordeste.

Rodrigues (2002), analisando por um outro ponto de vista, afirma que a composição social dos partidos políticos brasileiros difere bastante e, portanto, não se deveria analisar apenas a ideologia ou a orientação política dos partidos, que seriam as suas faces mais visíveis. No seu estudo de 2006, o autor afirma que a emergência do PT como um ator central na política brasileira causou mudanças na composição da Câmara dos Deputados. Santos e Serna (2007), em um estudo mais amplo que abrangia não apenas o Brasil, mas também as diferenças de carreiras políticas de esquerda e direita em outros países da América do Sul, afirmam que as diferenças sociais influenciam o recrutamento partidário. Segundo eles, partidos de esquerda tendem a recrutar membros entre movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores e indivíduos de classe média – esses não dispõem de recursos próprios e, assim, apostam em uma carreira de longo prazo dentro do partido. Já os partidos de direita tendem a realizar um recrutamento social elitista e tradicional, então seus candidatos têm recursos materiais e uma reputação social prévia ao ingresso no partido, o que os deixa menos dependentes da agremiação.

Em relação à formação acadêmica e à ocupação profissional de seus membros, Santos e Serna (2007) afirmam que os partidos de esquerda costumam recrutar profissionais das ciências econômicas e de formação humanista entre os membros da

classe média, além de indivíduos da classe trabalhadora. Partidos de direita, por sua vez, costumam recrutar indivíduos com profissões universitárias liberais, capitalistas, altos gerentes de empresas, grandes produtores rurais e comerciantes. Já os partidos de centro, segundo os autores, buscam realizar um recrutamento pluriclassista. No Brasil, partidos com recrutamento baseado em recursos individualistas e *status* pessoal do candidato, marcadamente de universitários liberais e pessoas ligadas ao mundo empresarial, seriam o PFL, PPB e o PMDB. O único partido associado à base social ampla e humanista, com membros da área cultural, assalariados e redes e associações da sociedade civil seria o PT, ao lado de outros partidos de esquerda latino-americanos como o *Frente Amplio* uruguaio. Nesses partidos, os autores verificam um padrão endógeno de carreira política, com maiores índices de permanência na agremiação e ingresso na carreira por cargos legislativos, ainda no período autoritário.

Santos e Serna (2007) concluem que os deputados federais dos partidos conservadores apresentam carreiras mais individualizadas, iniciadas tardiamente e menos contínuas. Nesses casos, a força do candidato residiria em sua trajetória pessoal. Nos partidos de esquerda, as carreiras seriam baseadas nas redes sociais, no capital associativo e no enraizamento das bases sociais dos candidatos. São, na visão dos autores, novas elites políticas, que constroem suas carreiras com atuação política prévia ao período da redemocratização e na fidelidade partidária. Ressalta-se que os deputados do Partido dos Trabalhadores brasileiro e do *Frente Amplio* uruguaio frequentemente são vinculados a associações da sociedade civil, sindicatos de trabalhadores, movimento estudantil e outras redes sociais. Os autores não deixam de afirmar que é possível, é claro, se observar também a presença de trajetórias híbridas.

Uma análise que busca identificar, de maneira mais aprofundada, a questão das trajetórias políticas no Brasil é a pesquisa realizada por Perissinotto e Miriade (2009). Os autores apresentam vários problemas das análises realizadas por outros pesquisadores sobre a temática e apresentam dados sobre a situação das rotas de acesso do Parlamento no Brasil. Segundo eles, os estudos sobre recrutamento político deveriam analisar todos os filtros que moldam as carreiras políticas e é por isso que realizar apenas “um” perfil dos vitoriosos, a partir de suas características, desconsiderando o universo de candidaturas, não seria suficiente para se inferir sobre as características dos grupos que conseguem ou não chegar às posições de elite²⁸. Assim, de acordo com os

²⁸ Que é o que faz a presente pesquisa, é preciso ressaltar, visto que a coleta de informações pessoais das trajetórias não pôde ser feita de maneira automatizada e que não há disponível publicamente uma base de

autores devem ser consideradas aquelas pessoas que são derrotadas nas eleições, os demais membros internos dos partidos políticos, aqueles que não conseguem se lançar candidatos, além da sociedade em geral, para que se possa chegar a uma análise mais adequada. Ressaltam também que os partidos políticos são atores centrais dessa análise, apesar da descrença da ciência política em relação ao sistema partidário brasileiro, recorrentemente descrito como altamente fragmentado. Os partidos políticos detêm o monopólio do lançamento de candidaturas e são eles os reais filtros que atuam no recrutamento dos candidatos e candidatas.

Perissinotto e Miríade (2009) afirmam ainda que a estrutura partidária é um fator central na análise da trajetória dos/as candidatas/os. Seus dados mostram que os partidos que têm maior sucesso eleitoral são aqueles que já são organizados, consolidados no cenário nacional e têm alta capacidade de controlar recursos governamentais, citando como exemplos PT, PMDB, PFL, PSDB e PCdoB. Dispondo desses recursos, os partidos são mais do que apenas legendas formalmente necessárias para lançar as candidaturas, mas seriam igualmente estruturas necessárias para o sucesso na competição eleitoral. De acordo com os autores, o volume de gastos de campanha é bem menos importante do que a filiação partidária para o sucesso eleitoral, porque mais importante do que a quantidade de recursos seria como tais recursos são gastos – é neste ponto que a organização do partido político se torna efetivamente importante.

Ao analisar o cenário partidário geral, Perissinotto e Miríade (2009) afirmam também que existem diferenças sociais entre os partidos, se estes forem agrupados ideologicamente, corroborando os achados de Santos e Serna (2007). Segundo os autores, partidos de direita e de centro tenderiam a apresentar posições sociais mais elevadas, sendo as/os candidatas/os dos partidos de direita mais escolarizados/as, enquanto nos partidos de esquerda o recrutamento seria realizado nas posições sociais médias e baixas da população e com tendência ao recrutamento de candidatas/os mais jovens. Ressalta-se aqui que há presença importante de advogados/as e demais profissionais da área do direito em todos os partidos.

De modo geral, os autores reafirmam os resultados da pesquisa de Santos e Serna (2007): alguns tipos específicos de ocupação aumentariam as chances de sucesso eleitoral na disputa por uma vaga na Câmara de Deputados, tais como as ocupações do empresariado, da produção agropecuária, das engenharias, da medicina e da economia.

dados com informações de capital familiar, por exemplo, que precisou ser construída para esta investigação..

Ter uma carreira política prévia, ou seja, ser um “político profissional” e, especialmente, já ter ocupado um cargo na Casa, tem um efeito importante nas carreiras políticas.

De acordo com o argumento dos autores, o partido político é a variável mais importante neste cenário, por acabar funcionando como o instrumento que permite a manutenção dos/as políticos/as em posições mais poderosas e por ter mais capacidade de organização e controle dos recursos. Assim, o ponto central para explicar o sucesso de seus candidatos seria a profissionalização que o partido político dispõe e permite.

O estudo de Perissinotto e Miríade (2009) é também um dos poucos textos dedicados ao tema das carreiras políticas em uma abordagem mais geral que trata de modo mais longo – ainda que superficialmente – sobre a questão da quase exclusão das mulheres do espaço parlamentar brasileiro. Os autores identificam a presença um pouco menos marginal das mulheres nos partidos de esquerda e de centro. Seu estudo ressalta esse problema e afirma que é tarefa da ciência política explicar o baixo número de candidaturas femininas, buscando explorar este cenário não apenas no âmbito das instituições políticas, em especial dos partidos políticos, mas também fora delas. No entanto, não seguem a explorar a questão, detendo-se na descrição de dados referentes à desigualdade política entre mulheres e homens.

Em outro estudo, Perissinotto, Costa e Tribess (2009) utilizam os dados referentes ao sexo dos/as parlamentares da Assembleia Legislativa do Paraná como variável de análise de sua origem social, além da utilização da variável raça. Chegam à conclusão que, para a Casa Legislativa paranaense, a socialização política prévia (na família, nos movimentos sociais, no trabalho etc.) é mais importante do que a origem social dos parlamentares e que tanto a direita quanto a esquerda recrutam seus membros nas classes médias. No entanto, os autores não apresentam explicações específicas sobre a exclusão racial e de gênero neste ambiente.

Em um contexto em que estudos sobre as carreiras políticas se atêm à busca das razões que as impulsionam progressivamente, é preciso destacar o estudo de Florentino (2008) sobre aqueles políticos que, por sua vez, desistem de suas respectivas carreiras políticas. A autora afirma que os indivíduos que desistiram da disputa eleitoral entre 1990 e 2006, em geral, pertencem a grupos que estão em decadência no jogo político ou que não conseguiram ingressar de modo definitivo no campo político, como estreates de primeiro mandato, suplentes, parlamentares de bancadas muito pequenas e, dentre este grupo, as próprias mulheres. Embora a autora não se dedique a explicar as causas que desmotivariam as candidatas, é possível buscá-las nas reiteradas observações da

literatura sobre gênero e política: mulheres ainda estão submetidas a múltiplas jornadas de trabalho e tendem a ser responsáveis pela organização das atividades domésticas e do cuidado com as crianças, o que dificulta muito a possibilidade de se conseguir construir uma carreira política. Em uma eleição para a Câmara dos Deputados, a situação ainda é mais complicada – excetuando-se os/as parlamentares do Distrito Federal, todos/as os/as demais precisam deixar suas casas (e suas famílias) durante os dias úteis ou mudar-se para Brasília, o que afeta em cheio as atividades vastamente relacionadas às responsabilidades femininas.

Além das múltiplas jornadas de trabalho, em um estudo sobre candidatas às cadeiras da Assembleia Legislativa de Minas Gerais nas eleições de 2006, Matos (2008; 2010) verificou que existe um complexo conjunto de barreiras que interferem na construção das candidaturas femininas, envolvendo não somente o nível sociocultural mais amplo, mas também específicos constrangimentos institucionais:

Foram relatadas experiências de discriminações/opressões, desde o plano pessoal (assédio moral e até mesmo sexual no espaço político-partidário-parlamentar), social (desqualificação, desautorização e deslegitimação continuadas que terminam por gerar ausência persistente de voz e de vez) e institucional (desinteresse das famílias de origem, dos próprios movimentos de origem, dos partidos e até da própria sociedade e especialmente do eleitorado), que convergem para a percepção de que o destino/realidade das candidaturas femininas é a invisibilidade e o insucesso (com algumas poucas exceções daquelas mulheres que já se elegeram ou que estejam em posição de proeminência nos partidos) (MATOS, 2010, p.19).

De modo geral, é possível afirmar que na Argentina e no Uruguai os debates sobre carreiras políticas acompanham uma linha muito semelhante àquela adotadas pelos estudos da ciência política brasileira, com uma dedicação maior dispensada à discussão sobre os sistemas partidários e os diferentes desenhos de sistema eleitoral.

Jones, Saiegh, Spiller e Tommasi (2000), em um texto sobre os políticos argentinos do século XX, baseiam-se igualmente na literatura americana para realizar as suas análises. Partem da afirmação que o maior incentivo para políticos que já iniciaram a sua carreira e foram eleitos a cargos legislativos na Argentina seria a sua reeleição. Assim, desenham uma proposta de estratégia política para maximizar os apoios que os políticos poderiam buscar no distrito eleitoral onde concorrem. Ao mesmo tempo,

admitem que características do sistema eleitoral também, por sua vez, influenciam no modelo de carreira política a ser desenvolvido, além dos atributos gerais relativos aos próprios políticos. Entre as características do sistema eleitoral, os autores afirmam que devem ser consideradas principalmente as listas partidárias: se forem fechadas, deduzem que os partidos têm alta influência na formação das carreiras políticas, porque são eles os definidores das respectivas listas de candidatos, bem como de seu ordenamento. Independentemente dos atributos e estratégias pessoais dos candidatos, estes deveriam manter “boas relações” com os chefes/líderes partidários.

Segundo os autores, os partidos argentinos são muito fortes no âmbito provincial, o que forçaria os políticos a manterem boas relações com os líderes partidários locais. Mesmo quando são eleitos legisladores nacionais, para se manterem ou ascenderem nas respectivas carreiras são levados a seguir os chefes locais, embora precisem considerar também a diretriz nacional do partido – e esses legisladores costumam votar em bloco, seguindo tal diretriz. Ao mesmo tempo, Jones *et alli* (2000) afirmam que, em uma análise que vai desde o final da ditadura, em 1983, até o ano de 1997, a taxa de reeleição entre os deputados nacionais argentinos seria bem pequena: em média, de 20%. Se comparada à taxa de reeleição nos Estados Unidos, superior a 90%, pode ser considerada baixíssima. Para este período, os autores afirmam que as carreiras políticas foram focadas nos partidos, sendo que a maior parte dos legisladores analisados já teria ocupado cargos eletivos, cargos de confiança ou cargos internos nos partidos. Na Argentina, a posição de deputado nacional poderia ser considerada claramente como um “trampolim” para se chegar a outro cargo superior, como o de senador, de secretário, de ministro ou de governador de província.

Em um texto de 2008, Jones afirma que a base da carreira política na Argentina seria provincial. Assim, a escolha do parlamentar seria entre continuar representando a província no Congresso ou voltar para a sua base local. Os legisladores argentinos não teriam a autonomia que possuem, por exemplo, os parlamentares estadunidenses ou brasileiros, ficando a decisão da (re)eleição nas mãos, basicamente, dos chefes partidários locais. Quando estão no Congresso Nacional, os legisladores são efetivamente responsáveis por estabelecer a ponte entre os líderes locais e a executiva nacional dos partidos políticos, pressionando por mais recursos para as províncias.

Para ilustrar seu argumento, Jones apresenta os seguintes dados: entre os deputados nacionais argentinos eleitos entre 1991 e 1999, 44% continuaram deputados nacionais, ou seja, se reelegeram; 7% subiram na escala hierárquica da carreira política

e se elegeram senadores; com poucas opções de ascensão, os deputados que mais tendiam a continuar na Câmara de Deputados eram aqueles filiados à FREPASO, um partido argentino de porte médio; um terço dos deputados nacionais seguiu a sua carreira retornando à sua província: 13% para o executivo provincial, 17% como representante provincial e 5% para os municípios (JONES, 2008).

De outra perspectiva, um estudo sobre recrutamento político para eleições legislativas uruguaias relata a existência de uma grande disputa entre os líderes partidários dentro dos partidos deste país, principalmente porque o desenho do sistema eleitoral uruguaio – de representação proporcional com múltiplas listas fechadas de um mesmo partido – favoreceria muito a competição intrapartidária (MORAES, 2008). Deste modo, os líderes buscariam dominar uma determinada facção dentro de seu partido para selecionar as candidaturas no momento da confecção das listas. Membros partidários que busquem se candidatar nas eleições para a *Cámara de Representantes* ficariam mais vulneráveis aos líderes destas facções, que seriam, afinal, os responsáveis por confeccionar as listas partidárias. De acordo com Moraes (2004), os partidos políticos uruguaios são divididos em facções cujos líderes têm amplo poder de controlar a seleção das candidaturas para a Câmara baixa. Os estatutos dos partidos e as primárias não são capazes de controlar essa divisão dos partidos.

Moraes (2004) afirma ainda que cerca de 50% dos parlamentares buscam se reeleger e estes estão mais vulneráveis ao controle por parte dos líderes de facções partidárias. Além da competição interna dentro dos partidos, haveria outro efeito, desta vez causado pela grande divisão entre as próprias facções: legisladores são incentivados a ter uma ação política que terminaria por ser fortemente setorizada, voltada à sua facção, o que limitaria a sua ação individual.

4.1. BRASIL, ARGENTINA E URUGUAI: OS ESTUDOS SOBRE GÊNERO E CARREIRA POLÍTICA

No contexto brasileiro, pela apresentação dos principais temas da literatura sobre recrutamento e carreira política percebe-se que poucas vezes há uma dedicação central à análise da ainda incipiente representação feminina. Ela, no entanto, tem o potencial de levar a muitos questionamentos relacionados à construção das carreiras políticas das parlamentares em geral, assim como das candidatas não-eleitas (MARQUES, MACHADO e RECCH, 2008). No entanto, a ciência política *mainstream* não tem por

hábito se ocupar destas questões e os estudos de gênero identificados não ultrapassam a breve análise de dados gerais ou apenas realizam pesquisas que se restringem às deputadas – impossibilitando, deste modo, passar de uma descrição da situação das parlamentares a uma exploração comparativa entre elas e os demais representantes.

Na literatura brasileira sobre gênero e política muito se discute a eficiência das cotas para mulheres da política. De maneira geral, mais de uma década de debates prioriza a discussão sobre o mecanismo das cotas e a verificação de que listas fechadas, como as do sistema eleitoral argentino, tendem a apresentar bons resultados para a sua implementação. Para além do cenário brasileiro, o mesmo debate pode ser também verificado no contexto latino-americano. Ao lado das discussões sobre as cotas, alguns estudos de resultados eleitorais (MIGUEL e QUEIROZ, 2006; ARAÚJO e ALVES, 2007) apontam certas indagações sobre as condições específicas de pior situação para a eleição de mulheres no sudeste e no sul brasileiro – regiões mais urbanizadas e com indicadores sociais e econômicos mais elevados.

O principal estudo sobre perfis e trajetórias políticas de mulheres no Brasil foi realizado por Pinheiro (2007), mas abarca somente as parlamentares mulheres, o que impossibilita uma análise relacional de gênero tendo como foco uma comparação com os padrões de carreira dos parlamentares homens. A autora afirma que a trajetória das relações familiares se apresenta como uma das principais rotas de acesso à carreira política entre as mulheres, que converteriam um prestígio de seus familiares à sua própria carreira, aproveitando não somente a experiência de socialização com políticos profissionais, mas também redes de compromissos e lealdades. Pinheiro (2007) afirma que esta rota não é exclusiva de mulheres, sendo importante para homens, mas muito mais relevante, no Brasil, para as candidaturas femininas. Em um estudo comparativo entre legisladoras brasileiras e argentinas, Marx, Borner e Caminotti (2007), por sua vez, afirmam que a maior parte das deputadas que relata a importância deste tipo de rota para sua carreira afirma que chegaram à candidatura para o cargo de deputada federal por decisão do familiar, em especial, do cônjuge. De acordo com a análise de Pinheiro (2007), muitas vezes as deputadas chegam a tal cargo para dar continuidade à ação política de seus familiares e, em especial, de seus esposos.

Assim como Miguel (2003), Pinheiro (2007) utiliza o arcabouço conceitual da teoria dos campos de Pierre Bourdieu. A autora trabalha com quatro subdivisões de capital político: capital familiar (delegado), capital delegado pela participação em

movimentos sociais, capital delegado da ocupação de cargos públicos e políticos, e capital convertido de outros campos.

Para a autora, a entrada no campo político pela militância em movimentos sociais apresenta-se como muito importante para as mulheres. A trajetória da militância passa pela participação das mulheres em sindicatos, associações de bairros, organizações religiosas, estudantis, profissionais e também pelo movimento de mulheres. Estas rotas foram abertas principalmente a partir do processo de redemocratização do Brasil, ao longo da década de 1980, e representam efetivamente um ideal de autonomia entre as deputadas, ao contrário da via oriunda do capital político familiar. Há também a rota dos cargos públicos e políticos, relacionada a um saber especializado convertido em capital político, que proporciona notoriedade e popularidade para se atingir a eleição à Câmara dos Deputados. Quem se associa a esta rota, de acordo com a autora, quase sempre se distancia totalmente dos movimentos sociais. Esse perfil se apresenta relacionado à ocupação de cargos eletivos ou à ocupação de cargos públicos de conhecimento técnico especializado. Pinheiro (2007) aponta ainda a rota do “capital convertido de outros campos”, como artistas, atletas ou pessoas com alta exposição midiática, e afirma que este perfil também é relevante entre os homens que se elegem para a Câmara de Deputados no Brasil.

Entre os perfis de carreira política analisados por Pinheiro, cuja pesquisa incluiu dados de 76 deputadas eleitas para a Câmara dos Deputados entre 1987 e 2002, as principais rotas são a trajetória no próprio campo político e o capital familiar, sendo importante ressaltar que estas duas rotas não são duas categorias excludentes e muitas vezes se apresentam imbricadas. Segundo a autora, na legislatura referente ao período 2007-2010, metade das deputadas são esposas, ex-esposas, viúvas ou filhas de políticos. A militância em movimentos sociais também cresce como perfil das deputadas deste período, mas com menor intensidade, e decresce a importância do capital convertido de outros campos, comparando-se com os dados de deputadas das legislaturas anteriores.

Ainda vale ressaltar a alta migração partidária das deputadas brasileiras entrevistadas por Marx, Borner e Caminotti (2007). Ao contrário das deputadas argentinas, que também foram objeto de análise, metade das entrevistadas brasileiras não era mais filiada ao partido pelo qual iniciaram sua militância partidária. Embora as autoras não tenham realizado uma análise comparativa com os deputados, é possível imaginar que a migração partidária entre as mulheres no Brasil é alta como a praticada entre os homens, o que se investigará no presente estudo.

No que tange à literatura sobre carreiras políticas de legisladoras argentinas, o estudo de Marx, Borner e Caminotti (2007) aponta para a militância durante a ditadura militar e ao longo do processo de redemocratização como muito marcante na sua trajetória política²⁹. Do mesmo modo, é importante a militância no âmbito dos partidos políticos, o que é explicado pelas autoras como decorrente do fato de os partidos argentinos de massa (o *Partido Justicialista* e a *Unión Cívica Radical*) terem sido institucionalizados bastante cedo e terem servido como uma arena de socialização política importante no país e, portanto, como vias de acesso ao campo político também para as mulheres.

A via do próprio campo político é reafirmada no estudo de Alles (2007). Em uma análise multivariada que buscava determinar o efeito de variáveis socioeconômicas e político-institucionais no acesso de mulheres à Câmara baixa argentina, a variável com maior efeito positivo identificada foi o mecanismo das cotas para mulheres nas listas partidárias argentinas, que são fechadas. Pode-se imaginar, frente a estes dois achados empíricos, que as cotas tiveram um forte efeito positivo e de empoderamento feminino entre as mulheres com militância partidária.

Na Argentina também foram importantes para a construção das carreiras políticas femininas as participações em associações de bairro, grupos de defesa dos direitos humanos, organizações não-governamentais e, excepcionalmente, sindicatos (MARX, BORNER e CAMINOTTI, 2007). Entre as deputadas argentinas foram também citadas como significativas as organizações de mulheres, das redes setoriais e áreas específicas feministas. O prestígio familiar também é citado entre as deputadas argentinas, mas está mais diretamente relacionado às relações de parentalidade ampliada (ao contrário das brasileiras, que apresentam na maior parte das vezes relações de conjugalidade com políticos). A maior parte das deputadas com cônjuges políticos afirmou que sua carreira foi desenvolvida na militância e no trabalho compartilhado ou então que se dedicaram à carreira do cônjuge, mas não por decisão dele. Entre as deputadas entrevistadas pelas autoras, a maioria afirmou que sempre desenvolveu as atividades partidárias no partido pelo qual foi eleita.

O estudo já referido de Alles (2007), sobre a eleição de deputadas argentinas entre 1983 e 2005, aponta para a necessidade de uma busca por novas variáveis para se explicar os fatores que determinam os principais resultados das eleições de mulheres na Argentina. Segundo o autor, é preciso buscar fatores partidários e até pessoais, porque

²⁹ 39 parlamentares mulheres entrevistadas entre maio e julho de 2005.

variáveis socioeconômicas e político-institucionais não são capazes de explicar, sozinhas, as últimas eleições analisadas. Seus resultados mostram que houve um grande impacto positivo do sistema de cotas na estrutura de oportunidades para as candidatas, além do efeito de alguns fatores institucionais como a magnitude dos distritos (quanto menor, mais baixa é a chance de se elegerem mulheres) e a fragmentação partidária (o número de partidos efetivos tem efeito negativo, ou seja, isso sugere que as mulheres quase nunca encabeçam as listas partidárias).

Alles (2007) afirma claramente que a implementação das cotas foi central para a mudança no cenário político das candidatas argentinas. Ele afirma também que a mudança não foi apenas mecânica, pois se fosse assim teria acontecido apenas um salto no ano de implementação das cotas, mas o autor insiste em afirmar que o contexto argentino foi, de fato, modificado com efeitos de longo prazo nas suas estruturas.

Já em relação ao Uruguai, há uma grande influência da militância durante a ditadura civil-militar no desenvolvimento das carreiras políticas, especialmente a de mulheres. Em sua pesquisa, Scuro (2008) analisou os perfis e trajetórias das doze deputadas uruguaias eleitas em 2004. Segundo a autora, uma característica essencial no desenvolvimento das carreiras políticas de mulheres uruguaias são os traços deixados pela ditadura. Durante este período, algumas delas já militavam politicamente (sendo que várias tiveram que atuar clandestinamente) e as mais jovens iniciaram sua vida política no impulso promovido pelo processo de redemocratização.

Os espaços de resistência à ditadura (casas, bairros, paróquias, escolas etc.) faziam parte do cotidiano das mulheres e, ao contrário da política formal, ali o acesso feminino se dava com bastante legitimidade. Segundo as deputadas entrevistadas por Scuro (2008), a *Concertación Nacional Programática* – CONAPRO, instância de debate entre políticos, intelectuais e movimentos sociais, poderia ter sido o primeiro espaço aberto à participação política feminina durante o processo de redemocratização. No entanto, houve a interdição da criação de um grupo de mulheres na CONAPRO, que, mesmo proibidas, se instalaram, sem divisões devidas a diferenças de filiação partidária. Quando Julio Sanguinetti (*Partido Colorado*), primeiro Presidente da abertura democrática, chegou ao poder, a CONAPRO foi extinta. A reabertura democrática também significou uma realidade de profunda exclusão política feminina.

Entre as deputadas entrevistadas, é marcante a participação política partidária entre as parlamentares do *Frente Amplio* desde a fundação do partido, na década de 1970, aliada à militância em organizações de defesa dos direitos humanos, associações

de bairro, sindicatos, cooperativas habitacionais etc. A tradição política familiar só é citada no estudo de Scuro (2008) na apresentação de uma deputada, do *Partido Nacional*, cuja família é *blanquista* desde o início do século XX.

Em um texto de 2006, Pérez afirma que as mulheres uruguaias ocupam apenas 11% das cadeiras do Parlamento. A autora discute o desenho do sistema eleitoral do país e afirma que, excetuando-se Montevideo e Canelones, distritos de grande e média magnitude, respectivamente, todos os demais distritos eleitorais uruguaios são pequenos. Aliada à competição interna nos partidos, com várias listas da mesma legenda partidária, quando o mais importante é garantir um lugar no topo da lista, a baixa magnitude dos distritos uruguaios criaria uma situação semelhante à dos distritos uninominais. Quase sempre se elege apenas o primeiro nome da lista, o que é abertamente o pior modelo para a eleição de mais mulheres, visto que é muito difícil se conseguir confeccionar uma lista encabeçada por uma mulher em um contexto de profundas e continuadas desigualdades de gênero.

Entre as quatro mulheres eleitas em 2004 pelos partidos tradicionais uruguaios, o *Partido Colorado* (três) e o *Partido Nacional* (uma), todas tinham vínculo familiar com políticos dos respectivos partidos e, em entrevista, reconhecem que este foi um fator central para a sua eleição. Pérez (2006) ressalta que as três eleitas *coloradas*, contudo, tinham militância partidária e já haviam ocupado cargos no partido no nível local.

Johnson e Pérez (2010) afirmam que um dos principais obstáculos à eleição de mulheres no Uruguai seria a confecção “a dedo” das listas partidárias. Esse processo, altamente centralizado, informal e controlado por um grupo de elites políticas que reservam os primeiros lugares das listas para si (nos termos de Moraes (2004): “as facções”), praticamente exclui a participação das mulheres, visto que são poucas aquelas que conseguem chegar aos cargos de direção partidária e quase nenhuma tem acesso aos “corredores do poder”, privilegiadamente onde os acordos são selados. Apenas um partido foge a esse contexto, segundo as autoras: o *Partido Socialista*, único que tem convenção departamental com regras mais transparentes para a confecção da lista.

Em relação ao tema específico desta pesquisa, pode-se perceber que muitos dos estudos citados buscam discutir questões ligadas principalmente ao desenho institucional e o seu efeito para a construção de carreiras por mulheres. Isso é claramente importante, visto que diversos fatores de engenharia institucional influenciam diretamente no número de mulheres eleitas e a estrutura de oportunidades

para as candidaturas femininas. Fatores como a magnitude dos distritos, incentivos institucionais à ocupação de cargos internos dos partidos por mulheres, reserva de parte do fundo partidário para órgãos internos que promovam a igualdade de gênero nos partidos, reserva de parte do fundo partidário para gasto exclusivo com campanhas de mulheres candidatas, a existência de cotas para mulheres nas listas partidárias, especialmente se estas forem fechadas, mandato de posição em listas fechadas etc. têm peso determinante neste processo. Todos eles podem influenciar a “ambição” feminina em se candidatar, mas há outros fatores que também devem ser analisados quando se trata de estabelecer e considerar os padrões de construção das carreiras políticas balizados por gênero. É importante também verificar quais seriam os caminhos percorridos por mulheres e homens que conseguiram se eleger, que conseguiram se manter com visibilidade dentro dos partidos, conseguiram fazer planos para a sua carreira e torná-los viáveis. É preciso analisar também a trajetória daquelas e daqueles que não conseguiram este intento de construir suas carreiras, o que infelizmente essa pesquisa não será capaz de abarcar. Tais caminhos são marcados pelo desenho do sistema eleitoral, certamente, mas também pelo desenho institucional dos partidos, pela estrutura de socialização partidária, pela diferentes formas de origem social que influenciam no recrutamento partidário, por uma diversidade de fatores de socialização e de cultura política que abrem e fecham portas para o desenvolvimento das carreiras políticas, além, é claro, da estrutura de desigualdades sociais que, de um modo generalizado na América do Sul e Latina, marca o cenário político-eleitoral.

5. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA E PROBLEMA DE PESQUISA

Este trabalho pretende identificar quais são os diferentes perfis de carreira política entre representantes eleitos/as para as Câmaras baixas do Brasil, da Argentina e do Uruguai, nas legislaturas 2007-2010, 2005-2011³⁰ e 2005-2010, respectivamente. Pretende-se analisar a relação existente (ou não) entre o tipo de capital político que os/as representantes possuem com algumas variáveis institucionais, tais como o partido e a posição na lista partidária, e mesmo os vários conjuntos de capital político mobilizados. Deste modo, o objetivo central é realizar um mapeamento sobre o capital político apresentado por esses/as deputados e deputadas, buscando compreender como variáveis individuais, partidárias e da estrutura do sistema eleitoral podem influenciar a eleição de candidatos/as com diferentes perfis de carreira política.

5.1. HIPÓTESE GERAL

Neste trabalho busca-se trazer a experiência específica dos três países em tela, Brasil, Argentina e Uruguai, em relação ao nível nacional da carreira legislativa, como uma contribuição ao debate sobre carreiras políticas, que muitas vezes se encontra centrado apenas nas experiências do “Norte global”, ou seja, focadas em contextos culturais e institucionais distintos da nossa experiência sul-americana.

Como hipótese geral da pesquisa, admite-se que são encontradas diferenças nas trajetórias de homens e mulheres eleitos para a Câmara baixa, mas *não há um grande abismo* entre elas. Em um mesmo país, os padrões de capital político para as parlamentares mulheres (apontados pela literatura que trata sobre gênero e carreira já discutida) também serão encontrados entre os parlamentares homens – ou seja, o tipo de capital político mobilizado pelas mulheres também é aquele frequentemente mobilizado pelos homens. Na análise entre os países, a hipótese levantada neste trabalho é a de que as estruturas institucionais de cada país têm um forte impacto na diferenciação do padrão de carreira “vitorioso”.

³⁰ Na Argentina a Câmara baixa é renovada a cada dois anos. A pesquisa cobre o corpo legislativo constituído pelos deputados e deputadas eleitos/as em 2005 e 2007, que exerceram seu mandato, portanto, até 2009 e 2011, respectivamente.

Metodologicamente a escolha destes países específicos para análise das trajetórias e das fontes de capital político de deputados e deputadas se justifica pelas similaridades em variáveis de culturais, históricas e regionais, a saber:

- têm a maior parte de sua população concentrada em grandes áreas urbanas, mas economicamente é central nos três países a produção econômica agrícola;
- sua população é majoritariamente cristã (católica);
- passaram por uma onda de regimes ditatoriais na década de 1960-80;
- alcançaram o momento de redemocratização durante a década de 1980-90;
- a luta pela redemocratização significou também um momento de reestruturação dos movimentos sociais, dentro da luta contra a ditadura;
- os movimentos feministas se reconfiguraram nessa luta pela democratização, se colocando como um segmento importante da luta contra a ditadura;
- são três países considerados pela literatura como “democracias em consolidação”, fazendo parte da onda de transição democrática dos anos 1980-90.

Mantidas “sob controle” essas condições, que influenciam o padrão de carreira política majoritariamente vitorioso, por oferecerem diferentes estruturas de oportunidade para a competição eleitoral (cf. NORRIS, 2004), parece-nos possível e bastante importante verificar o efeito de diferentes regras e procedimentos distintos de cada país. Estas regras principais são:

Brasil: lista aberta, cotas de gênero de 30/70%, grandes distritos, alta fragmentação do sistema partidário;

Argentina: lista fechada, cotas de gênero de 30/70%, mandato de posição, distritos grandes e médios, sistema partidário polarizado (peronismo/antiperonismo);

Uruguai: lista fechada, sem cotas³¹, distritos médios e pequenos, sistema partidário polarizado (partidos tradicionais/partido não-tradicional), primárias abertas compulsórias.

³¹ Não há cotas de gênero para a eleição analisada, mas as cotas foram aprovadas para a eleição nacional de 2014.

5.2. HIPÓTESES ESPECÍFICAS

Além da análise do efeito institucional já amplamente levantado pela literatura especializada (cf. NORRIS, 2004; ARAÚJO, 2001b; HTUN, 2001; JONES; 2000), esta pesquisa pretende verificar algumas hipóteses específicas, também levantadas a partir dos pressupostos que são recorrentemente apresentados pela literatura sobre gênero e carreira política, discutida no capítulo anterior:

1. O capital econômico é a variável mais relevante para o sucesso eleitoral entre os corpos de representantes.
2. O capital familiar e a participação em sindicatos são relevantes, embora menos presentes do que o capital econômico.
3. O capital familiar é mais importante entre mulheres representantes do que entre homens representantes.
- 4.. A maior parte das mulheres apresentará filiações partidárias relacionadas a partidos de esquerda.
5. As mulheres de partidos de direita apresentarão maior associação com capital de tipo familiar.
6. As mulheres com posições mais elevadas nas listas partidárias³² apresentarão maior padrão de ocupação prévia de cargos públicos eletivos.
7. As mulheres apresentarão indicadores de maior migração partidária.
8. As mulheres “vitoriosas” estarão concentradas em distritos eleitorais de magnitude grande e média.
9. A trajetória de parlamentares (homens e mulheres) de distritos médios e pequenos será distinta da trajetória de parlamentares de distritos grandes (homens e mulheres).

5.3. DESENHO DA PESQUISA

Foi realizado um levantamento dos dados de capital político de todos/as os/as parlamentares eleitos/as para a Câmara baixa de Brasil, Argentina e Uruguai nas seguintes eleições, respectivamente: 2006 (mandato 2007-2010), 2005/2007 (mandatos 2005-2009, 2007-2011), 2004 (mandato 2005-2010). As variáveis foram determinadas a

³² No Brasil, definidas pela votação nominal recebida; na Argentina e no Uruguai, em posições pré-ordenadas nos partidos.

partir da divisão utilizada por Miguel (2000, 2003)³³ em suas pesquisas sobre carreiras políticas, construídas com base na discussão sobre capital simbólico de Pierre Bourdieu (2007 [1989]) – apresentada neste trabalho durante o Capítulo 4, na discussão específica sobre carreiras. São os seguintes tipos de capital político levantados nessa pesquisa:

a. *Capital político do próprio campo*: cargos eletivos locais e nacionais e cargos não-eletivos de primeiro escalão locais e nacionais.

Brasil: presidente/a; vice-presidente/a; governador/a; vice-governador/a; prefeito/a; vice-prefeito/a; senador/a; deputado/a federal; deputado/a estadual ou distrital; vereador/a.

Argentina: *presidente/a; vice-presidente/a; governador/a; vice-governador/a; intendente/a*³⁴; *vice-intendente/a; senador/a; deputado/a nacional; representante provincial ou distrital; concejal/a*³⁵; *ministro/a de Estado; secretario/a ou ministro/a provincial; secretario/a municipal.*

Uruguai: *presidente/a; vice-presidente/a; intendente/a*³⁶; *vice-intendente/a; senador/a; representante nacional; edil/a*³⁷; *ministro/a de Estado; secretario/a departamental.*

b. *Capital político “associativo”*: participação em sindicatos³⁸ de trabalhadores.

c. *Capital familiar*: cargos eletivos locais e nacionais, cargos não-eletivos de primeiro escalão locais e nacionais ocupados por familiares (cônjuge, pai, mãe, filhos/as, irmãos/ãs, avós, sogros/as).

d. *Capital econômico*: empresariado e cargos de alta gerência empresarial.

e. *Capital midiático*: propriedade de mídia, atividade em TV, rádio, outras mídias.

³³ A coleta de dados sobre as trajetórias dos deputados e deputadas brasileiros está relacionada ao projeto de pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, financiada pelo CNPq e coordenada pelo prof. Luis Felipe Miguel (UnB). Agradeço ao professor pelo convite para participar da pesquisa e, principalmente, pela construção do conjunto de variáveis sobre trajetórias que serviu de base para o conjunto apresentado neste trabalho.

³⁴ Equivalente a prefeito/a, no Brasil.

³⁵ Equivalente a vereador/a, no Brasil.

³⁶ Governante executivo departamental. Considerando os cargos brasileiros, seria um misto de governador e prefeito.

³⁷ Legislador/a departamental. Considerando os cargos brasileiros, seria um misto de vereador e deputado estadual/distrital.

³⁸ Apesar de terem sido levantados dados de mobilização social mais ampla, a participação em sindicatos (de trabalhadores e patronais, separadamente) é um dado mais objetivo porque o engajamento em movimentos sociais vai desde a militância em movimentos revolucionários no período ditatorial até a direção do movimento estudantil em grêmios universitários de caráter conservador.

5.3.1. Coleta dos dados

Os dados dos/as parlamentares foram coletados entre os anos de 2009 e 2012³⁹. Foram coletados dados referentes a 513 deputados e deputadas federais brasileiras eleitas em 2006, 127 deputados e deputadas nacionais argentinas eleitas em 2005, 130 deputados e deputadas nacionais argentinas eleitas em 2007 e 99 deputados e deputadas nacionais eleitas em 2004 no Uruguai. Consideraram-se eleitos/as candidatos/as que venceram as eleições, ainda que não tenham assumido o cargo. Deste modo, os dados aqui apresentados apresentarão algumas pequenas diferenças com as estatísticas de posse, o que traz a diferença de 2 pontos percentuais em relação à Argentina e 3 pontos percentuais em relação ao Uruguai em relação à representação feminina. Ainda que os dados aqui apresentados diminuam a magnitude da representação feminina nestes países, é necessário considerar que uma variável relevante na presente análise é o lugar ocupado na lista partidária – deste modo, suplentes não são considerados/as nos dados aqui apresentados.⁴⁰

O conjunto de dados de cada país foi realizado da seguinte maneira:

Brasil:

- levantamento de dados eleitorais junto ao TSE (www.tse.jus.br);
- levantamento de dados pessoais e de capital político em diversas fontes: consulta *online* de biografias na página da Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br); consulta *online* de biografias no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC-FGV (<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>); busca de informações pessoais no *Google* (www.google.com) – NOME + família; NOME + pai; NOME + esposo ou esposa; NOME + empresário ou empresária; NOME + feminismo.

³⁹ A coleta dos dados dos/as deputados/as brasileiros/as foi realizada pela equipe da pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, sob coordenação do prof. Luis Felipe Miguel (UnB). Agradeço à equipe (Nathália Mattos, Cinara Gonçalves Magalhães e, especialmente, Lilian Lopes Sallum Al'Osta) pela coleta dos dados, que foram revisados por mim e por Carlos Machado, a quem também agradeço. Os dados referentes aos/às representantes argentinas/os e uruguaias/os foram coletados e revisados por mim.

⁴⁰ No Uruguai é possível apresentar-se em mais de uma lista na mesma eleição, para o mesmo cargo ou para cargo distinto. Isto resultou em uma duplicação de caso, referente a um eleito que não assumiu sua cadeira e acabou ocupando uma cadeira no Senado, visto que havia sido lançado em outra lista que foi vencedora. Na Argentina também houve duplicação de um caso, porque é possível se candidatar novamente a uma cadeira ainda que o mandato não tenha sido finalizado, visto que a renovação da Casa se dá a cada dois anos. Neste caso específico uma deputada teve seu caso duplicado por ter concorrido e vencido as eleições de 2005 e 2007.

Argentina:

- levantamento de dados eleitorais junto à *Dirección Nacional Electoral* (<http://www.elecciones.gob.ar>);
- levantamento de dados pessoais e de capital político em diversas fontes: consulta aos dados biográficos publicados no *Directorio Legislativo 2008* (BARÓN y MURRAY, 2008); consulta *online* de biografias na página da *Honorable Cámara de Diputados de la Nación* (<http://www.diputados.gov.ar/>); consulta *online* de informações na base de dados do *Global Leadership Project* (<http://www.globalleadershipproject.org>); consulta *online* de biografias na página do *Observatorio de Élités Parlamentarias em América Latina* (<http://americo.usal.es/oir/Elites/>); busca de informações pessoais no *Google*⁴¹ (www.google.com) – NOME + *familia*; NOME + *padre*; NOME + *esposo* ou *esposa*; NOME + *empresario* ou *empresaria*; NOME + *feminismo*.

Uruguai:

- levantamento de dados eleitorais junto à *Corte Electoral* (<http://www.corteelectoral.gub.uy>); levantamento de dados eleitorais publicados em *Primera Elección Uruguaya del Siglo XXI* (MARIUS y GIMENEZ, 2004).
- levantamento de dados pessoais e de capital político em diversas fontes: consulta *online* de biografias na página do *Parlamento del Uruguay* (<http://www.parlamento.gub.uy>); consulta *online* de informações na base de dados do *Global Leadership Project* (<http://www.globalleadershipproject.org>); consulta *online* de biografias na página do *Observatorio de Élités Parlamentarias em América Latina* (<http://americo.usal.es/oir/Elites/>); busca de informações pessoais no *Google* (www.google.com) – NOME + *familia*; NOME + *padre*; NOME + *esposo* ou *esposa*; NOME + *empresario* ou *empresaria*; NOME + *feminismo*.

⁴¹ Apesar de diminuir a confiabilidade dos dados, a busca no *Google* foi necessária para coletar dados que normalmente não são oficialmente divulgados pelos/as deputadas/os, principalmente seus vínculos familiares.

6. PERFIS DAS/OS ELEITAS/OS PARA A CÂMARA BAIXA DO BRASIL, DA ARGENTINA E DO URUGUAI – QUAIS SÃO AS DIFERENÇAS ENTRE DEPUTADOS E DEPUTADAS?

Neste capítulo são apresentados os dados sobre os perfis de capital político dos/as representantes aqui analisados/as, sob a perspectiva de comparação entre o sexo dos/as parlamentares. Os dados são apresentados de acordo com as hipóteses específicas da pesquisa já delineadas, em uma tentativa de elucidar alguns pontos comumente apresentados pela literatura especializada sobre gênero e carreira política. Antes da discussão específica das hipóteses da pesquisa, são apresentados os dados gerais que, por sua vez, caracterizam os eleitos e eleitas cuja trajetória é investigada neste trabalho.

6.1. O PERFIL GERAL DE ELEITOS E ELEITAS

Os dados coletados para esta investigação, como já se explicou no capítulo metodológico, se referem às pessoas cujos nomes constavam nas listas partidárias vencedoras, no caso da Argentina e do Uruguai, e na listagem de “eleitos e eleitos por média” do Tribunal Superior Eleitoral brasileiro. Deste modo, no banco de dados aqui analisado constam: em relação ao Brasil, 45 entradas para deputadas (8,8%) e 468 para deputados (91,2%); em relação à Argentina, 98 entradas para deputadas (38,1%) e 159 para deputados; e em relação ao Uruguai, 9 entradas para representantes mulheres (9,1%) e 90 para representantes homens (90,9%). São, portanto, 513 casos de deputados/as federais brasileiros/as, 257 de deputados/as nacionais argentinos/as e 99 de representantes nacionais uruguaios/as.

Em relação à idade dos/as parlamentares, pode-se observar na tabela 5 que *tanto eleitos como eleitas concentram-se nas mesmas faixas de idade*. Em nenhum dos três países as mulheres ocupam a faixa de nascimento entre 1921-1930. Na tabela abaixo estão destacadas as faixas que concentram a maior parte dos deputados e das deputadas, em cada país. Comparando-se os três países observa-se que, *enquanto há concentração de representantes homens e mulheres nas mesmas faixas etárias no Brasil, na Argentina as deputadas tendem a ser, em média, mais jovens do que os deputados, e no Uruguai, mais idosas*.

Tabela 5: Ano de nascimento dos/as eleitos/as, por país

Tabela 5: Ano de nascimento dos/as eleitos/as, por país												
Brasil					Argentina				Uruguai			
Ano	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
1981-1990	1*	2,2%	3***	0,6%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
1971-1980	5	11,1%	35	7,5%	7	7,4%	4	2,6%	0	0,0%	4	5,3%
1961-1970	8	17,8%	95	20,3%	28	29,5%	36	23,8%	1	11,1%	17	22,4%
1951-1960	20	44,4%	172	36,8%	35	36,8%	56	37,1%	3	33,3%	32	42,1%
1941-1950	9	20,0%	111	23,7%	21	22,1%	49	32,5%	5	55,6%	14	18,4%
1931-1940	2**	4,4%	42	9,0%	4	4,2%	5	3,3%	0	0,0%	7	9,2%
1921-1930	0	0,0%	9	1,9%	0	0,0%	1*****	0,7%	0	0,0%	2*****	2,6%
1911-1920	0	0,0%	1****	0,2%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
(N)	45	100,0%	468	100,0%	95	100,0%	150	100,0%	9	100,0%	76	100,0%

* Manuela D'Ávila, 1981

** Luiza Erundina de Souza, 1934; Nice Lobão, 1936

*** Fernando Bezerra de Souza Coelho Filho, 1984; Filipe de Almeida Pereira, 1983; Carlos Alberto Massa Júnior, 1981

**** Alberto Tavares Silva, 1918

(N)=513, 0 missing cases

Fonte: Elaboração própria.

*****Alberto Herrera, 1927

(N)=245, 2 missing cases

*****Guillermo Chifflet, 1926; Julio César Fernández da Silva, 1929

(N)=85, 14 missing cases

Entre as representantes uruguaias, metade delas nasceu entre os anos 1941 e 1950. Buscando suas trajetórias pessoais, observa-se que três delas militaram na clandestinidade no *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros*, braço guerrilheiro urbano de resistência à ditadura uruguaia, sendo que ficaram na clandestinidade durante o regime autoritário. As duas outras representantes nascidas na faixa citada são relacionadas a grupos feministas e, embora não tenham ingressado na clandestinidade durante a ditadura, se organizaram em grupos feministas e de defesa dos direitos humanos para o retorno à democracia. Todas são representantes pelo *Frente Amplio*⁴².

Como se observa na tabela 6, *a situação de eleitas e eleitos em relação à escolaridade é bastante diferente, nos três países*. No Brasil, entre as eleitas a

⁴² Das nove deputadas eleitas, oito são filiadas ao *Frente Amplio* e apenas uma ao *Partido Nacional*.

escolaridade mínima observada é de ensino médio completo, sendo que entre os eleitos a escolaridade mínima observada é ensino fundamental incompleto (escolaridade mais baixa do que o secundário completo só ocorre no Brasil). No entanto, *a porcentagem dos que completaram o ensino superior é maior entre os eleitos do que entre as eleitas*. A porcentagem de pessoas com ensino superior incompleto entre as eleitas é mais do que o dobro dos eleitos, o sugere a presença de barreiras maiores entre as mulheres eleitas para a conclusão do curso superior no Brasil, possivelmente devido às múltiplas jornadas de trabalho por elas enfrentadas, ainda mais se considerando que a maior parte das deputadas nasceu entre os anos 1941 e 1960.

Tabela 6: Escolaridade das/os eleitas/os, por país

Escolaridade	Brasil				Argentina				Uruguai			
	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
lê e escreve	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
fundamental incompleto	0	0,0%	5	1,1%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
fundamental completo	0	0,0%	6	1,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
médio incompleto	0	0,0%	3	0,6%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
médio completo	4	8,9%	36	7,7%	10	11,2%	25	18,2%	1	12,5%	14	19,7%
superior incompleto	8	17,8%	39	8,3%	1	1,1%	0	0,0%	0	0,0%	8	11,3%
superior completo	33	73,3%	379	81,0%	78	87,6%	112	81,8%	7	87,5%	49	69,0%
(N)	45	100,0%	468	100,0%	89	100,0%	137	100,0%	8	100,0%	71	100,0%

(N)=513, 0 missing cases

(N)=226, 31 missing cases

(N)=79, 20 missing cases

Fonte: Elaboração própria.

O percentual de deputados/as com escolaridade superior completa de Brasil, Argentina e Uruguai é, respectivamente, 80,3%, 84,1% e 70,9%. Os dados da Argentina mostram que há uma proximidade entre a escolaridade de deputados e deputadas, mas os dados do Uruguai mostram uma escolarização em nível superior quase 20 pontos percentuais maior entre as representantes mulheres do que entre representantes homens. Considerando os números absolutos, de apenas 9 mulheres eleitas e 8 com escolaridade identificada, o universo de mulheres é seis vezes menor do que o masculino, o que dificulta a comparação, mas é importante o fato de que apenas uma representante não

tenha cursado o ensino superior, enquanto 19,7% tenha completado o secundário e 11,3% não tenham completado seus estudos universitários.

É um dado que desperta a atenção os 11,3% de representantes uruguaios que ingressaram na universidade mas não completaram seu curso superior, considerando-se que este é o país com a menor média de ensino superior entre parlamentares e especialmente em comparação com os demais países. Esta porcentagem corresponde a oito representantes: destes, quatro lutavam contra o regime autoritário e tiveram seus estudos interrompidos pela ditadura. Como comparação, dos 39 deputados brasileiros cuja escolaridade é nível superior incompleto apenas quatro se engajaram na militância direta contra o regime autoritário.

Em relação à formação acadêmica de eleitos e eleitas brasileiras, verifica-se, nas tabelas 7 e 8 a seguir, que *entre os eleitos as formações mais tradicionais, Direito e Medicina, são as mais importantes. Direito é a formação mais relevante na Casa: 31,7% dos/as representantes tem formação em Direito. Entre as eleitas a principal formação é Letras, seguida de Direito, que aparece com 20 pontos percentuais a menos do que a sua porcentagem entre os eleitos e com o mesmo percentual de Pedagogia.* Entre as eleitas há apenas um caso de formação em Medicina, que é a segunda principal formação entre os deputados homens. A formação das deputadas em áreas tradicionalmente femininas, como Letras e Pedagogia, e o bacharelado em Direito como a principal formação entre os deputados brasileiros já era esperada. Medicina, outra formação tradicional, ao lado de Direito, também era esperada como uma formação importante entre os deputados homens.

Brasil					
Tabela 7: Formação acadêmica das eleitas			Tabela 8: Formação acadêmica dos eleitos		
Formação	eleitas	freq. eleitas	Formação	eleitos	freq. eleitos
Letras	7	15,6%	Direito	157	33,5%
Direito	6	13,3%	Medicina	61	13,0%
Pedagogia	6	13,3%	Administração	34	7,3%
Psicologia	4	8,9%	Engenharia Civil*	31	6,6%
Serviço Social	3	6,7%	Economia	26	5,6%
Comunicação Social	2	4,4%	Filosofia	11	2,4%
Jornalismo	2	4,4%	Ciências Sociais	10	2,1%
Medicina Veterinária	2	4,4%	História	10	2,1%
Administração	2	4,4%	Agronomia	7	1,5%
Farmácia/Bioquímica	2	4,4%	Sociologia	7	1,5%
Arquitetura	1	2,2%	Comunicação Social	6	1,3%

Artes Plásticas	1	2,2%	Pedagogia	6	1,3%
Ciências da Saúde	1	2,2%	Ciências Contábeis	5	1,1%
Ciências Econômicas	1	2,2%	Educação Física	5	1,1%
Ciências Sociais	1	2,2%	Engenharia Elétrica*	5	1,1%
Economia	1	2,2%	Engenharia Mecânica*	5	1,1%
Educação Artística	1	2,2%	Letras	5	1,1%
Enfermagem	1	2,2%	Não informada	5	1,1%
Eng. de Exec. Agrícola	1	2,2%	Teologia	5	1,1%
Fisioterapia	1	2,2%	Outras**	79	16,9%
História	1	2,2%	TOTAL	523	
Matemática	1	2,2%			
Medicina	1	2,2%			
Sociologia	1	2,2%			
TOTAL	54				

(N)=45

Fonte: Elaboração própria.

(N)=468

* Eng. Civil + Elétrica + Mecânica = 41 (7,8%)

** Agregaram-se categorias com 1, 2, 3 e 4 ocorrências

Fonte: Elaboração própria.

Na Argentina a formação em Direito é central, inclusive entre as deputadas. Comparando-se com o percentual brasileiro, a formação em Direito entre os deputados é bastante semelhante, mas muito superior entre as mulheres. Ainda assim, a segunda formação mais importante entre as mulheres é Educação, que aparece com um percentual semelhante àquele encontrado entre as deputadas brasileiras; entre os deputados, a segunda formação é também Medicina, ainda que com um percentual muito inferior à formação em Direito. Na Argentina, 29,2% da Câmara dos Deputados têm formação em Direito.

Argentina					
Tabela 9: Formação acadêmica das eleitas			Tabela 10: Formação acadêmica dos eleitos		
Formação	eleitas	freq. eleitas	Formação	eleitos	freq. eleitos
Direito	21	21,4%	Direito	54	34,0%
Educação	14	14,3%	Medicina	11	6,9%
Arquitetura	5	5,1%	Arquitetura	7	4,4%
Ciência Política	5	5,1%	Engenharia Civil	6	3,8%
Economia	4	4,1%	Ciências Contábeis	5	3,1%
Psicologia	4	4,1%	Engenharia Agrônoma	5	3,1%
Bioquímica	3	3,1%	Administração	3	1,9%
Ciências Sociais	3	3,1%	Ciência Política	3	1,9%
História	3	3,1%	Economia	3	1,9%
Serviço Social	3	3,1%	Engenharia Química	3	1,9%
Administração	2	2,0%	Ciências Sociais	2	1,3%

Administração Pública	2	2,0%
Medicina	2	2,0%
Psicopedagogia	2	2,0%
Língua e Literatura	2	2,0%
Biblioteconomia	1	1,0%
Biologia	1	1,0%
Ciências Contábeis	1	1,0%
Ciências Da Informação	1	1,0%
Comunicação Social	1	1,0%
Danças Folclóricas	1	1,0%
Engenharia Agrônoma	1	1,0%
Fonoaudiologia	1	1,0%
Física	1	1,0%
Gestão Cultural	1	1,0%
Instrumentação Cirúrgica	1	1,0%
Nutrição	1	1,0%
Pedagogia	1	1,0%
Política Social	1	1,0%
Relações Públicas	1	1,0%
Secretariado	1	1,0%
Sociologia	1	1,0%
TOTAL	92	

(N)=98

Fonte: Elaboração própria.

Medicina Veterinária	2	1,3%
Psicologia	2	1,3%
Academia De Polícia	1	0,6%
Administração Hospitalar	1	0,6%
Administração Pública	1	0,6%
Bioquímica	1	0,6%
Cinema	1	0,6%
Contabilidade	1	0,6%
Direito	1	0,6%
Educação	1	0,6%
Eng. Mecânica e Elétrica	1	0,6%
Farmácia	1	0,6%
Gestão Pública	1	0,6%
Jornalismo	1	0,6%
Língua e Literatura	1	0,6%
Marketing	1	0,6%
Odontologia	1	0,6%
Política Social	1	0,6%
Políticas Públicas	1	0,6%
Química	1	0,6%
Relações Internacionais	1	0,6%
Sociologia	1	0,6%
Técnico Eletromecânico	1	0,6%
Técnico Eletrônico	1	0,6%
Téc. em Miner. e Petróleo	1	0,6%
Técnico Mecânico	1	0,6%
Técnico Químico	1	0,6%
TOTAL	131	

(N)=159

Fonte: Elaboração própria.

No Uruguai a formação mais importante também é Direito, mas a frequência é menor do que entre deputados/as argentinos/as e brasileiros/as: 17,8% dos representantes homens e 19,1% da *Cámara de Representantes*. Assim como nos demais países, a “dobradinha” é Direito-Medicina entre os representantes homens do Uruguai, sendo a formação em Educação a mais relevante entre as representantes mulheres.

Uruguai					
Tabela 11: Formação acadêmica das eleitas			Tabela 12: Formação acadêmica dos eleitos		
Formação	eleitas	freq. eleitas	Formação	eleitos	freq. eleitos
Educação	3	33,3%	Direito	16	17,8%
Arquitetura	1	11,1%	Medicina	11	12,2%
Ciência Política	1	11,1%	Medicina veterinária	5	5,6%
Direito	1	11,1%	Administração	4	4,4%
Filosofia	1	11,1%	Economia	4	4,4%
Políticas Públicas	1	11,1%	Educação	4	4,4%
Psicologia	1	11,1%	Ciência Política	4	4,4%
Téc. em Fonoaudiologia	1	11,1%	Ciências Contábeis	3	3,3%
TOTAL	10		Relações Internacionais	3	3,3%
			Engenharia Agrônoma	2	2,2%
			Escrivão Público	2	2,2%
			Odontologia	2	2,2%
			Arquitetura	2	2,2%
			Agronomia	1	1,1%
			Carpintaria	1	1,1%
			Diagr. e Program. de Sistemas	1	1,1%
			Educação técnica	1	1,1%
			Engenharia	1	1,1%
			Engenharia Elétrica	1	1,1%
			Escola Militar	1	1,1%
			Estatística	1	1,1%
			História	1	1,1%
			Mecânico e Maq. Naval	1	1,1%
			Sociologia	1	1,1%
			Técnico construtor	1	1,1%
			TOTAL	74	

(N)=9

Fonte: Elaboração própria.

(N)=90

Fonte: Elaboração própria.

Também foram levantados os dados sobre as profissões dos deputados e das deputadas nos três países, apresentadas nas tabelas a seguir. No Brasil, observa-se que “político/a” é a profissão com maior número de ocorrências, com mais de 60% das eleitas e eleitos com essa ocupação. Este fato ressalta que a maioria das pessoas eleitas à Câmara dos Deputados é constituída por “políticos/as profissionais” que, por sua vez, têm acúmulo de capital político proveniente da própria atividade política. Embora o universo de deputadas seja pequeno se comparado ao de deputados, *estes dados mostram que existe uma tendência de equidade na ideia de que a carreira política é “profissional” também entre as mulheres.*

Brasil					
Tabela 13: Profissão das eleitas			Tabela 14: Profissão dos eleitos		
Profissão	eleitas	freq. eleitas	Profissão	eleitos	freq. eleitos
Política	30	66,7%	Político	282	60,3%
Professora	7	15,6%	Empresário	156	33,3%
Empresária	5	11,1%	Agropecuário/Fazendeiro*	53	11,3%
Servidora pública	5	11,1%	Médico	32	6,8%
Psicóloga	2	4,4%	Advogado	27	5,8%
Advogada	1	2,2%	Professor	13	2,8%
Agricultora	1	2,2%	Servidor Público	11	2,4%
Ajud. de Assistente Social	1	2,2%	Radialista	9	1,9%
Bancária	1	2,2%	Economista	8	1,7%
Diretora de Empresas	1	2,2%	Pastor	8	1,7%
Enfermeira	1	2,2%	Professor Universitário	7	1,5%
Policia Civil	1	2,2%	Administrador de Empresas	6	1,3%
Tradutora	1	2,2%	Apresentador de televisão	6	1,3%
TOTAL	57		Sindicalista	6	1,3%
			Engenheiro Civil	5	1,1%
			Jornalista	5	1,1%
			Comerciante	4	0,9%
			Outras**	58	12,4%
			TOTAL	638	

(N)=45

Fonte: Elaboração própria.

(N)=468

* Fazendeiro, Pecuário/Agropecuário, Produtor rural/Agricultor; excetua-se uma ocorrência de Agricultor Familiar.

** Agruparam-se categorias com 1, 2 e 3 ocorrências

Fonte: Elaboração própria.

Empresário/a é uma profissão com destaque entre homens e mulheres, incluindo um terço dos deputados. A declaração profissional dos/as representantes já mostra a sua vinculação com as estruturas do poder econômico vigente, que serão analisadas mais à frente. Outras duas profissões importantes entre as eleitas foram professora (segunda mais citada) e servidora pública (quarta mais citada), mas estas não têm destaque entre os eleitos. Vale ressaltar que *a carreira educacional no ensino fundamental e médio é considerada tradicionalmente feminina.*

Argentina

Tabela 15: Profissão das eleitas		
Profissão	eleitas	freq. eleitas
Política	46	31,3%
Professora	23	15,6%
Advogada	17	11,6%
Professora universitária	13	8,8%
Arquiteta	4	2,7%
Jornalista	4	2,7%
Sindicalista	4	2,7%
Empresária	3	2,0%
Assistente social	2	1,4%
Comerciante	2	1,4%
Médica	2	1,4%
Psicóloga	2	1,4%
Agropecuária/fazendeira	2	1,4%
Administradora	1	0,7%
Atriz	1	0,7%
Bibliotecária	1	0,7%
Bioquímica	1	0,7%
Campesina	1	0,7%
Cineasta	1	0,7%
Consultora	1	0,7%
Contadora	1	0,7%
Diplomata	1	0,7%
Economista	1	0,7%
Escritora	1	0,7%
Gerente de produção	1	0,7%
Instrumentadora cirúrgica	1	0,7%
Microempresária	1	0,7%
Modelo	1	0,7%
Nutricionista	1	0,7%
Pedagoga	1	0,7%
Pescadora	1	0,7%
Procuradora	1	0,7%
Produtora de cinema	1	0,7%
Professora de dança	1	0,7%
Psicopedagoga	1	0,7%
Sindicalista patronal	1	0,7%
TOTAL	147	

(N)=98

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 16: Profissão dos eleitos		
Profissão	eleitos	freq. eleitos
Político	67	24,2%
Advogado	52	18,8%
Professor universitário	27	9,7%
Empresário	20	7,2%
Agropecuária/fazendeiro	17	6,1%
Médico	11	4,0%
Professor	9	3,2%
Arquiteto	7	2,5%
Sindicalista	7	2,5%
Contador	6	2,2%
Construtor	5	1,8%
Consultor	5	1,8%
Escritor	4	1,4%
Gerente empresarial	4	1,4%
Jornalista	4	1,4%
Comerciante	3	1,1%
Economista	2	0,7%
Engenheiro agrônomo	2	0,7%
Procurador	2	0,7%
Psicólogo	2	0,7%
Veterinário	2	0,7%
Aeronáutico	1	0,4%
Bioquímico	1	0,4%
Caminhoneiro	1	0,4%
Cineasta	1	0,4%
Dentista	1	0,4%
Dirigente esportivo	1	0,4%
Engenheiro	1	0,4%
Engenheiro civil	1	0,4%
Engenheiro mecânico	1	0,4%
Escrivão	1	0,4%
Funcionário público	1	0,4%
Investigador	1	0,4%
Jogador de futebol	1	0,4%
Livreiro	1	0,4%
Operário	1	0,4%
Pesquisador	1	0,4%
Petroleiro	1	0,4%
Poeta	1	0,4%
Policial	1	0,4%
TOTAL	277	

(N)=159

Fonte: Elaboração própria.

As profissões mais recorrentes entre os deputados e deputadas argentinos é a própria profissão de “político/a”, entendida como uma carreira profissional (ainda que em uma medida muito menor do que entre os deputados brasileiros), advogado/a e, entre as deputadas, a carreira de professora. É interessante notar que a carreira de professor universitário é a terceira em número de ocorrências entre os deputados (é quarta entre as deputadas) – a carreira educacional, quando aparece em destaque entre os homens, se refere ao nível superior de ensino.

Uruguai					
Tabela 17: Profissão das eleitas			Tabela 18: Profissão dos eleitos		
Profissão	eleitas	freq. eleitas	Profissão	eleitos	freq. eleitos
Política	6	50,0%	Político	60	38,0%
Agricultora	1	8,3%	Advogado	11	7,0%
Contadora	1	8,3%	Professor	10	6,3%
Cooperativista	1	8,3%	Agropecuaria/agricultor	9	5,7%
Escritora	1	8,3%	Médico	9	5,7%
Professora	1	8,3%	Empresário	8	5,1%
Professora universitária	1	8,3%	Jornalista	8	5,1%
TOTAL	12		Sindicalista	5	3,2%
			Contador	4	2,5%
			Professor universitário	4	2,5%
			Veterinário	4	2,5%
			Funcionário público	3	1,9%
			Gerente empresarial	3	1,9%
			Comerciante	2	1,3%
			Dentista	2	1,3%
			Economista	2	1,3%
			Motorista	2	1,3%
			Operário	2	1,3%
			Agrimensor	1	0,6%
			Auditor	1	0,6%
			Bancário	1	0,6%
			Caminhoneiro	1	0,6%
			Cientista político	1	0,6%
			Escrivão	1	0,6%
			Feirante	1	0,6%
			Leiloeiro	1	0,6%
			Militante partidário	1	0,6%
			Militar	1	0,6%

(N)=9

Fonte: Elaboração própria.

TOTAL	158
-------	-----

(N)=90

Fonte: Elaboração própria.

Os dados referentes aos/às representantes uruguaios/as também apontam para a profissionalização política como um ponto relevante no perfil dos/as parlamentares. As demais profissões aparecem diluídas, embora *o topo da lista entre os representantes homens seja dominado por ocupações “tradicionais”, como o exercício da advocacia.*

No Brasil e no Uruguai a dedicação à atividade política profissional entre os/as deputados/as, através da ocupação de cargos públicos, pode indicar dois fatores: o primeiro se refere às características do engajamento político-partidário em cada país; a segunda, ao grau de importância dado a este ponto específico da carreira política em cada país.

O engajamento político-partidário na Argentina é distinto do padrão brasileiro ou uruguaio. A militância partidária argentina se constrói como movimentos e frentes com base popular, principalmente pela divisão entre peronismo e anti-peronismo no campo político. Deste modo, o engajamento não se dá dentro das estruturas do partido, tendo mais organicidade o elo população-partido. Assim, diversos/as políticos/as começam a se envolver com a militância social e partidária (que não têm tanta distância) ainda na juventude. A atividade política central não passa necessariamente pela ocupação de cargos eletivos ou não-eletivos de primeiro escalão (que é foco deste estudo). No Uruguai, os partidos também se organizam enquanto movimentos internos, mas não têm a capilaridade dos movimentos e frentes partidárias argentinos, mantendo sua face institucional bastante clara. No Brasil, o cenário é totalmente inverso: a atividade política profissional é vinculada quase sempre diretamente às estruturas partidárias e à ocupação de cargos eletivos ou de confiança de primeiro escalão, via partido.

O segundo ponto se refere à importância do cargo de deputado/a nacional na Argentina. Como exposto no capítulo 4, Jones *et alli* (2000) já apontavam que o cargo de deputado/a nacional pode ser interpretado como um trampolim para outros cargos superiores, como senador/a, ministro/a ou governador/a provincial. Com as informações coletadas não podemos afirmar qual foi o destino de cada deputado/a aqui analisada/o (este estudo abarca somente o passado do/a representante até a sua eleição nos anos especificados), mas podemos afirmar que essa hipótese parece bastante sustentável. A

taxa de reeleição para as eleições analisadas (2005 e 2007) continua seguindo a taxa média de 20% para o período 1983-1997 indicada por Jones *et ali* (2000): 16,3%.

	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	TOTAL
sim	21	21,4%	21	13,2%	16,3%
não	77	78,6%	138	86,8%	
TOTAL	98	100,0%	159	100,0%	(N)=257

Fonte: Elaboração própria.

Entre as mulheres a taxa de reeleição é superior aos homens, o que pode indicar que a *Cámara de Diputados*, talvez por não ser um espaço de topo de carreira no país, seja mais aberto à permanência de mulheres. No Brasil e no Uruguai, embora o cargo de deputado/a também seja um espaço relevante para se galgar mais degraus na carreira (para mais tarde chegar, quiçá, ao cargo de senador/a, ministro/a de Estado, governador/a e presidente/a), este é um espaço mais valorizado do que na Argentina (onde o retorno ao legislativo provincial não é visto como um retrocesso na carreira). Algumas províncias argentinas possuem legislativo bicameral – o retorno para o nível local pode ser positivo tanto na ocupação de cargos internos do partido, fator relevante na dinâmica argentina, como na ocupação de cargos eletivos no legislativo provincial, seja no Senado ou na Câmara de Deputados provincial.

A taxa de reeleição no Brasil e no Uruguai é muito superior à da Argentina, como pode se ver nas tabelas 20 e 21, a seguir. Enquanto a reeleição na Argentina para o período 2005-2011 foi de 16,3%, a taxa de reeleição brasileira para 2006 foi de 54,6% e a taxa de reeleição uruguaia para 2004 foi de 50,5%. Comparadas às altas taxas de reeleição norte-americanas, sempre citadas pela literatura especializada, que giram em torno de 95%, a reeleição no Brasil e no Uruguai são bastante comedidas – se considerada a Argentina, são mais do que três vezes superiores.

	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	TOTAL
sim	18	40,0%	262	56,0%	54,6%
não	27	60,0%	206	44,0%	
TOTAL	45	100,0%	468	100,0%	(N)=513

Fonte: Elaboração própria.

	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	TOTAL
sim	6	66,7%	44	48,9%	50,5%
não	3	33,3%	46	51,1%	
TOTAL	9	100,0%	90	100,0%	(N)=99

Fonte: Elaboração própria.

Assim como na Argentina, a reeleição no Uruguai é mais comum entre as representantes mulheres do que entre os representantes homens – mas é preciso observar que o universo de mulheres é bastante pequeno, portanto a comparação entre eleitas e eleitos é bastante limitada. No Brasil, ao contrário dos outros dois países analisados, a taxa de reeleição dos deputados é 16 pontos percentuais superior à das deputadas. Como apresentado anteriormente, o cargo de deputado/a federal no Brasil é um degrau intermediário superior na carreira política – considerando o debate sobre ambição política progressiva, uma pessoa que ocupa uma cadeira na Câmara dos Deputados, se percebe que não tem condições de alcançar um cargo mais “elevado” na hierarquia da carreira, provavelmente optará por concorrer ao mesmo cargo que já ocupa (e que, portanto, já teve sucesso anterior em alcançar, sendo um/a candidato/a mais viável e atraente). Em um contexto de pequena participação feminina, a tendência é de que quem acabará sendo reeleito seja homem (e, com uma taxa de reeleição de cerca de 50%, metade da Casa não se renova).

6.2. EXPLORAÇÃO DAS HIPÓTESES DE PESQUISA

Após essa breve apresentação das características mais gerais dos três conjuntos de representantes aqui investigados, é possível passarmos às questões levantadas pelas hipóteses específicas da pesquisa:

6.2.1. As mulheres estão concentradas em distritos eleitorais grandes e médios?

Não há uma classificação definitiva sobre magnitude de distritos eleitorais, mas este trabalho utilizará uma adaptação da classificação apresentada por Nicolau e Schmitt (1995). Os autores, baseados na literatura internacional sobre sistemas eleitorais, postulam que é possível classificar os distritos em quatro categorias: pequeno (até 7 cadeiras em disputa), médio (entre 8 e 12 cadeiras), grande (entre 16 e 31 cadeiras) e megadistritos (entre 39 e 60 cadeiras). Considerando-se que a classificação apresentada não é definitiva, que apresenta algumas lacunas e não se adapta muito bem aos sistemas políticos aqui analisados, neste trabalho vamos lançar mão da seguinte classificação: distrito pequeno (até 8 cadeiras), distrito médio (entre 9 e 19 cadeiras) e distrito grande (acima de 20 cadeiras).

Os distritos eleitorais no Brasil correspondem às Unidades da Federação (estados e Distrito Federal); na Argentina, os distritos correspondem às províncias e à Capital Federal (Cidade Autônoma de Buenos Aires); no Uruguai, cada distrito corresponde a um departamento. Segue a classificação dos distritos dos três países:

Tabela 22: Magnitude dos distritos, por país								
Brasil	Cadeiras	Mgn	Argentina	Cadeiras	Mgn	Uruguai	Cadeiras	Mgn
São Paulo	70	G	Buenos Aires	70	G	Montevideo	42	G
Minas Gerais	53	G	Capital Federal	25	G	Canelones	14	M
Rio de Janeiro	46	G	Santa Fe	19	M	Maldonado	5	P
Bahia	39	G	Córdoba	18	M	Colonia	4	P
Rio Grande do Sul	31	G	Mendoza	10	M	Rivera	3	P
Paraná	30	G	Entre Ríos	9	M	Artigas	3	P
Pernambuco	25	G	Tucumán	9	M	Salto	3	P
Ceará	22	G	Chaco	7	P	Paysandú	3	P
Maranhão	18	M	Misiones	7	P	Treinta y Tres	2	P
Goiás	17	M	Salta	7	P	Cerro Largo	2	P
Pará	17	M	Santiago del Estero	7	P	Río Negro	2	P
Santa Catarina	16	M	Corrientes	7	P	Soriano	2	P
Paraíba	12	M	Jujuy	6	P	Rocha	2	P
Espírito Santo	10	M	San Juan	6	P	San José	2	P
Piauí	10	M	Neuquén	5	P	Flores	2	P
Alagoas	9	M	Río Negro	5	P	Florida	2	P
Mato Grosso do Sul	8	P	Chubut	5	P	Durazno	2	P
Sergipe	8	P	Formosa	5	P	Lavalleja	2	P
Mato Grosso	8	P	San Luis	5	P	Tacuarembó	2	P
Rio Grande do Norte	8	P	Catamarca	5	P	TOTAL	99	
Distrito Federal	8	P	Santa Cruz	5	P			
Tocantins	8	P	La Pampa	5	P			
Amazonas	8	P	Tierra del Fuego	5	P			
Acre	8	P	La Rioja	5	P			
Roraima	8	P	TOTAL	257				
Rondônia	8	P						
Amapá	8	P						
TOTAL	513							

Fonte: Elaboração própria.

A discussão sobre o efeito da magnitude dos distritos para a eleição de mulheres se baseia, como apresentado nos capítulos anteriores, nas hipóteses do institucionalismo de escolha racional. A explicação geral é de que os partidos têm um incentivo eleitoral de maximizar seu apelo coletivo. Então, em grandes distritos multinominais, a não-seleção de candidaturas de mulheres pode soar como discriminação a este grupo. Em distritos pequenos, por sua vez, os selecionadores partidários estariam menos propensos a ampliar a gama de perfis de candidaturas, apostando naquelas que são “mais atraentes”, ou seja, que tradicionalmente atraem mais votos – candidaturas de homens.

No caso brasileiro, é possível observar que a maior proporção de eleitas em relação ao total de vagas do distrito se dá em distritos pequenos, como exposto na tabela 23, abaixo. Entre eles, destaca-se principalmente Amapá, onde as mulheres corresponderam à metade dos/as eleitos/as, em um contexto de oito cadeiras em disputa – este foi o único caso de paridade entre eleitos e eleitas no país. Destaca-se também um distrito médio, Espírito Santo, onde mulheres se elegeram para quatro do total de dez cadeiras. Apesar de não figurar entre os estados com maior proporção de eleitas no Brasil, é preciso destacar que Rio de Janeiro é a unidade de federação com maior número absoluto de eleitas, 6 entre 45 (13%), sendo que é o terceiro estado em número de cadeiras na Câmara dos Deputados.

Tabela 23: Distrito dos/as eleitos/as – Brasil					
UF	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	% eleitas/cadeiras
São Paulo	3	6,7%	67	14,3%	4,3%
Minas Gerais	3	6,7%	50	10,7%	5,7%
Rio de Janeiro	6	13,3%	40	8,5%	13,0%
Bahia	4	8,9%	35	7,5%	10,3%
Rio Grande do Sul	3	6,7%	28	6,0%	9,7%
Paraná	0	0,0%	30	6,4%	0,0%
Pernambuco	1	2,2%	24	5,1%	4,0%
Ceará	1	2,2%	21	4,5%	4,5%
Maranhão	1	2,2%	17	3,6%	5,6%
Goiás	2	4,4%	15	3,2%	11,8%
Pará	2	4,4%	15	3,2%	11,8%
Santa Catarina	1	2,2%	15	3,2%	6,3%
Paraíba	0	0,0%	12	2,6%	0,0%
Espírito Santo	4	8,9%	6	1,3%	40,0%

Piauí	0	0,0%	10	2,1%	0,0%
Alagoas	0	0,0%	9	1,9%	0,0%
Mato Grosso do Sul	0	0,0%	8	1,7%	0,0%
Mato Grosso	1	2,2%	7	1,5%	12,5%
Distrito Federal	0	0,0%	8	1,7%	0,0%
Sergipe	0	0,0%	8	1,7%	0,0%
Rio Grande do Norte	2	4,4%	6	1,3%	25,0%
Tocantins	1	2,2%	7	1,5%	12,5%
Amazonas	2	4,4%	6	1,3%	25,0%
Acre	1	2,2%	7	1,5%	12,5%
Roraima	2	4,4%	6	1,3%	25,0%
Rondônia	1	2,2%	7	1,5%	12,5%
Amapá	4	8,9%	4	0,9%	50,0%
TOTAL	45	100,0%	468	100,0%	8,8%

(N)=513

Células destacadas: porcentagem de eleitas superior ou igual a 25% do total de cadeiras do distrito.

Fonte: Elaboração própria.

A maior chance de vitória em distritos grandes não se apresenta como uma hipótese válida para o Brasil, apesar do que aponta a literatura. Neste país, embora o maior número absoluto de mulheres se encontre em um distrito grande (Rio de Janeiro), ali as mulheres ocupam apenas 13% das cadeiras (o que, é válido ressaltar, está a 4 pontos percentuais acima da média nacional). Em um quadro geral, as mulheres conseguem maior percentual de ocupação de cadeiras em distritos pequenos e em um distrito médio a pequeno.

No Brasil, apesar das cotas de gênero de 30%, os partidos não lançam 30% de candidaturas. Ainda que cumprissem a lei e lançassem mais candidaturas femininas, a questão da lista aberta surge como uma variável forte no contexto brasileiro. Lançar candidaturas femininas não garante sua eleição, porque candidatas/as competem contra candidaturas de outros partidos, mas também contra seus/suas companheiros/as de partido/coligação, em uma disputa personalizada.

Essa inversão em relação ao que prevê a literatura pode passar pelos diferentes perfis das eleitas nestes estados em comparação às demais unidades da federação, o que analisaremos em uma seção específica.

Já o caso uruguaio confirma a hipótese geral de que em distritos maiores é também maior a probabilidade de uma mulher se eleger. O Uruguai possui apenas um

distrito grande, Montevideo, pelo qual se elegeram sete das nove eleitas – neste distrito elas ocupam 16,7% das cadeiras. Embora as mulheres ocupem “metade” das cadeiras em dois distritos pequenos, isso significa apenas uma entre duas cadeiras. Em todos os demais distritos pequenos e no distrito médio, Canelones, não houve nenhuma mulher eleita.

Tabela 24: Distrito dos/as eleitos/as – Uruguai

DEPARTAMENTO	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	% eleitas/cadeiras
Montevideo	7	77,8%	35	38,9%	16,7
Canelones	0	0,0%	14	15,6%	0,0
Maldonado	0	0,0%	5	5,6%	0,0
Colonia	0	0,0%	4	4,4%	0,0
Rivera	0	0,0%	3	3,3%	0,0
Artigas	0	0,0%	3	3,3%	0,0
Salto	0	0,0%	3	3,3%	0,0
Paysandú	0	0,0%	3	3,3%	0,0
Treinta y Tres	0	0,0%	2	2,2%	0,0
Cerro Largo	0	0,0%	2	2,2%	0,0
Río Negro	1	11,1%	1	1,1%	50,0
Soriano	0	0,0%	2	2,2%	0,0
Rocha	0	0,0%	2	2,2%	0,0
San José	1	11,1%	1	1,1%	50,0
Flores	0	0,0%	2	2,2%	0,0
Florida	0	0,0%	2	2,2%	0,0
Durazno	0	0,0%	2	2,2%	0,0
Lavalleja	0	0,0%	2	2,2%	0,0
Tacuarembó	0	0,0%	2	2,2%	0,0
TOTAL	9	100,0%	90	100,0%	9,1

(N)=99

Células destacadas: porcentagem de eleitas superior ou igual a 25% do total de cadeiras do distrito.

Fonte: Elaboração própria.

Como já apresentado em seções anteriores deste trabalho, *o caso argentino é sempre citado como um exemplo positivo para a representação feminina no mundo. Apenas em quatro distritos a representação feminina não chega a 25% das cadeiras em disputa, sendo três distritos pequenos e um médio a pequeno (o que acompanha a*

previsão da literatura). As mulheres ocupam metade das cadeiras ou mais em três distritos, sendo dois pequenos e um grande, a Capital Federal.

PROVÍNCIA	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	% eleitas/cadeiras
Buenos Aires	26	26,50%	44	27,70%	37,1
Capital Federal	13	13,30%	12	7,50%	52,0
Santa Fe	6	6,10%	13	8,20%	31,6
Córdoba	7	7,10%	11	6,90%	38,9
Mendoza	4	4,10%	6	3,80%	40,0
Entre Ríos	2	2,00%	7	4,40%	22,2
Tucumán	3	3,10%	6	3,80%	33,3
Chaco	3	3,10%	4	2,50%	42,9
Misiones	3	3,10%	4	2,50%	42,9
Salta	3	3,10%	4	2,50%	42,9
Santiago del Estero	3	3,10%	4	2,50%	42,9
Corrientes	2	2,00%	5	3,10%	28,6
Jujuy	1	1,00%	5	3,10%	16,7
San Juan	3	3,10%	3	1,90%	50,0
Neuquén	2	2,00%	3	1,90%	40,0
Río Negro	1	1,00%	4	2,50%	20,0
Chubut	2	2,00%	3	1,90%	40,0
Formosa	2	2,00%	3	1,90%	40,0
San Luis	2	2,00%	3	1,90%	40,0
Catamarca	1	1,00%	4	2,50%	20,0
Santa Cruz	2	2,00%	3	1,90%	40,0
La Pampa	2	2,00%	3	1,90%	40,0
Tierra del Fuego	3	3,10%	2	1,30%	60,0
La Rioja	2	2,00%	3	1,90%	40,0
TOTAL	98	100%	159	100%	38,1

(N)=257

Células destacadas: porcentagem de eleitas superior ou igual a 25% do total de cadeiras do distrito.

Fonte: Elaboração própria.

A lei de cotas de gênero é fiscalizada no país, sendo que as listas partidárias que não cumprirem o mínimo de 30% para cada um dos sexos não são registradas. Sendo o sistema eleitoral de lista fechada com mandato de posição, os casos em que não se chega a 30% de eleitas se devem à posição das mulheres na lista partidária. Como as cadeiras são distribuídas proporcionalmente entre os partidos, se as mulheres estiverem localizadas nas posições menos elegíveis, ainda que cumprido o mandato de posição

(como a terceira posição, depois de dois candidatos homens) pode ser gerado um número menor de eleitas do que o indicado pelas cotas.

6.2.2. A maior parte das mulheres eleitas é filiada a partidos de esquerda?

Em relação aos/às parlamentares brasileiros/as, os dois principais partidos políticos aos quais estavam vinculadas/os as/os eleitas/os no momento da eleição, PMDB e PT, apresentaram-se com percentual muito similar de filiação de eleitas e eleitos, mas é importante perceber que entre os demais partidos a distribuição difere: o PSB, terceiro principal partido entre as eleitas, é o nono partido entre os eleitos; o PSDB, terceiro partido entre os eleitos, é o sexto partido entre as eleitas.

Brasil					
Tabela 26: Partido das eleitas			Tabela 27: Partido dos eleitos		
Partido	eleitas	freq. eleitas	Partido	eleitos	freq. eleitos
PMDB	9	20,0%	PMDB	81	17,3%
PT	7	15,6%	PT	75	16,0%
PSB	6	13,3%	PSDB	63	13,5%
PFL	5	11,1%	PFL	57	12,2%
PC do B	5	11,1%	PP	38	8,1%
PSDB	3	6,7%	PDT	24	5,1%
PP	3	6,7%	PL	23	4,9%
PPS	2	4,4%	PTB	23	4,9%
PL	1	2,2%	PSB	21	4,5%
PRONA	1	2,2%	PPS	20	4,3%
PDT	1	2,2%	PV	13	2,8%
PTC	1	2,2%	PSC	9	1,9%
PSOL	1	2,2%	PC do B	8	1,7%
TOTAL	45	100,0%	PMN	3	0,6%
			PHS	2	0,4%
			PSOL	2	0,4%
			PTC	2	0,4%
			PRB	1	0,2%
			PT do B	1	0,2%
			PAN	1	0,2%
			PRONA	1	0,2%
			TOTAL	468	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Fonte: Elaboração própria.

A análise dos partidos leva à verificação de que *há uma predominância de mulheres vinculadas a partidos de esquerda no Brasil. Entre os eleitos, há um*

*equilíbrio ideológico*⁴³, o que não ocorre entre as eleitas. A literatura afirma que historicamente partidos de esquerda são mais abertos à candidaturas de mulheres. Os dados aqui apresentados mostram que essa é uma realidade no que se refere às mulheres que conseguiram se eleger para a Câmara dos Deputados brasileira em 2006 – praticamente metade delas era vinculada a partidos de esquerda, enquanto a outra metade se divide entre os partidos de centro e de direita.

Ideologia partidária	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
esquerda	22	48,9%	168	35,9%
centro	12	26,7%	144	30,8%
direita	11	24,4%	156	33,3%
TOTAL	45	100,0%	468	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

A hipótese de que as mulheres eleitas são normalmente vinculadas a partidos de esquerda se confirma para o caso uruguaio. Das nove representantes, oito são filiadas ao *Frente Amplio*. Entre os deputados o partido é também o que conseguiu mais cadeiras no Parlamento, mas entre eles o percentual de filiações é de 52,5%. O *Partido Nacional* elegeu apenas uma mulher e o *Partido Colorado*, que elegeu 10% das cadeiras da Casa, não elegeu nenhuma deputada. Como apresentado no Capítulo 3, nas eleições de 2004 o contexto uruguaio é claramente marcado pela oposição entre o “novo” partido de esquerda, *Frente Amplio*, contra as duas forças tradicionais do país – especialmente o *Partido Colorado*, que atravessava um momento de grande retração de sua força política. Vale lembrar que é no pleito presidencial que ocorreu simultaneamente à eleição legislativa nacional analisada que o *Frente Amplio* chega pela primeira vez à Presidência da República, com a candidatura Tabaré Vázquez, após ganhar cada vez mais espaço desde os pleitos dos anos 1990.

Partido	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	Total Partido
EP-FA-NM	8	88,9%	44	48,9%	52,5%
PN	1	11,1%	35	38,9%	36,4%
PC	0	0,0%	10	11,1%	10,1%

⁴³ Foram classificados como partidos de esquerda: PT, PCB, PCdoB, PCO, PDT, PHS, PMN, PPS, PSB, PSOL, PSTU e PV. No centro, PMDB e PSDB. À direita, PFL/DEM, PL/PR, PPB, PRB e PTB, além de uma miríade de micro-partidos (PRP, PAN, PGT, PRN, PRONA, PRTB, PSC, PSD, PSDC, PSL, PST, PTC, PT do B e PTN).

Partido Independiente	0	0,0%	1	1,1%	1,0%
TOTAL	9	100,0%	90	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

No contexto argentino a divisão esquerda-direita não faz tanto sentido quanto em relação ao campo político brasileiro ou uruguaio. Como apresentado no Capítulo 3, o sistema partidário argentino é historicamente bipartidário, dividido entre peronistas e anti-peronistas (focada principalmente nos radicais), com alguns momentos de perda de força do peronismo. Nas eleições analisadas (2005 e 2007) a divisão bipartidária era marcante, como é possível observar nas tabelas 30 e 31, a seguir:

Argentina					
Tabela 30: Bloco partidário das eleitas			Tabela 31: Bloco partidário dos eleitos		
Bloco	eleitas	freq. eleitas	Bloco	eleitos	freq. eleitos
Frente para La Victoria - PJ	53	54,1%	Frente para La Victoria - PJ	80	50,3%
Coalición Cívica	8	8,2%	UCR	20	12,6%
UCR	6	6,1%	Coalición Cívica	10	6,3%
PRO	6	6,1%	PRO	9	5,7%
outro	4	4,1%	Partido Socialista	5	3,1%
Frente Cívico p/ Santiago	3	3,1%	De la Concertación	5	3,1%
Partido Socialista	3	3,1%	Frente Cívico p/ Santiago	5	3,1%
Solidariedad y Igualdad (SI) - ARI	3	3,1%	Frente Justicia, Unión y Libertad	4	2,5%
Frente Justicia, Unión y Libertad	2	2,0%	outro	3	1,9%
Frente de Todos	2	2,0%	Solidariedad y Igualdad (SI) - ARI	2	1,3%
MPN	2	2,0%	Frente de Todos	2	1,3%
De la Concertación	1	1,0%	Unión Celeste y Blanco	1	0,6%
Renovador de Salta	1	1,0%	Renovador de Salta	1	0,6%
Unidad Federalista (Pa.U.Fe.)	1	1,0%	Fte. Cívico y Social de Catamarca	1	0,6%
Encuentro Popular y Social	1	1,0%	Justicialista Nacional	1	0,6%
Memoria y Democracia	1	1,0%	Demócrata de Mendoza	1	0,6%
Frente Producción y Trabajo	1	1,0%	Concertación Entrerriana	1	0,6%
TOTAL	98		Diálogo p/ BsAs	1	0,6%
			Dignidad Peronista	1	0,6%
			Unidad Federalista (Pa.U.Fe.)	1	0,6%
			Por la Verdad	1	0,6%
			Partido Liberal de Corrientes	1	0,6%
			MPN	1	0,6%
			Sem bloco	1	0,6%
			TOTAL	158	

*ARI, Encuentro para el cambio (UCR+PS)

Fonte: Elaboração própria.

*Nvo contra Corrupción e por la Honestidad, Proyecto Sur, Unión para Córdoba

Fonte: Elaboração própria.

Nas eleições de 2005 e 2007 o peronismo havia retomado sua força, sob o kirchnerismo, como já apresentado no Capítulo 3. O *Partido Justicialista*, organizado como a *Frente por la Victoria*, conseguiu ganhar mais de 50% das cadeiras da *Cámara de Diputados*, tanto entre as candidatas quanto entre os candidatos. A força anti-peronista é representada principalmente pelos radicais da UCR (que têm mais deputados do que deputadas), seguida pela *Coalición Cívica* (dissidência da *Alianza* – bloco composto por UCR e FREPASO no final dos anos 1990 –, dissolvida após a crise de 2001, que conta com fortes lideranças femininas, como Elisa Carrió), e pelo PRO (*Coalición Propuesta Republicana*, bloco de direita de viés empresarial, dirigido pelo empresário Mauricio Macri, atual governador da Cidade de Buenos Aires).

6.2.3. As mulheres apresentam maior migração partidária?

A migração partidária pode ser compreendida como um indicador da falta de apoio institucional do ex-partido em relação ao/à candidata/o, segundo a literatura institucionalista. Em casos de falta de apoio do partido, o/a candidato/a teria mais incentivos para buscar outra agremiação partidária que lhe oferecesse maiores benefícios. No entanto, este fenômeno se registra na periferia dos partidos, segundo Santos (2001). Para ele, essa migração periférica existiria, mas há um “núcleo duro” de políticos que construíram sua carreira sob aquela legenda que o/a projetou, e os laços de lealdade com ela são, portanto, mais fortes. Tomando estes pressupostos como razoáveis, a questão das mulheres na política partidária tende a apontar a migração como um fenômeno possível de se alastrar entre as candidatas – normalmente elas são novos atores políticos que não têm laços de lealdade muito fortes e são posicionadas na periferia dos partidos.

Para o Brasil, a migração partidária é alta entre os/as 513 parlamentares eleitos/as em 2006, mas entre os deputados ela é mais acentuada: somente 35,2% estão vinculados a seu primeiro partido político. Entre as eleitas, esse percentual é maior: 60% das deputadas estão em seu primeiro partido. Deste modo, pode-se afirmar que a migração partidária entre as eleitas é grande (40%), mas, se comparada à migração partidária masculina, não é tão alta quanto as hipóteses apontadas por Marx, Borner e Caminotti (2007). Em sua pesquisa, as autoras entrevistaram uma amostra de deputadas brasileiras e metade delas já não era mais filiada a seu primeiro partido político.

Nas tabelas 32 e 33, a seguir, pode-se observar quais são os principais partidos políticos aos quais os/as parlamentares brasileiros já foram filiados no passado. Os dois principais são os mesmos entre mulheres e homens, PMDB e PFL. É interessante notar que entre os ex-partidos dos eleitos estão presentes os dois partidos do período da ditadura militar, MDB e ARENA, com 7,7% e 6,6%, respectivamente 37 e 36 casos, mas na lista de ex-partidos das deputadas apenas o MDB está presente, com apenas 2 casos (4,4%).

Brasil					
Tabela 32: Ex-partidos das eleitas			Tabela 33: Ex-partidos dos eleitos		
Ex-partido	eleitas	frequência	Ex-partido	eleitos	frequência
PMDB	10	22,2%	PMDB	100	21,4%
PFL	6	13,3%	PFL	72	15,4%
PSDB	6	13,3%	PP/PPB/PPR	63	13,5%
PPS/PCB	2	4,4%	PSDB	54	11,5%
PL	2	4,4%	PTB	51	10,9%
PTB	2	4,4%	PDS	50	10,7%
PDT	2	4,4%	PDT	44	9,4%
PT	2	4,4%	MDB	37	7,9%
PC do B	2	4,4%	ARENA	36	7,7%
PST	2	4,4%	PL	31	6,6%
PV	2	4,4%	PSB	28	6,0%
MDB	2	4,4%	PPS/PCB	17	3,6%
PP/PPB/PPR	1	2,2%	PDC	13	2,8%
PMN	1	2,2%	PRN	12	2,6%
PMB	1	2,2%	PST	11	2,4%
TOTAL	43		PSC	10	2,1%
			PSD	10	2,1%
			PV	9	1,9%
			PT	9	1,9%
			UDN	6	1,3%
			PMN	5	1,1%
			PC do B	5	1,1%
			PCB	4	0,9%
			PTR	4	0,9%
			PSL	3	0,6%
			PSDC	2	0,4%
			PHS	1	0,2%
			PRONA	1	0,2%
			PCBR	1	0,2%
			PJ	1	0,2%

(N)=45

*60% das eleitas (27) só se filiaram ao partido pelo qual concorreram

Fonte: Elaboração própria.

PRTB	1	0,2%
PSD	1	0,2%
PSN	1	0,2%
PTN	1	0,2%
TOTAL	694	

(N)=468

*32,2% dos eleitos (165) só se filiaram ao partido pelo qual concorreram

Fonte: Elaboração própria.

Calculando-se a proporção de ex-partidos para o total de eleitas e eleitos chega-se aos valores 0,95 e 1,48, respectivamente. *A migração partidária entre os homens é maior*, mas a presença de partidos políticos muito antigos na lista de ex-partidos dos eleitos, tal como a UDN (do período 1945-1964, anterior ao golpe militar de 1964), apontaria que esta migração masculina também é maior devido à participação mais recente das mulheres na esfera política formal brasileira.

Argentina

Tabela 34: Ex-partidos das eleitas

Ex-partido	eleitas
UCR	4
PJ	3
Frente Grande	3
PS	2
Alianza p/ el trab, la just, la educ	2
ARI	2
RECREAR	2
El Movimiento	1
Frente Cívico	1
FREPASO	1
Movimiento de Integr. Y Desarrollo (MID)	1
Partido Bloquista de San Juan	1
Partido Comunista Revolucionario	1
Partido del Progreso Social	1
Partido Federal	1
Partido Intransigente	1
Partido Libres del Sur	1
Partido Socialista Auténtico	1
Partido Socialista Democrático	1

Tabela 35: Ex-partidos dos eleitos

Ex-partido	eleitos
UCR	15
outro	14
PJ	5
PS	3
FREPASO	3
Compromiso para el Cambio	2
Acción por la República	1
Alianza p/ el trab, la just, la educ	1
BsAs para todos	1
Compromiso Popular	1
FREJUPO	1
Frente Grande	1
Frente Justicialista Federal	1
Frente Movimiento Popular	1
Frente para el Cambio	1
GESTA	1
Movimiento Patagónico Popular	1
Partido Justicia, Democracia y Participación	1
Polo Social	1

TOTAL	30
-------	----

*81,6% das eleitas (80) só se filiaram ao partido pelo qual concorreram

Fonte: Elaboração própria.

RECREAR	1
---------	---

TOTAL	56
-------	----

*84,3% dos eleitos (134) só se filiaram ao partido pelo qual concorreram

Fonte: Elaboração própria.

Os dados sobre migração partidária entre os/as representantes argentinos/as indicam que ela é baixa: enquanto no Brasil apenas 32,2% dos deputados continuam filiados ao seu primeiro partido, entre os deputados argentinos a porcentagem é de 84,3%. Entre as mulheres o valor é semelhante ao dos deputados: 81,6% continuam filiadas ao seu primeiro partido. Comparando com o Brasil, onde 40% das deputadas já não está mais filiada a seu primeiro partido, a migração entre deputadas na Argentina é também menor. Dentre aqueles/as que já mudaram de partido, não há trocas de legenda constantes: a razão entre o número de partidos e o número de representantes é de 0,31 para as deputadas e 0,35 para os deputados, valores semelhantes entre si e muito inferiores àqueles encontrados para o Brasil.

A migração partidária no Uruguai é muito baixa: dentre os 99 casos de representantes aqui analisados, há apenas três casos de migração, todos de representantes homens: um parlamentar do Frente Amplio que fora do Partido Colorado, mas que logo se mudou para o Frente Amplio, em sua fundação, em 1971; um outro representante do Frente Amplio que participou da fundação de um grupo anterior, em 1965, chamado Agrupación Popular Unitaria Maldonadense (APUM); e o único representante nacional do Partido Independiente, que fora do Nuevo Espacio antes que este partido se agrupasse com o Frente Amplio.

Apesar do que aponta a literatura, a hipótese de que a migração partidária tende a ser mais alta entre mulheres, por serem elas agentes localizados na periferia do sistema partidário e, portanto, com mais incentivos à busca por um partido que invista com mais afinco em suas carreiras, não se confirmou a partir da análise dos dados dos três países investigados neste trabalho.

6.2.4. Qual é a distribuição de ocupação de cargos eletivos entre os deputados e as deputadas?

A distribuição dos cargos já ocupados, ponderada pelo total de eleitas e eleitos, é bastante semelhante entre mulheres e homens. A única categoria que difere um pouco

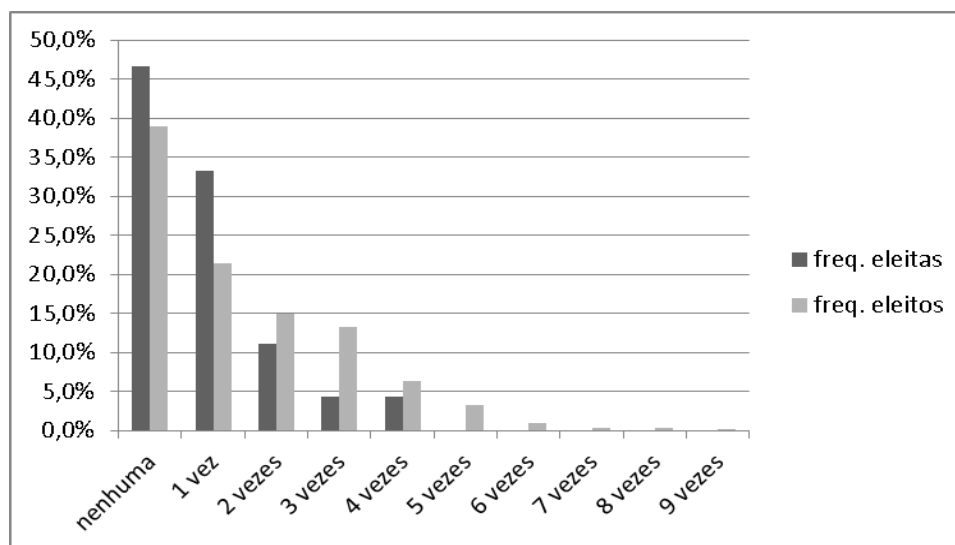
é o próprio cargo de deputado/a federal, que apresenta uma porcentagem maior entre os deputados.

Tabela 36: Cargos eletivos já ocupados – Brasil				
Cargos eletivos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
presidente/a	0	0,0%	0	0,0%
vice-presidente/a	0	0,0%	0	0,0%
governador/a	1	2,2%	13	2,8%
vice-governador/a	1	2,2%	7	1,5%
prefeito/a	9	20,0%	93	19,9%
vice-prefeito/a	2	4,4%	28	6,0%
senador/a	0	0,0%	0	0,0%
deputado/a federal	24	53,3%	286	61,1%
dep. estadual/distrital	16	35,6%	178	38,0%
vereador/a	15	33,3%	146	31,2%
TOTAL	68		751	
(N)	45	100%	468	100%

Fonte: Elaboração própria.

Ao se analisar a tabela 36, acima, e o gráfico 1, abaixo, verifica-se que o número de mulheres que chegam ao cargo de deputada federal pela primeira vez é maior do que entre os eleitos: são 7,8 pontos percentuais de diferença. Entre as mulheres que já ocuparam a vaga de deputada federal por uma vez, a diferença é de 11,9 pontos percentuais. No entanto, o percentual de eleitos que já ocuparam a vaga por três vezes antes da eleição de 2006 é também três vezes superior ao percentual das eleitas.

Gráfico 1: Porcentagem de eleitos e eleitas, por quantidade de mandatos já exercidos na Câmara dos Deputados – Brasil



Fonte: Elaboração própria.

Observando-se essa distribuição é possível verificar que, entre os eleitos, a permanência no cargo de deputado federal é muito maior do que entre as eleitas – elas apresentam um menor número de passagens por este mesmo cargo. Considerando-se que o acesso das mulheres à Câmara dos Deputados em um passado recente era muito mais limitado do que o é atualmente, embora ainda continue restrito, no futuro é importante investigar se a taxa de reeleição entre mulheres tenderá a ser tão alta quanto aquela praticada pelos homens, passado um maior número de eleições.

Na Argentina, os percentuais de ocupação de cargos eletivos são bastante semelhantes entre homens e mulheres, com exceção dos cargos de intendente/a (uma posição que muitas vezes ocupa um degrau superior na estrutura de carreira política argentina), com percentual cinco vezes maior para os eleitos, e o próprio cargo de deputado/a provincial, com vantagem de quase 10 pontos percentuais para as eleitas.

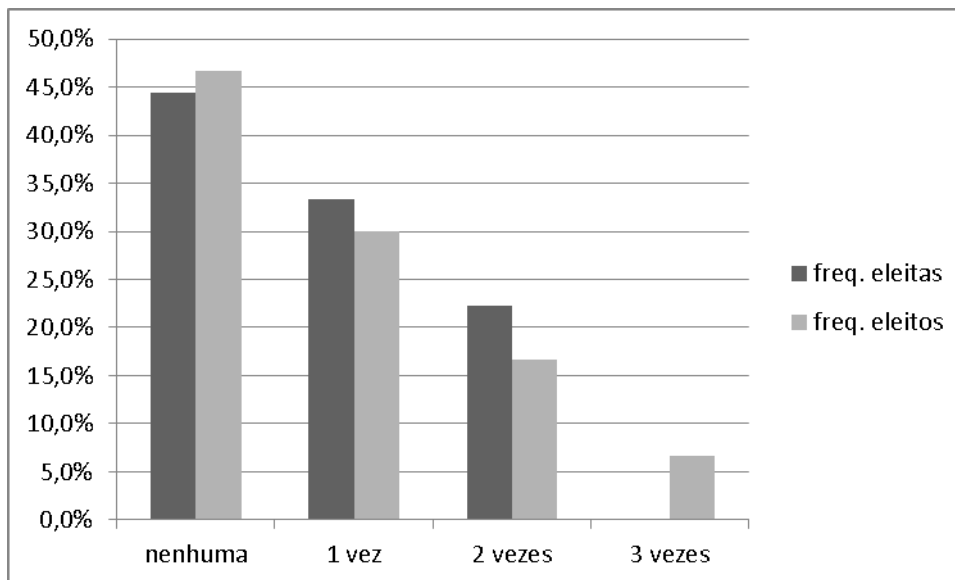
Cargos eletivos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
presidente/a	0	0,0%	0	0,0%
vice-presidente/a	0	0,0%	0	0,0%
governador/a	0	0,0%	5	3,1%
vice-governador/a	1	1,0%	5	3,1%
intendente/a	5	5,1%	41	25,8%
vice-intendente/a	0	0,0%	0	0,0%

senador/a	3	3,1%	4	2,5%
diputado/a nacional	32	32,7%	38	23,9%
representante provincial	28	28,6%	47	29,6%
concejal/a	15	15,3%	25	15,7%
TOTAL	84		165	
(N)	98	100%	159	100%

Fonte: Elaboração própria.

Neste estudo só foram analisados os cargos já ocupados por esses/as eleitos/as, mas os dados indicam que, muito possivelmente, os deputados têm menos passagens pela *Cámara de Diputados* porque visam a cargos mais importantes. Isso porque, conforme já afirmado, a cadeira como deputado nacional na Argentina não é um patamar muito alto na estrutura de carreira deste país. No gráfico 2, abaixo, é possível se perceber que o percentual de eleitos no conjunto de novatos/as na Casa é maior do que entre as eleitas, mas a situação se inverte em relação à permanência como deputados/as – as mulheres apresentam mais passagens pela *Cámara*.

Gráfico 2: Porcentagem de eleitos e eleitas, por quantidade de mandatos já exercidos na Cámara de Diputados – Argentina



Fonte: Elaboração própria.

Os dados dos/as representantes uruguaios mostram que só há uma grande diferença na ocupação de cargo no legislativo departamental, mas o universo de

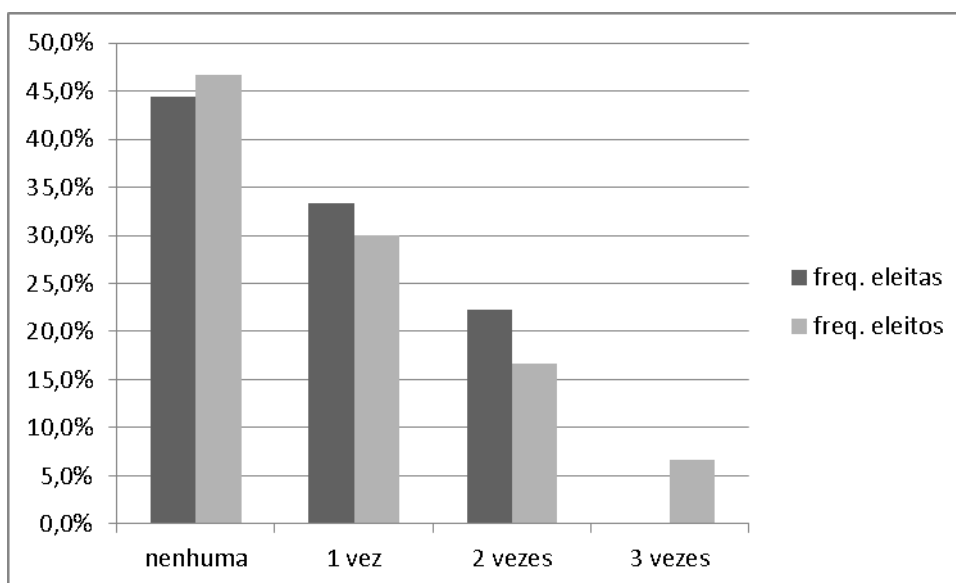
deputadas é muito pequeno, então não é possível fazer uma comparação através dos percentuais.

Cargos eletivos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
presidente/a	0	0,0%	0	0,0%
vice-presidente/a	0	0,0%	0	0,0%
intendente/a	0	0,0%	3	3,3%
vice-intendente/a	0	0,0%	2	2,2%
senador/a	0	0,0%	4	4,4%
representante nacional	5	55,6%	48	53,3%
edil/a	1	11,1%	28	31,1%
TOTAL				
(N)	9	100%	90	100%

Fonte: Elaboração própria.

No gráfico 4, abaixo, é apresentado o percentual de deputadas e deputados uruguaios/as, pela quantidade de mandatos que já tiveram na *Cámara de Representantes*, mas novamente é preciso lembrar que, sendo o número de representantes mulheres tão baixo, é preciso analisar os dados dentro de seu próprio universo.

Gráfico 3: Porcentagem de eleitos e eleitas, por quantidade de mandatos já exercidos na Cámara de Representantes – Uruguai



Fonte: Elaboração própria.

A ocupação de cargos, de modo geral, não difere entre eleitos e eleitas, nos três países. Um caso específico que se destaca, por apresentar diferenças em relação à ocupação de outros cargos, é o legislativo estadual brasileiro.

Tabela 39: Porcentagem de eleitos e eleitas, por mandatos já exercidos na Assembleia Legislativa estadual – Brasil

Dep. estadual	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
nenhuma	29	64,4%	290	62,0%
1 vez	6	13,3%	84	17,9%
2 vezes	9	20,0%	54	11,5%
3 vezes	1	2,2%	25	5,3%
4 vezes	0	0,0%	12	2,6%
5 vezes	0	0,0%	1	0,2%
6 vezes	0	0,0%	1	0,2%
7 vezes	0	0,0%	1	0,2%
TOTAL	45	100,0%	468	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Na tabela 39, acima, é possível analisar o percentual de mulheres em relação aos homens que tiveram dois mandatos nas Assembleias Legislativas estaduais. *Os dados sugerem que as mulheres permaneceriam na disputa estadual por mais tempo do que os homens.* Em pesquisa com entrevistas a candidatas à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Matos (2008) afirma que muitas candidatas a deputadas estaduais não-eleitas e eleitas de 2006 dizem preferir manter-se na disputa estadual a entrar na disputa por uma vaga na Câmara dos Deputados, porque isso significa que precisariam distanciar-se de suas famílias, pelas quais são responsáveis. Assim, mais uma vez observa-se que a responsabilidade pelas questões domésticas limita o que é entendido como “ambição política” das mulheres. O fato observado na pesquisa de Matos (2008) pode sugerir a mesma explicação para a maior permanência das mulheres em Assembleias Legislativas aqui observada, em relação às mulheres que foram eleitas para a Câmara dos Deputados em 2006.

Comparado a Uruguai e Argentina, o caso brasileiro se mostra singular. No Uruguai, como se vê na tabela 40, apenas representantes homens apresentam uma experiência maior de ocupação de cargos no poder local (22,2% deles), sendo que apenas uma das nove representantes passou por este nível de governo.

Edil/a	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
nenhuma	8	88,9%	62	68,9%
1 vez	0	0,0%	20	22,2%
2 vezes	1	11,1%	5	5,6%
3 vezes	0	0,0%	3	3,3%
TOTAL	9	100,0%	90	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Já os dados dos/as representantes argentinos/as indicam que não há diferenças no padrão de cargos já ocupados nas províncias, como se observa na tabela 41, abaixo:

Rep. Provincial	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
nenhuma	70	71,4%	112	70,4%
1 vez	22	22,4%	29	18,2%
2 vezes	6	6,1%	12	7,5%
3 vezes	0	0,0%	5	3,1%
4 vezes	0	0,0%	0	0,0%
5 vezes	0	0,0%	1	0,6%
TOTAL	98	100,0%	159	100,0%

*Há províncias unicamerais e bicamerais na Argentina.

Fonte: Elaboração própria.

6.2.5. Qual é a distribuição de ocupação de cargos não-eletivos entre os deputados e as deputadas?

Os dados da tabela 42 indicam que nenhuma eleita ocupou o cargo de ministra de Estado no Brasil. No Uruguai, nenhuma das representantes mulheres tem passagens por cargos não-eletivos de primeiro escalão, ao contrário dos representantes homens (8,9% deles já passou por esses cargos, sendo que um deles foi ministro de Estado).

Cargos eletivos	Brasil				Argentina				Uruguai			
	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
ministro/a de Estado	0	0,0%	19	4,1%	4	4,1%	3	1,9%	0	0,0%	1	1,1%
sec. Estadual/provincial/departamental	11	24,4%	131	28,0%	14	14,3%	38	23,9%	0	0,0%	7	7,8%

sec. municipal	11	24,4%	81	17,3%	13	13,3%	17	10,7%	—	—	—	—
TOTAL	45	100%	468	100%	98	100%	159	100%	9	100%	90	100%

Fonte: Elaboração própria.

No Brasil, o percentual de eleitas que já foram secretárias municipais é um pouco maior do que o de eleitos (7,1 pontos percentuais). Neste país a ocupação de um cargo de confiança em nível local pode ser bastante importante como ponto inicial de construção de uma carreira política – em um primeiro momento, ocupa-se um cargo público através da mobilização de apoio político não-eleitoral, para apenas depois, já com capital político acumulado pela ocupação deste cargo, submeter-se ao escrutínio eleitoral - a última “barreira”, no modelo de Norris (2004).

Na Argentina, o percentual de deputados que já foram ministros provinciais é quase 10 pontos percentuais superior à ocupação deste cargo pelas eleitas. O cargo de ministro provincial é bastante relevante na estrutura de carreira política argentina, o que indica a maior capacidade de mobilização de apoio político dos dirigentes partidários pelos representantes homens em comparação com as mulheres.

6.2.6. As mulheres com posições mais elevadas nas listas partidárias⁴⁴ apresentam maior ocupação prévia de cargos públicos eletivos?

Um pressuposto apontado pela literatura indica que as posições mais altas das listas partidárias serão ocupadas por candidatos e candidatas mais “atraentes” e um dos fatores importantes, que influencia a seleção dessas candidaturas, é a experiência prévia do/a candidato/a. No caso de sistemas de lista fechada, o potencial de “atração” das candidaturas é julgado pelos selecionadores partidários. Em sistemas de lista aberta, os selecionadores não são capazes de ordenar a lista, mas podem distribuir recursos, tais como recursos financeiros e tempo de rádio e TV para propaganda eleitoral, a fim de alavancar algumas candidaturas. Candidaturas que mais se assemelham ao padrão de vitória tradicional serão as mais incentivadas – em sistemas de lista aberta, conseguirão mais votos nominais e ocuparão o topo da lista partidária; em sistemas de lista fechada, receberão incentivos que podem colocá-la no primeiro lugar da lista. Admitindo-se esses pressupostos, espera-se que as candidatas que conseguiram se posicionar no topo da lista partidária, levando a primeira cadeira distribuída, tenham uma experiência de

⁴⁴ No Brasil, definidas pela votação nominal recebida; na Argentina e no Uruguai, em posições pré-ordenadas nos partidos.

ocupação de cargos públicos superior à média das candidaturas – e das candidatas mulheres que não alcançaram esta posição.

Tabela 43: Cargos eletivos já ocupados - eleitas que ocupam o 1º lugar da lista - Brasil				
Cargos eletivos	eleitas top	freq. eleitas top	eleitas geral	freq. eleitas geral
presidente/a	0	0,00%	0	0,0%
vice-presidente/a	0	0,00%	0	0,0%
governador/a	1	6,67%	1	2,2%
vice-governador/a	1	6,67%	1	2,2%
prefeito/a	1	6,67%	9	20,0%
vice-prefeito/a	0	0,00%	2	4,4%
senador/a	0	0,00%	0	0,0%
deputado/a federal	7	46,67%	24	53,3%
dep. estadual/distrital	4	26,67%	16	35,6%
vereador/a	5	33,33%	15	33,3%
TOTAL cargos	19		68	
(N)	15		45	

Fonte: Elaboração própria.

O conjunto de deputadas brasileiras que foram as campeãs de votos de seus partidos e coligações não apresenta maior ocupação de cargos do que a média das demais deputadas. Na verdade, em relação ao percentual de experiência na própria Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas e nas Prefeituras Municipais a média geral das eleitas supera o percentual das candidatas campeãs de votos. Sem desconsiderar a força organizadora e mobilizadora dos partidos políticos, deve-se admitir que, em um sistema eleitoral com altos incentivos personalistas como o brasileiro, para uma candidatura campeã de votos o efeito da campanha e carisma individual da/o candidata/o pode ser crucial na votação recebida.

No caso argentino, a prévia ocupação de uma cadeira na Câmara baixa pela candidata posicionada no topo da lista é quase 10 pontos percentuais superior do que a média geral de deputadas eleitas, acompanhando a hipótese prevista pela literatura especializada.

Tabela 44: Cargos eletivos já ocupados – eleitas que ocupam o 1º lugar da lista – Argentina				
Cargos eletivos	eleitas <i>top</i>	freq. eleitas <i>top</i>	eleitas geral	freq. eleitas geral
presidente	0	0,0%	0	0,0%
vice-presidente	0	0,0%	0	0,0%
governador/a	0	0,0%	0	0,0%
vice-governador/a	0	0,0%	1	1,0%
intendente/a	3	11,5%	5	5,1%
vice-intendente/a	0	0,0%	0	0,0%
senador/a	0	0,0%	3	3,1%
diputado/a nacional	11	42,3%	32	32,7%
rep. provincial	8	30,8%	28	28,6%
concejal/a	5	19,2%	15	15,3%
TOTAL cargos	27		84	
(N)	26		98	

Fonte: Elaboração própria.

Já em relação às eleitas uruguaias, das quatro mulheres que encabeçaram listas partidárias, apenas uma tinha ocupado um cargo na Câmara de Representantes, enquanto no conjunto total de eleitas cinco representantes, entre nove, já haviam passado pela Casa. Apesar de o universo ser pequeno, a situação uruguia não acompanha a hipótese específica de pesquisa aqui levantada.

Tabela 45: Cargos eletivos já ocupados – eleitas que ocupam o 1º lugar da lista – Uruguai				
Cargos eletivos	eleitas <i>top</i>	freq. eleitas <i>top</i>	eleitas geral	freq. eleitas geral
presidente	0	0,0%	0	0,0%
vice-presidente	0	0,0%	0	0,0%
intendente/a	0	0,0%	0	0,0%
vice-intendente/a	0	0,0%	0	0,0%
senador/a	0	0,0%	0	0,0%
diputado/a nacional	1	25,0%	5	55,6%
edil/a	0	0,0%	1	11,1%
TOTAL				
(N)	4		9	

Fonte: Elaboração própria.

6.2.7. Como se distribui a presença de capital familiar entre os deputados e as deputadas?

A fim de verificar as afirmações de que o capital político delegado por familiares é mais importante para a eleição de mulheres do que para a eleição de homens, de acordo com as amplas hipóteses levantadas pelos estudos eleitorais sobre mulheres e, especificamente, ao achado de Pinheiro (2007) sobre as deputadas federais entrevistadas em sua pesquisa, buscou-se determinar os cargos ocupados pelos familiares dos/as parlamentares aqui analisados/as. É comum na literatura especializada sobre gênero e carreiras políticas a hipótese de que mulheres só conseguem ingressar no campo político por meio do capital político delegado por seus/suas familiares. Ter um/a familiar/a envolvido/a com o campo político seria um fator relevante não apenas pela transferência da rede de contatos, mas também pela socialização política vivenciada. Para as pessoas com familiares envolvidos/as com o campo político, este seria visto como um local acessível: suas fronteiras seriam mais permeáveis para aquelas/es que já conhecem as práticas daquele espaço – ou, para usar uma terminologia bourdiana, que já dominariam, ainda que não totalmente, o *habitus* político, gerando reconhecimento dos pares no campo.

Sendo difícil a coleta de dados sobre capital familiar, normalmente os estudos que trabalham com o universo de representantes, incluindo os representantes homens, não selecionam tal variável para a análise. O presente trabalho, então, buscou mapear este campo ainda bastante inexplorado.

Tabela 46: Deputados/as com capital familiar, por sexo e país					
capital familiar	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	TOTAL
Brasil	25	55,6%	197	42,1%	43,3%
Argentina	12	12,2%	15	9,4%	10,5%
Uruguai	1	11,1%	9	10,0%	10,1%

Fonte: Elaboração própria.

O Brasil é o país que apresenta maior número de deputados e deputadas cujos familiares ocuparam cargos públicos eletivos e não-eletivos de primeiro escalão. São 222 parlamentares com vínculo familiar com políticos/as, correspondendo a 43,3% da Casa. Entre as deputadas, o capital político familiar é ainda mais presente: 55,6%

delas é familiar de algum/a político/a que ocupou cargos eletivos e não-eletivos de primeiro escalão. O capital político familiar também é muito relevante para os deputados brasileiros eleitos: está presente entre 42,1% deles. Apesar dos 13,5 pontos percentuais que distanciam deputados e deputadas brasileiras, não é possível afirmar que o capital familiar é irrelevante para os parlamentares homens.

No Uruguai, apenas uma eleita, Lucía Topolansky, apresentou vinculação familiar com políticos, seu cônjuge, José Mujica, atual presidente da República, que havia sido representante nacional e na mesma eleição foi eleito senador (além de encabeçar uma lista do frente Amplio para a Cámara de Representantes, não assumindo o mandato). É importante ressaltar que ambos militam juntos desde a resistência clandestina à ditadura, no Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros.⁴⁵ De modo geral, a vinculação familiar com ex-ocupantes de cargos eletivos e não-eletivos de primeiro escalão no Uruguai não é predominante, atingindo 10,1% dos/as eleitos/as. Esse percentual é semelhante àquele encontrado na Argentina e quatro vezes menor do que no Brasil.

A presença de capital político familiar na Argentina é mais modesta do que no Brasil: são 27 parlamentares com vínculo familiar com políticos/as, ou 10,5% da Cámara de Diputados. Não há diferenças significativas entre a vinculação de homens e mulheres quando a vinculação analisada é agregada, embora haja diferenças quando esses dados são desagregados, como se vê na tabela 47, abaixo.

Na tabela abaixo, os cargos ocupados por membros da família das/os eleitos/as foram agrupados, sem considerar os números de mandatos, para seu melhor entendimento⁴⁶.

⁴⁵ Para melhor contextualização sobre a representante: Lucía Topolansky foi eleita senadora em 2010 e atualmente é Presidenta do Senado.

⁴⁶ Consideraram-se os seguintes cargos, de Brasil, Argentina e Uruguai, respectivamente: secretário/a municipal (Brasil e Argentina, apenas); secretário/a ou ministro/a estadual/provincial/departamental; ministro/a de Estado; vereador/a ou concejal (Brasil e Argentina, apenas); prefeito/a, intendente/a; vice-prefeito/a, vice-intendente/a; dep. estadual/distrital, representante provincial (deputado/a e senador/a, quando houver), edil/a; dep. federal/nacional ou representante nacional, senador/a, governador/a (Brasil e Argentina, apenas), vice-governador/a (Brasil e Argentina, apenas), presidente/a da República e vice-presidente/a.

Tabela 47: Cargos políticos ocupados por familiares, por país												
Familiar	Brasil				Argentina				Uruguai			
	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
pai	16	18,8%	185	42,2%	9	31,0%	8	26,7%	0	0,0%	6	54,5%
mãe	0	0,0%	3	0,7%	1	3,4%	0	0,0%	0	0,0%	1	9,1%
irmã/o	3	3,5%	93	21,2%	5	17,2%	13	43,3%	0	0,0%	2	18,2%
cônjuge	53	62,4%	27	6,2%	14	48,3%	6	20,0%	1	100,0%	1	9,1%
filha/o	9	10,6%	50	11,4%	0	0,0%	2	6,7%	0	0,0%	0	0,0%
avó/ô	4	4,7%	59	13,5%	0	0,0%	1	3,3%	0	0,0%	1	9,1%
sogra/o	0	0,0%	21	4,8%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL	85	100,0%	438	100,0%	29	100,0%	30	100,0%	1	100,0%	11	100,0%
(N)	45		468		98		159		9		90	

Fonte: Elaboração própria.

No Brasil, do total das 45 eleitas, 25 (55,6%) delas têm familiares que ocuparam pelo menos um cargo eletivo ou de confiança, enquanto entre os 468 eleitos observa-se que 197 (42,1%) têm familiares que ocuparam cargos. A razão entre os cargos ocupados por familiares de eleitas pelo total de eleitas é de 1,89, enquanto a razão entre os cargos ocupados por familiares de eleitos e o total de eleitos é de 0,94. As eleitas apresentam maior percentual de familiares que ocuparam cargos, o que confirma a hipótese de que o capital político familiar seria mais presente no caso da eleição de mulheres do que de homens, no caso específico das deputadas federais brasileiras eleitas em 2006. É importante ressaltar que o pequeno número de eleitas impede a verificação conclusiva da importância do capital político familiar para o conjunto de mulheres candidatas, do ponto de vista estatístico, além de se comparar com o universo dos eleitos, mais de dez vezes maior.

Entre os deputados brasileiros, os cargos foram ocupados principalmente pelos seus pais, seguidos dos irmãos. Já no caso das deputadas, a maior parte dos cargos foi ocupada pelos seus cônjuges. Este fato é muito interessante, pois indica como o patriarcalismo se reproduz na realidade social brasileira: *delega-se capital político principalmente de pais para filhos, mas não para filhas, de modo geral. O capital político familiar das eleitas seria delegado de seus cônjuges.*

O caso argentino, apesar de não mostrar diferenças no capital político familiar de deputadas e deputados, como se viu na tabela 42, indica que o principal familiar de deputadas que atua nos espaços políticos formais é o seu cônjuge. Não há grandes diferenças entre os cargos ocupados por pais de deputadas e deputados. A diferença

reside nos cargos ocupados por irmãos/ãs: esses são os principais familiares de deputados vinculados a cargos públicos eletivos e não-eletivos de primeiro escalão, concentrando quase metade dos casos. Apesar de também ser importante entre as deputadas (na terceira posição, após cônjuges e pais), há uma diferença de 26,1 pontos percentuais entre deputados e deputadas nessa variável. Paralelamente ao caso brasileiro, parece que *na Argentina o capital familiar também é repassado dos pais aos filhos (e também a filhas, em menor importância), mas no caso das deputadas o capital familiar do esposo é tem maior relevância.*

Não é viável realizar comparações fundadas no sexo do/a representante no caso uruguaio, porque apenas uma representante possuía vínculo com político profissional que ocupara cargos públicos, mas é possível analisar a fonte do capital familiar dos deputados que o possuem: o maior número de casos de ocupação de cargos por familiares se concentra nos pais.

A hipótese de que o capital político familiar é mais importante para mulheres do que para homens só se verifica em relação ao caso brasileiro, no qual a distância entre deputados e deputadas com capital familiar é de 13,5 pontos percentuais. Nesse país, mais da metade das deputadas tem capital político familiar, cuja vinculação principal é seu cônjuge. Entretanto, o capital familiar está longe de ser desconsiderado importante entre os eleitos brasileiros: o vínculo à família política está presente entre 43,3% dos eleitos e eleitas à Câmara dos Deputados, em 2006.

Nos casos argentino e uruguaio a hipótese não se confirma – o conjunto de dados indica que a importância desse capital é menor nestes países do que no Brasil. Apesar da negativa da hipótese no caso argentino, com a indicação de que homens e mulheres apresentam esse tipo de capital, observa-se que o tipo de capital político familiar mobilizado por eles provém de “distintas fontes”. A principal vinculação familiar das mulheres é o cônjuge; entre os homens, são seus pais e irmãos.

A magnitude da importância do capital familiar no Brasil, em comparação com Uruguai e Argentina, é relevante. Os dois países apresentam três vezes menos vinculação com capital familiar do que o Brasil. Com as ferramentas disponíveis neste trabalho não é possível explicar definitivamente o que condiciona esta diferença tão grande, mas é possível levantar algumas hipóteses. A primeira, é claro, se refere às possíveis limitações na coleta de dados para a análise – sempre é possível imaginar que alguns dados foram mal classificados pela dificuldade de realização da pesquisa de campo, considerando-se que para a coleta dos dados brasileiros contava-se com uma

ampla e sistemática fonte de pesquisa que indicava presença de capital familiar⁴⁷, o que não ocorreu em relação à coleta de dados dos demais países. Descartada a possibilidade de erro na coleta, para cada um dos países dois fatores são relevantes: na Argentina, o caráter fluido da atividade político-partidária; no Uruguai, a renovação política capitaneada pelo *Frente Amplio*, que se distancia das formas tradicionais de ação política no país.

Em relação à Argentina, uma limitação na abordagem deste trabalho fica clara. Ao se tratar de atividade política profissional, as categorias aqui utilizadas se baseiam em ocupações de espaços formais de tomada de decisão, principalmente cargos eletivos. Deste modo, a militância interna no partido, muito importante no caso argentino, não é abordada nesta análise.⁴⁸ Além disso, na Argentina os partidos não são estruturas estáveis; ao contrário, as atividades relacionadas aos partidos são fluidas, muitas vezes não-institucionalizadas e se apresentam como movimentos e frentes, de modo mais próximo de uma atividade de militância em movimentos sociais, por exemplo. A divisão peronismo/anti-peronismo funciona como ideologia mobilizadora que de fato organiza as frentes políticas fora das estruturas do Estado. Este tipo de militância político partidária não ocorre no Brasil – aqui, a visão profissionalizante da ação política está relacionada à ocupação de cargos na estrutura estatal, em especial cargos eletivos. No Brasil, muitas vezes cargos não-eletivos de primeiro escalão são ocupados por pessoas que não são consideradas políticas, baseando-se na (falsa) ideia de uma distância entre a atividade política profissional e a atuação “técnica” de um Ministério ou Secretaria.

Em relação ao Uruguai, a baixa presença de capital familiar pode ser fruto da renovação que o sistema político uruguaio vem experimentando desde a década de 1990. Como exposto no Capítulo 3, o *Frente Amplio*, que havia sido fundado dois anos antes do golpe de 1973, foi a principal força de esquerda e de renovação política do Uruguai contemporâneo. Desde o retorno do poder aos civis, o *Frente Amplio*, partido com base social, distante dos tradicionais *blancos* (*Partido Nacional*) e *colorados* (*Partido Colorado*), forças que organizam a disputa política uruguaia desde a primeira metade do século XIX, está em crescimento. Em um contexto no qual 58,6% das cadeiras da Câmara baixa foram conquistadas por este partido não-tradicional, cujos

⁴⁷ O Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.

⁴⁸ Optou-se por não serem trabalhados dados de militância interna dos partidos pela grande dificuldade de coletá-los.

militantes não ocupavam os espaços de poder até a década de 1990, o capital político familiar não seria tão importante quanto outros tipos de capital político, como o capital associativo, pelo fato da trajetória dos filiados ao *Frente Amplio* ser distinta dos militantes dos partidos tradicionais, que ocupavam os espaços de tomada de decisão política há dezenas de décadas. Quando se analisam os dados de participação sindical no Uruguai, esta hipótese ganha mais força: dos 20 casos de participação em sindicatos de trabalhadores entre os/as 99 representantes, 19 são de eleitos/as do *Frente Amplio* (o outro é do *Partido Nacional*). Dos/as 58 representantes eleitos pelo partido, 38,5% apresentam participação na direção ou na presidência de sindicatos de trabalhadores.

6.2.8. As eleitas de partidos de direita apresentam mais associação com capital familiar do que as de esquerda?

A literatura especializada aponta que a presença de capital político familiar provavelmente estaria mais relacionada a candidaturas de partidos de direita do que de esquerda, visto que as agremiações de esquerda tenderiam a valorizar outro tipo de trajetória política, baseada principalmente na mobilização social e no associativismo (como se explicitou no caso específico do *Frente Amplio* uruguaio, na seção passada). A literatura aponta que o capital político familiar, que seria central na construção da carreira política de mulheres (ponto já explorado neste trabalho, que se confirma em relação ao contexto brasileiro, mas não se confirma no contexto argentino) seria mais associado a partidos de direita, pelo seu próprio caráter tradicional.

		Tabela 48: Capital familiar, por sexo e por ideologia partidária – Brasil					
		eleitas	eleitos	geral	freq eleitas	freq eleitos	freq geral
ideologia partidária	esquerda	9	56	65	36,0%	28,4%	29,3%
	direita	7	65	72	28,0%	33,0%	32,4%
	centro	9	76	85	36,0%	38,6%	38,3%
	TOTAL	25	197	222	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria.

Para o Brasil, os dados sobre os eleitos e eleitas em 2006 indicam que *o capital familiar é mais relevante entre parlamentares de partidos de direita, entre os homens, e que não há diferença na distribuição do capital familiar entre as deputadas de partidos de distintas posições ideológicas* (obviamente, deve-se observar o pequeno número de ocorrências entre elas, de 25 casos). A vinculação entre capital familiar e partidos de

direita é verificável entre os eleitos, com a tendência de diminuição da presença de capital familiar conforme se direciona à esquerda do espectro ideológico, mas não pode ser afirmada em relação ao conjunto de eleitas.

Como já apresentado neste trabalho em seções anteriores, a principal clivagem do sistema partidário argentino é a contraposição entre peronismo e anti-peronismo. Para os dados dos/as eleitas/os em 2005 e 2007, a melhor forma de sistematizar estes dados é a determinação do bloco *Frente para la Victoria – PJ* como o polo peronista, organizado pelo kirchnerismo (na época, liderado pelo ex-presidente Néstor Kirchner) e a agregação dos demais partidos e blocos no polo oposto, anti-kirchnerista.⁴⁹

		Tabela 49: Capital familiar, por sexo e por ideologia partidária – Argentina					
		eleitas	eleitos	geral	freq eleitas	freq eleitos	freq geral
ideologia partidária	kirchnerismo	10	9	19	83,3%	60,0%	70,4%
	anti-kirchnerismo	2	6	8	16,7%	40,0%	29,6%
	TOTAL	12	15	27	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Analisando-se os 27 casos de capital familiar identificados sob a divisão ideológica, observa-se que *as mulheres com capital familiar são claramente identificadas com o grupo kirchnerista, o que não ocorre entre os homens, ainda que a maioria deles também esteja neste campo.*

Em relação ao Uruguai, como já apresentado anteriormente neste trabalho, a única mulher que apresentou capital familiar é filiada ao *Frente Amplio*. Dos 10 casos de capital familiar identificados entre os/as representantes, 5 são do *Partido Nacional* (13,9% de suas 36 cadeiras), 2 são do *Partido Colorado* (2 de suas 10 cadeiras) e 3 são do *Frente Amplio* (5,8% de suas 52 cadeiras).

6.2.9. Como se apresenta o capital econômico entre os eleitos e as eleitas?

As largas alianças entre atores do campo político e do econômico – e a influência de capitalistas na condução dos negócios públicos – levam à hipótese de que a posse de capital econômico é uma variável muito relevante para a construção de uma

⁴⁹ Optou-se por utilizar a denominação “peronismo kirchnerista” por ser mais precisa do que simplesmente “peronismo”, visto que há diversos setores minoritários que se identificam como peronistas mas que não apoiam o kirchnerismo.

carreira política. Candidaturas associadas ao campo econômico trariam claras vantagens para a mobilização de apoio político e seriam características bastante desejáveis do ponto de vista da mobilização de recursos partidários.

Os dados indicam que o capital econômico é central entre o conjunto de deputados/as do Brasil: 53,8% deles/as é dono de empresas. No Uruguai 20,2% dos/as representantes é dono de empresas e na Argentina, 15,2%.

Analisando-se os dados sobre os/as deputados/as brasileiros/as, verifica-se que o capital econômico é muito mais contundente para os eleitos do que para as eleitas, abrangendo 56,6% dos deputados da Casa. O percentual de donos de empresas entre os eleitos é mais do que duas vezes maior do que entre as eleitas.

Tabela 50: Variáveis de capital econômico, por país												
	Brasil				Argentina				Uruguai			
	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
Dono/a de empresa												
sim	11	24,4%	265	56,6%	5	5,1%	34	21,4%	0	0,0%	20	22,2%
microempresário	0	0,0%	5	1,1%	8	8,2%	13	8,2%	2	22,2%	4	4,4%
não	33	73,3%	194	41,5%	85	86,7%	112	70,4%	7	77,8%	61	67,8%
missing cases	1	2,2%	4	0,9%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	5	5,6%
TOTAL	45	100%	468	100%	98	100%	159	100%	9	100%	90	100%
Diretor/a de empresa												
sim	5	11,1%	144	30,8%	1	1,0%	12	7,5%	0	0,0%	12	13,3%
não	35	77,8%	240	51,3%	96	98,0%	146	91,8%	9	100%	73	81,1%
missing cases	5	11,1%	84	17,9%	1	1,0%	1	0,6%	0	0,0%	5	5,6%
TOTAL	45	100%	468	100%	98	100%	159	100%	9	100%	90	100%

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de ser muito inferior ao percentual referente aos deputados brasileiros, na Argentina e no Uruguai o capital econômico se relaciona a pouco mais de um quinto dos representantes eleitos. A diferença entre eleitos e eleitas é muito grande nos dois países: no Uruguai nenhuma representante é capitalista, enquanto 20 representantes homens são donos de empresas; na Argentina 5,1% das deputadas são empresárias, enquanto 21,4% dos deputados são donos de empresas. Na tabela 50, acima, é possível observar que a distância entre eleitos e eleitas também se reproduz para os/as diretores/as de empresas, gerenciantes/as do capital.

6.2.10. Como se apresenta o capital associativo entre os eleitos e eleitas?

A teoria indica que a militância em movimentos sociais é um fator relevante para a socialização política dos agentes. Participar de movimentos sociais e de associações civis e atuar politicamente, fora do âmbito institucional, seria um caminho para a construção de uma carreira política, porque tanto pode ser importante na fase de desenvolvimento de ambição política como no desenvolvimento das habilidades exigidas pelo campo político e na construção de redes que apoiarão o caminho da filiação, do lançamento da candidatura e da eleição.

Como apresentado no Capítulo metodológico, neste trabalho somente foram consideradas as variáveis relativas à participação na presidência e direção de sindicatos de trabalhadores e patronais. A coleta dos dados mostrou uma amplitude muito grande de movimentos sociais e associações civis (que já apresentam uma diferença grande, *a priori*) às quais os/as eleitos/as se engajaram, desde a presidência de grêmios estudantis de escolas privadas até a guerrilha urbana contra a ditadura. Com tanta diversidade, optou-se pelo uso de um indicador mais objetivo e comparável, que é a presidência de sindicatos de trabalhadores.

Analisando-se os dados sobre os/as representantes da Argentina e do Brasil, vê-se que *em relação à atuação como liderança em sindicatos de trabalhadores não há muita diferença entre eleitas e eleitos, tanto no âmbito da presidência quanto da participação na diretoria dos sindicatos*. Os dados do Uruguai mostram que apenas uma eleita era associada à diretoria de um sindicato, enquanto a participação dos eleitos em sindicatos indica 20% de direção e presidência sindical.

Sindicato de trabalhadores	Tabela 51: Liderança em sindicatos, por país											
	Brasil				Argentina				Uruguai			
	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
foi presidente	5	11,1%	50	10,7%	3	3,1%	11	6,9%	0	0,0%	9	10,0%
foi da diretoria (exceto presidência)	7	15,6%	55	11,8%	6	6,1%	7	4,4%	1	11,1%	11	12,2%
não foi liderança	35	77,8%	386	82,5%	89	90,8%	144	90,6%	8	88,9%	76	76,6%
(N)	45	100%	468	100%	98	100%	159	100%	9	100%	90	100%

Fonte: Elaboração própria.

Entre os sindicatos brasileiros dos quais os deputados e deputadas foram lideranças, destaca-se a CUT, Central Única dos Trabalhadores, em suas diversas

regionais. Assim como nos dados gerais, a semelhança dos dados sindicais argentinos com os brasileiros se repete. Na Argentina são também centrais sindicais, em suas diversas regionais, que se destacam: a *Central de Trabajadores Argentinos* (CTA) e a *Confederación General del Trabajo* (CTG). Entre os principais sindicatos dirigidos e presididos pelos representantes uruguaios ressaltam-se os sindicatos de professores (vale retomar os dados profissionais dos representantes uruguaios, expostos no início deste capítulo: “professor” é a terceira principal profissão entre os parlamentares, com apenas uma ocorrência a menos do que “advogado”).

6.2.11. Como se apresentam as formas combinadas de capital econômico e familiar?

Atrás das variáveis referentes ao capital político delegado do próprio campo (especialmente a prévia ocupação de uma cadeira na Câmara baixa), nos três países, o capital econômico é a variável com maior ocorrência entre os representantes. O capital político não se apresenta necessariamente de forma separada entre os/as deputados/as, portanto é interessante observar como as formas combinadas de capital se apresentam entre os parlamentares:

Tabela 52: Capital familiar e capital econômico, por país										
		Brasil			Argentina			Uruguai		
		capital familiar								
		sim	não	TOTAL	sim	não	TOTAL	sim	não	TOTAL
capital econômico	sim	66,2% (147)	46% (134)	54,8% (281)	18,5% (5)	23,9% (55)	23,3% (60)	30% (3)	25,8% (23)	26,3% (26)
	não	33,8% (75)	54% (157)	44,2% (232)	81,5% (22)	76,1% (175)	76,7% (197)	70% (7)	74,2% (66)	73,7% (73)
TOTAL		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria.

A combinação entre capital econômico e capital familiar é uma possibilidade importante entre os deputados e deputadas brasileiros: há 147 casos indicados, o que corresponde a 28,6% da Casa. A distribuição deste perfil entre os eleitos e eleitas é equilibrada, com uma pequena “vantagem” para os homens:

C.Fam + C.Eco	eleitas	eleitos	TOTAL
sim	22,2%	29,3%	28,7%
não	77,8%	70,7%	71,3%
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria

Na Argentina e no Uruguai, o número de casos de combinação entre capital econômico e capital familiar é muito pequeno, fato que ressalta a singularidade do caso brasileiro.

6.2.12. Como os diferentes tipos de capital se distribuem nas regiões?

Na tabela 54 pode-se observar a distribuição da presença de capital econômico (apenas donos de empresas), capital sindical (diretores e presidentes de sindicatos de trabalhadores) e capital familiar pelas regiões do Brasil:

região	capital econômico			sindicato			capital familiar		
	sim	não	razão sim/não	sim	não	razão sim/não	sim	não	razão sim/não
Sudeste	93	86	1,08	41	149	0,28	75	104	0,72
Nordeste	92	59	1,56	38	123	0,31	84	67	1,25
Sul	49	28	1,75	18	61	0,30	22	55	0,40
Norte	25	36	0,69	12	54	0,22	27	38	0,71
Centro-oeste	22	18	1,22	8	34	0,24	14	27	0,52
TOTAL	281	227	1,24	117	421	0,28	222	291	0,76

Brasil: Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo); Nordeste (Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão), Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná), Norte (Pará, Amazonas, Tocantins, Amapá, Roraima, Acre, Rondônia), Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Distrito Federal).

Fonte: Elaboração própria.

Como já exposto, se comparados os três países a presença de capital econômico e capital familiar é muito marcante no caso brasileiro. No Brasil, a razão de presença de capital econômico só não é maior do que 1,0 na região Norte, ou seja, apenas nessa região a quantidade de eleitos/as donos de empresas não supera a metade dos casos. A região com maior razão entre capitalistas e não-capitalistas é a região Sul – ali quase dois terços dos deputados e deputadas eleitos/as, 63,6%, são donos/as de empresa. Não

há muitas diferenças nas razões de presença de capital sindical, mas é na região Norte que ela é menor.

Já a presença de capital familiar só ultrapassa metade dos casos na região Nordeste – ali a razão entre quem tem e quem não tem capital familiar é de 1,25. De todos os/as deputados/as da região, 55,6% têm algum familiar que ocupou cargos eletivos ou não-eletivos de primeiro escalão. Quando o capital familiar é analisado controlando-se o sexo dos/as parlamentares, nesta região o percentual de eleitos que possui capital familiar é exatamente o mesmo (55,6%) do que o percentual entre as eleitas – ou seja, nesta região o capital familiar é presente na mesma proporção entre homens e mulheres eleitos/as.

região	eleitas				eleitos			
	sim	não	total	%sim	sim	não	total	%sim
Norte	8	5	13	61,5%	19	33	52	36,5%
Nordeste	5	4	9	55,6%	79	63	142	55,6%
Centro-Oeste	2	1	3	66,7%	12	26	38	31,6%
Sudeste	8	8	16	50,0%	67	96	163	41,1%
Sul	2	2	4	50,0%	20	53	73	27,4%
TOTAL	25	20	45	55,6%	197	271	468	42,1%

Fonte: Elaboração própria.

Na tabela 55 pode-se observar que *em todas as demais regiões o capital político familiar é mais presente entre eleitas do que entre eleitos*. Ele é presente em pelo menos metade das eleitas de cada região, o que só ocorre entre os eleitos na região Nordeste. A região Sul é onde o capital familiar é menos presente entre os eleitos.

A distribuição dos capitais econômico, sindical e familiar entre os/as deputados/as argentinos/as podem ser observados na tabela abaixo:

região	capital econômico			sindicato			capital familiar		
	sim	não	razão sim/não	sim	não	razão sim/não	sim	não	razão sim/não
Buenos Aires	18	77	0,23	17	80	0,21	10	85	0,12
Noroeste (NOA)	8	31	0,26	2	37	0,05	7	32	0,22
Nordeste (NEA)	6	20	0,30	1	25	0,04	3	23	0,13
Cuyo	8	13	0,62	3	19	0,16	2	19	0,11
Pampeana	14	37	0,38	1	50	0,02	5	46	0,11
Patagônia	6	19	0,32	3	22	0,14	0	25	0

TOTAL	60	197	0,30	27	233	0,12	27	230	0,12
-------	----	-----	------	----	-----	-------------	----	-----	------

Argentina: Buenos Aires (*Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Buenos Aires*)*, Noroeste (*Santiago del Estero, Jujuy, Catamarca, Salta, La Rioja, Tucumán*), Nordeste (*Misiones, Chaco, Corrientes, Formosa*), Cuyo (*Mendoza, San Luis, San Juan*), Pampeana (*Entre Ríos, Córdoba, Santa Fé, La Pampa*), Patagônia (*Chubut, Santa Cruz, Tierra del Fuego, Neuquén*).

*A classificação utilizada no país especifica apenas a área da região metropolitana (Grande Buenos Aires), sendo que algumas regiões da província de Buenos Aires são incluídas na região Pampeana. Neste trabalho toda a província de Buenos Aires está incluída na categoria Buenos Aires, por necessidade de simplificação.

Fonte: Elaboração própria.

Entre os três países (se comparadas as tabelas 54, 56 e 57) observa-se que a Argentina é o país que apresenta o menor valor da razão entre presença e ausência de capital sindical no conjunto de eleitos/as. *A maior parte dos/as parlamentares que foram/são lideranças sindicais se concentra na região de Buenos Aires (Capital Federal e província) – 63% do total de líderes sindicais eleitos/as deputados/as nacionais no país. As outras regiões apresentam um número muito pequeno de eleitos/as com capital sindical.*

As ocorrências de capital econômico se concentram, em números absolutos, na região de Buenos Aires, mas ali se apresenta a menor razão entre presença e ausência deste capital. *A razão entre eleitos/as que possuem e que não possuem capital econômico, no entanto, é maior na região de Cuyo (cujo foco econômico é reconhecidamente a produção vitivinícola, agrícola e de mineração). Destes/as oito eleitos/as, cinco são homens e três são mulheres. A região de Buenos Aires, apesar de apresentar a menor razão entre presença e ausência de capital econômico, apresenta a maior razão entre a presença e a ausência de capital sindical.*

A presença de capital familiar está distribuída de forma equilibrada, se observadas as razões, em todas as regiões, exceto na região do Noroeste Argentino - com 3 casos em Jujuy, 3 casos em Tucumán e 1 em Salta. Destes sete casos, dois são de deputadas – 1 em Jujuy e 1 em Tucumán.

No Uruguai, o maior número absoluto de representantes empresários/as se concentra no departamento de Montevideo (que corresponde a apenas um distrito que concentra 42 das 99 cadeiras), mas no Centro Norte metade dos/as parlamentares é capitalista e, no Litoral Sul, quatro em sete representantes possui empresas. Montevideo é também a região que apresenta o maior número de representantes líderes sindicais e a razão entre presença e ausência deste capital é a segunda do país, atrás apenas da região Centro Sul.

Tabela 57: Capital econômico, sindical e familiar, pela região do distrito – Uruguai									
região	capital econômico			sindicato			capital familiar		
	sim	não	razão sim/não	sim	não	razão sim/não	sim	não	razão sim/não
Montevideo	8	33	0,24	12	34	0,35	4	38	0,11
Litoral Norte	2	6	0,33	0	8	0,00	0	8	0,00
Litoral Sul	4	3	1,33	2	7	0,29	1	7	0,14
Centro Norte	2	2	1,00	0	4	0	0	4	0
Centro Sul	0	6	0	2	4	0,50	1	5	0,20
Costa Leste	4	15	0,27	4	18	0,22	3	18	0,17
Norte	6	3	2,00	1	9	0,11	1	9	0,11
<i>TOTAL</i>	26	68	0,38	21	84	0,25	10	89	0,11

Uruguai: Montevideo, Litoral Norte (Paysandú, Salto, Río Negro), Litoral Sul (Soriano, Colonia, San José), Centro Norte (Durazno, Tacuarembó), Centro Sul (Flores, Florida, Lavalleja), Costa Leste (Canelones, Maldonado, Rocha), Norte (Artigas, Rivera, Cerro Largo, Treinta y Tres).

Fonte: Elaboração própria.

A presença de capital familiar corresponde a poucos casos, apenas 10 representantes, e quatro deles foram eleitos/as por Montevideo – mas, como já citado, este departamento concentra 42 das 99 cadeiras da *Cámara de Representantes*.

6.2.13. Como se distribuem os diferentes tipos de capital, controladas as condições socioeconômicas do distrito?

A literatura sobre modernização política, apresentada no Capítulo 2, aponta que o padrão de capital político de parlamentares (homens e mulheres) de regiões “modernizadas” seria distinto do padrão de capital político de parlamentares de regiões mais “tradicionais”. Seria esperado, por exemplo, que nas regiões modernizadas houvesse menor presença de capital familiar e maior presença de mobilização sindical.

Neste trabalho o indicador socioeconômico utilizado é o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. O IDH é uma medida que busca sintetizar o desenvolvimento da população analisada, através da média das dimensões referentes à sua saúde, educação e recursos materiais. O indicador específico de saúde utilizado é a esperança de vida ao nascer; o de educação, a combinação entre a taxa de alfabetização de adultos e a taxa de matrículas na educação primária, secundária e terciária; e o econômico é o PIB (produto interno bruto) per capita, ajustado pela paridade de poder

aquisitivo (expressada em dólar estadunidense). Apesar das claras limitações, condicionadas pela escolha das (poucas) variáveis, o IDH é utilizado justamente por ser um indicador simplificado para teste do efeito das condições socioeconômicas nas populações analisadas – aqui, distribuídas por distrito.

Deste modo, na tabela 58 é possível analisar a presença de capital econômico, sindical e familiar pelas faixas de IDH. Os distritos⁵⁰ foram agrupados de acordo com a faixa de IDH – índice que vai de zero a um, sendo um o maior ponto de desenvolvimento humano.

No caso brasileiro, os distritos com a faixa de IDH mais baixa, entre 0,6 e 0,7, são aqueles que apresentam a maior razão de presença de capital econômico entre as eleitas: 0,50, ou seja, metade dos casos das eleitas destes distritos, como se vê na tabela 58. No entanto, o baixo número de casos deve ser contextualizado nesta análise – são apenas quatro eleitas de distritos desta faixa, sendo que metade delas é dona de empresas. A análise dos dados, controlado o capital familiar, permite observar que essas duas eleitas empresárias são também vinculadas a capital familiar.

No Brasil, a maior razão de presença de capital econômico entre os eleitos se refere aos distritos cujo IDH está em 0,7 e 0,8. Como já apresentado nas seções anteriores, o capital econômico é muito presente na Casa, então a sua razão de presença geral é alta, de 1,24.

Tabela 58: Capital econômico, sindical e familiar, pelo IDH do distrito, por país															
IDH distrito	capital econômico					sindicato					capital familiar				
	sim	não	razão sim/não geral	razão sim/não eleitas	razão sim/não eleitos	sim	não	razão sim/não geral	razão sim/não eleitas	razão sim/não eleitos	sim	não	razão sim/não geral	razão sim/não eleitas	razão sim/não eleitos
Brasil															
0,6-0,7	59	45	1,31	0,50	1,39	25	84	0,30	0,75	0,28	55	49	1,12	2,00	1,09
0,7-0,8	134	99	1,35	0,32	1,60	42	207	0,20	0,29	0,19	109	129	0,84	1,60	0,78
0,8-0,9	88	83	1,06	0,30	1,16	50	130	0,38	0,30	0,39	58	113	0,51	0,63	0,50
TOTAL	281	227	1,24	0,33	1,39	117	421	0,28	0,34	0,27	222	291	0,76	1,25	0,73
Argentina															
0,7-0,8	15	46	0,33	0,21	0,41	2	59	0,03	0,10	0	11	50	0,22	0,15	0,27
0,8-0,9	45	151	0,30	0,14	0,42	25	174	0,14	0,10	0,17	16	180	0,09	0,14	0,06
TOTAL	60	197	0,30	0,15	0,42	27	233	0,12	0,10	0,13	27	230	0,12	0,14	0,10

⁵⁰ A distribuição do IDH dos distritos de cada país pode ser consultada no Apêndice I deste trabalho. Os valores utilizados se referem ao cálculo do IDH Brasil 2000, IDH Argentina 2006 e IDH Uruguai 2002.

Uruguai															
0,7-0,8	3	12	0,25	0	0,25	2	16	0,13	0	0,1	4	13	0,31	0	0,31
0,8-0,9	23	56	0,41	0,29	0,43	19	68	0,28	0,1	0,3	6	76	0,08	0,13	0,07
TOTAL	26	68	0,38	0,29	0,39	21	84	0,25	0,1	0,3	10	89	0,11	0,13	0,11

Fonte: Elaboração própria; IDH calculado pelo PNUD.

O capital familiar apresenta a segunda maior razão geral: 0,76. Nos distritos na faixa mais baixa de IDH é também onde há maior presença de capital familiar, onde mais da metade do total de representantes apresenta vinculação com familiar que ocupou cargos políticos eletivos e não-eletivos de primeiro escalão. Entre as mulheres de distritos desta faixa de IDH a razão é ainda mais alta (2,0) – entre seis eleitas, quatro têm vinculação com capital familiar.

Em relação a este tipo de capital, o dado mais relevante é a direção da diminuição da presença de capital familiar, de acordo com a faixa de IDH: *em distritos com IDH mais baixo, a razão de presença de capital familiar é mais alta; nos distritos de IDH mais elevado, a razão é mais baixa*. Este dado, que se apresenta não apenas no contexto brasileiro, mas também no Uruguai e na Argentina (embora ali o capital familiar seja menos importante), como se vê nas colunas de razão de capital familiar nos três países, corrobora a hipótese de que *quanto mais “modernizada” a região, menor é a influência do pertencimento a “clãs familiares” políticos, um padrão político tradicional*.

Nos três países o capital sindical apresenta razões de presença mais alta nos distritos com IDH mais elevado. No Brasil, apesar da razão de presença de capital sindical entre as mulheres ser maior na faixa 0,6-0,7 do que nos distritos de maior IDH, esse valor se refere a apenas três entre sete casos de eleitas.

6.12.14. O capital político de eleitos/as de distritos médios e pequenos é distinto do capital político de representantes de distritos grandes?

Na seção 6.2.4 foram apresentados os principais cargos eletivos anteriormente ocupados pelos eleitos e eleitas analisados neste trabalho. Nesta seção identificou-se que os principais cargos já ocupados pelos/as representantes brasileiros foram prefeito/a, deputado/a federal, deputado/a estadual ou distrital e vereador/a; entre os/as argentinas/os, *intendente/a, diputado/a nacional*, representante provincial (*diputado/a provincial e senador/a provincial*, no caso de província bicameral) e *concejala/a*; entre

os/as uruguaias/os, *representante nacional e edil/a*. Assim, traçaram-se apenas as comparações de tamanho de distrito para estes cargos, apresentados nas tabelas a seguir:

Cargos eletivos	Distritos pequenos e médios						Distritos grandes					
	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	TOTAL	% TOTAL	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	TOTAL	% TOTAL
prefeito/a	4	16,7%	32	18,5%	36	18,3%	5	23,8%	61	20,7%	66	20,9%
deputado/a federal	17	70,8%	101	58,4%	118	59,9%	7	33,3%	185	62,7%	192	60,8%
dep.estadual/distrital	5	20,8%	75	43,4%	80	40,6%	11	52,4%	103	34,9%	114	36,1%
vereador/a	5	20,8%	54	31,2%	59	29,9%	10	47,6%	92	31,2%	102	32,3%
(N)	24		173		197	100,0%	21		295		316	100,0%

Fonte: Elaboração própria

No Brasil, pouco menos de dois terços das cadeiras são destinadas a distritos pequenos e médios⁵¹. Observando-se a ocupação de cargos prévios pelos/as eleitos/as, vê-se que não há diferenças entre distritos pequenos/médios e grandes. Na seção 6.2.4, observou-se que não há grandes diferenças percentuais na ocupação de cargos prévios entre deputados e deputadas em relação ao total de cada universo, verificando-se uma diferença de menos de 10 pontos percentuais na categoria “deputado/a federal”, mas analisando-se pelo tamanho do distrito as diferenças se acentuam. Apenas na ocupação prévia do cargo de prefeito/a não há diferenças entre mulheres e homens. Para os cargos de deputado/a federal, deputado/a estadual/distrital e vereador/a, as distâncias entre eleitos e eleitas são marcantes: entre as 24 eleitas em distritos pequenos e médios, 70,8% já foram deputadas federais, 12,4 pontos percentuais a mais do que os 58,4% de homens destes distritos que também já ocuparam este cargo. Nos distritos grandes, a relação é inversa: enquanto 33,3% das 21 eleitas já havia ocupado este cargo, 62,7% dos 192 eleitos já havia sido deputado federal.

Para os cargos de deputado/a estadual ou distrital e vereador, a relação é inversa aos dados referentes à passagem pelo cargo de deputado/a federal. Entre as mulheres de distritos pequenos, 20,8% das 24 eleitas já haviam sido deputadas estaduais/distritais, enquanto 43,4% dos homens destes distritos haviam ocupado este cargo. O mesmo percentual de mulheres ocupou o cargo de vereadora, enquanto 31,2% haviam passado por este cargo. Nos distritos grandes, novamente a situação é inversa: enquanto o percentual de homens que já havia sido deputado estadual/distrital é de 34,9% dos 316

⁵¹ A classificação dos distritos do Brasil, da Argentina e do Uruguai já foi apresentada e pode ser conferida na seção 6.2.1.

eleitos, o percentual de mulheres é de 52,4% de 21 eleitas; e enquanto 47,6% dessas eleitas já tinham sido vereadoras, 31,2% dos 316 eleitos haviam passado por este cargo.

De modo geral, estes dados apontam que *para mulheres de distritos pequenos, o principal cargo prévio já ocupado é o próprio cargo de deputada federal. O mesmo não ocorre entre as eleitas de distritos grandes – entre elas o maior percentual se refere aos cargos legislativos locais – deputada estadual e vereadora.* Para os homens não há grandes diferenças no percentual de ocupação prévia de cargos eletivos, com exceção do cargo de deputado estadual, que é mais presente entre os eleitos de distritos pequenos e médios.

Na Argentina há grandes diferenças na ocupação prévia do cargo de *intendente/a*: não há nenhuma mulher eleita que tenha sido *intendente* em distritos grandes. Isso corrobora a hipótese da literatura de que *a vitória de mulheres em eleições majoritárias é bastante dificultada.* Apesar de haver cinco eleitas de distritos pequenos que já haviam sido *intendentes*, é nesse cargo que há o menor percentual de mulheres em relação ao total de eleitas. Em relação aos cargos de *concejala* e representante provincial, ambos disputados por eleição proporcional (com cotas de gênero e mandato de posição em listas fechadas), não há grandes diferenças entre homens e mulheres nem entre distritos grandes e pequenos/médios. Há diferenças entre a experiência prévia como deputado/a nacional entre distritos grandes e médios/pequenos em praticamente 12 pontos percentuais – nos distritos pequenos e médios não há diferença entre mulheres e homens, mas nos distritos grandes a distância entre eleitas e eleitos é de 25 pontos percentuais, sendo que esse é o único caso que apresenta um número maior de ocorrências para as mulheres (17 eleitas e 16 eleitos).

Tabela 60: Cargos eletivos já ocupados, por tamanho do distrito – Argentina

Cargos eletivos	Distritos pequenos e médios						Distritos grandes					
	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	TOTAL	% TOTAL	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	TOTAL	% TOTAL
intendente/a	5	8,5%	31	30,1%	36	22,2%	0	0%	10	17,9%	10	10,5%
diputado/a nacional	15	25,4%	22	21,4%	37	22,8%	17	43,6%	16	28,6%	33	34,7%
repres. provincial	17	28,8%	32	31,1%	49	30,2%	11	28,2%	15	26,8%	26	27,4%
concejala/a	10	16,9%	18	17,5%	28	17,3%	5	12,8%	7	12,5%	12	12,6%
(N)	59		103		162	100,0%	39		56		95	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

No Uruguai não há nenhuma mulher eleita em distritos pequenos e médios com cargos prévios – as duas representantes eleitas nesses distritos nunca tinham ocupado um cargo eletivo. Há diferenças marcantes entre representantes de distritos pequenos e médio em relação aos eleitos por Montevideo, único distrito grande do país: neste departamento eles têm 25 pontos percentuais a mais do que os demais representantes na experiência prévia como representante nacional. No país, 53,6% dos/as eleitos/as já haviam sido representantes nacionais, sendo que 50,5% se reelegeram.

Cargos eletivos	Distritos médio (Canelones) e pequenos						Distrito grande (Montevideo)					
	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	TOTAL	% TOTAL	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	TOTAL	% TOTAL
repr. nacional	0	0%	24	43,6%	24	43,6%	5	71,4%	24	68,6%	29	69,0%
edil/a	0	0%	22	40,0%	22	40,0%	1	14,3%	6	17,1%	7	16,7%
(N)	2		55		55	100,0%	7		35		42	1

Fonte: Elaboração própria.

A ocupação do cargo legislativo local, *edil/a*, também é distinta de acordo com o tipo de distrito. Nos pequenos/médio, 40% dos eleitos apresentam passagem por este cargo. Já em Montevideo, distrito grande, apenas 17,1% haviam sido *ediles*. Entre as eleitas, apenas uma ocupara este cargo.

Já em relação aos demais tipos de capital analisados neste trabalho (econômico, sindical e familiar), o caso brasileiro apresenta as seguintes indicações: há mais casos de capital econômico nos grandes distritos, que possuem uma razão de presença de capital econômico superior à dos distritos pequenos e médios; não há diferenças grandes entre os tipos de distrito em relação à razão de presença de capital sindical; e a razão de presença de capital familiar é maior nos distritos pequenos e médios.

região	capital econômico					capital sindical					capital familiar				
	sim	não	razão sim/não	razão sim/não eleitas	razão sim/não eleitos	sim	não	razão sim/não	razão sim/não eleitas	razão sim/não eleitos	sim	não	razão sim/não	razão sim/não eleitas	razão sim/não eleitos
P+M	104	88	1,18	0,64	0,36	41	160	0,26	0,42	0,34	92	105	0,88	0,64	0,39
G	177	139	1,27	0,36	0,64	76	261	0,29	0,58	0,66	130	186	0,70	0,36	0,61
TOTAL	281	227	1,24			117	421	0,28			222	291	0,76		
(N)				11	270				12	105				25	197

*5 missing cases de capital econômico

Fonte: Elaboração própria.

Apesar destas diferenças em relação ao tamanho dos distritos, isso não significa que a magnitude do distrito é diretamente responsável por elas. No caso brasileiro há, por exemplo, uma concentração de casos de alto IDH nos distritos grandes, enquanto entre os distritos pequenos e médios há apenas 24 deputados/as de distritos com alto IDH.

	IDH			
tamanho do distrito	0,6-0,7	0,7-0,8	0,8-0,9	TOTAL
P+M	65	108	24	197
G	39	130	147	316
TOTAL	104	238	171	513

Fonte: Elaboração própria.

Comparando-se eleitos e eleitas brasileiros/as, pode-se verificar que a razão de presença de capital econômico é exatamente inversa entre esses dois conjuntos, dependendo do tamanho do distrito. Deve-se, no entanto, considerar que há apenas 11 casos de deputadas para este cálculo. O mesmo deve ser considerado na análise do capital sindical – são apenas 12 casos de eleitas, que apresentam maior razão em distritos pequenos e menor razão nos distritos grandes. Já o capital familiar é presente em 25 casos de deputadas e apresenta maior razão nos distritos pequenos, enquanto os eleitos apresentam maior razão de presença de capital familiar nos distritos grandes.

A distribuição de capital econômico, sindical e familiar na Argentina, controlada pelo tamanho do distrito, apresenta-se da seguinte maneira: é maior a razão de presença de capital econômico nos distritos pequenos e médios, assim como a razão de presença de capital sindical; não há diferenças entre as razões de presença de capital familiar entre os diferentes tamanhos de distrito.

Tabela 64: Capital econômico, sindical e familiar, pelo tamanho do distrito – Argentina															
região	capital econômico					capital sindical					capital familiar				
	sim	não	razão sim/não	razão sim/não eleitas	razão sim/não eleitos	sim	não	razão sim/não	razão sim/não eleitas	razão sim/não eleitos	sim	não	razão sim/não	razão sim/não eleitas	razão sim/não eleitos
P+M	42	120	0,35	0,54	0,74	10	153	0,07	0,44	0,33	17	145	0,12	0,42	0,80
G	18	77	0,23	0,46	0,26	17	80	0,21	0,56	0,67	10	85	0,12	0,58	0,20
TOTAL	60	197	0,30			27	233	0,12			27	230	0,12		
(N)				13	47				9	18				12	15

Fonte: Elaboração própria.

Há diferenças entre as razões apresentadas por eleitos e eleitas. Em relação ao capital econômico, a diferença entre as razões de distritos pequenos e médios para distritos grandes é muito maior entre os deputados. O mesmo ocorre em relação ao capital familiar. A direção da diferença entre distritos pequenos e médios e distritos grandes é inversa quando se observa o capital sindical de homens, mas novamente é preciso considerar o baixo número de casos.

Para o Uruguai, não foram calculadas as razões por sexo do/a representante, considerando-se o baixíssimo número de casos de mulheres. A distribuição de razões gerais pode ser observada na tabela abaixo:

Tabela 65: Capital econômico, sindical e familiar, pelo tamanho do distrito – Uruguai									
região	capital econômico			capital sindical			capital familiar		
	sim	não	razão sim/não	sim	não	razão sim/não	sim	não	razão sim/não
P+M	18	35	0,51	9	50	0,18	6	51	0,12
G	8	33	0,24	12	34	0,35	4	38	0,11
TOTAL	26	68	0,38	21	84	0,25	10	89	0,11

*5 missing cases de capital econômico

Fonte: Elaboração própria.

O número de casos de capital econômico é maior nos distritos pequenos e médio – são 18 casos em 26, com uma razão de presença de 0,51. Já as ocorrências de capital sindical se concentram em Montevideo, o único distrito grande do Uruguai. Há apenas 10 casos de capital familiar registrados, sendo seis deles nos distritos pequenos e médio e quatro em Montevideo.

6.12.15. Como se distribuem os casos de militância em movimentos de mulheres?

Neste trabalho, que compara o capital político acumulado por representantes em uma análise guiada pela discussão de gênero, a militância em movimentos de mulheres e movimentos feministas é um dado relevante. Além da atuação do movimento feminista como agente de liberalização desta sociedade, a ocupação de cadeiras do Parlamento por mulheres feministas tem o potencial de mobilização de uma agenda feminista dentro da Casa, colocando em questão inclusive as desigualdades de gênero na política.

No Brasil, registraram-se cinco casos de deputadas com militância em movimentos feministas e cinco casos de associação com grupos de mulheres⁵², o que significa 1,9% do total de cadeiras e 22,2% das deputadas da Casa (são 45 deputadas). As cinco feministas são de partidos de esquerda – duas são filiadas ao PT, uma ao PCdoB e uma ao PSB. As outras cinco militantes de movimentos de mulheres são de partidos de centro e de direita: duas são filiadas ao PMDB, uma ao PSDB, uma ao PP e uma ao PTC.

Na Argentina, foram registrados seis casos de militância feminista e cinco casos de associação com grupos de mulheres, o que corresponde a 4,3% das cadeiras da Casa e 11,2% das deputadas (são 98 deputadas). Cinco delas são peronistas-kirchneristas (uma feminista e quatro militantes de grupos de mulheres), do *Frente por la Victoria*. As demais se distribuem na oposição, entre *Coalición Cívica* (2, sendo uma feminista e outra militante de grupo de mulheres), *Partido Socialista* (2), *Encuentro Popular y Social* (1) e *Frente de Todos* (1).

No Uruguai há três representantes feministas entre nove eleitas, o que corresponde a 3% da Casa e 33,3% das deputadas – todas são filiadas ao *Frente Amplio*.

⁵² Deve ser ressaltada a diferença entre movimentos feministas e movimentos de mulheres. Movimentos de mulheres são quaisquer movimentos sociais realizados por mulheres, inclusive os feministas. Movimentos feministas são aqueles diretamente relacionados ao questionamento das desigualdades entre homens e mulheres para a construção de uma sociedade mais igualitária. Majoritariamente são conduzidos por mulheres, mas há homens que se consideram militantes feministas – sua participação é, a propósito, uma das grandes questões ainda não resolvidas dentro do movimento.

6.3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CAPITAL POLÍTICO DE ELEITOS E ELEITAS NOS TRÊS PAÍSES – APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Nas seções anteriores foram exploradas diversas hipóteses de pesquisa. Através da análise dos dados é possível traçar quais são as características gerais do capital político apresentado pelas eleitas e eleitos de cada país. O quadro a seguir é uma sistematização destes dados:

Quadro 1: Sintetização da análise dos dados da pesquisa			
	Brasil	Argentina	Uruguai
Ano da eleição	2006	2005 e 2007 (renovação de metade da Casa em cada eleição)	2004
Duração do mandato	4 anos	4 anos	5 anos
Número de cadeiras	513	257	99
Número de eleitas	45	98	9
Faixa etária	Os anos de nascimento de deputados e deputadas se concentram entre os anos 1951-60 e 1941-50.	As deputadas se concentram na faixa dos anos 1951-60 e 1961-70. Já os deputados são mais velhos – concentram-se nas faixas dos anos 1941-50 e 1951-60.	As deputadas se concentram entre os anos 1951-60 e 1941-50. Já os deputados concentram-se na faixa dos anos 1951-60 e 1961-70.
Escolaridade	Destaca-se a formação em nível superior entre deputados e deputadas, mas entre elas o percentual de superior incompleto é maior. Há 14 casos de formação abaixo do secundário completo (5 em fundamental incompleto, 6 em fundamental completo e 3 em médio incompleto).	A maior parte da Casa possui ensino superior completo, mas 11,2% das deputadas e 18,2% dos deputados possuem secundário completo.	Sete das nove eleitas têm ensino superior completo, enquanto 69% dos eleitos têm formação superior. Entre os homens, 19,7% têm secundário completo. Oito eleitos, 11,3% deles, têm superior incompleto – metade deles teve seus estudos interrompidos durante a ditadura, porque eram militantes pela democracia.

Formação acadêmica	Entre os deputados, as formações mais frequentes são Direito (33,5%, ou seja, mais de um terço) e Medicina (13%), áreas tradicionais. Entre as deputadas, destacam-se Letras (15,6%), Pedagogia/Educação (áreas consideradas “femininas” e de menor prestígio social) e Direito, ambos com 13,3%.	Entre os deputados, a principal formação é Direito (34%), seguido por Medicina (6,9%, um percentual menor do que no Brasil). Entre as deputadas, Direito é também a principal formação, com 21,4%, seguida de Educação, com 14,3%.	Entre os eleitos, Direito (17,8%) e Medicina (12,2%) são as formações mais frequentes. Entre as deputadas, Educação (3 em 9 casos).
Profissão	Política profissional (66,7%) e professora (15,6%) são as profissões mais recorrentes entre as eleitas. Entre os eleitos, político profissional (60,3%) e empresário (33,3%).	Política profissional (31,3%), professora (15,6%) e advogada (11,6%) são as principais profissões entre as eleitas. Entre os eleitos, político (24,2%) e advogado (18,8%).	Seis entre as nove eleitas têm a política como sua principal profissão, e entre os eleitos, 38%.
Reeleição	A taxa de reeleição geral é de 54,6%. Entre as mulheres é menor, de 40%; entre os homens, 56,6%.	A taxa de reeleição geral é de 16,3%. Entre as mulheres é maior, de 21,4%, e entre os homens é de 13,2%.	A taxa de reeleição geral é de 50,5%. Entre as mulheres é maior, de 66,7%, e entre os homens é de 48,9%.
Tamanho do distrito	As mulheres conseguem maior percentual de ocupação de cadeiras em distritos pequenos e em um distrito médio a pequeno.	Dos quatro distritos em que a representação feminina não chega a 25% (menores percentuais), três são pequenos e um é médio a pequeno.	Sete das nove eleitas são do único distrito grande do país, Montevideo.

Ideologia partidária	PT (esquerda) e PMDB (centro) têm as maiores bancadas e concentram a maioria das eleitas e dos eleitos da Casa. O terceiro partido difere: entre as eleitas é o PSB (esquerda) e entre os eleitos é o PSDB (centro). 48,9% das eleitas é filiada a partido de esquerda (o restante se divide equilibradamente entre partidos de centro e direita). Os eleitos se distribuem entre os três pontos do espectro ideológico de modo equilibrado.	Eleitas e eleitos filiados ao bloco <i>Frente para la Victoria</i> (peronismo-kirchnerista) representam 54,1% e 50,3% de seu universo, respectivamente. Há uma difusão da filiação partidária de oposição (principalmente porque há partidos e blocos provinciais), mas as principais forças de oposição são a UCR, a <i>Coalición Cívica</i> e o PRO.	Oito das nove eleitas são representantes do <i>Frente Amplio</i> (esquerda). Entre os eleitos, 48,9% também são do FA-EP-NM, enquanto o restante se distribui entre os tradicionais <i>Partido Nacional</i> (36,4%) e <i>Partido Colorado</i> (10,1%), excetuando-se uma cadeira do <i>Partido Independiente</i> (esquerda).
Migração partidária	A migração partidária de eleitos e eleitas é de, respectivamente, 64,8% e 40%, ou seja, é bem maior entre os eleitos, embora seja alta também entre as eleitas.	A migração partidária de eleitos e eleitas é de, respectivamente, 15,7% e 18,4%.	Há apenas três casos de migração partidária, e todos são homens.
Capital político do próprio campo – cargos eletivos	Os principais cargos eletivos ocupados são, ordenadamente: dep. federal, dep. estadual, vereador/a e prefeito/a. O percentual de ocupação do cargo de dep. federal é maior entre os eleitos. Considerando-se a taxa de reeleição de cerca de 50%, não é uma surpresa	Assim como no Brasil, os principais cargos são dep. nacional, representante provincial, concejal/a e intendente/a. Entre as eleitas, o cargo de dep. nacional é mais importante do que representante provincial, o que é o inverso entre os eleitos (deve-se considerar a baixa	Representante nacional e edil/a são os principais cargos, sendo o primeiro igualmente importante entre mulheres e homens, um fato previsível, observando-se a reeleição de cerca de 50% na Câmara uruguaia. Pelo cargo de edil/a passaram 28 eleitos e uma eleita.

	este cargo ser o mais importante.	taxa de reeleição e o fato de 60% da Casa ser formada por homens).	
Capital político do próprio campo – cargos não-eletivos de primeiro escalão	Não há entre as eleitas ex-ministras de Estado. Entre elas, os cargos de secretária municipal e estadual/distrital são igualmente frequentes e chegam a quase um quarto das eleitas. Entre os eleitos, 28% foram secretários estaduais, 17,3% foram secretários municipais e 19 (4,1%) são ex-ministros.	Há mais ex-ministras (4) do que ex-ministros (3). Secretarias/ ministérios provinciais são os casos mais frequentes entre eleitos e eleitas, 23,9% e 14,3%, respectivamente. O percentual de eleitas que foram ex-secretárias municipais (13,3%) é maior do que o de eleitos (10,7%).	Não há ocorrências de cargos não-eletivos entre as eleitas. Entre os deputados, o cargo de secretário departamental é o mais importante, com 7 casos. Há um ex-ministro.
Eleitas na 1ª posição na lista X Cargos eletivos	As deputadas de topo de lista não apresentam mais cargos do que a média geral das eleitas, que é maior na ocupação de cargos de dep. federal, dep. estadual e prefeita.	Eleitas de topo de lista têm maior percentual de ocupação de cargos do que a média, para os cargos de dep. nacional, representante provincial, <i>concejala</i> e <i>intendenta</i> . No caso de dep. nacional, a diferença é de quase 10 pontos percentuais.	Apenas uma representante, entre nove eleitas, apresentou ocupação prévia de cargos eletivos, como representante nacional.
Capital familiar	43,3% do total de representantes apresentam capital familiar – entre as eleitas, são 55,6%; entre os eleitos, 42,1%. Entre as mulheres, o principal familiar político é o cônjuge; entre os homens, o pai e o/a irmã/o.	10,5% dos/as parlamentares apresenta capital familiar – são 27 casos. Não há diferenças nos percentuais gerais, mas entre as mulheres o principal familiar político é o cônjuge, seguido do pai, enquanto entre os homens é o/a irmã/o, seguido do pai e da cônjuge.	O capital familiar aparece em 10,1% dos casos, ou seja, 10 casos. O principal familiar é o pai (6 casos). Apenas um dos dez casos é de uma deputada, cujo familiar é o cônjuge.

Capital familiar X Ideologia partidária	No geral, o menor percentual de capital familiar se dá em partidos de centro e o maior é da direita, por causa dos casos dos eleitos – entre eles, a maior parte é de partidos de direita. As eleitas são igualmente distribuídas na direita e na esquerda.	A maior parte dos/as eleitos/as com capital familiar é vinculada ao peronismo-kirchnerismo (<i>Frente para la Victoria</i>), mais fortemente entre as eleitas do que entre os eleitos.	Dos dez casos de capital familiar, cinco são do <i>Partido Nacional</i> , dois do <i>Partido Colorado</i> (são sete eleitos de partidos tradicionais, portanto) e três do <i>Frente Amplio</i> , de esquerda, concentrando-se os casos majoritariamente nos partidos tradicionais.
Capital econômico	53,8% da Casa são donos de empresas, correspondendo a 24,4% das eleitas e 56,6% dos eleitos. É o segundo tipo de capital com maior número de ocorrências, atrás apenas do capital político delegado da ocupação de cargos eletivos.	15,2% da Casa são capitalistas. O número de donos de empresa é quatro vezes maior entre os eleitos do que entre as eleitas.	20,2% da Casa são empresários. Todos os 20 representantes que são donos de empresas são homens.
Capital sindical (presidência e direção de sindicatos de trabalhadores)	26,7% das eleitas apresenta capital sindical, enquanto 22,4% dos eleitos apresenta esse capital. As maiores ocorrências de militância sindical se referem à CUT, em suas diversas regionais.	10,1% da Casa apresenta capital sindical e não há diferenças entre as ocorrências de eleitos e eleitas. Os principais sindicatos vinculados aos/as deputados/as são a CGT e a CTA, em suas diversas regionais.	Apenas uma em nove eleitas apresenta capital sindical, enquanto este capital aparece em 20% das ocorrências de direção sindical de eleitos.
Capital familiar + capital econômico	28,6%, ou seja, mais de um quarto da Casa, apresentam simultaneamente capital econômico e familiar.	Há apenas 5 casos de combinação de capital econômico e familiar.	Há apenas 3 casos de combinação de capital econômico e familiar.

<p>Capital econômico, sindical e familiar, por região</p>	<p>Maior razão de presença de cap. econômico: Sul. Menor razão de presença de cap. econômico: Norte.</p> <p>Equilíbrio na razão de presença de cap. sindical entre as regiões. Menor razão: Norte.</p> <p>Maior razão de presença de cap. familiar: Nordeste. Menor razão: Sul. Nordeste é a única região com cap. familiar igual entre eleitos e eleitas – nas demais, é maior entre elas.</p>	<p>Maior razão de presença de cap. econômico: Cuyo. Menor razão de presença de cap. econômico: Buenos Aires.</p> <p>Maior razão de presença de cap. sindical: Buenos Aires (63% dos/as líderes sindicais eleitos/as). Razão de presença de cap. sindical muito baixa: Nordeste (NEA) e Pampeana.</p> <p>Maior razão de presença de cap. familiar: Noroeste (NOA). Patagônia é a única região sem casos de capital familiar.</p>	<p>Maior razão de presença de cap. econômico: Litoral Sul. Centro Sul não apresenta casos de cap. econômico.</p> <p>57,4% dos casos de liderança sindical são de Montevideo, que é a segunda maior razão de presença de cap. sindical. A primeira é do Centro Sul.</p> <p>O maior número absoluto de casos de cap. familiar é de Montevideo (4), e depois da Costa Leste.</p>
<p>Capital econômico, sindical e familiar, por IDH do distrito</p>	<p>A maior razão de cap. econômico está na faixa intermediária, de IDH entre 0,7 e 0,8. Entre as eleitas, a maior razão se refere aos distritos com menor IDH.</p> <p>As maiores razões de cap. sindical estão nos distritos com maior IDH.</p> <p>Quanto maior é o IDH, menor é a razão do cap. familiar.</p>	<p>Não há diferenças nas razões de cap. econômico, controlado o IDH.</p> <p>Quanto maior é o IDH, menor é a razão do cap. familiar.</p>	<p>Quanto maior o IDH, maior é a razão do cap. econômico (para eleitos e para eleitas).</p> <p>Quanto maior é o IDH, menor é a razão do cap. familiar.</p>

<p>Cargos eletivos, por tamanho do distrito</p>	<p>Para as eleitas, nos distritos pequenos e médios a ocupação prévia de uma cadeira na Câmara dos Deputados é de 70,8%, 50 p.p. maior do que os cargos de dep. estadual e vereadora. Entre os eleitos esse valor é de 58,4%, 15 p.p. a menos do que o de dep. estadual.</p> <p>Nos distritos grandes, entre as eleitas o principal cargo é dep. estadual, enquanto entre os eleitos é dep. federal.</p>	<p>Entre os eleitos de distritos pequenos e médios, o cargo de <i>intendente</i> é o segundo mais importante, atrás de rep. provincial. Entre as eleitas, este é o cargo com menor percentual, referente a apenas 5 casos. O cargo mais importante, para ambos, é rep. provincial.</p> <p>Nos distritos grandes, o principal cargo para as eleitas é dep. nacional. Também é para os eleitos, empatado com rep. provincial.</p>	<p>Não há eleitas com experiência como rep. nacional ou <i>edila</i> nos distritos pequenos e médio.</p> <p>O cargo de rep. nacional tem maior percentual de casos para eleitos de distritos grandes do que de distritos pequenos e médio.</p>
<p>Capital econômico, sindical e familiar, por tamanho do distrito</p>	<p>Há mais casos de capital econômico nos grandes distritos.</p> <p>Não há diferenças grandes entre os tipos de distrito em relação à razão de presença de capital sindical.</p> <p>A razão de presença de capital familiar é maior nos distritos pequenos e médios.</p>	<p>A razão de presença de capital econômico nos distritos pequenos e médios é maior do que em distritos grandes.</p> <p>O mesmo ocorre em relação ao cap. sindical.</p> <p>Não há diferenças entre as razões de presença de capital familiar entre os diferentes tamanhos de distrito.</p>	<p>O número de casos de capital econômico é maior nos distritos pequenos e médio.</p> <p>As ocorrências de capital sindical se concentram em Montevideo (o único distrito grande).</p> <p>Há apenas 10 casos de capital familiar – 6 deles nos distritos pequenos e médio e 4 em Montevideo.</p>
<p>Feminismo e movimentos de mulheres</p>	<p>10 casos de deputadas (5 feministas, 5 mov. de mulheres).</p> <p>As cinco feministas são de partidos de esquerda.</p>	<p>11 casos de deputadas (6 feministas, 5 mov. de mulheres).</p> <p>Do partido de situação (FPV-PJ) são 5 (uma feminista). O restante é da oposição.</p>	<p>3 casos de deputadas feministas. Todas são do <i>Frente Amplio</i>.</p>

A análise dos dados permitiu verificar diversas hipóteses desta pesquisa:

1 e 2. *O capital político delegado da ocupação de cargos eletivos é a principal variável, presente na trajetória da maior parte dos eleitos e eleitas dos três países, especialmente o próprio cargo de deputado federal/diputado federal/representante nacional.* A segunda variável mais importante é o capital econômico, principalmente no Brasil. O país é um caso singular, apresentando mais de metade da Casa como capitalista e mais de 40% vinculada a capital familiar, enquanto os percentuais de Argentina e Uruguai giram em torno de 15-20% para o capital econômico e 10% para o capital familiar.

3. *O capital familiar é mais importante entre mulheres representantes do que entre homens representantes.* No Brasil, o capital familiar é 13 pontos percentuais mais alto entre as eleitas do que entre os eleitos, sendo que mais de metade das deputadas têm vinculação familiar com políticos/as. Entretanto, o capital familiar também é bastante presente entre deputados.

4. *A distribuição das eleitas em relação ao viés ideológico do partido varia de acordo com ao país analisado.* No Brasil, os dois principais partidos das eleitas são PT e PMDB, de esquerda e centro, respectivamente. Na Argentina, país que ficou com sua Câmara baixa dividida entre situação kirchnerista (*Frente para la Victoria*) e oposição (demais partidos, principalmente UCR, *Coalición Cívica* e PRO), as deputadas também se dividiram entre esses dois polos. Já no Uruguai, a hipótese de que a maior parte das eleitas seria de partido de esquerda se confirma: oito das nove eleitas era filiada ao *Frente Amplio*.

5. *A hipótese de que as mulheres de partidos de direita apresentariam maior associação com capital de tipo familiar não se confirma.* No Brasil, as eleitas com capital familiar são distribuídas igualmente entre os partidos dos três pontos do espectro ideológico. Na Argentina, há uma concentração de mulheres com capital familiar no bloco peronista-kirchnerista, mas não é possível afirmar que ele seja um bloco partidário de direita (ele é, na verdade, de situação). O peronismo agrega diversas vertentes, umas mais à direita e outras mais à esquerda. No Uruguai, a única mulher eleita que apresentava capital familiar era do *Frente Amplio*, partido de esquerda.

6. *A hipótese de que mulheres com posições mais elevadas nas listas partidárias⁵³ apresentariam maior padrão de ocupação prévia de cargos públicos eletivos se confirma para o caso argentino, especialmente entre aquelas que já foram deputadas nacionais. No Brasil, no entanto, isto não se confirma. No Uruguai, o baixo número de eleitas não permite comparações.*

7. *A hipótese de que a migração partidária entre as mulheres seria maior, por estarem menos integradas às legendas partidárias e, portanto, teriam maior interesse em buscar um partido que melhor promovesse a sua carreira política, não se confirma. No Uruguai, os três casos de migrações são de homens. Na Argentina, a diferença entre eleitas e eleitos é de 3 pontos percentuais (entre 15-18%). No Brasil, ao contrário do que aponta a hipótese, a migração partidária é 25 pontos percentuais mais alta entre os homens – 40% para as eleitas e 64,8% para os eleitos.*

8. *A hipótese de que as mulheres “vitoriosas” estariam concentradas em distritos eleitorais de magnitude grande e média se confirma no caso uruguaio e argentino – no Uruguai, sete das nove eleitas são do distrito grande, Montevideo; na Argentina, os quatro únicos distritos com menos de 25% de mulheres (aqueles com menor representação feminina) são pequenos ou médio-pequeno. No Brasil, no entanto, o efeito é inverso: o maior percentual de ocupação de cadeiras ocorre em distritos pequenos ou médio-pequeno.*

9. *A hipótese de que a trajetória de parlamentares (homens e mulheres) de distritos médios e pequenos seria distinta da trajetória de parlamentares de distritos grandes (homens e mulheres) se confirma parcialmente. No Brasil, para as eleitas de distritos pequenos e médios a passagem prévia pelo cargo de deputada federal é muito mais frequente do que para as deputadas de distritos grandes. É também um cargo muito frequente entre os eleitos. Nos distritos grandes, o principal cargo entre as eleitas é deputada estadual e para os eleitos é deputado federal. Na Argentina, nos distritos pequenos o principal cargo que eleitos/as já ocuparam é representante provincial, mas somente para os eleitos o cargo de *intendente* é o segundo mais importante. Nos distritos grandes, o principal cargo é deputado/a nacional, mas apenas para os eleitos*

⁵³ No Brasil, definidas pela votação nominal recebida; na Argentina e no Uruguai, em posições pré-ordenadas nos partidos.

representante provincial têm praticamente o mesmo peso. No Uruguai, há uma concentração da atividade prévia como representante nacional no único distrito grande, Montevideo.

A análise dos dados indica grandes diferenças entre as trajetórias políticas e os tipos de capital político apresentados pelos eleitos e eleitas aqui investigados. Como esperando, o capital acumulado pela ocupação de cargos do próprio campo é o que apresenta maiores frequências. No Brasil, a taxa de reeleição de cerca de 50% indica que a passagem prévia pela Casa é o cargo mais importante entre os/as eleitos/as – ter conseguido se eleger uma vez para este mesmo cargo traz grande vantagem, portanto, para quem se candidata à Câmara dos Deputados. Na Argentina, a ocupação prévia de uma cadeira na *Cámara de Diputados* é uma variável relevante, mas cargos provinciais também são muito importantes. No Uruguai, o cargo de representante nacional também é o mais relevante – afinal, a *Cámara de Representantes* uruguaia também tem índice de reeleição de cerca de 50%.

Em relação aos demais tipos de capital investigado (econômico, sindical e familiar), o principal achado é a singularidade do caso brasileiro. Mais de metade dos/as parlamentares brasileiros/as apresenta capital econômico, ou seja, é capitalista. O capital familiar está presente em mais de 40% da Casa. Na Argentina e no Uruguai o capital econômico apresenta-se de maneira muito mais modesta – cerca de 15% na Argentina e 20% no Uruguai. O capital familiar, em ambos os países, aparece em cerca de 10% da Casa. Quando combinados, capital econômico e familiar apresentam-se em um quarto dos/as representantes brasileiros/as – na Argentina são 5 casos em 257; no Uruguai, 3 casos em 99.

Há uma sobreposição entre capital econômico e capital familiar na ocupação de cargos na Câmara baixa brasileira, o que sugere que os clãs familiares que atuam na política têm também um braço empresarial. Esses dois tipos de capital são largamente entendidos pela literatura como facilitadores de acesso ao espaço da política – um por reproduzir uma forma tradicional de ação política (capital familiar) e o outro pela maior facilidade na mobilização de recursos necessários para engajar-se em uma campanha. O problema anterior, mais claro, já é preocupante. O posterior, que trata do potencial de colonização dos trabalhos legislativos por interesses específicos – de grupos empresariais, de clãs tradicionais ou, seguindo os achados empíricos desta pesquisa, clãs tradicionais com atividades empresariais – é ainda mais preocupante. Além da

uniformização do espaço de representação política, há a reprodução desses grupos no poder, determinando o que seria um perfil de candidatura “vitorioso” e diminuindo a possibilidade de inserção de novos atores – como, por exemplo, as mulheres, mas pode-se citar também os/as trabalhadores/as, a população não-branca, a comunidade LGBT, as pessoas jovens etc.

A eleição de mulheres, tão pequena em relação ao total da Casa no Brasil e no Uruguai, é diferente na Argentina, que tem quase 40% de eleitas na eleição analisada (e chegaria a ter 40% no momento da posse), mas a trajetória e o tipo de capital apresentado por essas deputadas difere em alguns pontos do perfil “vitorioso” masculino: entre as mulheres, o capital econômico não é importante, apresentando-se entre cerca de 5% das deputadas, embora seja presente em pouco mais de 15% do total de representantes. Outro ponto divergente é a (não)passagem pelo cargo de *intendenta*. Entre os deputados este é um cargo relevante, pelo qual mais de 25% deles já passaram – entre as eleitas, são pouco mais de 5%.

Deste modo, vê-se que o padrão de trajetória e capital político apresentado pelas deputadas argentinas é distinto do cenário brasileiro e uruguaio, mas em comparação com seus pares masculinos as deputadas argentinas ainda têm obstáculos para enfrentar. A questão do cargo de *intendenta*, ou seja, sua inserção na política local para uma eleição majoritária, é claramente um deles. As cotas de gênero argentinas funcionam muito bem, mas não são aplicadas em eleições majoritárias e, sabendo-se que a literatura aponta que esse é o cenário mais complicado para a eleição de grupos minoritários, o processo de chegada das mulheres às *intendencias* não deve ser simples.

Ao mesmo tempo, o exemplo argentino mostra muitas diferenças em relação ao contexto brasileiro e uruguaio, apontando que a entrada efetiva de mulheres no campo político formal gera resultados relevantes.

CONCLUSÃO

A longa análise de dados desta pesquisa foi capaz de elucidar alguns pontos até agora nebulosos na literatura sobre gênero e carreiras políticas, enquanto alguns pontos ainda precisarão ser melhor explorados. De modo geral, o principal achado empírico, na comparação entre os três países, é a verificação de que o Brasil apresenta-se como um caso singular de presença (inclusive simultânea) de capital econômico e familiar. Não que esse tipo de capital não esteja presente ou não seja importante nos outros dois países analisados, mas a concentração de capital econômico, familiar e a combinação de ambos entre os/as deputados/as brasileiros/as é demasiadamente marcante. Com esta observação, um próximo passo nesta linha de pesquisa é a comparação do caso brasileiro com o contexto de outros países, latino-americanos ou não, para se verificar se em outra Casa Legislativa isso também ocorre nas proporções brasileiras.

A comparação entre Uruguai e Argentina, países com tantas similaridades culturais e históricas, é também muito interessante. As representantes uruguaias estão muito distantes do padrão de ocupação de cargos das deputadas argentinas, muito provavelmente por causa das cotas de gênero em operação há quase vinte anos na Argentina. Apesar dessas cotas terem aberto as portas do Parlamento para as mulheres argentinas, quando se compara o padrão de capital político das deputadas com seus pares masculinos as diferenças saltam aos olhos: apesar de serem praticamente 40% da Casa, a distribuição de ocupação prévia de cargos no nível departamental é menor do que entre os deputados (especificamente *intendente*); não apresentam muitas diferenças na presença de capital familiar, mas na direção de sua delegação – entre os deputados o principal familiar ocupante de cargos políticos é o/a irmão/o; entre as deputadas, o principal familiar é o cônjuge –; a presença de capital econômico, encontrada em 155 dos/as parlamentares da Casa, é quatro vezes superior entre os deputados. O que se observa é que aqueles tipos de capital “produzidos/acumulados” individualmente, como a experiência em cargos públicos e a experiência sindical, as deputadas argentinas estão logrando êxito em alcançar; já os tipos de capital que dependem de fortes variáveis externas, como o capital econômico (porque não é qualquer pessoa que consegue ser capitalista sob o capitalismo) e o capital familiar delegado dos pais (que depende da loteria do nascimento) são aqueles menos presentes, que distanciam os perfis femininos e masculinos dentro da Casa.

No Uruguai, das nove representantes eleitas, oito são do *Frente Amplio*. É possível relacionar claramente a entrada das mulheres, novos atores políticos, com a entrada geral de novos atores políticos no sistema político uruguaio. Apesar do baixo número de eleitas, é possível apreender algumas características gerais que distinguem estas mulheres do restante da Casa. Como semelhança com os representantes homens as eleitas têm apenas a passagem prévia pelo cargo de representante nacional, o cargo para o qual foram eleitas. Não apresentam capital econômico (presente em 20% da Casa), apenas uma eleita apresenta capital familiar (presente em 10% da Casa) e apenas uma eleita apresenta capital sindical (presente em cerca de 20% da Casa). Apenas uma delas não é *frenteamplista* e todas as três feministas são desse partido. O capital político destas representantes é, basicamente, oriundo da própria militância político-partidária, em um sistema bastante fechado para a participação feminina. Com as cotas de gênero para 2014, espera-se que a presença feminina no Parlamento uruguaio cresça, já que as listas são fechadas e haverá mandato de posição. Uma pesquisa comparativa com os dados aqui analisados e os dados referentes às novas eleitas renderá uma análise muito interessante, capaz de verificar o efeito das cotas.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Neuma. (1992), "Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro", In: Neuma Aguiar (org.), *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Ventos.
- ALLES, Santiago M. (2007), "¿Hacia la consolidación política? Cambios en la 'estructura de oportunidades electorales' de las mujeres en Argentina", *América Latina Hoy*, 47, pp. 123-154.
- ALMOND, Gabriel and Sidney Verba (1966 [1963]). *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press.
- ALONSO, Angela. (2009), "As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate". *Lua Nova*, nº 76. pp. 49-86.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. (2004), "Mulheres candidatas e eleitas nas prefeituras brasileiras". Brasília: CFEMEA. Disponível em <http://cfemea.org.br/>.
- ANASTASIA, Fátima, Carlos Ranulfo Melo e Fabiano Santos. (2004), *Governabilidade e Representação Política na América do Sul*. São Paulo: Unesp.
- ARAÚJO, Clara. (2001a), "As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais". *Dados*, vol. 44, nº 1.
- _____. (2001b), "Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil". *Revista Estudos Feministas*, vol. 9, nº 1, pp. 231-252.
- _____. (2005), "Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política". *Revista de Sociologia Política*, nº 24, pp. 193-215.
- ARAÚJO, Clara e José Eustáquio Diniz Alves. (2007), "Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas". *Dados*, vol. 50, nº 3, pp. 235-278.
- ARGENTINA. (1983), *Código Electoral Nacional*. Ley nº 19.945.
- BARAHONA, Elena Martínez. (2003), "Uruguay". In: Manuel Alcántara y Flavia Freidenberg. *Partidos Políticos de América Latina – Cono Sur*. México: FCE, IFE. pp. 425-558.
- BARON, María y Noel Alonso Murray. (2008), *Congreso de La Nación Argentina 2008-2009. Directorio Legislativo: quiénes son nuestros legisladores y cómo nos presentan*. Buenos Aires: María Baron Editora, 2008.

- BOURDIEU, Pierre. (2007 [1989]), *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BURNS, Nancy, Kay Lehman Schlozman and Sidney Verba. (2001), *The private roots of public action*. Cambridge, London: Harvard University Press.
- CANAVATE, Doris Lamus. (2009), “Localización geohistóricas de los feminismos latinoamericanos”. *Polis*, 24. pp 2-11.
- COSTA, Thiago Cortez. (2008), *Participação Política Feminina: Modelos de Efeito Misto para análise dos Resultados Eleitorais de 2006*. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro.
- DAHL, Robert. (1997 [1971]), *Poliarquia*. São Paulo: Edusp.
- DUARTE, Constância Lima. (2001), “Nísia Floresta e Mary Wollstonecraft: diálogo ou apropriação?”. *O eixo e a roda*, vol. 7.
- EIDE, Liv. (2001), “Mujeres, dictadura y resistencia en el Uruguay (1973-1984)”. Hovedfagsoppgave, Det Historisk-Filosofiske Fakultet, Universitetet i Bergen. Disponível em <http://www.ub.uib.no/elpub/2001/h/529001/Hovedoppgave.pdf>.
- ESCUADERO, Laura. (2003), “Argentina”. In: Manuel Alcántara y Flavia Freidenberg. *Partidos Políticos de América Latina – Cono Sur*. México: FCE, IFE. pp. 33-116.
- FEITOSA, Fernanda. (2007), *Penetras no Clube do Bolinha: estratégias políticas de mulheres na Câmara dos Deputados*. Monografia de Graduação. Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília.
- FERES JR., João. (2000), “Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos contar”. *Sociologia e Política*, nº 15. pp. 97-110.
- FERREIRA, Mary. (2004), “Do voto feminino à Lei das Cotas: a difícil inserção das mulheres nas democracias representativas”. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 37. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/037/37cferreira.htm>.
- FOX, Richard L. and Jennifer L. Lawless. (2004), “Entering the Arena? Gender and the Decision to Run for Office”. *American Journal of Political Science*, vol. 48, nº 2, pp. 264-280.
- FRASER, Nancy. (2001 [1992]), “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista”, em Jessé Souza (org.), *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 245-82.
- _____. (2005), “Reframing justice in a globalizing world”. *New Left Review*, nº

36, p. 69–88.

HELD, David. (1996), *Models of democracy*. Second edition. Stanford: Stanford University Press.

HTUN, Mala. (2001), “A política de cotas na América Latina.” *Revista Estudos Feministas*, vol. 9, n° 1, pp. 225-230.

_____. (2005), “Woman, political parties and electoral systems in Latin America”. In: Julie Ballington and Azza Karam, *Women in Parliament: beyond numbers*. Stockholm: IDEA.

HTUN, Mala and S. Laurel Weldon. (2012), “The Civic Origins of Progressive Policy Change: Combating Violence against Women in Global Perspective, 1975–2005”. *American Political Science Review*, vol. 106, n° 3.

INGLEHART, Ronald and Wayne E. Baker. (2000), “Modernization, Cultural Change, and the Persistence of Traditional Values”. *American Sociological Review*, vol. 65, n° 1, pp. 19-51.

INGLEHART, Ronald, Pippa Norris and Christian Welzel. (2002), “Gender equality and democracy”, *Comparative Sociology*, vol. 1, n° 3-4, pp. 321-345.

KINZO, Maria D'Alva G. (2004), “Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.19, n° 54, pp. 23-40.

KYMLICKA, Will. (1995), *Multicultural citizenship: a liberal theory of minority right*. Oxford: Oxford University Press.

JOHNSON, Niki. (2006), “Actuación parlamentaria y diferencias de género em Uruguay”. *Política*, n° 46, Santiago, pp. 173-198.

JOHNSON, Niki e Verónica Pérez. (2010), *Uma mirada feminista a las elecciones uruguayas 2009*. Montevideo: Cotidiano Mujer, UNIFEM.

JONES, Mark P. (2000), “El sistema de cuotas y la elección de las mujeres en América Latina: el papel fundamental del sistema electoral”. *Impacto de los sistemas electorales en la representación política de las mujeres*. Disponible em http://www.celem.org/prog_europeos/demo_paritaria2000/pdfs/capitulo01.pdf.

_____. (2008), "The recruitment and selection of legislative candidates in Argentina," In: Peter M. Siavelis and Scott Morgenstern (eds.), *Pathways to power: political recruitment and candidate selection in Latin America*. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press.

JONES, Mark P., Sebastián Saiegh, Pablo T. Spiller y Mariano Tommasi. (2000), “Políticos profesionales - legisladores “amateurs”: el Congreso argentino en el siglo

XX”. *Conferencia Anual de la Sociedad Internacional de la Nueva Economía Institucional*, Tübingen.

LAPALOMBARA, Joseph and Myron Weiner (eds.). (1966), *Political parties and political development*. Princeton: Princeton University Press.

LE TEXIER, Emmanuelle. (2006), “Gender, social capital and political participation in the barrio”, in *Sens Critique*. Disponível em <http://www.sens-public.org/spip.php?article240>.

LEONI, Eduardo, Carlos Pereira e Lúcio Rennó. (2003), “Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil”, *Opinião Pública*, vol. IX, nº 1, pp. 44-67.

LIJPHART, Arend. (2003 [1999]), *Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LIPSET, Martin S. and Stein Rokkan. (1967), *Party systems and voter alignment: cross-national perspectives*. New York: The Free Press, London: Collier-Maxmillian Limited.

LOVENDUSKI, Joni. (1993), “Introduction: the dynamics of gender and party”. In: Joni Lovenduski and Pippa Norris (eds.). *Gender and party politics*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications.

MACPHERSON, C. B. (1988 [1962]), *The political theory of possessive individualism – Hobbes to Locke*. Oxford: Oxford University Press.

MADISON, James, Alexander Hamilton e John Jay. (1993 [1787-88]), *Os artigos federalistas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MANIN, Bernard. (1997), *The principles of representative government*. Cambridge, Cambridge University Press.

MARIUS, Jorge Leonel y Wilfredo Gimenez. (2004), *Primera elección uruguaya del siglo XXI – 31 de octubre 2004*. Montevideo: Ediciones de la Proa.

MARQUES, Danusa. (2007), *Democracia e ciências sociais no Brasil (1985-2005)*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília.

MARQUES, Danusa, Carlos Machado e Filipe Recch. (2008), “Resultados eleitorais no Brasil: o corte de gênero”. *VI Encontro da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas – REDEFEM*, Belo Horizonte.

- MARQUES, Danusa e Janaina Moreira Figueira. (2008), “A análise da variável "sexo" em The Civic Culture”. *6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, Campinas.
- MARX, Jutta, Jutta Borner y Mariana Caminotti. (2007), *Las legisladoras: cupos de género y política en Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- MATLAND, Richard. (2005), “Enhancing women’s political participation: legislative recruitment and electoral systems”. *Women in Parliament: Beyond Numbers*, IDEA.
- MATOS, Marlise. (2007), “Mulheres e política no âmbito da representação na consolidação da democracia brasileira: uma cidadania ainda incompleta”. (mimeo).
- _____. (2008a), “Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero se transformaram em um campo analítico novo para as Ciências Humanas e Sociais”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 16, nº 2, p. 333-357.
- MATOS, Marlise. (2008b), “A Política na Ausência das Mulheres: um estudo sobre recrutamento, trajetórias/carreiras e comportamento legislativo de mulheres”. *Relatório de Pesquisa*, CNPq, FAPEMIG.
- _____. (2010), “Justiça Social e Representação Democrática: é possível incluir democraticamente no Brasil? O caso das mulheres candidatas na política” (mimeo).
- MATOS, Marlise, Breno Cypriano e Marina Brito. (2007a), “Cotas de gênero para o reconhecimento das mulheres na política: Um estudo comparado dessas ações afirmativas”. *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Recife: Sociedade Brasileira de Sociologia.
- _____. (2007b), “Mulheres e a corrida de obstáculos nas eleições de 2006: quais barreiras ainda não foram superadas?” *II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política – Compolítica*, Belo Horizonte.
- MELO, Carlos Ranulfo. (2010), “Eleições 2010: Pouca Coisa Mudou”. *Em Debate*, Belo Horizonte, vol. 2, nº11, pp. 28-31.
- MENDOZA, Carlos Enrique Guzmán y Ermício Sena de Oliveira. (2003), “Brasil”. In: Manuel Alcántara y Flavia Freidenberg. *Partidos Políticos de América Latina – Cono Sur*. México: FCE, IFE. pp. 117-244.
- MESSEMBERG, Débora. (2007), “A elite parlamentar brasileira (1989-2004)”. *Sociedade e Estado*, Brasília, vol. 22, nº 2, pp. 309-370.
- MIGUEL, Luis Felipe. (2000), “Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.15, nº 44, pp. 91-102.

- _____. (2001), “Política de interesses, política do desvelo: representação e ‘singularidade feminina’”. *Estudos Feministas*, vol. 9, nº 1, pp. 253-267.
- _____. (2002), “Mídia e carreira política: alguma teoria e o caso do Brasil”. *XI Encontro Anual da COMPÓS - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*.
- _____. (2003a), “Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro”. *Revista de Sociologia Política*, nº 20. pp. 115-134.
- _____. (2003b), “Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.18, nº 51, pp.123-140.
- _____. (2005a), "Impasses da *accountability*: dilemas e alternativas da representação política". *Revista de Sociologia e Política*, nº 25. pp. 25-38.
- _____. (2005b), “Teoria democrática atual: esboço de mapeamento”. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 59. pp. 5-42.
- _____. (2008), “Political representation and gender in Brazil: quotas for women and their impact”, *Bulletin of Latin American Research*, vol. 27, nº 2, pp. 197–214.
- MIGUEL, Luis Felipe e Cristina Monteiro de Queiroz. (2006), “Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil”. *Revista Estudos Feministas*, vol. 14, pp. 363-385.
- MIGUEL, Luis Felipe e Flávia Biroli. (2010), *Caleidoscópio convexo – mulheres, política e mídia*. São Paulo: Ed. Unesp.
- MIGUEL, Sônia Malheiros. (2000), *A política de cotas por sexo: um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro*. Brasília: CFEMEA.
- MORAES, Juan Andrés. “Candidate selection and legislative politics in Uruguay”, In: Peter M. Siavelis and Scott Morgenstern (eds.), *Pathways to power: political recruitment and candidate selection in Latin America*. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press.
- NICOLAU, Jairo. (2007), “O sistema eleitoral brasileiro”. In: Lúcia Avelar e Antonio Octávio Cintra (orgs.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed. pp.293-301.
- NICOLAU, Jairo e Rogério Schmitt. (1995), “Sistema eleitoral e sistema partidário”, *Lua Nova*, nº 36.

- NORRIS, Pippa. (1997), “Procesos de reclutamiento legislativo: una perspectiva comparada”. In: Edurne Uriarte y Arantxa Elizondo (coord). *Mujeres en política*. Barcelona: Editorial Ariel.
- _____. (ed.) (1999) *Critical Citizens – Global Support for a Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press.
- _____. (2004), *Electoral Engineering*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PATEMAN, Carole. (1989 [1980]), “The civic culture: a philosophic critique”. In: Gabriel Almond and Sidney Verba (orgs.). *The civic culture revisited*. London: Sage.
- _____. (1992 [1970]), *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1993 [1988]), *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PESCHARD, Jacqueline. (2005), “Estudio de caso - El sistema de cuotas en América Latina. Panorama general”. Disponível em http://www.idea.int/publications/wip/upload/chapter_04a-CS-LatinAmerica.pdf.
- PEREIRA, Carlos e Lúcio Rennó. (2001), “O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados*, vol. 44, nº 2.
- PERISSINOTTO, Renato, Luiz Domingos Costa e Camila Tribess. (2009), “Origem social dos parlamentares paranaenses (1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa”. *Sociologias*, ano 11, nº 22, pp. 280-313.
- PERISSINOTTO, Renato e Angel Miríade. (2009), “Caminhos para o Parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006”. *Dados*, vol. 52, nº 2, pp. 301- 333.
- PHILLIPS, Anne. (1991), *Engendering democracy*. University Park: Pennsylvania State University Press.
- _____. (1995), *The politics of presence: the political representation of gender, ethnicity, and race*. Oxford and New York: Oxford University Press.
- PINTO, Céli Regina Jardim. (2003), *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- PINHEIRO, Luana Simões. (2007), *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

- PITKIN, Hanna. (1967), *The concept of representation*. Berkeley: University California Press.
- POLANCO, Jacqueline Jiménez. (1999), “La representación política de las mujeres en América Latina”. *América Latina Hoy*. Universidad Complutense, Universidad de Salamanca, Madrid e Salamanca. Disponível em <http://www.ndipartidos.org/pdf/organizando/lareprepoliticamujeral.pdf>.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. (2002), “Partidos, ideologia e composição social”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, nº 48.
- _____. (2006), *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: Publifolha.
- SACCHET, Teresa e Bruno Speck. (2012), “Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006”. *Opinião Pública*, vol. 18, nº 1, pp. 177-197.
- SAMUELS, David. (2000), “Ambition and competition: explaining turnover in the Brazilian Chamber of Deputies.” *Legislative Studies Quarterly* 25(3), pp. 481-497.
- _____. (2004), “Political ambition, candidate recruitment, and legislative politics in Brazil”, In: Peter M. Siavelis and Scott Morgenstern (eds.), *Pathways to power: political recruitment and candidate selection in Latin America*. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press.
- SANTANA, Luciana C. Farias. (2006), *Ambição e padrões de carreira política dos legisladores na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais.
- SANTOS, André Marengo dos. (2001), “Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, nº 45.
- _____. (2006), “Comparing houses of representatives: parliamentary recruitment in Argentina, Brazil, Chile and Mexico”. *Teoria e Sociedade*, vol. 2.
- SANTOS, André Marengo dos e Miguel Serna. (2007), “Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 22, nº 64.
- SCHMITT, Rogério, Leandro Piquet Carneiro e Karina Kushnir. (1999), “Estratégias de campanha no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral em eleições proporcionais”, *Dados*, vol. 42, nº 2. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

- SCURO, Lucía. (2008), *Mulheres na política: um olhar sobre as trajetórias de legisladoras uruguaias*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.
- SOUZA, Jessé. (2000), “Uma teoria crítica do reconhecimento”, *Lua Nova*, nº 50. pp. 133-58.
- STUART MILL, John. (1991 [1859]), *Sobre a liberdade*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1964 [1861]), *Considerações sobre o governo representativo*. São Paulo: IBRASA.
- TAYLOR, Charles. (2005, [1989]), *As fontes do self – A construção da identidade moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. (1987 [1835, 1840]), *A democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- WALBY, Sylvia. (1990), *Theorizing patriarchy*. Oxford: Basil Blackwell.
- WESSELS, Bernhard. (1995), “Different Parliaments - different recruitment patterns? Candidates and the elected for the National and the European Parliament in Germany”. *1995 Joint Sessions of Workshops of the ECPR*, Bordeaux.
- YOUNG, Iris Marion. (1990), “The ideal of impartiality and the civic public”. In: YOUNG, Iris M. *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press, pp. 96-121.
- _____. (1997), “Unruly Categories: A critique of Nancy Fraser’s dual systems Theory”. *New Left Review*, 222.
- _____. (2000), *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press.
- _____. (2006 [2000]), “Representação política, identidade e minorias”. *Lua Nova*, nº 67. pp.139-190.

Endereços de internet:

CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria – <http://www.cfemea.org.br/>

Congreso Nacional de Ediles (Uruguay) – <http://www.ediles.org/>

Consejo Nacional de la Mujer (Argentina) – <http://www.cnm.gov.ar/>

Corte Electoral (Uruguay) – <http://www.corteelectoral.gub.uy/>

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - CPDOC-FGV -
<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>

Dirección Nacional Electoral (Argentina) – <http://www.mininterior.gov.ar/elecciones/>

Friedrich Ebert Stiftung – <http://www.fesgenero.org/>

Global Leadership Project – <http://www.globalleadershipproject.org>

Google – www.google.com

Honorable Cámara de Diputados de la Nación – <http://www.diputados.gov.ar/>

International IDEA, Quota Project – <http://www.idea.int/>, <http://www.quotaproject.org/>

Ipeadata – www.ipeadata.gov.br

IPU - Inter-Parliamentary Union – <http://www.ipu.org/>

Les Pénélopes – <http://www.penelopes.org/>

Mujeres Hoy – <http://www.mujereshoy.com/>

Observatorio de Élités Parlamentarias em América Latina –
<http://americo.usal.es/oir/Elites/>

Parlamento del Uruguay – <http://www.parlamento.gub.uy/>

PNUD Argentina – www.undp.org.ar/

PNUD Uruguay - www.undp.org.uy/

Tribunal Superior Eleitoral (Brasil) – <http://www.tse.jus.br/>

APÊNDICE - DISTRIBUIÇÃO DO IDH DOS DISTRITOS ELEITORAIS

Brasil:

Unidade da Federação	IDH 2000
Maranhão	0,636
Alagoas	0,649
Piauí	0,656
Paraíba	0,661
Sergipe	0,682
Bahia	0,688
Acre	0,697
Ceará	0,700
Pernambuco	0,705
Rio Grande do Norte	0,705
Tocantins	0,710
Amazonas	0,713
Pará	0,723
Rondônia	0,735
Roraima	0,746
Amapá	0,753
Espírito Santo	0,765
Minas Gerais	0,773
Mato Grosso	0,773
Goiás	0,776
Mato Grosso do Sul	0,778
Paraná	0,787
Rio de Janeiro	0,807
Rio Grande do Sul	0,814
São Paulo	0,820
Santa Catarina	0,822
Distrito Federal	0,844
Total do país	0,766

Fonte: Ipeadata.

Argentina:

Provincia	IDH 2006
Ciudad Autónoma de Buenos Aires	0,869
Tierra del Fuego	0,854
Santa Cruz	0,845
Neuquén	0,837
Córdoba	0,828
Mendoza	0,826
La Pampa	0,826
Santa Fe	0,824
Chubut	0,818
Río Negro	0,808
Catamarca	0,808
Entre Ríos	0,807
Buenos Aires	0,805
La Rioja	0,803
San Luis	0,801
Jujuy	0,797
San Juan	0,796
Tucumán	0,795
Corrientes	0,794
Salta	0,791
Misiones	0,786
Chaco	0,783
Santiago del Estero	0,779
Formosa	0,768
Total do país	0,818

Fonte: PNUD Argentina.

Uruguai

Departamento	IDH 2002
Montevideo	0,880
Flores	0,854
Colonia	0,852
Florida	0,842
Maldonado	0,841
Río Negro	0,837
Rocha	0,837
Durazno	0,837
Lavalleja	0,836
Soriano	0,835
Paysandú	0,831
Tacuarembó	0,828
Salto	0,819
Treinta y Tres	0,819
Cerro Largo	0,814
Artigas	0,809
San José	0,808
Rivera	0,799
Canelones	0,798
Total do país	0,834

Fonte: PNUD Uruguay.